

U.G. 33-5-4

B.S. 9-5-4



GIL ▶
VICENTE

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161—Guimarães

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE
SOUSA, Sucessores, Ld.ª-V.ª N.ª DE FAMILICÃO-1948

GIL VICENTE



NÚMEROS 1 a 12

JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XXIV

GVIMARÃES

MCMXLVIII

ANTONIO SARDINHA

poeta do Ocidente

«**R**OUBO de Europa», o belo poema de Sardinha, escrito em pleno exílio, no Verão de 1919, quando o poeta, afastado da Pátria, sentia o seu puríssimo coração de português ferido de saudade, ilumina-se de extraordinário significado neste momento dramático da História Contemporânea.

A Fábula conta-nos que Europa, filha de Fénix ou de Agenor, foi raptada por Jupiter que, dela amoroso, tomou a forma dum Touro todo branco.

Luís de Almeida Braga que nos dá um formoso estudo sobre o poema, descreve-nos, na sua prosa limpa e clara, o episódio mitológico:

«Junto às ribeiras do mar, na campina florescida, a filha de Agenor apascenta os rebanhos do rei. Com suas donzelas anda em folgedos, às correrias, a tecer ramilhetes, a compor grinaldas. Ajoelha o touro aos pés da Infanta. Lambe-lhe as mãos, amima-a, beija-a. E no olhar tão languido, que a envolve toda, cuida ver a Infanta o mar e o céu...».

Assim nos descreve aquele escritor o começo do episódio conhecido. Europa passeava à borda do mar e vendo o Touro branco, quis subir-lhe ao dorso. E quando ela se sentou nele, então o Touro-Jupiter galgou sobre as ondas do mar, levando-a para longes terras, para a doce ilha de Creta.

Desde a Antiguidade que este tema mitológico tem sido abordado. Que sortilégio, que movimento de sonho e encantamento ele contém para que os poetas se deixem opiar pelo ritmado desse galopar estranho por sobre as ondas, por sobre a música do mar ora em surdina, ora com notas graves.

Na Antiguidade o clássico Ovídio cantou esse episódio que Bocage traduziu maravilhosamente:

...enfim nadando
leva a presa gentil por entre as ondas.
Ela os olhos na praia, ela medrosa

Segura uma das mãos numa das pontas,
Sobre o dorso agitado a outra encosta;
Enfuna o vento as sussurrantes vestes.
Despida finalmente a falsa imagem,
eis aparece o Deus, eis brilha Jove
e em teus bosques, ó Creta, amor triunfa!

Camões, no canto segundo dos *Lusíadas* alude ao mito: *

Era no tempo alegre quando entrava
no roubador da Europa a luz Febeia...

Não só os poetas se deixaram prender e enlear no mito. Os pintores, sobretudo os da Renascença, inspiraram-se nele para a composição dos seus quadros.

O azulejo, arte eminentemente peninsular, também copiou dos pintores o conto da fábula. E como ele se presta para decorar o recanto dum jardim ou dum horto de senhor humanista, vivendo à lei da nobreza, cultivando com dignidade a inteligência e o gosto!

Foi em Elvas, na quinta do Bispo, de tradições até ligadas à nossa literatura, que António Sardinha, vendo no azulejo antigo o conto da fábula, o gravou na sua sensibilidade.

Roubo de Europa... No azulejo antigo
ficou memória ingénua desse caso.
Assim a um canto do jardim deserto
— cair da tarde — mas que drama eu vejo!
Entre roseiras sigo bem de perto
o caso que se espalha no azulejo.
Assim roubada, onde é que vais, Europa?
Onde é que vais levada, ó bela infanta?
E o toiro avança... E sem parar galopa,
atrás do mar que, irado, se levanta.

Mas em Sardinha o mito transforma-se, as linhas desaparecem, as cores diluem-se...

Já não distingo o conto ingénuo e rude,
o conto do azulejo do meu horto.

A visão cristã do poeta havia de ultrapassar os limites do azulejo antigo em que o conto da fábula se movimenta.

Já baptizada, quis-te Deus p'ra filha,
traçou-te Deus caminhos imortais.
E vê, Europa: — a tua glória brilha
por sobre a escuridão e os vendavais!

Numa evocação comovida de lirismo, o poeta canta a Madre Europa. — Madre antiga que conduz o lábaro de Cristo. Mas a Europa, sem a alpendrada do Ocidente sobre o mar, perderia o rumo do Espírito, para se desvairar nas encruzilhadas de uma noite escura.

Europeu e português, António Sardinha, indica-nos na lucidez estranha da sua poesia o caminho da meditação, nesta viragem da História, sobre o tema de impressionante actualidade.

Europa, onde é que estás, que te não vejo?
Que perdição sem rumo te conduz?
Europa! Europa! (E já te não avisto!)
não ouves esta voz que por ti chama?!
Onde ficou o lábaro de Cristo?
Onde deixaste, Europa, a tua flama?

Travo amargo de pessimismo parece dominar o poeta perante o caos tumultuário em que a Europa se debate.

Mas o culto vivo do Ocidente, pátria de Deus e da Esperança, que estende a luz do Espírito para além da linha dos horizontes, por sobre os mares longínquos, tempera-lhe o ânimo, afervora-lhe a fé, ilumina-lhe a inteligência.

Ó madre antiga, embora no Calvário,
não passes o teu facho a mãos alheias!

Habituemo-nos a ver em Sardinha o defensor intemerato do Ocidente contra a invasão bárbara dos costumes, ideias e sentimentos que não se coadunam com o nosso sentido de equilíbrio e proporções, tão humano, e estão em oposição flagrante com o quadro de valores espirituais e morais que nos vem de um passado vivo e de uma civilização sem mancha.

Sardinha deixou-nos em muitas páginas de prosa a marca do seu espírito inconfundível neste combate pela Europa e por Portugal.

Porém, o poeta foi criado para desbravar o coração rude dos homens e por obra e graça do lirismo dar consistência aos sonhos que todos transportamos — estranho dom que Deus distribuiu a cada homem na sua peregrinação pela terra, para os tornar irmãos uns dos outros.

Esta é a natureza e o destino dos verdadeiros poetas. E entre os poetas, Sardinha foi dos que mais diretamente souberam trilhar este caminho cheio de mistério e encantamento, atingindo no «Roubo de Europa» uma forma de lirismo lúcida que ao chegar ao coração e à sensibilidade se lhes insinua sem esforço, pela virtude da sua própria transparência.

CARLOS LOBO D'OLIVEIRA.

"Braço de Prata" ou a mão esquerda de Santa Teresa de Jesus

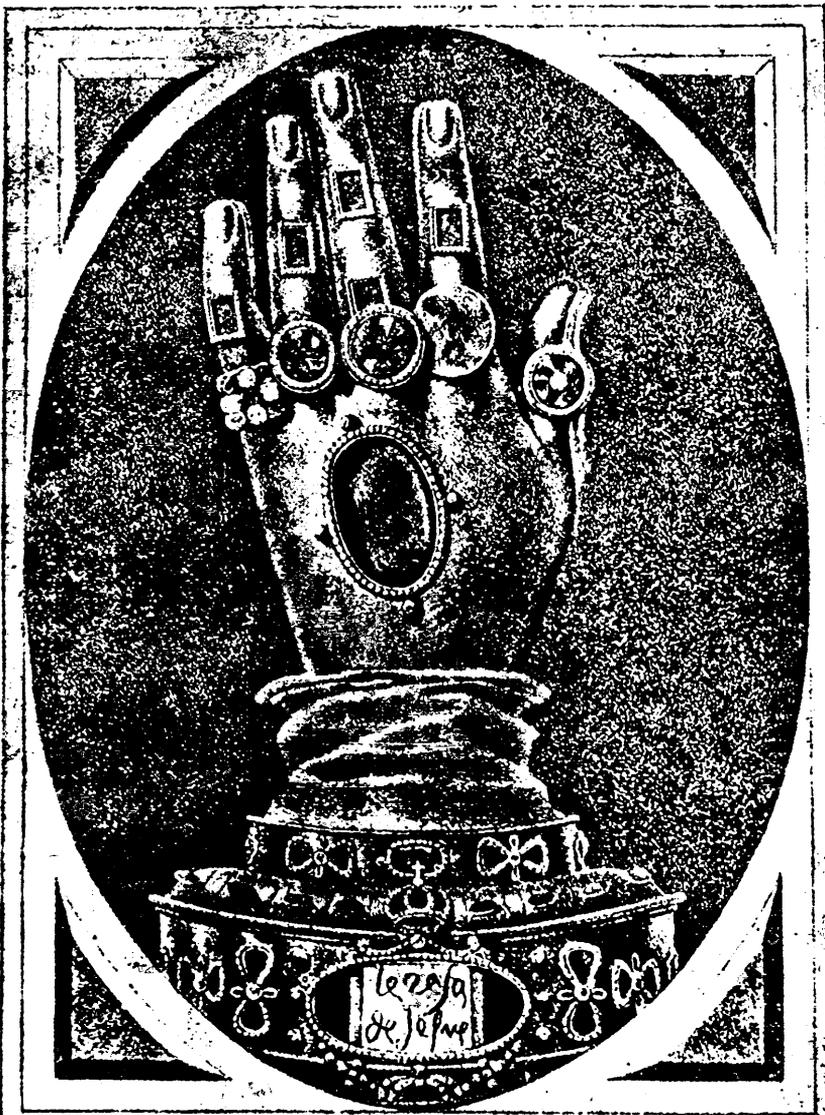
A propósito do artigo que, em 1946, nesta revista publiquei, intitulado «Santa Teresa de Jesus e Madre Leocádia», parece-me oportuno o presente aditamento esclarecedor.

Folheando, há tempos, uma colecção do primeiro ano da revista ilustrada católica *Renascença*, no n.º 3, de 1 de Maio de 1931, deparou-se-me um artigo intitulado «Quem sabe onde se guarda o braço de Santa Teresa de Jesus que esteve em Lisboa?», ilustrado com a gravura de um registo em que se figura a «mão da nossa madre S.^{ta} Thereza de Jezus, que se venera dentro do convento das Religiosas Carmelitas Descalças de Santo Alberto de Lisboa» e assinado pelo pseudónimo «Antemis».

Nele se conta que, em 1584, tendo o Cardeal Arquiduque Alberto cumprido «o voto da construção dum convento, dedicado ao Santo do seu nome e destinado a recolher freiras carmelitas descalças», nas Janelas Verdes, próximo do convento dos Marianos, vieram povoá-lo, a seu pedido, «monjas de Sevilha que foram as primeiras moradoras da nova Casa religiosa». Estas monjas eram, todas, discípulas de Santa Teresa de Jesus e «foi com grande mágua que... deixaram a terra de Espanha, então enlevada na fragrância suave dos milagres e virtudes» da Santa Carmelita.

Para lhes minorar tal mágoa, permitiu o Cardeal Alberto que tais monjas trouxessem consigo «uma relíquia venerável da grande mística» e foi assim «que do Provincial Carmelita alcançou permissão para que as freiras de Sevilha trouxessem consigo a mão esquerda de Santa Teresa de Jesus».

«Um ano antes, a 4 de Julho de 1583, — prossegue o autor do artigo a que me venho referindo — fora desenterrado, no convento de Alba, o corpo incorrupto da insigne reformadora dos Carmelitas. O Superior da Ordem mandara cortar a mão esquerda de Santa Teresa de Jesus e transportar o corpo para Ávila, terra da sua naturalidade.»



Des. de Carlos L. A.

L. A. C. A. G. S. N. 1115

MÃO DA NOSSA MADRE S.^{ta} THEREZA DE JESUS.

*Que se vende, dentro do recinto, das Religiosas Carmelitas
Douradas do S.^{to} Alberto de Lisboa.*



Moledo — Porta do Fortinho da Insua

(Desenho de Matleira).

Nesta altura, recordo do meu artigo aqui publicado a passagem extraída da *Dilucidação* do capítulo XXXIV da *Vida da Serafica Madre S.^{ta} Tereza de Jesus*, publicado em Lisboa em 1760: após a visão profética da nossa derrota em Alcácer-Quivir, «mais de vinte annos antes», consolou Deus a Sua Serva dizendo-lhe que ela não viria a Portugal «fundar casas de Sua Reforma», mas viriam «filhos» e «filhas» suas, quer dizer, religiosos e religiosas da sua Ordem, acrescentando: «*Tambem será levada a elle (Reino de Portugal) a tua mão esquerda, que lhe quero dar a mão de huma tão amada Esposa, para o levantar da miseria, em que estará cahido, e restitui-lo ás felicidades antigas, e dar-lhe hum penhor de outras avantajadas*». Acrescenta a referida *Dilucidação* que ao Padre Fr. Jeronymo Graciano, por cuja intercessão a Santa escreveu a *memória* da confiança divina, se deve «estar aquella mão neste Reyno (*Portugal*) no Convento de Santo Alberto». Donde me parece poder concluir que o citado Padre Fr. Jeronymo Graciano era o Provincial Carmelita ao tempo em que o Cardeal Alberto promoveu a vinda para Portugal da mão da Santa.

E' curioso notar o processo através do qual se tornou efectiva a promessa Divina da vinda da mão para Lisboa, encerrada «num precioso relicário de prata», segundo o artigo da *Renascença*.

Ainda segundo ele, no Convento de Santo Alberto, nas Janelas Verdes, esteve a preciosa relíquia durante muito tempo, exposta à veneração dos fiéis, passando, depois, a uma capela junto do convento de Chelas, enquanto este se edificava.

Foi então que a ermida passou a ser designada *do Braço de Prata*, nome depois generalizado «a todo o sítio em derredor da igreja» e ainda hoje conhecido.

Veio, pois, a mão da Santa para Portugal dois annos após a sua morte, pois esta occorreu em 15 de Outubro de 1582, contando a Serva de Deus a idade de 65 annos, 6 meses e sete dias.

* * *

O resto do artigo da *Renascença* fala-nos dos paradeiros que teve a relíquia, após 1834 com a extinção das ordens religiosas, pelo que o Convento de Chelas teve de ser abandonado. Daqui, passou a mão da Santa para o Convento de Santa Engrácia, donde, mais tarde, foi para a igreja de S. Vicente de Fora, ficando exposta no ante-coro, por detrás do altar-mor, à veneração dos crentes.

Restaurado o Convento de Chelas, para lá voltou o *braço de prata*. Até que, com o raiar do Sol maçónico, em 5 de Outubro de 1910, deixou de saber-se da relíquia.

Diz o autor supor-se terem-no as religiosas levado consigo para o exílio e haver quem creia que voltou a Espanha.

Nada, porém, se sabe ao certo.

* * *

Com este aditamento, que o não saber ser breve me levou a tornar tão extenso, fica completa a referência à mão de Santa Teresa de Jesus, que veio para Portugal como lhe prometera Deus e cuja estadia entre nós ficou assinalada pelo topónimo *Braço de Prata* de todos nós tão conhecido.

Porto, Outubro de 1947.

A. PINTO ALMEIDA.



Ensaio de uma análise ao "Romanceiro" de Garrett

II

ESTUDO HISTÓRICO-ANALÍTICO DA COLECCÃO GARRETTIANA

« Eu a canção magoada
Em verso menos rude,
Mais moldado verti, dei novo corte
Ao vestido antiquissimo, à simpleza
Que há séculos lhe deu
De nossos bons maiores a rudeza. »

(GARRETT na introd. da *Adosinda*).

Adosinda—Silvaninha

DA *Silvana* é que nasceu a *Adosinda*.

E se aquela é de linguagem rude e de estilo descomposto, e se o assunto é feio e desnatural, esta no entanto é que fez surgir entre nós o gosto pela poesia popular.

Garrett di-lo conservado desde tempos imemoriais na tradição do povo da nossa península, supondo-o do século XIII ou ainda anterior, e, não o tendo encontrado em nenhum romanceiro castelhano, reconhece-o espalhado por todas as províncias de Portugal.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos ⁽¹⁾ não conhece vestígio algum que ateste a sua existência fora do solo português.

(1) Cf. *Romances Velhos em Portugal*.

A mais antiga menção do verso inicial encontra-se, à *portuguesa*, no *Auto do Fidalgo Aprendiz*, jornada segunda (1):

BRITES — Entoay, por meu prazer,
Qualquer coisa.
GIL — Sem guitarra?
BRITES — Eylla; tomay.
GIL — «Passeava-se Silvana
Por um corredor um dia...»
BRITES — Ay senhor! eu não queria
Senão letra castelhana.
GIL — Cantarey algaravia,
Se mandays: pois que quereis?
BRITES — Uma letra nova quero...»

Donde se deprende que o que até ali fora entoado eram letras exclusivamente portuguesas e velhas.

Menendez y Pidal (2) confirma também que de *Silvana* «sólo se conocen hasta ahora versiones portuguesas» apesar de confessar que encontrou este romance em Tânger e em Burgos. Uma versão que lhe apareceu em Montevidéu é uma mistura do romance de *Silvana* com o de *Delgadina*. Outrotanto acontece no *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, de R. Azevedo.

E também nos cantos líricos do Rio Grande do Sul se encontram estrofes avulsas dos romances de *Silvana* (3).

Portanto *Adosinda* é reconstrução exclusivamente garrettiana baseada no romance genuinamente português a *Silvaninha*, cujo tema Teófilo Braga (4) considera como tendo por paradigma um facto narrado por Gregório de Tours: Deutéria, mulher de Teodeberto, rei de Metz, vendo sua filha chegar à idade núbil e receando que o rei a quisesse poluir, meteu-a numa carruagem puxada por touros furiosos e fê-la arrastar.

No entanto a mãe no romance português é mais terna, mais maternal, mais tipicamente portuguesa.

(1) F. Manuel de Melo, *Obras Métricas*.

(2) *El Romancero*.

(3) Cf. Teófilo Braga, *História da Poesia Popular Portuguesa*.

(4) Ob. cit.

Bernal — Francês

Para Garrett, este romance é um monumento consagrado com tanta saudade à memória de Adelaide Pastor Deville, que o preferia a todas as composições poéticas do autor que por isso lhe queria muito também.

Influenciado, decerto, pela carta de Mr. Southey que o considera «de mais remota antiguidade talvez do que nenhuma daquelas canções irlandesas que até ali tivera na conta de serem os vestígios mais antigos de toda a poesia popular das nações do oeste da Europa», Garrett crê-o originariamente português só por não o encontrar em nenhum dos romanceiros castelhanos.

No entanto, Constantino Nigra ⁽¹⁾ considera-o baseado no facto histórico do adultério da imperatriz Judit com Bernardo — Bernal — duque da Septimânia, assassinado em 844.

O certo é que uma canção italiana começa do mesmo modo que o romance português:

— Chi bussà alla mia porta? Chi bussà al mio porton?
— Son il Capitan dell'onde, son il vostro servitor.

Outra canção francesa, também de um marido vingador, começa:

— J'entends quelqu'un à ma porte,
Qui m'empêche de dormir.
— C'est votre amant, ó ma belle,
Qui vous empêche de dormir.

A versão brasileira, coligida por Celso de Magalhães, diz:

— Quem bate na minha porta, quem bate, quem está aí?
— É Dom Bernal Francez, a sua porta manda abrir.

Daqui se deduz que não será tão exclusivamente português como poderia parecer. Demais Menendez y Pidal ⁽²⁾ encontrou-o também em Tânger e Andrinopole, e, sob o nome de *La Adúltera*, coligiu-o Julio Vicuña Cifuentes na província de Coquimbo, no Chile.

Alonso de Palencia, Hernando del Pulgar e o Cura de los Palácios, testemunham a parte que *Bernal Francês* teve na guerra de Granada.

⁽¹⁾ *Canti popolari del Piemonte.*

⁽²⁾ Ob. cit.

E de 1492 data uma doação feita pelos reis católicos a favor do mesmo personagem e de seus herdeiros; a doação é expressamente feita em recompensa dos seus serviços «en la guerra de los moros».

Tudo indica, pois, que é personagem histórica com o nome que conserva no romance português e não sob o nome de Don Francisco como está em versões castelhanas.

Sendo histórica a personagem, sê-lo-á também a sua vingança? e se o for, terá sido o romance castelhano que inspira o português, o francês, o italiano? ou pelo contrário, um romance já anterior e independente, terá sido aplicado ao *Bernal Francês* que viveu no século XV?

Seria fácil a solução seguindo o critério de Constantino Nigra que diz (1): «le poche romanze spagnuole che si trovano piú o meno completamente riprodotte nella poesia popolare celto-romanza non sono d'origine spagnuola; esse furono introdotte nella Spagna dai finitimi paesi celto-romanzi».

Menendez y Pidal (2), no entanto, atribui-lhe categoricamente origem castelhana embora não justifique a sua opinião. Diz ele: «My opinión era indecisa em 1906, pero ahora sostendré que son de origen castellano, no sólo el romance portugués y el catalón, sino otras canciones asonantadas que existen en el Piamonte y en Francia con el mismo assunto que el romance de que tratamos.»

Noite de S. João

Do Minho ao Algarve se festeja o S. João e tais festejos são genuína e tipicamente portugueses.

Tantas vezes na sua obra Garrett descreve os divertimentos populares em honra deste santo...

Só uma passagem entre tantas, ao acaso (3):

«Eram fins desse mês festivo e belo,
Consagrado a João, santo, o mais guapo,
Mais garrido e brincão do calendário;
Santo do próprio moiro festejado,
Cujos orvalhos bentos dão saúde

(1) Ob. cit.

(2) Ob. cit.

(3) Vidè *Dona Branca*, x, 2-3.

Ao corpo e alma, cuja noite amiga
D'amores e dos prazeres, tanto encobre
Gosto furtivo, beijo namorado,
E o mais que vai por arraiais, por feiras,
Pelas formosas margens de teus rios,
Muito devota Elísia, quando as moças,
Quando jovens tafuis, pimpões de aldeia,
Na abençoada noite vão, devotos,
Ao milagroso banho!
E então as agoureiras alcachofras
Oráculos d'amor, e as crepitantes
Fogueiras!>.....

A Garrett, estavam-lhe na saudosa memória as vagas reminiscências daqueles cantares tão graciosos com que, na sua infância, ouvira o povo do Minho festejar a abençoada noite de S. João; estavam-lhe as fogueiras e as alcachofras de Lisboa a arder também na imaginação.

Foram, pois, as saudades da pátria distante, que recordaram ao autor a *Noite de S. João*.

O Anjo e a Princesa

Um erro de tradução do capítulo VI do *Génesis* ⁽¹⁾ foi a causa desta falsa interpretação que deu origem ao poema do poeta irlandês Tomaz Moore — «Os amores dos Anjos» — e ao poemeto de Lamartine — «Chute d'un ange».

Garrett não fez mais do que uma lenda-romance, de fio muito delicado e singelo.

Uma princesa linda e jovem adoce gravemente de misteriosa doença, incurável, que lhe dá a morte, por mal de amores.

A princesinha apaixonara-se por um espírito, um gnomo, um silfo, um anjo...

• Houve quem visse nos ares
Umas roupas que alvejavam
E descer a pouco e pouco,
E ao pé da infanta parar

(1) Videntes filii Dei filias hominum quod essent pulchrae, acceperunt sibi uxores ex omnibus quas elegerant (*Gén.*, VI, 2).

Um vulto... visão... ou sombra...
Mas sombra de luz sem par.
Anjo era o que lhe falava...
Mas se de Deus... ou de quem?...»

O Chapim d'El-Rei

Pitoresca anedota que parece ter sido um facto realmente acontecido. Como, quando e onde — será difícil averiguar.

Garrett confessa que reconstruiu e recompôs fragmentos soltos de composição popular antiga, que lhe foram enviados de Évora e que mais tarde encontrou contados nos arredores de Lisboa.

E com que arte recompôs, com que admirável jeito reconstruiu...

(Continua)

ANTÓNIO SIMÕES FERREIRA.

Homenagem a Pedro Correia Marques

OCUPO mais uma vez as colunas desta Revista — superiormente dirigida pelos meus bons amigos D. João Ferrão e Manuel Alves de Oliveira — e hoje para dizer algumas palavras de aplauso franco e vibrante à homenagem justíssima recentemente prestada ao meu querido amigo e brilhante jornalista Pedro Correia Marques.

No dia próprio e em telegrama que lhe dirigi, desta cidade de Alentejo, marqueei na sua festa a minha presença de amigo, de camarada e de admirador.

Não me surpreendeu o volume da homenagem na quantidade e na qualidade dos que nela estiveram presentes ou a ela se associaram, dado que o homenageado é uma alta figura do jornalismo português.

Colaborador valioso do Conselheiro Fernando de Sousa — nome que sempre lembro com saudade e com respeito — Pedro Correia Marques pertence ao número daqueles que com firmeza e em concordância com os princípios da sua sólida formação espiritual e moral tem do jornalismo, na sua expressão séria e honesta, o verdadeiro sentido.

Lembro-me ainda dos tempos combativos de *A Época*, onde a pena sempre moça do Conselheiro Fernando de Sousa vergastava a barafunda política do liberalismo maçónico.

Lembro-me dos primeiros tempos combativos de *A Voz*, que teve ainda como chefe querido e admirado o Conselheiro Fernando de Sousa, alta figura de jornalista e de português, cuja vida foi exemplo nobremente seguido por aqueles que a seu lado trabalharam e batalharam.

E, Pedro Correia Marques foi dos seus melhores e mais próximos colaboradores, foi, talvez, o seu melhor e mais próximo colaborador naquelas horas altas de vibração e de combate em pleno período de democracia maçónica, como naquelas horas de indecisão e de dúvida da preparação do movimento militar de Maio de 1926 que deu a Revolução Nacional.

Isto é história dos nossos dias e, certamente, ainda não esqueceu àqueles que seguem com interesse o desenrolar da vida política da Nação o papel predominante de *A Época* e depois de *A Voz* na defesa dos princípios que inspiram e informam o novo Estado Português.

Homem de convicções fortes e seguras, Pedro Correia Marques tem o seu nome ligado a páginas brilhantes de jornalismo, a acontecimentos de imprensa que se revestem do mais vivo interesse e tomam a maior importância na apreciação e no estudo da vida política portuguesa dos últimos tempos.

Nas salas modestas de *A Voz* recebeu Pedro Correia Marques homenagem significativa dos seus amigos, dos seus camaradas e dos seus admiradores, que ouviram e aplaudiram o sr. Dr. José d'Arruela traçar, com palavras sãdias, o seu perfil moral e profissional.

Outros oradores disseram das suas altas qualidades de coração e de espírito e todos recordaram em acto da mais elementar justiça o Conselheiro Fernando de Sousa, certo que não se pode falar dos jornais que nobremente dirigiu sem que em primeiro lugar se diga o seu nome com respeito e se invoque a sua alta figura moral e mental com saudade.

Também Pedro Correia Marques sentidamente a recordou ao agradecer comovidamente a justa homenagem que lhe foi prestada e que certamente feriu a sua modéstia, mas deve ter falado eloquentemente ao seu espírito e tocado profundamente o seu coração.

Porque os tempos mudaram perdeu *A Voz* — nobre continuadora de *A Época* — a sua feição combativa, mas não perdeu a sua posição de defensora dos princípios morais e espirituais que sempre a orientaram.

Sob a direcção de Pedro Correia Marques, *A Voz* continuará a cumprir a missão que lhe cabe e porque assim o penso e sinto afirmo-lhe o apreço e a admiração que me merece e de que são mais uma prova as modestas linhas que aqui ficam.

Évora
Dezembro de 1947.

BENTO CALDAS.

Velharias Vimaraneses

Documentos & Efemérides

1848

Guimarães há 100 anos

Janeiro

Dia 4 — Por carta régia foi nomeado o Padre José Maria da Silva Costa, natural da freguesia de S. José de S. Lázaro, de Braga, beneficiado tercenário na Sé de Braga, para cónego prebendado da Colegiada de Guimarães da cadeira vaga por óbito do cónego Rodrigo António da Silva Vilela.

Dia 5 — A Câmara faz três representações à Rainha, pedindo: — a permanência de um corpo de tropa, preferindo infantaria 13 que aqui estava há meses comandada pelo tenente-coronel José Fernandes da Silva; — transferência da escola primária de Guardizela para Gondar; — que os contribuintes sejam aliviados do gravame que sofriam no pagamento dos impostos com metade em notas pelo valor efectivo do mercado de Lisboa.

Dia 15 — Saíu para Chaves o tenente-coronel de infantaria 13, as bandeiras, a música e mais alguns oficiais e soldados, ficando aqui um forte destacamento deste regimento. O tenente-coronel e o seu estado maior foram para Chaves por ser a praça daquele regimento e onde permanecia uma grande força desse mesmo regimento. (P. L.).

Dia 22 — Morre na sua casa da Rua de S. Domingos o cónego da Sé de Braga, D. António Branco, bacharel formado em

cânones, freire de S. Tiago e cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Foi depositado e sepultado no dia seguinte na igreja de S. Domingos, sem pompa, conforme o costume da sua casa. (P. L.).

Fevereiro

Dia 7 — Portaria do Ministério do Reino para que o digno par Barão de Vila Pouca parta com a possível brevidade para Braga, a fim de assumir o exercício das funções de Governador Civil, conforme a proposta aprovada na Câmara dos Pares, na sessão de 3 deste mês.

Dia 8 — Toma posse da conesia prebendada n.º 8 o beneficiado da Sé de Braga José Maria da Silva Costa, comendador da Ordem de Cristo.

Dia 10 — O administrador do concelho seguiu para Sande com uma escolta da força do regimento do 13, para prender alguns homens e mulheres que tinham resistido à polícia daquela freguesia, tirando-lhe alguns recrutas que a polícia havia prendido. Foram as mulheres as que mais resistência ofereceram, cometendo o atentado de lhe atirarem pedradas. Quando o administrador ali chegou, já lá estava uma força de 100 homens de infantaria 8, os quais se tinham aboletado em casa dos amotinadores.

Foram presos três homens e cinco mulheres que vieram no dia seguinte para a cadeia desta vila, para o que o administrador do concelho teve de voltar a Sande. (P. L.).

Dia 19 — Faleceu, na Casa do Costeado, D. Maria da Conceição e Nápoles, irmã do António de Nápoles, ambos da Casa do Toural. Era solteira e conhecida pela «fidalga da Casa do Toural». Foi depositada no dia seguinte na igreja das Capuchinhas. (P. L.).

Março

Dia 8 (*Quarta-feira de Cinza*) — Saiu a procissão de Cinza da igreja de S. Francisco, indo todos os andores e figuras muito asseadas e as duas Ordens Terceiras de S. Francisco e de S. Domingos, levando cada uma delas muitos irmãos. Atrás seguia a força do regimento 13. O dia estava belo e a concorrência do povo das aldeias foi bastante. Esta procissão, que há 16 anos não saía, fez-se a expensas da Ordem Terceira de S. Francisco, segundo o costume. (P. L.).

Dia 13 — Morreu na cidade de Lisboa João Baptista Felgueiras, fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, ministro de estado honorário e membro do Conselho de Justiça. Era natural desta vila, senhor da Casa das Hortas e filho do defunto desembargador Manuel Baptista Felgueiras. (P. L.). O dr. José de Freitas Costa escreveu à margem do livro de seu tio P. L. o seguinte: — *bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, do cons.º de S. Magestade, fidalgo cavaleiro e comendador da Ordem de N.ª S.ª da Conceição. Foi Juiz de Fóra, Procurador Geral da Corôa, do Conselho Efectivo do Supremo Tribunal de Justiça, deputado às cortes de 1821, onde serviu de secretário, e Ministro da Justiça em 1842. Nasceu em Guimarães a 6 de Abril*

de 1787 e morreu em Lisboa a 13 de Março de 1848. Escreveu Necrologio de Agostinho José Freire, que foi Ministro e Secretário Honorário, Conselheiro de Estado, Par do Reino, etc. (Lisboa Tip. do Examinador (1837), 8.º gr. de 16 págs. Satu de novo mais ampliado com o seguinte titulo: Resumo Histórico da vida e trágico fim do conselheiro d'estado Agostinho José Freire, Lisboa Tip. Patriótica de C. J. da Silva e Comp.ª 1837. 8.º gr. de 23 páginas. Foram publicados ambos os folhetos sem o nome do autor, e oferecidos à filha do biografado, D. Maria da Piedade Freire, não se expondo à venda. Vid. Dicionário Portugal — 3.º fls. 340 e Dicionário Bibliogr. militar português, por Martins de Carvalho, págs. 104, na palavra Felgueiras.

Dia 16—Projecto de Lei. «*Art. 1.º É confirmada a concessão feita pelo Governo por Decreto de 25 de Abril de 1842, d'um anel de agua que corria para o extinto convento de S. Domingos da villa de Guimarães, à Ordem 3.ª da mesma invocação, para serviço do seu Hospital. Art. 2.º É igualmente confirmada a concessão feita pelo Governo por Decreto da referida data, e com as duas condições n'elle expressas, á Mesa da Misericórdia da mesma Villa, da Igreja de Santo António para depositar os mortos em quanto não são sepultados. Casa da Comissão, 16 de Março de 1848 — Bispo eleito de Castelo Branco, Presidente.*»

Dia 20 — O Cabido representa à Câmara dos Pares do Reino pedindo que seja rejeitado o projecto, já aprovado na Câmara dos deputados, que reformava as Colegiadas, reduzindo-lhes o número de beneficiados a 11 e applicando para os seminários os réditos dos que fossem vagando, além dos 11. Nesta mesma data escreveu ao Patriarca e ao duque de Saldanha, pedindo-lhes que protegessem a dita representação.

Dia 21 (*Sexta-feira Santa*) — Houve na igreja de S. Francisco «a função do Enterro com toda a grandeza, concorrendo a ela imensa gente». No fim saiu a procissão do Enterro, pelo Terreiro de S. Francisco, Toural, Porta da Vila, etc. Já no Domingo de Ramos tinha havido a função dos Ramos e na quinta-feira maior *Lava Pedes*. Estas funções foram feitas à custa da Ordem Terceira, da qual era Ministro o comendador Luís Martins da Costa. (P. L.).

Dia 22 — A Câmara Municipal representa à Câmara dos Pares (por intermédio do Patriarca, que era o presidente desta), sobre o projecto de reforma das Colegiadas, pedindo a conservação da de Guimarães com todos os réditos que possuía e o correspondente número de cônegos, e negue aos foreiros o direito das remissões.

Dia 26 — Foi baptizada na igreja de Santo Estêvão de Urgezès, D. Virgínia Thatcher, de nacionalidade inglesa, mulher de Nicolau de Arrochela. Ele era Par do Reino e estava em Lisboa. Foi padrinho o marechal duque de Saldanha, por procuração passada a António de Nápoles, do Costeado. (P. L.).

Em todo este mês grassou nesta vila e aldeias circunvizinhas a «gripe» que atacou quase toda a gente, sendo contudo muito benigna. (P. L.).

Abril

Dia 4 — Dia natalício de S. M. a Rainha Senhora D. Maria II. Logo ao romper da aurora houve repiques de sino em todas as torres, uma salva de 21 tiros de morteiros na Praça do Tournal e muitos foguetes. Às

11 horas houve *Te Deum Laudamus* na Colegiada, com a assistência do Cabido, Câmara, autoridades, major e mais officiaes da força do regimento 13. Depois do *Te Deum* veio a força do 13, comandada pelo major, ao Tournal fazendo aí parada e dando vivas a S. M. a Rainha, à Carta Constitucional, a El-Rei D. Fernando, à Família Real e à Nação Portuguesa, estando presente bastante povo. À tarde os officiaes, sargentos e soldados tiveram um jantar. À noite os sargentos e algum povo andaram pelas ruas a dar vivas e trazendo uma música a tocar o hino da Carta. A vila esteve toda iluminada e o major deu um baile em sua casa. (P. L.).

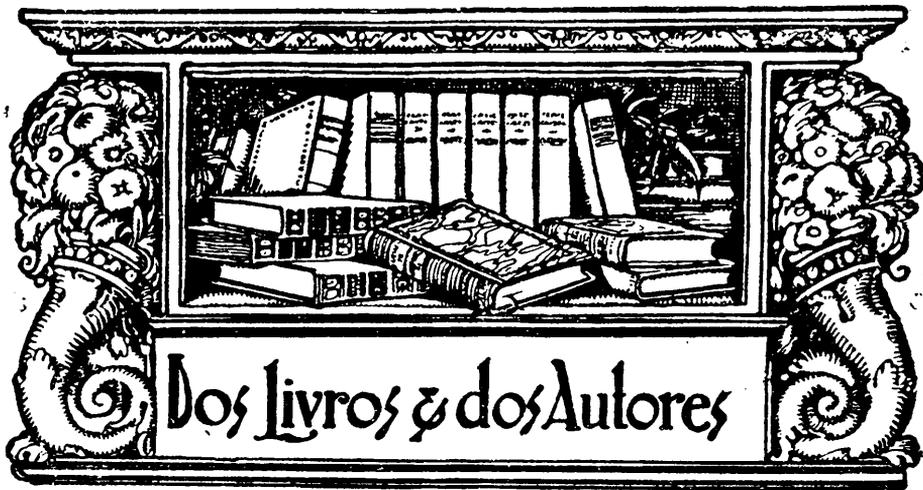
Dia 11 — É conferido o título de 1.º Conde de Vila Pouca ao 1.º Visconde do mesmo título, Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado. (P. L.).

Dia 25 — À noite enterrou-se na igreja da Colegiada um anjinho (tinha um dia), filho de António Marinho Falcão de Roriz e de uma filha de D. Joaquina Martins (Minotes), com quem há pouco tinha casado. O enterro foi com todo o luxo indo assistir toda a nobreza e não nobreza da vila. (P. L.).

— Carta de Lei a confirmar as concessões feitas à Ordem Terceira de S. Domingos e à Misericórdia por Decreto de 25 de Abril de 1842, àquela do anel de água do convento e a esta da igreja dos Capuchos — Maço 18 de Leis, n.º 7.

Dia 29 — De manhã, ao meio dia e à noite deram-se fepiques de sino, por ser o aniversário da outorga da Carta Constitucional. A Câmara mandou deitar Bando a convidar os habitantes a porem luminárias. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA (†).



O HOMEM É FORTE, romance por *Corrado Alvaro*. Tradução portuguesa de *Oliva Guerra*. Livraria Tavares Martins. Porto, 1945. 348 págs.

O Autor é considerado um dos melhores romancistas italianos da actualidade, mas supomos ser esta a sua primeira obra com que o público português toma contacto. Segundo a breve *Advertência* que antecede a obra, esta pretende «descrever as condições de um homem num permanente estado de terror — não daquele terror misterioso de que a literatura tantos exemplos nos tem oferecido, mas do verdadeiro terror humano, causado por homens e codificado por leis, como o que se via em volta do autor, por ocasião de uma sua estada, há alguns anos, na U. R. S. S.».

Trata-se, pois (ou parece que o Autor assim o pensou), de uma obra em que se pretendia dar o ambiente de hoje na Rússia soviética. Todavia, percorridas as primeiras páginas, fica-se absolutamente desapontado, e o desapontamento fundamenta-se à medida que vamos avançando na leitura da obra. O tal

«ambiente» não consegue aparecer senão aqui e ali, de forma descosida, quase independente da acção, não contribuindo em nada para que Dale, o protagonista, tome a desconcertante atitude da última parte da obra. O leitor não fica nada convencido de que o regime soviético seja de terror e uma verdadeira monstruosidade, negadora daquilo que é mais querido à alma do homem: a sua liberdade. Quando esperávamos que o Autor pusesse os seus personagens (que nos parecem perfeitos autómatos, sem vida própria, movendo-se por impulsos, mas impulsos que se vê bem não virem da alma) a agir e a mover-se dentro de um meio perfeitamente definido e caracterizado, vemos, afinal, que os personagens carecem de vida própria, não possuem psicologia que os distinga da massa amorfa do resto dos homens, ao mesmo tempo que nenhuma ideia ficamos a fazer da vida no país dos Sovietes, como era de esperar numa obra destas.

O Autor não consegue convencer o leitor de que o terror que persegue Dale e Bárbara seja, de facto, o «verdadeiro terror humano, causado por homens e

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

codificado por leis», quase desfazendo por completo os seus intuitos no capítulo em que nos descreve o diálogo entre Bárbara e o Inquisidor.

As verdadeiras condições da vida entre os Sovietes são-nos absolutamente desconhecidas ainda hoje, a despeito da profusão de obras que se têm escrito sobre a U. R. S. S. nos últimos anos. Os raros portugueses que lá têm ido, viram apenas o exterior... *et pour cause*. Os outros, os que vivem lá, diriam, se fossem chamados a depor, que a Rússia de hoje é o Paraíso. Em qualquer dos casos, nenhum desses depoimentos pode merecer confiança. No entanto, independentemente da nossa discordância com a ideologia básica do bolchevismo, um facto há que prova, de modo conclusivo, que a vida na Rússia não é o paraíso apregoado pelos seus panegiristas: é a proibição absoluta de visitar livremente todos os pontos do antigo império dos Czares e a de saírem para o estrangeiro fotografias lá tiradas, ainda as mais inocentes. Diz o nosso povo, pitorescamente, que «quem não deve, não teme».

Ora um residente de alguns anos na U. R. S. S., vivendo o dia a dia lancinante de populações escravizadas, e possuidor de qualidades de narrador poderia dar-nos, em páginas soberbas, a cor, o ambiente, o meio da Rússia moderna, simultaneamente com um estudo magistral do terror provocado por esse mesmo ambiente, qualquer coisa como o grande Anatole fez em *Les Dieux ont soif* ou Paulo Bourget nesse conto magistral *Une nuit de Noël sous la Terreur*. Nada disto, porém, nos dá o sr. C. A. no seu romance, que, por infelicidade, nem ao menos é valorizado por uma tradução elegante, agravada pelo descuido da revisão que, aqui e ali, deixou passar *asterísticos*, *hóstil* (pelo menos duas vezes), *prevertidos*, etc., e a falta de

concordância, no primeiro parágrafo do cap. 9: «*uns passos* no quarto ao lado *avisou-o*, etc.». Parece-me que estes pequenos senões não deveriam desfeiar obras de tão cuidada apresentação como as da colecção «Contemporâneos», inevitavelmente uma das melhores hoje em publicação.



DIA LONGO. *Poesias escolhidas (1916-1943)*, por Ribeiro Couto. Portugalíia Editora. Lisboa, 1944. 383 págs.

Os portugueses foram sempre excelentes e constantes cavaleiros do Pégaso, mas os seus irmãos brasileiros não desmerecem dessas belas qualidades. E assim, desde o século XVII que à longa pléiade de poetas portugueses tem de juntar-se a pléiade, não menos numerosa, de poetas do Brasil, que aliam ao lirismo idealista de Portugal um cáldo entusiasmo poético, fruto do seu clima ardente dos Trópicos. Mas foi principalmente depois da declaração da independência que a coorte de poetas do Brasil se autonomizou inteiramente, com o admirável Castro Alves, por exemplo, um dos maiores poetas de língua portuguesa, capaz de hombraear com os maiores do mundo, e cujo génio atingiria por certo culminâncias jamais por outrem alcançadas se a morte o não ceifasse em plena mocidade e em princípio do desabrochar de todo o seu talento poético.

No século actual grandes têm sido, também, os poetas do país irmão, desde o admirável Bilac, o illustre Martins Fontes e outros, passando por esse estranho e grande Catulo Cearense, até Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, os dois expoentes máximos, cremos, da poesia brasileira dos nossos dias.

O dr. Rui Ribeiro Couto, em pleno vigor da sua vida física e da sua inteligência, é uma personalidade complexa, misto de grande poeta e de grande prosador português, cuja versatilidade o leva a cultivar simultaneamente a poesia modernista, revolucionária, alheia às mais elementares regras da métrica e da rima, e a poesia de recorte clássico, manuseada à maneira parnasiana, ao mesmo tempo que, nos intervalos de repouso do seu estro, vaza em prosa de romance essa necessidade de se confessar e de se libertar dos seus fantasmas interiores que todo o homem sente. A crítica de Portugal e a do Brasil já consagraram este ilustre poeta, que, sendo um diplomata de carreira, viveu alguns anos entre nós e aqui publicou algumas das suas melhores obras, como a que serve de epígrafe a estas breves notas.

Dia longo é uma antologia das obras do poeta desde *O jardim das confidências* (publicado em 1921, mas com poesias de 1915) até ao *Cancioneiro do Ausente*, editado em 1943. São bastantes dezenas de poesias (agora usa-se chamar-lhes «poemas», talvez por influência do inglês), muitas delas imbuídas daquele lirismo cálido dos Trópicos a que acima aludimos. Não é o sr. R. C. um poeta retórico, como acertadamente observou um crítico brasileiro, mas nem mesmo quando trata temas nitidamente brasileiros deixa de ser um grande poeta da tradição lírica portuguesa, pelo sentimento que vive nas suas poesias e pelo saudosismo que enche, por exemplo, o *Cancioneiro de Dom Afonso*, algumas poesias do *Noroeste* e todo o *Cancioneiro do Ausente*. Sendo um poeta revolucionário (não no sentido político, mas no sentido artístico), o sr. R. C. nem sempre esquece os velhos cânones poéticos, e dá-nos, por vezes, jóias como o soneto «Arco-iris» (pág. 297) e os tercetos da

pág. 303, ou então pequeninas poesias saltitantes como as modinhas oitocentistas, como esse curioso «Luar do sertão» (pág. 262).

Mas sendo filho do Brasil, é natural que a poesia do sr. R. C. não deixasse, como acima dissemos, de se penetrar do ambiente tropical, que se sente em todas as suas obras, até mesmo nas que foram escritas em climas opostos ao da sua pátria, como o *Cancioneiro de Dom Afonso* e o *Cancioneiro do Ausente*.

A alma ardente do poeta R. C., ainda quando o corpo vagueia pelas margens nevoentas do Zuiderzee, pela velha Oxford ou pela esmagadora Nova-Iorque, jamais deixa de evocar a ardência tropical da sua terra, a languidez sensual das mulatas dengues, ou o primitivismo supersticioso dos caboclos sertanejos. R. C. é, por isso, mais do que Catulo da Paixão, o grande poeta do Brasil de hoje, porque se aquele incarna verdadeiramente a alma do sertão brasileiro do Nordeste, com o seu lirismo bravo, este sintetiza perfeitamente todo o Brasil, do Acre ao Rio, do Amazonas às terras gaúchas do sul. Se um é, na verdade, o poeta que dignificou o violão ao mesmo tempo que dava foros de literário ao dialecto do Nordeste, o outro, pela sua cultura, elevava-se a alturas que o faziam consagrar o Poeta por excelência do Brasil.



EÇA DE QUEIRÓS E A NOBREZA, pelo
Conde d'Aurora (Conferência).
Portugália Editora, 1946. 80 págs.
Ilustr.

Nesta conferência, pronunciada em Janeiro de 1946 no Círculo Eça de Queirós, pretende o seu conhecido Autor demonstrar que, ao contrário do que em

geral se crê, o grande romancista, não foi inimigo da nobreza, cujo conceito pessoal expõe nos primeiros parágrafos do volume. Nada de novo nos é dito sobre a obra queirosiana ou o seu autor (e será isso possível depois da catadupa niagárica de livros, livrinhos e livrecos a que deu origem o centenário do grande escritor?), constituindo a conferência uma série de impressões fugitivas e muito pessoais a respeito da forma como Eça de Queirós se referiu e tratou, nos seus romances, a certos personagens considerados fidalgos ou titulares, que o escritor ridiculariza a cada passo.

Não vamos, evidentemente, discutir neste lugar a discutível opinião que o Autor, nobre pelo sangue e titular, possui a respeito do que seja nobreza, até por não ser elegante nem curial fazê-lo. Limitar-nos-emos antes a manifestar a nossa discordância da sua condenação *in limine* da primeira fase da obra queirosiana que, se pelo seu realismo sacrificou muito às doutrinas correntes no seu tempo, também muito de nobre e elevado nos deixou envolto em uma linguagem de superior beleza. Nem tudo o que existe n'*O Primo Basílio*, n'*A Relíquia* ou n'*O Crime do Padre Amaro* é digno de censura, e não esqueçamos que em todas estas três obras há um fim moral em vista, respectivamente: o ataque à educação falsa da mulher, à hipocrisia, e à deficiente educação moral dos que são levados para a vida sacerdotal sem prévio exame rigoroso à sua vocação. Anotamos isto muito «pela rama» (como gostava o conselheiro Pacheco, que Deus haja!) por ser nossa pretensão apenas assinalar o aparecimento da obra e nada mais.

A edição, em magnífico papel, é copiosamente ilustrada com fotografias de pessoas da família de E. de Q., entre as quais algumas inéditas do grande escritor, bem como dois magníficos dese-

nhos do grande artista que é o sr. José Luís Brandão de Carvalho.



HENRY THE NAVIGATOR, por *Elaine Sanceau*. Hutchinson & C.º Ltd. London, s. d. 144 págs.

Miss E. S. é já bem conhecida dos nossos leitores, por certo, mercê de uma série de obras valiosas que a distinta escritora inglesa, devotada lusófila, tem publicado há alguns anos a esta parte. Residindo em Portugal desde 1930, tem sido no nosso país que as suas obras têm visto a luz da publicidade, em versão portuguesa, ainda antes de editadas na pátria de Miss E. S. e na sua bela língua. Não vão muitos meses passados sobre o dia em que nós próprios tivemos o gosto de, em tradução nossa, dar ao público de Portugal o magnífico estudo que a Autora escreveu sobre a admirável figura de D. João de Castro, obra que, como as anteriores, se editou primeiro no nosso país.

Chega-nos agora às mãos o estudo acerca do Infante D. Henrique, editado em português há já alguns anos em cuidada versão do sr. dr. José Francisco dos Santos.

O Infante «Navegador» é de especial simpatia de ingleses e alemães: além da obra recente de Miss S., em inglês, há já as obras excelentes de Major e de Beazley (esta traduzida por nós também). E se a de Miss S. não traz nada de novo quanto à acção henriquina, traz, porém, uma interpretação pessoal e muito sua da figura do Infante, que a distinta Autora admira sem reservas. Não é uma biografia romanceada, como foi moda no período intervalar das duas Grandes Guerras; tampouco é uma obra

seca de História objectiva, em que todas as asserções se baseiam em documentos e em factos documentalmente comprovados.

Miss S., que no seu *D. João de Castro* inaugurou uma nova maneira sua utilizando e transcrevendo a cada passo as fontes documentais coevas, neste seu livro ainda nos oferece uma biografia interpretativa, cujas fontes nos dá em apêndice bibliográfico, de que unicamente constam obras impressas. No entanto, que admirável quadro ergue a Autora ante os nossos olhos! A vida do grande Infante passa e repassa constantemente à nossa vista, não como série isolada de cenas sem ligação, mas sim como um *film* esplêndido de reconstituição histórica, em que, a cada passo, as simpatias e preferências da Autora nos são insinuadas, porém com uma delicadeza e de forma tão subtil que podemos apresentar o facto como paradigma a certos autores portugueses do tipo dogmático.

A elegância da linguagem, a elevação do tom com que é pintada toda uma época, em que não faltam, infelizmente, algumas páginas negras, o rigor da verdade histórica, sempre respeitada por quem poderia, sem censura, deixar-se levar pelo valor de certa fantasia romântica muito nórdica, tudo faz deste livro uma obra magnífica que, mais do que à Autora, honra o país a que pertence o Herói, cuja verdadeira personalidade, apesar de tudo, nos escapa, apesar de os seus feitos «se encontrarem escritos com letras de luz» (pág. 138).

O último capítulo, sobretudo, é um hino entusiástico à memória daquele que «abriu de par em par, pela primeira vez, as portas do património do homem» (pág. 140).

Um senão tem a obra: não ter as notas eruditas que, para a versão portuguesa, escreveu a distinta Autora.

NA AGONIA DO DESPOTISMO, por *Fernando de Aguiar*. Edição «Pro Domo». Lisboa, 1945. 282 págs.

O distinto Autor, a que já se devem alguns trabalhos de doutrinação política, pretende nesta obra pôr em confronto Monarquia e República, para concluir pela necessidade e vantagens daquela, feito o balanço dos resultados de uma e outra, não só em Portugal, mas também em outros países.

Por mera casualidade escrevemos estas linhas no dia da proclamação da República em Itália, e isto traz-nos à lembrança que, presentemente, a Europa pode, do ponto de vista dos regimes políticos, dividir-se em duas partes, no sentido de Leste a Oeste, começando a linha divisória (um pouco sinuosa) no Canal da Mancha e terminando no mar Báltico. A norte dessa linha ficam os países de nível de vida mais elevado, em que a compreensão dos deveres civicos e sociais é mais perfeita, em que se encontra mais avançado o progresso material: Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia. E — caso singular! — exceptuando a última, todas as outras nações regem-se pela forma monárquica temperada. Ao sul dessa linha vemos repúblicas — Portugal, Espanha, França, Itália, Jugoslávia, Albânia, Rússia, a baralhada balcânica com uma monarquia sem rei — a Grécia — e os países ocupados: Alemanha, Austria e Polónia.

Que conclusão tirar de tudo isto? A Itália da Meia Idade ofereceu-nos o exemplo frizante de Génova e Venesa, os dois Estados mais progressivos e que o nível da civilização foi mais elevado, terem sido repúblicas; Florença, por seu lado, só ganhou estabilidade política sob a ditadura dos Médicis.

Portugal é tradicionalmente monárquico; convém-lhe, por isso, a Monar-

quia. Mas como fazer aceitar a mesma forma de regime por países novos como os Estados Unidos da América, a Africa do Sul, o Canadá, a Austrália, embora, *teòricamente*, estes três últimos Estados tenham por soberano o rei da Inglaterra? Onde está a tradição que lho imponha?

O distinto Autor sabe muito bem que foi precisamente a *política pessoal* do rei Jorge III a responsável pela sublevação das treze colónias americanas, muitas delas fundadas por outros ingleses fugidos, primeiro, à tentativa de ditadura de Carlos I, e, depois, à perseguição de Cromwell.

Parece-nos, pois, que o sr. dr. F. de A. não deveria generalizar tanto as suas críticas, salvo se se limitasse ao seu próprio país, pois neste caso poderíamos concluir com ele que a fórmula republicana se não compadece com a tradição nacional, sendo a República, na sua feição democrática, tudo quanto há de menos aconselhável para Portugal.



AMOR, CASAMENTO E FAMÍLIA, POR *Guilherme Schmidt*. Tradução de *Martha de Mesquita da Câmara*. Prefácio de J. A. Pires de Lima, 1946. Livraria Figueirinhas. Porto. 201 págs.

É constituída esta obra por seis conferências em que o Autor, distinto sacerdote, desenvolve o seu pensamento acerca do amor, do casamento e da família, com elevação embora nem sempre com lógica convincente. De facto há aqui e além certas afirmações que, praticamente, podem não condizer com a realidade, e algumas ingenuidades, tocantes embora, mas descabidas em um livro austero como este.

Tampouco nos parecem curiais as afirmações políticas do ilustre Prefaciador, que reputamos descabidas em uma obra que devia dirigir-se a todos e não apenas a alguns.



MEMORIAL SOBRE OS LUGARES SANTOS. Apresentado pela Ordem Franciscana. 1946. 39 págs.

A Ordem dos Frades Menores tem, há séculos, à sua cura diversos lugares situados na Palestina. A partir do século xvi o clero bisantino principiou a contestar-lhe a posse desses lugares, de alguns dos quais ela foi despojada. Aproveitando a oportunidade de uma conferência da paz, pretende a O. F. M. chamar a atenção do Mundo para o seu caso, reclamando justiça. Nesta obrinha estuda-se a questão em todos os seus aspectos: jurídico, histórico e religioso, com dados colhidos nos autores que, pelos séculos adiante, lhe têm feito referência.



THE HISTORY OF TERCEIRA IN ONE THOUSAND WORDS, by *Gervásio Lima*. 7 págs.

O escritor terceirense G. L., procurando divulgar os factos históricos mais importantes da sua terra, escreveu esta breve história da ilha Terceira «em mil palavras», que não contamos, mas devem estar certas.

Escrito em linguagem fluente, é pena que a revisão deixasse passar gralhas que, por frequentes, muito afeiam o curioso folheto.

A HISTÓRIA DOS AÇORES EM MIL PALAVRAS, por *Gervásio Lima*. 2.ª edição, s. d. 8 págs.

Folheto com os mesmos intuitos divulgadores que o anterior, conta a história dos Açores «em mil palavras», que reproduz em inglês, para maior projecção.

Panegirista das belezas do Arquipélago e do seu glorioso passado, o sr. G. L. descreve, a largos traços, os feitos principais dos seus compatriotas, em linguagem cheia de vibração. Discutíveis as afirmações de os Açores terem sido descobertos em 1432 e de Miguel Côrte-Real ter morrido na América «rei dos Índios».



NOVO PRONTUÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, por *A. de Sampaio e Melo*. Editorial Domingos Barreira. Porto, s. d. 214 págs.

ACORDO ORTOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO. ALTERAÇÕES ORTOGRÁFICAS, por *Francisco Torrinha*. Edição do mesmo editor. 55 págs.

A publicação do Acordo Ortográfico luso-brasileiro de Dezembro de 1945 deu origem a uma verdadeira invasão de trabalhos com o fim de divulgarem a sua doutrina. Não nos cumpre discutir esta, já por não ser este lugar o mais próprio para o efeito, já por ser hoje lei geral e como tal a devermos acatar. Limitar-nos-emos, por isso, a apreciar o valor destes dois trabalhos, o primeiro dos quais não pode considerar-se obra nova mas refundição e ampliação do conhecido *Prontuário* do Prof. Sampaio e Melo.

Seguindo o mesmo plano das ante-

riores edições, sofreu as alterações inevitáveis que lhe impunha o Acordo Ortográfico. Continua, porém, a distribuir os assuntos por forma que facilite essa rápida consulta, sem entrar em largas divagações que não interessariam às pessoas a quem principalmente se destina.

De novo publica o Autor um Vocabulário comum dos «vocábulos de uso corrente que ofereçam alguma dificuldade de ortografia, pronúncia ou flexão», bem como um utilíssimo Vocabulário onomástico, o que valoriza sobremaneira o trabalho do distinto Professor.

A segunda das duas obras, da autoria do ilustre Professor F. T., não se limita a dar a doutrina do Acordo Ortográfico (cuja clareza de redacção não é a maior qualidade) mas distribui-a por afinidade de assuntos, esclarecendo e completando aquilo que no Acordo é confuso ou incompleto, com os exemplos do mesmo Acordo. Nota-se a falta de um índice que muito facilitaria a consulta de um trabalho destinado aos estudantes e ao povo.



BASES DA NOVA ORTOGRAFIA. Introdução e notas de *José Pedro Machado*. Edição «Pro Domo». Lisboa, 1946. 149 págs.

Tem esta obra um mérito que a coloca à frente das que — e tantíssimas são! — foram publicadas em seguida à assinatura do famoso Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro, que, no fim de contas é mais «brasileiro» do que «luso». O mérito referido é o ser constituído por toda a documentação oficial (o decreto n.º 35.228 e mais três documentos) referentes ao mesmo Acordo.

Valorizam-na ainda excelentes notas do Coordenador, que esclarecem muitas das Bases do Acordo, ou as criticam com justiça, filhas do saber deste distinto Professor que, sendo ainda novo, sobressai entre a multidão dos que se dedicam à ingrata, mas sempre nobre, missão de ensinar, seja ela exercida na cátedra, seja através da revista ou do livro.

Nesta breve nótula pretendemos apenas chamar a atenção dos leitores para um trabalho destes, do qual o nome do sr. dr. J. P. M. é garantia plena de escrúpulo e probidade.

Quanto às famosas Bases abstermo-nos de a elas nos referirmos pelas razões já expostas na nótula anterior.



OS AMANTES DAS NUVENS (*Teatro*),
por *Vicenzo Spinelli*. Tradução
do italiano por *R. Amorim Guimaraes*. Edição «Nós». Braga, s. d.

Dá-se com esta obra uma particularidade curiosa e honrosa para nós, Portugueses, facto que se tem dado também com outras de uma ilustre escritora inglesa, residente em Portugal: aparecer em nossa Língua antes de na original. Efectivamente *Gli Amante delle Nuvole* não se publicaram ainda em italiano e com isso perderam os italianos que não conhecem o português.

Duas peças compõem o volume, a que o inteligente tradutor chama «Díptico da Ilusão», — e é a «Ilusão, única Deusa», que o ilustre Autor dedica a obra: *Ixíon*, um drama, *Teucro*, uma comédia. Decorre a acção de ambos nos tempos fabulosos da Grécia, mas não é grego o ambiente, nem a linguagem ressuma aquele estilo épico em que se escreveram as tragédias da Antiguidade.

Com levíssimas alterações poderiam os personagens apresentar-se a discorrer em qualquer ponto da Itália de hoje ou até de Portugal, porque o sr. dr. V. S. não pretendeu fazer obra de literatura arqueológica, ressuscitar um mundo morto para divertimento dos homens de hoje, mas tão somente demonstrar uma tese: a de que a única realidade é a ilusão que o nosso espirito cria. No drama põe-nos em presença de um aspecto dessa tese: criamos uma ilusão, que acalentamos como sonho ardente; corporizado este e traduzido num mal de efeitos perniciosos, recusamo-nos a crer que a responsabilidade desse mal deva tocar-nos, por que as nossas *intencções* eram puras. É uma tese de actualidade formidável, quando o mundo sofre os horrores consecutivos a uma horrorosa guerra, fruto, por sua vez, de ilusões, de mitos.

Na comédia temos outro aspecto da tese: idealizamos e esperamos a corporização da ideia. Esta não corresponde à nossa concepção; nem por isso deixamos de crer na realidade da ilusão, e continuamos a esperar. Esperamos, apesar de tudo...

São duas obras para ler e meditar, que não para representar. É a leitura que nos transmitirá melhor o pensamento do Autor, que, hábilmente, pôs em cenário antigo ideias actuais, em linguagem de grande vibração, criando situações verdadeiramente empolgantes, como a cena final do drama.

O sr. dr. V. S. produziu, com *Ixíon*, uma obra prima que o põe, incontestavelmente, na fileira dos grandes escritores italianos dos nossos dias e dos pensadores que, longe de se refugiarem nas torres ebúrneas do seu egoísmo, descem à liça para doutrinar os homens.

A Editorial «Nós» deve sentir-se honrada por haver editado uma obra de grande valor literário e filosófico.

DIANTE DA VIDA. *Últimos indícios. Voz interior*, por *António Porto Além*, s. l., 1945. 54 págs.

É o IV Caderno da série de solilóquios espirituais do Autor, a que já nos referimos algumas vezes neste mesmo lugar. Eivados do mesmo desalento e pessimismo dos anteriores, nada adiantam estes «Indícios» em relação aos já publicados, antes neles se acentua mais esse desalento que gostaríamos de ver substituído por um optimismo sadio, embora não exagerado, e que contribuisse, ainda que pequeninamente, para a transformação do ambiente espiritual do Mundo que precisa muito mais de espíritos sadios do que de quem carregue mais essas cores negras que o cobrem.



MEDITAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA, por *Vasco Botelho de Amaral*. Edições Gama. Lisboa, 1945. 328 págs.

Reúne o distinto Autor (filólogo e lexicologista de merecimento, cujos esforços a bem da nossa língua nunca é de mais aplaudir) neste volume vários estudos publicados em revistas ou pronunciados ao microfone e em defesa da Língua portuguesa. Herdeiro do lugar do falecido e ilustre Prof. Agostinho de Campos, outro paladino de alto valor, o sr. dr. V. B. de A. ganhou já um lugar de relevo entre a pléiade, ainda escassa, dos que se batem pela pureza da nossa Língua.

Não é, porém, o Autor um gramaticão, cheio de caturrices, invocando a cada passo a autoridade dos clássicos para justificar ou fundamentar uma asserção, porque antes se mostra espi-

rito compreensivo e aberto, sem as intransigências que repelem e sem os dogmatismos que enjoam.

Prova-se, entre outros, com os três ensaios dedicados à linguagem de Eça de Queirós, em que a figura do grande romancista em nada sai diminuída, e em que se faz justiça ao seu valor de estilista, que tantos proclamam sem o compreender, e outros acusam sem quererem ver as suas belezas.

Acompanham o volume três índices, um de assuntos, outro de autores citados e outro, o mais útil, das palavras e expressões a que o distinto Professor se refere no corpo da obra.



NOVA TESE. FRANCISCO SANCHES É PORTUGUÊS NASCIDO EM VALENÇA, por *José da Mota Lopes*. Valença do Minho, 1945. 7 págs.

O que tem vindo a passar-se com a questão da naturalidade do autor do *Quod nihil scitur* está já a ultrapassar os limites do bom senso. Supôs-se, durante muito tempo, que Francisco Sanches era de Tui, opinião que um dia o falecido investigador dr. José de Sousa Machado rebateu, julgamos que triunfantemente, publicando o termo do baptismo do filósofo, em que se declarava que ele nascera na freguesia de S. João do Souto, na cidade de Braga. Apesar disso, porém, houve quem não concordasse, e, desde então, a polémica tem-se mantido em estado latente, Deus sabe até quando.

Ora, quanto a nós, parece-nos que uma localidade, uma provincia, um país só devem reivindicar com intransigência uma celebridade por sua, quando ela aí tiver adquirido os meios espirituais ou materiais que a elevaram acima do co-

mum. É possível, por exemplo, que Camões seja filho de Lisboa; tem, porém, Coimbra muito mais direito a considerá-lo como tal, pois ali passou a infância, ali contribuiu o ambiente para lhe desabrochar a inteligência, ali adquiriu ele a profunda cultura que dele fez um *nomine universale* à moda do Renascimento, e só a adversidade, em Coimbra, em Lisboa, em Ceuta, em Goa, em Macau, lhe espicaçou o génio que havia de o immortalizar. Garrett foi, como se sabe, portuense de nascimento, mas nos Açores, em Lisboa e em Coimbra é que se lhe formou a mentalidade, se lhe abriram os olhos da inteligência, se lhe facetou o espírito, obra depois completada pelo ambiente de outros países durante a emigração. Como portuense que somos — e disso nos orgulhamos — sentimos satisfação em contar o autor da *D. Branca* entre os nossos conterrâneos ilustres; não podemos, contudo, deixar de reconhecer que a única coisa que Garrett deveu ao Porto foi o ter lá nascido.

Francisco Sanches tem sido chamado, talvez um pouco prematuramente nos últimos anos, o «precursor de Descartes». Talvez por isso é que, com tanto calor, os bracarenses cultos reivindicam para Braga a honra de lhe ter servido de pátria. Mas, que deveu o filólogo à terra natal além do local, talvez fortuito, em que pela primeira vez viu a luz do dia? Nada. O ambiente cultural em que o espírito se lhe formou foi outro, noutros países fez a aquisição dos conhecimentos que lhe marcaram ao espírito a directriz que depois tomou. Nada mais há que a linda cidade minhota, em que escrevemos, possa reclamar como glória sua.

Aparece agora o sr. J. da M. L., em artigo-separata de *O Minhoto* a sugerir a hipótese de o filólogo ter nascido em Tui mas sido baptizado em Braga, ou

no lugar de Tuido, próximo de Valença, concluindo, modestamente, por dizer que não pretende solucionar a questão, até por esta nova tese carecer «na verdade, para se impor, de argumentos mais decisivos».

Realmente, a forma sensata e prudente como o Autor põe a questão atrai a nossa simpatia, avessa a toda a espécie de dogmatismo com que, infelizmente, no nosso país é costume pôr toda e qualquer questão.



HISTÓRIA BREVE DA MÚSICA NO BRASIL, por *Gastão de Bettencourt*. Edição da Secção de intercâmbio Luso-Brasileiro do S. N. I. Lisboa, 1945. 124 págs.

Apesar do desenvolvimento que nestes últimos três anos tomaram as relações culturais luso-brasileiras, não nos parece que se justificasse uma história, ainda que «breve», da música no país irmão, até porque não é essa música tão conhecida em Portugal que imponha um conspecto geral da sua evolução no Brasil.

Todavia, o trabalho do sr. G. de B. não pode deixar de atrair as atenções dos especialistas que, querendo documentar-se, não possam adquirir as obras de que carecem para o efeito. Parece-nos, porém, que teria sido preferível ter iniciado a colecção com uma história, mesmo breve, da música em Portugal, falta que se faz sentir e que o Autor é o primeiro a assinalar ao iniciar a sua obra.

Nesta *História breve* encontramos nós os dados biográficos essenciais dos compositores brasileiros mais notáveis, suas principais composições e caracte-

rísticas do seu estilo. Mas, precisamente porque se trata de um rápido conspecto acerca da música, ou antes dos musicistas do Brasil, é muito superficial o que se fica a saber. Todavia, apensa o Autor ao seu trabalho uma lista, bastante desenvolvida, da bibliografia consultada, onde os estudiosos poderão colher elementos de que necessitem para ampliarem os seus conhecimentos.

Porque este trabalho, o n.º 3 da «Collecção Atlântico», editado pelo Secretariado Nacional da Informação, é de apresentação elegante e distinta, de nítida impressão e de excelente papel, muito desejaríamos que o Autor tivesse cuidado um pouco mais a linguagem; em muitos passos, dá ela a impressão de

resultar de redacção precipitada. Parece que os autores de obras de divulgação partilham da opinião de que tal espécie de trabalhos, por destinados ao grande público, não devem ser escritos com os cuidados com que se redigem outros simplesmente literários, critério erróneo que faz que muito do que por aí corre impresso seja do pior em matéria de linguagem.

A *História* a que temos vindo a referir-nos peca muito por descuido de linguagem e, por vezes, até de estilo, agravado ainda por uma revisão deficiente que deixou escapar deslizes que não podemos atribuir ao Autor.

ANTÓNIO ÁLVARO DORIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

Exaltação Lusfada (poemas) por *Freitas Soares*.

A deposição de D. Afonso VI (1666-1668), por *António A. Dória*.

Mar Vermelho (sonho místico), por *Jerónimo de Almeida*.

Oferta dos Editores:

Editora Educação Nacional — Porto:

1 — As raízes do futuro, por *José Régio*.

2 — Calendário da mulher.

Edições «Gama» — Lisboa:

1 — Fui chamado para a guerra (poema), por *António Gomes do Céu*.

2 — Acção da Rainha D. Leonor (1458-1525), por *Deolinda Margarida Ribeiro*.

3 — Sinais de Campanha, por *Fernando Amado*.

4 — Que é a Educação?, por *Edward Leen*.

5 — A alimentação na exploração dos gados, por *Joaquim da Silva Portugal*.

6 — Micróbios e micromicróbios, por *A. Jacinto Ferreira*.

Junta de Província do Douro Litoral — Porto:

Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos (1.º vol.), por *Augusto César Pires de Lima*.

Consejo Superior de Investigaciones Científicas — Madrid:

1 — Filosofía de la Educacion, por *Arsénio Pacios Lopez*.

2 — Política indígena en Guínea, por *A. Yglesias de la Riva*.

3 — Viajes de Hawkins a América, por *A. Rumeu de Armas*.

4 — Vida y viajes de Pedro Sarmiento de Gamboa, por *Amancio Iandín Carrasco*.

5 — Los Jesuitas y el motin de Esquilache, por *Constancio Eguia Ruiz, S. J.*

TRÊS DINASTIAS DE BRAGANÇA

EM 1933, publicou a revista *Nação Portuguesa* um artigo do autor destas linhas no qual se procurava mostrar como era injustificada a classificação que quase todos os historiadores faziam das dinastias em que dividiam a série dos Reis de Portugal. Assim, agrupavam-nos em três ou quatro períodos, conforme consideravam ou não os Filipes como soberanos nossos também, o que quer dizer que conglobavam numa só dinastia os monarcas brigantinos, isto é, desde D. João IV até D. Manuel II.

Creio ter demonstrado ser insustentável esta classificação, porquanto, considerando dinastia a «série de soberanos de uma mesma estirpe ou família que reinaram por sucessão uns após outros» (Salvat), se D. Miguel sucedeu a D. João VI, como as Côrtes de 1828 muito legitimamente reconheceram, com a deposição e expulsão de D. Miguel, interrompeu-se a série de Reis da Casa de Bragança que vinha desde o Restaurador, falharam os requisitos que, na definição dada acima, caracterizam a dinastia, — funda-se, enfim, uma dinastia nova. D. Maria II é, portanto, o primeiro Monarca da segunda dinastia de Bragança, ou melhor, da dinastia Bragança-Saxónia-Coburgo e Gota.

Tive o prazer de ver esta sugestão perfilhada por João Ameal na sua magnífica *História de Portugal* (pág. 665 da 2.^a ed.), e de verificar que ela correspondia à classificação já apresentada por Joaquim Lopes Carreira de Melo, na sua *Historia Chronologica de Portugal* publicada em 1866, que divide a história política do nosso país em cinco períodos, chamando ao quinto «Dinastia Brasileira ou de Bragança-Saxe-Coburgo-Gotha».

Encontrei, há tempos, num alfarrabista, o primeiro e único tomo publicado de *Les Contemporains*, de Teixeira de Vasconcelos, que saiu a lume em Paris e em francês, no ano de 1859.

Neste volume, que se intitula *Le Portugal et la Maison de Bragance* e contém muita coisa interessante, explica A. A. Teixeira de Vasconcelos:

«D. Jean II, duc de Bragançe, fut le fondateur de la troisième dynastie, qui donna au trône portugais sept souverains. Nous la finissons à D. Pedro IV, puisque le mariage de D. Marie II forma la nouvelle dynastie des Bragances-Cobourg, la branche aînée de la maison royale se conservant au Brésil dans la personne de l'empereur actuel D. Pedro II».

Ora aqui está como um escritor liberal (Teixeira de Vasconcelos fora legitimista mas, em 1834, abandonara a Causa de D. Miguel) vem corroborar a tese das duas dinastias de Bragança, considerando, é certo, D. Pedro IV como último Rei da primeira, mas reconhecendo que D. Maria II fundou nova dinastia, o que tem tanto maior significado quanto é certo que o citado escritor era então servidor dedicadíssimo de D. Pedro V.

Note-se que o depoimento de Teixeira de Vasconcelos é anterior ao de Carreira de Melo.

Se o Senhor Dom Duarte II for chamado a ocupar o trono dos seus Maiores, será o fundador da terceira dinastia de Bragança, reatando a tradição da primeira, da qual é representante, ao que reúne a qualidade de descendente por varonia, como D. João IV, do primeiro Rei de Portugal, sucessão de 800 anos, talvez única na história da Europa.

CAETANO BEIRÃO.



Gandhi, o "mahatma"

A Índia milenária dos Rig Veda, sonhadora e misteriosa nos seus hinos e fantasias, a das riquezas fabulosas e dos Rajás poderosos; a Índia das castas e das rivalidades de seitas, dos brahmanes, dos charodós, dos vaixás e sudros, dos pariás ou farazes, dos hindús, muçulmanos, siques, cristãos, parsis, budistas, dos grandes e dos humildes, dos muito ricos e dos demasiadamente pobres; a Índia das grandes reacções espiritualistas, do herói Arjuna, representante do dever hindu para com o Rei, e do herói Rama, encarnação de Vitchnu e representante do dever para com a Pátria, assistiu, horrorizada, ao mais cobarde dos crimes, e que pela sua vileza tanto impressiona o mundo de nossos dias.

A Índia do Maha-Ganapoty ou Vinahu e das orações ao Ganês, acaba de sentir os primeiros abalos com que pretendem fazer cair e ruir com os muros da fortaleza espiritual que sustem o ânimo dos povos, a única força séria a servir de barreira entra os desmandos das rivalidades e os ódios das castas.

A Índia do Apostolo-defensor e a do Apóstolo da Fé e do Amor de Deus, o corajoso e intrépito dos matos de Maduré e dos bosques de Maravá; a Índia do padroado cristão no missionado português do oriente, sangra hoje na sua dor de povo gentio porque no «mahatma» residia o baluarte espiritual de Fé que, na política, contém os povos no respeito do homem e os guarda contra as investidas do mal. E, nesta hora, os povos passam pelos mesmos tormentos e paixão de alma de quando, na praia do Sanchoão, junto da cabana de Jorge Álvares, o português, assistiram ao passamento do Santo, no tempo em que S. Francisco de Xavier, rodeado de familiares e assistido de anjos, e tendo a ampará-lo os discípulos António e Cristóvão, abraçado do Crucifixo que sempre trouxera na mão esquerda para com a direita livre baptizar as multidões, de pés descalços e pisados das caminhadas que trouxera no seu ministério, recostando-se na esteira do Álvares, cerra os olhos para as saudades do mundo indo abri-los, janelas da alma, na sua morada junto de Deus — *In te Domine speravi*. Já o Santo comunicara aos corações a labareda interior que se inflama do seu coração de fieldade e o arrouba naquele êxtase de amor

divino que arrebatava as multidões para Deus e traz os homens no caminho da Verdade esclarecida na Fé — *Satis est Domine, satis est.*

A Índia, padrão das maiores glórias de Portugal, porque sem a Índia não existiria o esforço sobrehumano de Albuquerque, o terrível, nem teríamos as maiores façanhas do poema homérico de Camões cantando em sublimidade superior à de gregos e romanos os *barões assinalados* da nossa grandeza histórica, essa vasta, imensa e extraordinária Índia das riquezas fabulosas e das especiarias esquisitas, vivendo os hindus no alheamento dos extremismos desintegradores da política do homem, revestiu-se hoje das mágoas do seu grande luto nacional, luto que pelas suas consequências no mundo das Nações bem pode vir a projectar-se na vida dos Povos do ocidente ou trazer consigo a semente má para novas guerras de extermínio do homem.

A história política de cada povo só se reflecte como espelho de beleza moral na alma de cada Nação, pelo alto conceito social de autoridade vigilante no grémio das famílias e no governo das inclinações do homem. E se assim sempre foi, a experiência também nos revela que quando a autoridade padece de desvio na legitimidade das suas leis e na composta moral dos seus costumes, trazendo o homem para fora do respeito pela vida, destino e integridade física de cada um dos seus semelhantes, essa autoridade desnaturada entra consigo no crepúsculo doente de poder enfraquecido, escorrendo de si, em torrentes de lava, com a baba sanguinolenta e viscosa das anarquias e, tornando a corrupção aos costumes, por sua vez, a gerar as revoltas e reacções sangrentas na história do homem, abastardadora do génio viril da raça ou mendiga do corpo do homem para afastá-lo da senda do bem e o arrastar até junto do patíbulo da sua enorme ignomínia.

Porque, se o desregramento dos costumes leva as Nações à corrupção da sua política e à anarquia de sentimentos, aos descaminhos da sua economia e à instabilidade das vontades nos seus homens, esta arma de sempre foi o instrumento preferido dos inimigos da ordem, e pelos ódios inventado para enfraquecer qualquer povo ou corroer nele nos fundamentos de toda a sua fortaleza.

Só assim se compreende o assassinio do « mahatma », anunciado há poucas horas pela rádio de Nova Delhi.

Morreu deste modo, no seu posto de combate, o « mahatma », o espírito grande, o nobre asceta do rigorismo nacionalista indiano, o puro, o « santo » da pureza indu, o forte paladino dos direitos do homem hindu no seu conceito de livre e de integral, o pai espiritual da Índia moderna

e, nesta ordem, o mais valoroso pregoeiro da sua independência e penhor da unidade indiana fora e acima de preconceitos de casta ou das inimizades de seita. E se as suas atitudes muitas vezes foram estranhas à nossa mentalidade de ocidentais, no entanto, elas sempre se afirmaram em princípios de paz, de justiça, de caridade. Isto se compreende porque Gandhi, tal como Chanford entendia, também julgava que a verdadeira filosofia consiste sempre em se saber ser político na política ou biólogo na biologia.

Mohandas Karamchand Gandhi, morreu na sua trincheira, trabalhador incansável pela grande causa nacional indiana e infatigável pregoeiro dos direitos do hindu como homem de nacionalidade livre.

Com verdade, ao traçar o seu elogio, pode dizer um dos seus discípulos, o Pandite Nehru, advogado eminente que preside ao primeiro governo da Índia independente: *«reacionário ou revolucionário, Gandhi transformou a fisionomia da Índia, deu um carácter de dignidade ao povo desmoralizado e humilhado e fez do problema indiano um problema mundial. Morreu a seguir à sua maior vitória, mas também a seguir à sua maior derrota: a Índia é independente mas está dividida»*.

E depois de dizer como o seu testamento político ordena a unidade para dever imposto a todos os indianos, acrescenta ainda que *«a melhor oração rezada por Gandhi, pela sua memória, será sempre a de todos se dedicarem à verdade e à causa para a qual ele viveu e pela qual morreu»*.

Mas quem era o «mahatma»? que representa ele na história da Índia?, a quem, porventura, interessa neste momento a morte de Ghandhi?, quem armou a mão ensanguentada e assassina do *marata* Nathuram Vinayak Godse?

Nascido em 1869, filho de família abastada de Porbandar, nas costas Óman, junto ao mar interior do mesmo nome, Gandhi foi educado nas leis que preconizam a independência da Índia livre ⁽¹⁾, tendo por mestre a varão brahmane de austeros costumes de linhagem, que cedo o enrijeceu para o combate no culto da seita de Jai.

(1) A seita de Tai defende esta independência na base do passivismo de resistência para não desgastar inutilmente as forças e energias vivas dos seus homens. O *Ahimsá*, a «resistência passiva» como meio de combate, parece ser o principal mandamento da seita.

Inteligente de alma e magnânimo de coração, a sua bondade sofreu na mocidade a mais grave crise religiosa por que pode passar o homem, dúvida que mais tarde fará ele dizer de si que a revolta contra a idolatria hindu quase o fez rastejar ínfimo na sua condição de mísero ateu.

Quando em 1891, regressando de Londres com a sua carta de advogado, ninguém pode sonhar dele, naquele corpo enfezado e de enguiço em homem franzino e débil mas já de olhar profundo perscrutando almas por detrás dos seus óculos, estar ali o filósofo político do maior movimento contemporâneo de ideias e chefe espiritual de um povo. Não servindo a profissão por, na sua pureza original, querer uma justiça humana mais conforme com a perfeição do espírito do homem e mais perfeita do que aquela que o homem vulgar legitima nas suas leis domésticas para castigo contra as injustiças do mundo e as fraquezas da carne, Gandhi inicia a sua obra de apostolado político, na África do Sul, ao tempo do movimento contra os hindus que ali viviam desprezados e fora do grémio de toda a fraternidade cristã.

Durante mais de vinte anos luta Gandhi pela emancipação dessas almas, partilhando a seu lado das inclemências de vida mísera e desaconselhada em bens e confortos do mundo. Foi nesta campanha justa pelo destino do homem e no seu reconhecimento como valor livre e intangível, que Gandhi enunciou os princípios da sua filosofia da « resistência passiva », filosofia disciplinadora das virtudes da raça e vivificadora das energias do seu povo. Suplicando sempre que é de pedir ou exortando quando seja de encorajar e criar vontades, a sua doutrina, premeando-se com palavra catequizada a derramar o amor e a recomendar temperança, revela-se sempre pela clareza justa das ideias ou afirma-se nos mesmos termos de poder mostrar-se revolucionariamente aos « passivistas » seus discípulos, ao mesmo tempo que aconselha cautela e espalha a paz no coração entre os mais « extremistas ». Por isso, o « mahatma » nunca foi um extremista, embora portador do mais acendido nacionalismo hindu. Ele foi mesmo, porventura, o mais nacionalista de todos os hindus.

Mas porque o seu amor heróico pela causa hindu não ultrapassa os marcos da sua política espiritual, o nacionalismo de Gandhi não tropeça nos exageros berrantes dos ultranacionalismos absorventes, nem nos individualismos despóticos do homem de nossos dias, nem procura os ganhos de lotaria política nas fraquezas cómodas dos enfermos de espírito entre servos na luxúria da carne.

O mundo falou de Gandhi o suficiente para desconhecê-lo. O Gandhi dos jejuns promulgados na penitência e na meditação é ainda continuação

espiritual do mesmo « mahatma », criador da filosofia da não-violência como regra do amor sem egoísmos ou da abnegação como verdadeiro segredo de vida feliz. Gandhi nunca pensou em si e porque só desejava a felicidade em seus irmãos espirituais, naquelas horas de recolhimento e meditação ele deve ter recordado sempre a conhecida máxima de Grenfell, de que « quem vive somente para si, na verdade não chega sequer a viver ».

Nos seus jejuns, Gandhi expia os delitos cometidos pelos habitantes da cidade e procura obter de Deus aquelas luzes que o encaminhem na sua cruzada de amor com passo firme e seguro no caminhar para a cidade verdadeira da vida através da verdade e com a justiça a iluminar o rasto da sua passagem (1).

De nada esses seus jejuns teriam valido à causa da Índia, quando o seu autor estivesse fora da austeridade de uma personalidade forte ou vivesse à margem do rigorismo moral e de nobre exemplo de eleição vivido no mais puro ascetismo terreno. O próprio Gandhi vem confessá-lo quando, reconhecendo a sua riqueza interior de « mahatma », nos diz que quer conquistar a vitória nos homens pela sua bravura moral para assim expurgar do seio das cidades com todos os ódios e malquerenças, e essa conquista só a há-de fazer pelos seus próprios sofrimentos físicos e morais. E porque assim é, ele próprio dirá de si, « o sacrifício só é proveitoso quando é puro », quando esse « piedoso sacrifício de uma só alma pura nunca poderá ser vão ». Nele não o ensombra réstia de egoísmo, nem cuidado de outra recompensa mais que não seja a da liberdade do seu povo com a independência livre ganhada entre os seus homens.

E só assim a filosofia de Gandhi triunfa entre a vileza banal de ideias com frases feitas em mundo como o nosso, negativo de bondades, aniquilador de valores morais, ciumento de invejas.

Fazendo voto de humildade e de pobreza, o « mahatma » anima o corpo imenso da Índia sob o sopro eloquente do seu grande espírito de raiz alimentada no pensamento cristão. Muitas vezes processado e preso como agitador de rua, ele nunca deixa de pregar a mesma doutrina da *não-violência*, moldada em princípios imutáveis de bondade e repelindo de si o mal para premiar os maus com o bem, ou detestando por si o pecado para ir perdoá-lo junto do pecador e assim prestar igual justiça tanto aos amigos como ainda aos que se lhe confessavam como seus inimigos

(1) Vidè Reis, XXI, 9.

mais declarados. O mundo das abnegações desconhece a vingança por esta ser negação de vida no coração do homem, e porque a abnegação somente o alegra para este melhor se expandir pelas suas ideias de paz, de amor, de fraternidade humana.

Só assim pode Gandhi, homem franzino e débil, alma forte em corpo mirrado, ganhar aquela resistência tenaz e o temperamento moral que o tornam homem dos mais temidos na política internacional do século inglês.

Ensinando o rigorismo moral como norma de vida política e para boa alma das Nações, patriota bravo, patrocina os direitos da independência e liberdade, desprezando tudo o mais que não conspirasse para o bem da Índia ou não trouxesse ao povo indiano as grandes promessas dessa riqueza de bem.

O inimigo do homem está na máquina e na sua febre das velocidades e por isso Gandhi se declara inimigo irreconciliável com estas leis do progresso; defendendo o regresso do homem ao seu modo de viver antigo e às suas mesmas leis da simplicidade caseira não quer dizer que estas normas constituam obstáculo ao progresso, mas antes as afirma no reconhecimento do progresso, este a transmitir-se, remoçado, pelas leis da continuidade histórica e espiritual dos povos, e através da tradição.

Sem reprovar o culto dos ídolos para assim melhor penetrar o fanatismo rude e supersticioso das almas hindus, no entanto alarga muito o entendimento desse culto idólatra como símbolo do mundo sub-humano e interpreta-o até coincidir na fraternidade entre o homem e a besta. Nesta evolução do espírito de Gandhi, caminhando do escuro cerrado do ateísmo e do agnosticismo para chegar à clareira do Espírito com a sua doutrina de raiz já meo cristã, não lhe foram alheias as leis divinas aprendidas através da Bíblia e, particularmente, do Novo Testamento. E foi já seguro destas luzes interiores que construiu o corpo das suas teorias heróicas, edificadas sobre o amor de Pátria e firmadas no entendimento de normas certas no mais puro e acendido nacionalismo indiano.

Para isso luta encarniçadamente contra a iniquidade social da sobrevivência dos pariaís e prega o justo direito da propriedade com fundamento de raiz na família e na sociedade, o proprietário reconhecido como fiel depositário do remanescente e nesta condição com o dever imposto de saber aplicar estas sobras dos seus rendimentos em bens de riqueza universal do homem, nesta ordem, o rico, criador de riquezas e construtor de vontades fortes e livres, e fomentador dos privilégios nobres da pessoa pela justa repartição dos prémios no trabalho e canseiras da mesma tarefa comum.

Quando isto se conseguir acabam-se com as guerras e as revoluções sociais; põe-se cobro às demasiadas pobrezaas, nivelam-se as riquezas, dignificam-se no homem os seus deveres de assistência e de igualdade cristãs.

E se a natureza humana se vira melhorada à medida que a história se junta pedra a pedra para se transmitir, ao garantir-se o exercício da propriedade como fundamento da família e desenvolvimento das suas riquezas, unem-se num todo social as partes divididas ou divorciadas por litígios de interesses materiais.

As leis da doutrina da *não-violência*, favorecendo felicidades e bênçãos em troca da abnegação e do rigor moral no homem, aceitam a desobediência civil da não-colaboração como condição pacífica de ganhar-se o homem no seu conjunto de liberdades e de independência de povo livre, e não como meio de insurreição dos costumes ou de insubordinação no governo do mesmo homem. Por isso sempre condenam os distúrbios e pregam a beleza do bem como meio de repelir o mal, e recomendam a soberania do homem como motivo de merecimento desse mesmo homem.

Ainda por isso, Gandhi não pode calar a condenação desta civilização mecânica e atrabiliária de nossos dias, «idade de vício, idade negra, e idade de todas as trevas porque, sem se preocupar da alma, cuida do bem-estar material como fim único e exclusivo da existência do homem».

Desta sorte, muitos têm querido arrumar as doutrinas de Gandhi para junto das de Tolstoi e classificá-las como suas descendentes, embora as reconheçam como de piedade mais terna e cristã do que as do russo. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra — como diriam as gentes rudes das nossas aldeias e lugares.

Gandhi não comunga de ideais anarquistas, nem afirma as suas teorias pela negação do governo legítimo entre as Nações.

Tolstoi, neste ponto, revela-se no anarquista puro quando, negando o Estado, diz mais que o cristão para viver a sua vida cristã tem de alhear-se, isolando-se desta instituição imoral. Ao dar fingidos foros soberanos de independência e livre arbítrio à consciência do homem para este governar-se por si próprio, Tolstoi esconde desconhecer a verdadeira missão subordinada do homem no seu espírito, quando no seu peregrinar e na sua curta passagem terrena, para nele sòmente enxergar as leis egoístas do seu incompreensível ignoto ou para só se deixar escutar no eco cavernoso da sua própria e mesquinha interrogação.

Tolstoi preocupou-se da questão social depois de ter sofrido o choque íntimo que o alquebrou à roda dos seus 50 anos. Até então cami-

nhara ativo, firme e seguro nos seus passos, e sem nunca experimentar essa angustiada indecisão que o leva a formular as conhecidas suas seis *perguntas desconhecidas*. Só então começa a ler e a meditar Platão, esse Platão que ensina que para se defender o Estado é preciso ser-se corajoso, intrépido e de natural filósofo, ou a enfronhar-se em Schopenhauer, Kant e Pascal para neles procurar auscultar o porquê da finalidade da vida, mas logo ele desfalece torturado ao atremar no que lhe parece ser o obscuro destas ideias e antes de conseguir alcançar o fim desejado para caminho rasgado sobre prometedora romagem intelectual.

Gandhi, se se interrompe na sua marcha sobre a estrada da vida e chega a padecer de grave interrogação na linha grave da sua vida interior, breve regressa à meditação do espírito e logo a sua renúncia o traz até junto do limiar da santidade no homem. O Novo Testamento influi nele benêficamente e guia a sua obra para o eterno e imortal da sua vida de homem. Destrói as ruínas da matéria nas chamas da mesma pira que mais tarde hão-de reduzir a cinzas o seu corpo, e nesta morte da carne acordou o Espírito para a sublimidade de magnífica página de Vida e de Amor.

O pensamento atrabiliário em Tolstoi torna-o o perigoso anarquista de Estado, o mais intrépido dos negadores da lei e da ordem no Estado, a sua acção demolidora ultrapassando de longe os reformadores mais ousados como Calvino e Lutero ou os anarquistas mais puros como Stirner e Kropotkin.

O pensamento de Gandhi nunca padece de outra influência que não seja a das leis da amizade e do amor com a abnegação, nem se norteia por outros princípios que não os do respeito pela ordem e pela lei, porque mesmo nas suas leis da desobediência civil nunca surge a maculá-las, nem a prova negativa do espírito com a ruína do homem, nem a quebra da justiça como sinal de contradição no mesmo homem.

Tolstoi, condena a distinção entre ricos e pobres para, demolindo esse muro de falsa educação, como lhe chama, minar e destruir, antes de mais, com todos os marcos e fundamentos do Estado. Gandhi, pelo contrário, ao proclamar a igualdade entre todos os homens ou ao verberar neles a sua distinção por castas, procura alimentar a paz interna da Índia para fomentar, nestas tréguas justas, o desenvolvimento dos ideais de perfeição no homem e criar, com a noção de Pátria, os deveres filiais do homem em relação ao Estado. O seu tradicionalismo não tolera as castas porque ainda as não havia nos tempos védicos e ele relembra que a melhor lição do homem temo-la sempre tomado das leis másculas do seu passado histórico.

Para Tolstoi a propriedade é a raiz de todo o mal estar social. Origem do sofrimento universal, a propriedade subverte o bem porque cria a incompreensão entre os homens, gerando ódios no seu seio e dividindo-os entre os que têm de sobra e os que vivem de pobreza. E enquanto o Estado, o principal culpado e a personificação de todo este mal estar, governar a ordem social o homem jamais largará de si este seu tão sacrificado sofrimento universal.

Gandhi, como já vimos, não só defende a propriedade como meio de rendimento social, mas ainda a recomenda, protege e reconhece nos seus fundamentos políticos e sociais, para que recorde sempre à Nação esta sua função de fomentadora de novas riquezas. O «mahatma», se não deve considerar-se um conservador (porque foi sempre inconformista) também, pela mesma razão de objectividade política, de bom senso indiano, de sentimentalismo nacionalista, de espiritualismo cristão, nunca podia ter sido um anarquista.

E se o tolstoísmo condena (e daqui a confusão entre os dois...) a resistência ao mal usando-se da mesma força do mal e não admite a luta de classes para meio de atacar a actual ordem social e aniquilar com toda a autoridade para assim levar à inexistência do Estado, não se julgue poder identificar-se esta doutrina anti-estadual da não-resistência com as teorias de Gandhi sobre a sua doutrina da *não-violência*. Tolstoi ao estabelecer nas suas leis as normas de resistência passiva, usa desta para demolir com os marcos da propriedade e no seu aterro criar uma única e formidável força individualista do homem. O socialismo de Tolstoi enferma dos seus mesmos erros individualistas e o sofrimento almejado pelo fugitivo de Jasnaja Poljana, aquela aldeia igual a outras centenas de pequenas aldeias russas, sem ser o do ateu, não pode comparar-se com o sofrimento belo e sublime do cristianismo, como também o seu pacifismo, apressado sob a forma de resistência passiva, nada tem de comum com os lumes do homem cristão.

O mesmo não sucede na filosofia de Gandhi, justamente porque enquanto Tolstoi se afasta do cristianismo, Gandhi, o não-cristão, aproxima-se cada vez mais das suas leis.

Gandhi, pregando a resistência passiva para meio de não-colaboração com aquilo que ele julga ser forma da opressão, procura, através desta sua doutrina, enquadrar os homens numa unidade perfeita de nacionalismo indiano que não se apresenta sob nenhuma das formas de individualismo, nem na de individualismo nacional, nem na do de Estado, duas forças rivais que, tornando-se ao exagero, esgotam sempre as energias do

povo, enfraquecendo a sua unidade e desvirilizando os caracteres ou sumindo do homem a beleza do seu pudor.

Ao contrário de Tolstoi, mais do que sociólogo, Gandhi foi sempre e estruturalmente o filósofo político de gigantesca estatura moral e de profundo pensamento do valor real do homem como parcela da sociedade.

A não-resistência de Tolstoi enxerta em si com o vírus não-cristão de Israel e só assim se compreende que ele tenha sido verdadeiro progenitor da revolução comunista no mundo (1).

A doutrina da não-violência de Gandhi, quando utiliza das mesmas armas não-sangrentas recomendadas no tolstoísmo, como sendo as únicas facultadas para reparar o mal com o bem, fá-lo somente na condição de merecimento para uma causa justa — a da autoridade no homem para este haver a sua soberania em povo livre. E essa cruzada indiana foi de tanta justiça que ao cabo de trinta anos, a 15 de Agosto de 1947, consegue demarcar soberanias livres com o Estado livre da União Indiana e o Paquistão, governos responsáveis e independentes. Quer dizer que onde o tolstoísmo proíbe o Estado como soberania de nacionalidade, o gandhismo não só o reconhece como até o proclama e na sua essência o respeita para princípio e origem de toda a vida política.

A tese da não-violência unifica e por isso o « mahatma » era o penhor da unidade indiana, a paz e a autoridade a inspirarem-se no amor e nesta amizade a defenderem o homem contra os fanatismos e ódios que fazem sempre causa comum entre a anarquia e as violências.

A doutrina do *Satyagraha*, força da verdade, ou da *não-violência*, como mais comumente se lhe chama, é conjunto de leis pacíficas ditas para forças do bem contra as injustiças naturais da inclinação do homem político, mas estabelecidas na ordem da justiça e no respeito pela pessoa do adversário. Em alto ambiente de elevação espiritual, Gandhi proclama os direitos do homem à sua liberdade e faz da defesa heróica da pessoa humana o valor integral desse homem para dignidade e grandeza máxima de toda a ordem política.

A não-violência de Gandhi destina-se a ganhar, pela prática do Bem e no culto do Amor, toda a liberdade política nacional, não usando do processo da desobediência civil senão como meio de resistência passiva,

(1) Devemos recordar que Tolstoi foi excomungado em 1901 pela Igreja ortodoxa russa e as suas ideias consideradas como perigosas. O seu livro *Minha confissão* foi proibido pela autoridade eclesiástica, estando o seu livro *Minha fé* também proibido pelo Santo Sinodo.

de não-colaboração política com o opressor das suas virtudes, como meio de obter a independência e liberdade dos povos através do triunfo desses ideais de beleza.

Pregando a *não-violência* e as atitudes pacíficas e dando-se devotadamente à tarefa de melhorar as condições de vida das classes mais miseráveis, o gandhismo proclama uma forma de nacionalismo de harmonia com o espírito indiano, mas também ainda de acordo com as regras espirituais do mentor dessa alta política hindu.

Mas ao contrário de Tolstoi, Gandhi, embora reconhecendo o doloroso de todas as guerras e principalmente o das lutas civis, sem as aconselhar, no entanto, não mata a sua justiça quando aquelas se destinem a impor o restabelecimento da paz com a ordem, da própria justiça e do direito com o amor.

Também ninguém mais amante da Paz do que a Igreja Católica, mas no entanto esta *não incorre no erro de alguns herejes que condenam toda a guerra como injusta* (1). Já os grandes Doutores Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino ensinaram como a guerra era legítima quando se afirmasse necessária e indispensável à defesa e restabelecimento do direito e da justiça. E se é certo terem alguns moralistas católicos ensinado com excessivo rigor que nunca é lícito ao homem revoltar-se (*nunquam licet rebellare*), esta sentença colide com a doutrina professada pelos grandes Doutores porque a Igreja não aceita a não-violência como dogma, nem neste sentido também a tomou, em sua profunda sabedoria, a Santidade de Pio XI ao resolver todas as debatidas questões do tempo de acordo com as doutrinas do Aquinense, de Suarez e de Belarmino, e ao tomar partido sobre a situação religiosa do México (2).

Gandhi quer congraçar povos e pacificar amizades que levem os homens à independência e liberdade de livres e só para esse fim aclama os princípios da sua doutrina da não-violência. E como as liberdades económicas e sociais, dependendo das liberdades políticas, são mais difíceis de atingir-se do que estas últimas, procura realizar este conjunto de liberdades usando da persuasão pelos meios calmos de uma *não-violência*

(1) Neste sentido vide a Carta Pastoral do Arcebispo de Toledo e Primaz da Espanha D. Henrique, a quando do fim da última guerra. Nesta sua Carta Pastoral o mesmo Prelado ainda aceita a legitimidade da guerra civil quando esta se levante contra qualquer governo tirânico que, não obedecendo ao bem do comum, procure destruir a fortaleza espiritual do Povo.

(2) Na sua Encíclica ao Episcopado Mexicano, em 1937.

de abstenções, de jejuns e de meditações. Assim obtém, como sabemos, as liberdades principais — a dos deveres políticos com a independência da Índia, sem no entanto nunca querer perder de vista que, tanto a liberdade como a escravidão, mais do que coisas do corpo, pertencem à alma.

E ainda agora, quando ia render as suas últimas forças para guarda e defesa das restantes liberdades, alcançou a sua última grande vitória espiritual ao reconciliar hindus e muçulmanos, os dois novos Estados já desavindos. Foi o seu último jejum e este de todos talvez o mais meditado e aquele que lhe terá instilado no coração a mais amargura de alma.

A Índia ficou bastante empobrecida pela morte do seu mais precioso tesouro de reserva espiritual, o indiano que tudo sacrificou à causa da independência da Pátria num desprendimento admirável de eloquência e de vigor. Por alguns motivos devemos aceitar ainda a poderosa influência que a sua morte trará no convívio da política internacional deste após de guerra em armistício armado entre desconfianças e ódios.

Enquanto os membros do Aschram e os homens santos, os Sahdus, entoarem os hinos de louvor ao « mahatma », o espírito de Gandhi, sobrevoando as águas do rio sagrado, tocará na raiz o coração fiel do seu povo e certamente o seu rigorismo moral ainda susterá a paz entre os índios, alimentando a fé naqueles homens de sua tanta eleição.

Mas que sucederá ao povo hindu quando esse amor se apagar de seus peitos ou se esquecerem os conselhos sábios do seu guia espiritual?

Será fácil talvez responder-se à pergunta quando olharmos aos intentos escondidos na sua morte e aquilo que ela em si revela como propósito de mais confusão para turbadas horas de tanto inquietamento.

Se atentarmos bem no que vai pelo mundo e nos fixarmos nos distúrbios da Palestina, na política federativa dos Balcãs, nos acontecimentos de Berlim, no caso de Trieste, nas guerrilhas da Grécia, nas ofensivas de Jammu, na Caxemira livre, nas revoltas e assaltos de Bogotá, quando ali se reuniam os delegados à Conferência Pan-americana e no momento em que se ia propor a luta anti-comunista; finalmente, no que a Índia representa no xadrez da política soviética de absorvimento e ruínas, não nos parece difícil dar já aqui a resposta.

Além disso, também é sobejamente conhecido o currículo do assassino — Nathuram Vinayak Godse, personagem de relevo na organização Hindu Mahasabha, partido hindu extremista ortodoxo, e director do diário marata *Hindu Rashtra* e, ele próprio, além do mais, também *marata*. Das suas declarações vê-se o ar de satisfação de quem cumpriu as instruções que

lhe foram confiadas e se sente no à vontade do idealista fanático. Comunista convicto, ao alvejar a tiro, numa cobardia sem nome, o corpo mirrado do símbolo da unidade indiana, obedecendo a Moscovo, não quis atentar no crime que cometia ao matar aquele que representava o espírito da Índia para, com o seu acto, sòmente olhar a obediência cega e servil nas ordens do seu ídolo — Staline. O ódio cegou-o e nem se lembrou que o «mahatma» recomendava justamente o amor como meio eficaz de combater no homem todos os seus ódios e paixões ilícitas.

O Pandit Nehru, primeiro ministro da Índia, tem razão quando diz, falando ao mundo, que «o pai da nação deixara de existir».

Mas esperemos que o seu espírito, pairando acima das paixões de castas, política que ele tanto combateu, ilumine as almas dos povos e guie os passos ainda mal seguros da Índia nova, sem a deixar topar nos escolhos, que, com a morte do «mahatma», os inimigos da ordem universal distribuem pelo seu caminho.

Talvez, porque pensando nisso, as últimas palavras de Gandhi foram dirigidas ao seu assassino, para dizer-lhe: «Chegaste atrasado, meu amigo». A obra da independência da Índia está lançada e as liberdades cometidas aos povos da Índia e do Paquistão não os hão-de cegar a ponto de estes se esquecerem da sua filosofia de vida, tal como a pregou e ensinou o seu mahatma.

E esses distúrbios de que a Rússia procurará tirar proveito não podem surgir por respeito à obra do indiano mais indiano de todos os tempos, portador da enorme alma hindu e criador da mística de melhor e mais justa filosofia indiana.

FERNANDO DE AGUIAR.

Ensaio de uma análise ao "Romanceiro" de Garrett

II

ESTUDO HISTÓRICO-ANALÍTICO DA COLECCÃO GARRETTIANA

(Continuação da pág. 16)

Rosalinda — Conde Nilo — Peregrina

ESTES três romances têm tema comum que, no dizer de Garrett, deu a volta da Europa e cuja ideia original não é possível descobrir onde nasceu.

É a lenda de Tristam e Iseult que Walter Scott encontrou nas baladas populares da Escócia e que o bom historiador Rusticien de Puise suavemente contou:

«Ores veitil que de la tumba de Tristam yssait une belle ronce verte et feuilleuse, qui aleoit par la chapelle, et descendoit le vout de la ronce sur la tumba d'Isseult, et entroit dedans.»

Cortavam-na, tornavam-na a cortar mas «le lendemain estoit aussi belle comme elle avoit cy devant été, et ce miracle estoit sur Tristam et Esseult à tout jamais advenir».

Este tema com paralelismos mais ou menos aproximados correu mundo e encontrou-se nos romanceiros e cancioneiros de quase todas as línguas.

Em *Margaret and William* da colecção de Percy duas roseiras cresciam e se abraçavam em suave idílio ⁽¹⁾.

Nas versões portuguesas é *uma árvore real e um lindo rosal, um*

(1) Cf. *Balada* — Doutor Providência Costa.

cipreste e um laranjal, um pinheiral e um canavial que, encostados pelo vento, se ouviam suspirar e com as pontas se beijavam.

«Sente-se aqui o belo, sente-o qualquer porque é belo deveras».

Nada de asqueroso sobre este túmulo, mas a mesma seiva palpitante de vida, estuante de amor: «vita mutatur non tollitur».

Miragaia

Este romance é dos primeiros em que Garrett trabalhou e também a mais antiga reminiscência de poesia popular que lhe ficou da infância por ter passado a sua meninice na quinta do Castelo, nos próprios sítios em que se passam as principais cenas do romance. Muitas vezes — diz — brincou na fonte do rei Ramiro, cuja «água doce e fresca tem virtude singular».

Ao publicá-lo pela primeira vez em 1845 no *Jornal das Belas Artes* afirma o autor que este romance é uma verdadeira reconstrução embora algumas coplas sejam textualmente conservadas da tradição popular do sítio, que as canta ainda com religioso respeito. E, seguindo a narrativa oral do povo, mantém com fidelidade o estilo, modos e tom de contar e cantar dele.

Por Bem — As Pegas de Cintra

Este romance ou apólogo, fábula ou cantiga, é composição de Garrett, embora feita de coisas populares e antigas.

É uma anedota explicativa das pegas do paço de Cintra.

Foi publicada pela primeira vez em 1846 na *Ilustração*.

Começa por uma cantiga já velha, do século XVI, que se encontra no *Fidalgo Aprendiz* de D. Francisco Manuel de Melo.

Bela Infanta — Nau Catrineta

Teófilo Braga ⁽¹⁾ considera estes dois romances como vestígios de um ciclo atlântico, narrativo das viagens pelo mar largo.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ⁽²⁾ menciona que o povo de Trás-os-Montes trata o primeiro destes romances como sendo uma segunda parte da *Nau Catrineta*.

⁽¹⁾ *Hist. da Poes. Pop. Portuguesa*.

⁽²⁾ «Romances Velhos em Portugal» — *Revista Lusitana*, vol. II.

E realmente o cavalo branco, as prendas oferecidas em alviças, as três filhas a que ambos os romances se referem, teriam porventura motivado esta combinação.

No entanto, apesar destes pontos comuns, a *Bela Infanta* deve ser tida como um romance, sobrevivente decerto entre tantos que se terão perdido, relativo às guerras das Cruzadas, pois nele vemos um cavaleiro que regressa «daquela terra sagrada que Deus pisava».

A *Nau Catrineta* é um dos vestígios da época dos descobrimentos, um episódio da História-trágico-marítima, um símbolo das terríveis aventuras do mar.

Luís Chaves ⁽¹⁾ tenta a reconstituição deste romance para marcar-lhe a origem.

O elemento histórico, que o próprio Garrett admite, é baseado no «Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, vindo do Brasil em 1565, narrado por Bento Teixeira Pinto», que nessa tormentosa viagem teve parte. E narra que — íamos seguindo a nossa viagem para onde o mar e o vento nos queriam levar e o pior de tudo é que não temos em toda a nau coisa com que nos possamos sustentar, pois o mantimento é acabado. E acabavam de pura fome e os que estavam vivos não tinham coisa de que se sustentar; e que pois assim era lhe desse licença o capitão para comerem os que morriam, pois eles vivos não tinham outra coisa de que se manter.

Portanto a larga e difícil viagem, temporais assombrosos, fome extrema, tentativas de devorarem os mortos, milagroso surgir à barra de Lisboa quando nem sequer sabiam em que paragens estavam, o episódio de estarem a ver os monumentos e bosques de Cintra sem os reconhecer, tudo isto é comum na história de Teixeira Pinto e na gesta poética do romance.

É dizer que provém este daquela?

Se houve tantos casos semelhantes naqueles tempos...

Este romance, pois, deve ser desta época: século XV ou XVI.

E com D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ⁽²⁾, concluíamos: apesar do carácter internacional de muitos dos elementos que o constituem, o conjunto é português.

De carácter internacional é, decerto, o aparecimento do demónio. O ciclo demoníaco penetra a lírica popular. As tentações do diabo andam nos Cancioneiros e nas Gestas e nas Linhagens de Meia-Idade.

⁽¹⁾ *Revista Lusitana*, vol. xxx.

⁽²⁾ «Romances Velhos em Portugal».

A «Dama pé-de-cabra», por exemplo, tão bem descrita por Herculano nas *Lendas e Narrativas* é romance jogralesco do século XI, e deste ciclo demoníaco.

O Caçador

A lenda da «Dama pé-de-cabra», coligida no Nobiliário do Conde D. Pedro e aproveitada por A. Herculano, teve qualquer coisa de comum com este romance.

É enquanto espera o porco que Dom Diego Lopez «ouve cantar mui alta voz uma mulher em cima de uma penha».

É arrimado a uma azinheira, ao anoitecer, que o caçador do romance ouve e vê coisa de maravilha: «no mais alto da ramada uma donzela tão linda».

De longe vinha, pois, a tradição de se encontrarem donzelas ou princesas encantadas com residência fixa entre os bosques.

Os críticos de Alemanha e Espanha colocam este romance entre os mais antigos da Península.

Razão não assiste a Teófilo Braga, tentando aproximá-lo de lendas indianas de origem mística encontradas no Mahabarata.

As fadas, que fadaram a donzela, são tipicamente ocidentais.

E esta lenda ou foi composta no dialecto mais ocidental da Península ou, segundo parece mais provável a Garrett, na linguagem ainda comum e pouco discriminada que prevalecia, ao princípio da reconquista, na povoação cristã das Espanhas.

É uma das relíquias mais originaes da nossa primitiva literatura popular.

Menendez y Pidal encontrou-a em Tânger e na Bósnia.

A Enfeitiçada

Interessante anedota tida como de inegável origem francesa e proveniente do substractum céltico, caracterizado pelo aparecimento de bruxas, fadas, feiticeiras.

Teófilo Braga dá-lhe lugar entre os romances do Ciclo Asturiano.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ⁽¹⁾ traça-lhe assim o «curriculum vitæ»: Metrificado talvez por um poeta distinto — Alonso Nuñez

(1) «Romances Velhos em Portugal» — *Revista Lusitana*, II.

de Reinoso — andou em folhetos, entrou no *Cancionero de Romances*, e existe hoje tanto em regiões portuguesas, como castelhanas, ainda hoje se canta em Tânger e na Bósnia.

O argumento do romance pode considerar-se como fazendo parte do antigo tema — a filadélfia — que deu origem a um ciclo bastante numeroso.

Garrett considera-o trazido até nós pelos cavaleiros e tropeiros do Conde D. Henrique.

Conde Jano

Será história este romance?

Será de autor conhecido?

Será exclusivamente português?

Na opinião de D. Agustin Duran, expressa no *Romancero General*, o romance foi elaborado sobre o facto histórico do assassinato de D. Maria Teles pelo infante D. João, para, pelo casamento combinado com D. Leonor Teles, se apoderar do trono português.

A D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos parece que é obra saída da inspiração pessoal de um poeta popular, pois que os folhetos do século XVI indicam o nome de Pedro de Riaño.

No entanto o romance de Juliana e Jorge encontrado e colhido em Pernambuco e no Ceará por Sílvio Romero; as versões de S. Miguel comunicadas por Arruda Furtado; a lição asturiana e catalã descoberta respectivamente por Pidal e por Milá y Fontanals; e a *D. Ausénsia* ouvida por Leite de Vasconcelos em Campo de Víboras, indicam-nos a existência de ciclo antigo em que os ciúmes tentam desfazer a paz e a felicidade de um lar; ciclo este que não é só comum à Península ou ao Meio Dia da Europa, mas abrange quase todo o continente europeu.

O motivo comum é uma vingança de família que em Portugal aproveitou outras tradições indígenas de motivo idêntico, talvez de base histórica ou semi-histórica.

Nascido muito embora longe das nossas fronteiras, aclimatado entre nós, tornou-se mais delicado.

É curioso notar que o facto de uma criança de berço falar antes do tempo, tão graciosamente contado no romance de que nos ocupamos:

Tocam n'os sinos na sé...
Ai Jesus! quem morreria?
Responde o filhinho de peito,
Respondeu — que maravilha!

foi engenhosamente aproveitado pelo nosso épico ⁽¹⁾, que o tem como um sinal divino a confirmar a escolha de D. João I para rei de Portugal:

Quando em Evora a voz de ùa menina,
Ante tempo falando, o nomeou
E como cousa enfim que o céu destina,
No berço o corpo e a voz alevantou:
— «Portugal, Portugal, (alçando a mão
Disse) pelo Rei novo, D. João».

A nomeação de S. Ambrósio para bispo de Milão, foi também suscitada pela voz precoce de uma criança de peito.

De onde se vê que esta situação poética era comum e foi artificialmente imitada pelos eruditos.

O Conde de Alemanha

Tudo leva a crer que este romance foi composto para celebrar um facto real e histórico, alguma dessas negras e sanguinolentas tragédias, que tão frequentes se representavam nas escuras câmaras de nossos antigos paços e solares.

Garrett assim o crê, mas não o atribui a facto nenhum da história de Portugal ou de Espanha.

Inclina-se no entanto a supô-lo de origem portuguesa, embora exista em colecções castelhanas desde 1511.

Dom Aleixo

Simple, singelo, fino, elegante, este romance respira todo ele a graça desataviada da poesia primitiva.

É um brinquedo de crianças, de argumento gracioso e lindo, embora acabe trágicamente.

Garrett, afirmando não ter encontrado este tema nas colecções castelhanas, crê-o inteiramente português.

(1) *Lustadas*, canto IV, est. 3.

Reginaldo — Albaninha

Romances bem populares que pertencem ao ciclo carolíngio de Eginhard e Emma, tema constante de trovadores e poetas até quase aos nossos dias.

Menendez y Pidal (1) concorda com a sua origem visivelmente francesa — não se atrevendo a decidir se normanda se provençal — pois narra, um tanto diversa das crônicas antigas e do elegante poema de Millevoix, a história do secretário Eginhard e da muito bondosa filha de seu augusto senhor e amo, o poderoso imperador Carlos Magno.

É extensíssima a lista dos romances populares elaborados sob este tipo.

O citado autor espanhol regozija-se por ter podido estudar este formoso romance em cento e sessenta e quatro versões, antigas e modernas, espalhadas por toda a Península, desde a Catalunha até Portugal, por Marrocos e pelas Américas, todas diferentes, todas mais ou menos modificadas, o que atesta bem a sua grande popularidade.

O original francês tem um episódio omitido no romance português, decerto por descabido. É o tocante episódio da neve:

«É bem sabido que, segundo estes — os poetas e escritores do norte — a namorada princesa, quando o feliz Eginhaldo saía da sua câmara, um dia de madrugada de inverno e com a neve alta e recémgeada pelos átrios e jardins do palácio, o tomara ela aos ombros para que não ficassem impressas na neve as deladoras pègadas do amante. O que descobrindo por acaso o imperador, que se levantara antes do sol, por tal modo se enternecera com aquela prova de generosa dedicação, que logo lhes perdoara a ambos, casando o ditoso secretário com a namorada infanta.»

A versão portuguesa tem, em substituição, a visita da mãe de Reginaldo à prisão e o lindíssimo solao que lhe ele canta.

«O que tudo nos parece composto nos mais ternos e desgarrados modos de Bernardim Ribeiro ou de Crisfal.»

Por fim o rei pedindo à filha que venha ouvir cantar o preso.

«Cena verdadeiramente homérica e de uma graça tão simples e tocante como não há outra que o seja mais.»

Também Garrett crera este romance de proveniência francesa.

(1) Ob. cit.

Na colecção de Percy vem uma balada a começar como a portuguesa.

Nas colecções castelhanas só aparece a partir de 1849 no *Romancero General* de Agustin Duran.

A expansão de tão simpático tema atesta e comprova a sua universalidade.

Dona Ausenda

Ingénuo romance, de origem caprichosa e cheia de mistério.

Garrett adivinha-o antigo e dos mais antigos, «porque esta Dona Ausenda e este conde Dom Ramiro têm um sabor mosárabe que não engana».

Pidal (1) encontrou-o em Espanha, Tânger e América sob o título *El mal encanto*.

Embora o feitiço seja o mesmo na versão portuguesa e na espanhola, a causa é diferente.

Numa é a água :

... mujer que de esa agua bebe
luego se queda preñada...

Noutra é uma erva fadada :

À porta de D. Ausenda
Está uma erva fadada ;
Mulher que ponha a mão nela
Logo se sente pejada.

(*Continua*)

ANTÓNIO SIMÕES FERREIRA.

(1) Ob. cit.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1848

Guimarães há 100 anos

Maio

Dia 7 — Decreto concedendo o título de Barão do Costeado a António de Nápoles Vaz Vieira de Melo Alvim.

Dia 26 — Na nota do tabelião Francisco José da Silva Basto é exarado o contrato em que D. Gertrudes Maria de Faria e Campos, desta vila, dá 400\$000 réis à Ordem 3.^a de S. Domingos, com o ónus de arderem duas velas de cera ao Sagrado Lausperene em todos os domingos.

Junho

Dia 8 — O Cabido, por deliberação deste dia, escreve ao Patriarca e ao conselheiro José Duarte Machado Ferraz agradecendo-lhes o muito que se interessaram a favor da Colegiada de Guimarães, na Lei da reforma das Colegiadas.

Dia 16 — Lei extinguindo as Colegiadas, respeitando no entanto algumas, entre as quais a de Guimarães.

Dia 21 — Principiou a sua *residência amara* no coro da Colegiada o penúltimo cônego mestre escola, João Manuel da Guerra.

Julho

Dia 12 — Tomou posse da sua prebenda o cônego Domingos da Conceição Carvalho e Silva. Esta prebenda era pretendida pelo cônego meio prebendado António de Freitas Costa que tinha muitos anos de serviço na Colegiada e sofrido prejuízo com a extinção dos dízimos. Tal tinha sido o procedimento a respeito de outros muitos benefícios que os Governos Constitucionais tinham provido na Colegiada, fazendo manifestas injustiças. (P. L.).

Dia 24 — Veio aqui o Conde de Vinhais, general da província, para passar revista à força do regimento 13 que aqui se achava estacionada. Marchou no dia seguinte para Braga. Esteve na Hospedaria da Joaninha, à Senhora da Oliveira. (P. L.).

Agosto

Dia 8 — No jornal *Nação*, n.º 264, deste dia, vem longo artigo de Gomes de Abreu, assinado em Novembro de 1847, dando tosa na Câmara por em 1847, para calçar as ruas, mandar apear a única torre da Senhora da Graça, sentenciada em principio de 1846. Também se refere à estragação da Colegiada e dos banhos romanos das Taipas.

Dia 23 — Morreu, no convento de Santa Clara, D. Ana Adelaide de Menezes Cardoso, irmã de Fortunato Cardoso, da Casa do Proposto, a qual era secular no convento. Foi sepultada no dia 26 na igreja daquela convento. (P. L.).

Dia 28 — Morreu em Sande Frei Francisco de Santo Tomás, religioso da Ordem de S. Domingos e Mestre que foi da mesma Ordem com créditos de virtudes e letras. Era parente do arceidiago Domingos António da Silva. (P. L.).

Setembro

Dia 16 — Em comemoração do aniversário do Príncipe Real houve os costumados repiques de sino, em todas as torres, e foguetes. (P. L.).

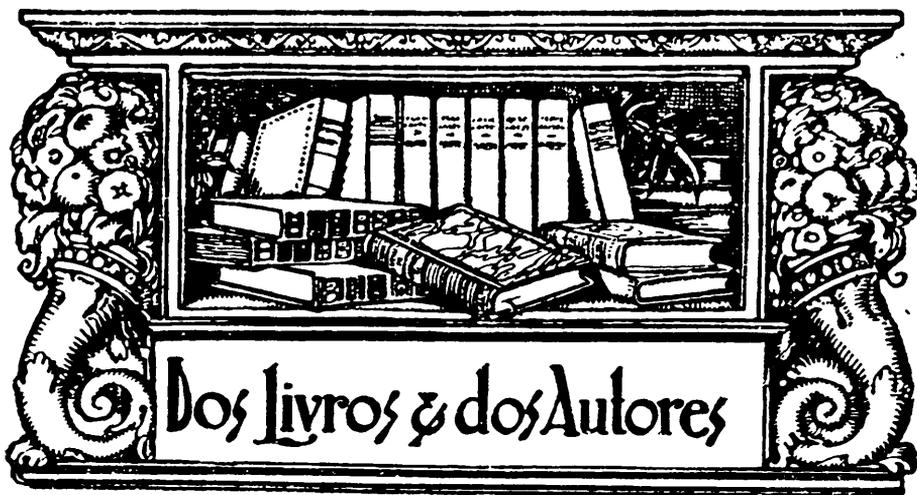
Dia 26 — Chegou uma escolta de cavalaria n.º 7, composta de uns doze cavalos, um oficial e um clarim. Vinha de Bragança e marchou no dia seguinte para Braga. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



Guimarães — Padrão do Salado

(Desenho de Maltaira)



À PROCURA DUMA PÁTRIA, por *Helena de Lichterfeld*. Romance. Portugal Editora. Lisboa, s. d. 371 págs. Com um retrato da Autora.

Os nossos leitores conhecem já a Autora desta obra, por há pouco tempo ainda nos havermos referido ao *Alarme em Berlim*, sua auspiciosa estreia nas letras. A sr.^a D. H. de L. é alemã, que, ao que julgamos, há muito já tem convivido com portugueses e muito bem conhece a nossa terra e a nossa língua. Efectivamente, à parte pequeníssimos deslizes (que devem passar despercebidos a muitos leitores), ela escreve o Português com clareza, fluência e elegância que não deixam adivinhar, à primeira vista, a pena estrangeira. E foi assim que a Autora conseguiu transmitir vibração e intensidade à sua primeira obra (primeira, pelo menos, na nossa língua), e é assim que, prosseguindo, nos dá agora este *À Procura duma Pátria*, em que adivinhamos o drama da Autora, cuja pátria se encontra hoje esfarrapada, e o drama de todos aqueles e de todas aquelas que, empurrados

pelo tufão avassalador da guerra, tiveram de procurar refúgio noutras pátrias, onde pudessem encontrar enfim a almejada paz.

Na obra da sr.^a D. H. de L. — dedicada « Aos Portugueses que mantendo a nobre tradição da hospitalidade tão carinhosamente acolheram aqueles que passaram por esta boa terra lusitana à procura duma Pátria » — é o drama de Maja Martowsky, filha de judeu e de russa, que transmite àquelas páginas a intensidade da dor. É, em resumo, o drama de tantos que, por um preconceito rácico anticientífico e em oposição à realidade (haverá hoje acaso raças puras?), se viram compelidos a deixar a sua terra (e é *nossa* terra, não só aquela em que nascemos, mas também e sobretudo aquela em que se formou o nosso espírito e se afeiçoou a nossa sensibilidade) para irem pelo Mundo, como ciganos de nova espécie, à procura de um recanto obscuro em que pudessem enfim repousar de tão longa e dolorosa jornada. É o drama dos inumeráveis judeus-errantes que o preconceito rácico ou religioso expulsa das terras em que nasceram, se criaram, viveram e mor-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

reram seus pais e avós, para as deixarem a outros que, em boa lógica, as deviam igualmente abandonar, para regressarem a essa misteriosa Ásia central, que muitos querem seja a pátria remota dos antepassados remotos de todos os europeus de hoje.

A sr.^a D. H. de L., embora sem aquela intensidade de vibração *vivida* de *Alarme em Berlim*, dá-nos neste livro algumas páginas sentidas que, bem compreendidas, poderão contribuir em muito para chamar os homens à razão. Embora aqui e além por vezes a acção seja um pouco frouxa, há muitas páginas de intensidade dramática e de vibração humana que nos levam, sem favor, a considerar este livro uma boa acção, pois assim consideramos todas as obras tendentes à finalidade de levarem o homem a olhar para dentro de si, única forma de chegar à compreensão perfeita do drama dos outros homens.



AS GRANDES RIQUEZAS DOS JESUÍTAS
(Na história e na actualidade),
por Amado González. Edições
«Gama». Lisboa, 1943. 320 págs.

A Companhia de Jesus tem sido atacada fortemente, sobretudo desde o século XVIII. E entre outros ataques que lhe têm vibrado, figura em primeiro plano o das fabulosas riquezas que acumularam pelos séculos fora, a despeito de ser de «pobreza» um dos quatro votos que os Jesuítas fazem.

Visa este livro, cuja tradução portuguesa é anónima, a desfazer a lenda, baseado em factos e documentos, e, dada a sua finalidade vulgarizadora, compreende-se que fosse escrito em linguagem despretenciosa, num que outro pas-

so descuidada e que a própria tradução não corrige. Aqui e ali tem o seu quê de novelesco, e as razões apresentadas em defesa dos Jesuítas nem sempre são das mais irrefutáveis. Presta, todavia, grandes serviços, até por ser a única obra, que saibamos, até hoje escrita unicamente para refutar a acusação de cupidez e avareza feita à Companhia.

Há certos passos em que o Autor se mostra precipitado nos seus juízos, como aquele em que declara «os portugueses mais cruéis que os conquistadores espanhóis» (pág. 126), esquecido ou ignorante de que foram os próprios Jesuítas quem denunciou ao Mundo os actos de extrema crueldade e barbaria praticados pelos espanhóis na conquista do México. Impunha-se, pelo menos neste passo, por parte do tradutor a correcção da falsidade, com factos que não lhe seria difícil reunir. No entanto limita-se em nota a dizer: «sempre ouvi dizer o contrário» (!). Como se a história devesse fazer-se de outiva e não sobre documentos e factos comprovados...



LOS VIAJES DE JOHN HAWKINS A AMÉRICA (1562-1595), por Antonio Rumeu de Armas. Ed. da «Escuela de Estudios Hispano-Americanos». Sevilha, 1947. XIX-484 págs. ilustr.

É grande o labor da Escola de Estudos Hispano-Americanos, de Sevilha, que conta já com trinta obras de tomo, todas, ou quase todas, estudos históricos acerca da acção dos Espanhóis nas Américas, firmados por nomes de grande reputação entre a intelectualidade do país vizinho. Mas conhecimento directo com esta valiosa colecção apenas o tomamos agora por intermédio da primeira

obra que visita a nossa Revista e devida a um jovem e talentoso historiador, autor de outros trabalhos históricos e jurídicos, publicados em volume ou em revistas da especialidade, e o levaram até à cátedra da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Barcelona e ainda ao Conselho Superior de Investigações Científicas.

A obra do sr. A. R. de A. é um trabalho exaustivo e fartamente baseado em documentos, grande parte deles inéditos, que o distinto Autor consultou e colheu em alguns dos mais famosos arquivos da Espanha e da Inglaterra, como o Arquivo Geral das Índias, o de Simancas, o Histórico Nacional de Madrid, o da Biblioteca Nacional da mesma cidade, o notabilíssimo Museu Britânico de Londres e ainda o arquivo oficial do *Public Record Office* da capital britânica. Vê-se, pois, por esta lista o escrúpulo do Autor em basear a sua obra em fontes seguras, fugindo ao fácil trabalho de escrever sobre dados que outros já tivessem obtido.

Relativamente grande é também a bibliografia de fontes impressas, quer espanholas, quer inglesas, o que se compreende, se nos lembrarmos que a figura central da obra — o navegador e aventureiro John Hawkins — foi um dos que primeiro se lançaram na empresa de conseguir penetrar no império espanhol da América, lançando assim os fundamentos do futuro império britânico. Naquela época, meados do século xvi, a Espanha e a Inglaterra, apesar de na aparência em boas relações, odiavam-se cordalmente. No país vizinho reinava Filipe II, filho e herdeiro de Carlos V, cujas ambições imperialistas também herdou e que conseguiu, nos fins da vida, ser o senhor do mais vasto império que algum dia se viu no mundo.

Na Inglaterra governava a «Rainha Virgem», a grande Isabel, cuja sombra

enorme ainda hoje aquece o coração de todo o inglês e que, na verdade, se pode considerar a precursora da ideia imperial, que modernamente incarnou em Lord Beaconsfield.

A Espanha era um grande império que atingira o seu apogeu e que iria, nos fins do século, receber o primeiro grande golpe com o desastre irremediável da Invencível Armada. A Inglaterra saíra, havia pouco, da grande convulsão político-religiosa consecutiva à abjuração de Henrique VIII, mostrava-se desejosa de misturar-se às lutas políticas do Continente, e, possivelmente, fixaria mais cedo os princípios básicos da ideia imperial se à grande, inteligente, astuta e implacável Isabel não sucedesse a fatal dinastia dos Stuarts, que arrastaria de novo o país para as discórdias e se revelaria incapaz de dar corpo aos anseios da nação inglesa, no que todos eles — desde Jaime I a Jaime II — se mostraram de uma inabilidade total e absoluta. A luta, pois, entre a Espanha e a Inglaterra não poderia deixar de ser questão de tempo.

Para mais, Filipe II, quando ainda príncipe, casara com a famosa Maria, filha primogénita de Henrique VIII e de Catarina de Aragão, e que a história cognominou de *Sanguindria* pela forma cruel e violenta como se vingou dos que haviam seguido o credo reformista em Inglaterra. Católica de sentimentos profundamente arreigados, casada ainda com um príncipe sobre quem a História, apesar de tudo, não pronunciou juízo definitivo, mas cuja devoção sombria ninguém pôe em dúvida, Deus sabe qual seria o futuro da nação inglesa e o das liberdades arrancadas a João *Sem Terra*, se a filha de Henrique VIII não morresse prematuramente, e o «Demónio do Meio Dia» viesse a reunir na sua cabeça a coroa da Espanha e a da Inglaterra, embora esta última apenas como

consorte. Dado o seu exaltado misticismo (que o levou até a sacrificar o filho) e o seu temperamento, não é arrojado conjecturar que os actos da rainha Maria acabariam por ser dominados por ele em absoluto, não deixando de transplantar para o solo britânico as instituições que em Espanha serviram extraordinariamente a sua política pessoal e completaram a obra iniciada pelo pai com o esmagamento dos *comuneros* em Villalar: o Santo Ofício e a Censura Eclesiástica.

Mas Maria morreu prematuramente ao fim de cinco anos, Filipe teve de voltar a Espanha, e o trono inglês foi ocupado pela varonil Isabel, filha de Henrique VIII e da infeliz Ana Bolena. Era Isabel decidida protestante e a ela se deve a instauração definitiva do Luteranismo como religião oficial do reino, o que o pai, antigo «Defensor da Fé», não se atrevera a fazer, limitando-se a libertar-se da autoridade de Roma e a perseguir católicos e protestantes com o mesmo rigor. A subida de Isabel ao trono teve o condão de modificar profundamente as coisas, e o Luteranismo definiu-se sob a forma de Anglicanismo, menos radical do que aquele, muitíssimo menos do que o Calvinismo e esse misticismo exaltado que, no século imediato, dividiria os ingleses em dois campos: conformistas e não-conformistas, conservadores e radicais, cavaleiros e «cabeças redondas», anglicanos e puritanos.

Inteligente, ambiciosa, astuta, dominadora, sedutora mesmo, a despeito da dureza de traços que nos mostram os retratos que até nós chegaram (e como, a não o ser, se justificariam as paixões impetuosas e pouco cautas do desgraçado Raleigh e outros mais?), Isabel não se resignou a reinar sob a tutela do Parlamento. Impolítico seria enveredar pelo caminho da luta aberta, como o haviam de fazer os seus dois sucessores

imediatos, Jaime I e Carlos I. A fazê-lo, antecipar-se-ia de quase um século a revolução. É certo que, com viver mais anos, Maria não se coibiria de o fazer: o fanatismo obscurecia-lhe os olhos da razão. Isabel, porém, muito mais inteligente do que a irmã, compreendeu qual seria o seu erro se se afoitasse a enfrentar o Parlamento. E assim procurou firmar o seu poder pelo recurso aos favoritos, de que se servia para os seus fins ambiciosos, sendo ela, certamente, a inspiradora dos ataques ao império espanhol, cuja fraqueza previu e que combateu enquanto viveu.

Um dos grandes colaboradores de Isabel nessa obra expansionista foi John Hawkins, mestre do ilustre Drake e o primeiro dos grandes aventureiros marítimos, o homem que lançou os fundamentos da marinha inglesa, que, no século imediato, teria em Cromwell um decidido continuador. Pelos seus conhecimentos da vida do mar, filho como era do célebre navegador William Hawkins, natural da cidade marítima de Plymouth, foco de navegadores e de piratas, John Hawkins inicia a sua carreira em 1560 quando foi às Canárias comerciar.

Ali conheceu um Pedro da Ponte, personagem dúbia e de moral duvidosa, que lhe prestou o maior auxílio nas suas tentativas contra o império espanhol, e em casa do qual o corsário inglês se acoitava quando ia a Tenerife.

Isabel soube aproveitar bem os serviços deste homem, quando se decidiu a atacar por todos os modos o seu velho inimigo Filipe II. E assim, sob a aparência de negociante de escravos, Hawkins dirigiu-se pela primeira vez às Índias Ocidentais em 1562, para ali vender os negros que comprara na Guiné ou tomara aos navios portugueses que encontrara e assaltara no caminho. Foi esse o primeiro contacto que os ingleses

tiveram com o império espanhol, de que viriam a herdar grande parte mais tarde.

O que isto representa de extraordinário di-no-lo este simples facto: nós, portugueses, e os espanhóis defendíamos a doutrina do *mare clausum*, que, poucos anos passados, havia de ser impugnada pelo célebre Clúcio, cuja doutrina o nosso Fr. Serafim de Freitas rebateria. Ao *mare clausum* dos povos peninsulares, opuseram os ingleses, como os franceses já haviam oposto, e os holandeses haviam de opor, a doutrina do *mare liberum*. Desde que portugueses e espanhóis se encontravam na posse de territórios fertilíssimos e riquíssimos, não havia razão, pensavam eles, para lhes fechar o acesso ao comércio dos outros povos. Portugal e Espanha negavam-se a consentir na estadia de estrangeiros nas regiões em que dominavam e cujo comércio estava nas suas mãos; portanto, justificava-se a invasão dessas regiões e o ataque à navegação peninsular.

Evidentemente que, à luz dos ideais do nosso tempo, a doutrina do *mare clausum* não tem razão de ser; mas os factos e acontecimentos históricos devem estudar-se e criticar-se (nunca é de mais repeti-lo) à luz das ideias da época em que se produziram, pelo que tal doutrina se justificava então plenamente.

Por isso Hawkins empreendeu quatro viagens às Antilhas, na última das quais perdeu a vida; por isso o seu discípulo e rival Francis Drake levou a cabo a segunda grande viagem de circum-navegação depois da de Magalhães; por isso tantos outros capitães e marinheiros sulcaram os mares, levando o nome da Inglaterra até aos confins do mundo.

Do que foi a acção de Hawkins nos ataques às Antilhas e à América Central espanhola, conta-no-lo exaustivamente o sr. R. de A. neste livro, em que nos dois primeiros capítulos estuda com desenvol-

vimento a política expansionista inglesa nos começos do século xvi e o seu comércio com as Canárias, aonde pouco depois chegaria Hawkins pela primeira vez. Aqui vemos como era apertada e vigilante a espionagem de Filipe II e como os seus enviados diplomáticos lhe demonstravam dedicação sem limites, tendo-o ao corrente de tudo tão pormenorizadamente que em certos pontos as informações do embaixador espanhol em Londres fornecem mais dados para a biografia de Hawkins e de outros ingleses do que a própria documentação inglesa.

Ao lado das obras inglesas sobre o grande marinheiro, a do sr. R. de A. constitui espécie de valor, embora nem sempre possamos estar de acordo com os seus juízos acerca dos actos de Hawkins, de Drake, de Isabel e de Filipe II, como não podemos aceitar, sem discussão, a forma como pretende justificar a Invencível Armada, cujo desastre arruinou para sempre a marinha portuguesa e a espanhola. Apesar de tudo, porém, o distinto Autor mantém-se num tom de elevação que muito nos apraz registar e que revelam a solidez da sua cultura e a imparcialidade do seu juízo.

Em apêndice figuram trinta documentos inéditos comprovativos do texto.

A obra é excelentemente ilustrada, sendo para lamentar apenas o pouco cuidado na revisão, que deixou passar muitas gralhas, embora parte das quais sejam corrigidas em «errata».



PRIMAVERA, DE SIGRID UNSET. Romance. Tradução portuguesa de Teresa Leitão de Barros. Livraria Tavares Martins. Porto, 1945. 455 págs.

Sigrid Undset é uma escritora escandinava dos nossos dias, que alcançou a

honra do Prémio Nobel há alguns anos e cujo renome ultrapassou as fronteiras dos países nórdicos para passar aos nossos climas mais vizinhos do Meio-dia e de outros continentes que não apenas o nosso.

Todavia, apesar da admiração que o presente romance levantou lá fora, nele não encontramos qualquer coisa capaz de despertar, não já admiração, mas ao menos interesse entre nós. A acção arrasta-se por estas 400 páginas com uma lentidão que não está nos nossos gostos, é difusa e todo o interesse pelo estudo psicológico desse caso de amor se dilui por entre a massa de considerações e descrições da Autora. Apenas no final da Segunda Parte se encontra um pouco de animação capaz de atenuar a sensação de alívio que se apossa do leitor após ter vencido herdicamente a monotonia da leitura deste volumoso romance.

NOITE DE ESTRELAS, por *Vieira de Lemos*. Contos, s. l. 1947. 218 páginas.

Ignoramos se é a estreia literária do Autor. Como obra de apresentação revela-nos uma faceta simpática do seu espírito: o amor pelos humildes, pelos infelizes e por aqueles que a desgraça um dia assaltou. São dez pequenos contos, em cada um dos quais há uma alma que sofre e luta contra o destino que termina por vencê-la. De todos, «O Foguete» parece-nos o melhor, pelo equilíbrio da narrativa e pela forma.

Alguns deslizes estilísticos revelam pouco cuidado na revisão, afeiando um trabalho simpático.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

A Eutanásia, pelo *Dr. José Crespo*.

A última noite de D. João, por *Fernando de Araújo Lima*.

Guimarães de tempos idos, por *A. L. de Carvalho*.

Oferta dos Editores:

Edições Gama, Lisboa:

1 — A caixa de Pandora, por *Fernando Amado*.

2 — Modos de ver, por *Hipólito Raposo*.

3 — Antologia de poesias religiosas, escolhidas por *Guilherme de Faria*.

4 — E, depois, o menino nasceu! E nasceu assim!, por *Luis Chaves*.

5 — A democracia à luz das realidades, por *Almeida Cassapo*.

6 — O último homem, por *Alfred Noyes*.

7 — O Fogueteiro (1.º vol.), por *T. O. Beachcroft*.

8 — Ana-Maria Javouhey, por *Gaëtan Bernoville*.

Editorial Domingos Barreira, Porto:

1 — O Cardeal Saraiva, por *António Ferreira*.

2 — Um homem de 50 anos, por *Alexandre Malheiro*.

Portugália, Lisboa:

S. João de Deus, por *Rachel Jardim de Castro* (Condessa de Nova Goa),

Junta Central das Casas do Povo,
Lisboa:

Enfrentando o destino das Casas do Povo, pelo *Dr. António Júlio de Castro Fernandes*.

Edições S. N. I., Lisboa:

Miséria e Medo, discurso proferido pelo *Senhor Doutor Oliveira Salazar*.

Edições Pro Domo, Lisboa:

1 — **Estudos em três línguas**, por *Elea Pazeco*.

2 — **O Amboim**, por *Carlos Carneiro*.

3 — **Alvíssaras ou Alviçaras?**, por *José de Sá Nunes*.

4 — **O Novo Príncipe**, por *Gama e Castro*.

Junta de Província do Douro-Litoral, Porto:

1 — **Algumas inscrições medievais do Douro-Litoral**, por *Armando de Mattos*.

2 — **Azurara — Subsídios para a sua monografia**, por *Bertino Daciano R. S. Guimarães, Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas e Serafim Gonçalves das Neves*.

Publicações da Câmara Municipal do Porto, Porto:

O convento novo de Santa Maria da Consolação, por *Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas*.

Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid (Espanha):

1 — **Historia de las ideas estéticas en España** (vols. I a IV) por *Menéndez Pelayo*.

2 — **Historia de los heterodoxos españoles** (vols. I a V), por *Menéndez Pelayo*.

3 — **Gloriosa contribución de España a la historia de la Musica Universal**, por *Higinio Anglés*.

4 — **Auroras de Diana**, por *Pedro de Castro e Anaya*.

5 — **El Reflejo** (Madrid, 1843), por *José Simón Díaz*.

6 — **Romancero General** (vols. I e II — 1600, 1604, 1605), edición, prologo e indices de *Angel Gonzalez Palencia*.

Instituto Britânico — Lisboa :

1 — **Philosophy and Politics**, por *Bertrand Russell*.

2 — **The Pleasure Ground**, por diversos autores.

3 — **Catholic Art and Culture**, por *E. I. Watkin*.

4 — **The English People**, por *George Orwell*.

5 — **Life Among the Scots**, por *Janet Adam Smith*.

6 — **The English at the Seaside**, por *Christopher Marsden*.

7 — **Western Political Thought**, por *John Browne*.

8 — **Alexander the Great and the Hellenistic Empire**, por *A. R. Burn*.

9 — **The Penguin New Writing**, por *Penguin Books*.

10 — **The Signal to Engage**, por *Alex. Confort*.

11 — **The Derelict Day**, por *Alan Ross*.

12 — **Second Poems**, por *Stephen Coates*.

13 — **The Novels of Virginia Woolf**, por *R. L. Chambers*.

14 — **Poetry of the English-Speaking World**, editado por *Richard Aldington*.

A Arte Literária na Idade-Média

LARGO tempo serviu a História para ensinar que o espírito estivera cativo durante dez séculos na torre escura da Idade-Média. A polémica travada entre Antero de Quental, Oliveira Martins e Júlio de Vilhena abriu, há cinquenta e tantos anos, horizontes novos para a revisão do problema em Portugal. E ao despedir-se da cátedra coimbrã, deixou Gonçalves Cerejeira, apoiado nas últimas conquistas da investigação histórica, o definitivo conceito da maravilhosa civilização medieval.

Ao revés do que se afirmara, a Idade-Média claramente se desenha hoje como sendo um período de grande e intensa vida intelectual. A *tenebrosa noite* dos seguidores de Michelet enche-se agora de vivíssimos luzeiros e toda ela fulgura e resplandece em graça e alegria. Era o herético propósito de aniquilar a Igreja e de extinguir a Fé que assim levava alguns, tomando o catolicismo como sinónimo de ignorância, a apagar as manifestações mais espontâneas e mais cândidamente belas da inteligência humana.

Estudando a literatura alemã da Idade-Média, o ilustre e fiel Bossert pôde escrever desapaixonadamente: «Le Moyen Age, cet âge de prétendue immobilité, se transforma et se renouvelle sans cesse. En littérature, il se produisit successivement une poésie héroïque, se rattachant à l'invasion germanique et à l'invasion musulmane, une poésie chevaleresque provoquée par les croisades, enfin une poésie bourgeoise et satirique, contemporaine de l'organisation communale.»

Em três cancioneiros, que se completam, chegou até nós a primitiva lírica portuguesa: no da Ajuda, editado em 1904 com grande aparato crítico por Carolina Michaëlis e diplomáticamente em 1941 por Henrique H. Carter, com 310 cantigas; no da Vaticana, por Teófilo Braga dado à estampa em 1878, depois de Ernesto Monaci três anos antes ter divulgado a cópia do manuscrito, e ainda à espera de quem acerte as suas 1.205 composições; e no de Colocci-Brancuti, desde 1924 recolhido na Biblioteca Nacional de Lisboa, com 470 canções não compreendidas naquele e a virem agora a lume, com vagares que matam a paciência, nos fascículos da *Revista de Portugal*. Abrangem eles o tempo que decorre dos fins do século doze até meados do décimo-quarto. Cerca de duzentos poetas ali deixaram, em duas mil poesias, o coração desfeito.

No Cancioneiro da Ajuda, anterior, talvez, ao reinado de D. Dinis, predominam as formas provençalizantes, de refinada, atenta e casta cortesia; e aos dois outros, já para cá do Bolonhês, pertencem as florações indígenas, mais chegadas ao povo e de mais clara e sincera emotividade. Em todos, porém, se espalha e adensa meigamente a neblina saudosa da ternura portuguesa.

Se faz pena ver que foram estrangeiros quem mais cedo compreendeu o alcance destas poesias e lhes quebrou o sono em que jaziam encantadas como a bela Infanta do rimance, consola recordar que logo vieram do Brasil, com Francisco Adolfo de Vernhagem, Caetano Lopes de Sousa e Ferraz de Macedo, novos elementos de estudo para o seu regresso à vida.

Almeida Garrett prontamente sentiu o mago encanto da poesia medieval, simples, apaixonada e romanesca. Mas era apenas adivinhação de gosto delicado, aroma de flor derramado no vento. Não tardaria que Teófilo Braga, afadigado no empenho de receber a herança garrettiana, procurasse ouvir a música ingénuo dos antigos versos e os ordenasse para mais fácil leitura. Faltava-lhe, porém, o conhecimento autêntico da construção poética medieval e também ele se extraviou em laboriosas conjecturas e perdeu em quiméricas e álgidas versões.

Outros estudaram depois, com perfeita pedantaria docente, o estilo, a linguagem, os sentimentos, o querer; mas o que é poesia, a todos escapou sempre.

Verdadeiramente, só agora os poetas daqueles dias moços encontraram quem soubesse explicar o segredo dos seus ritmos, a oculta melodia das suas confissões, os motivos de inspiração em que traduziram dores e esperanças, pensamentos de amor e de saudade.

Liberto das preocupações gramaticais em que se consumiu o saber de Carolina de Vasconcelos e se extremaram as curiosidades filológicas e históricas de José Joaquim Nunes, de Henrique Lang, de Rodrigues Lapa, de Ernesto Monaci ou de Aubrey Bell, para mais intimamente buscar a raiz sensível dos antigos cantares, coube a outro poeta a boa fortuna de revelar sua engenhosa construção.

Foi ele Narciso de Azevedo, o iluso inventor do *Auto da Perfeita Menagem* e dos *Paços do Encantamento*.

Por estranha contradição, esse poeta, como nenhum sinceramente disposto a arrecadar e a roborar os gritos de vindita do povo esquivo, para na terra toda, sem limites, com a mesma enchada cavar o mesmo horto, é hoje, depois da morte de Eugénio de Castro e de D'Annunzio, quem melhor mantém a dignidade da musa aristocrática!

E desse contrário sentir, por amor da humildade entre pajens e princesas entrelaçando em horas brandas motos de oiro em balsões heráldicos, lhe veio a disposição para o estudo da lírica medieval.

Maravilha ver como distingue as palavras e esclarece os motivos em que se embrecham. Pela primeira vez entrega um poeta a acuidade do seu sentido poético ao comentário das trovas desfiguradas. Já não é o secreto arrumo de termos obsoletos ou a versão moderna de ignoradas consonâncias: agora, servido por alto espírito de interpretação criadora, Narciso de Azevedo põe a descoberto a alma dos temas trovadorescos.

Defeituosas cópias, erros de escritura, tinham sofrido severa emenda com racionalista e fria análise. O feiticeiro autor dos *Ritmos da Hélade* glosa enlevadamente as mortas cantigas e nelas desperta escondidos ecos.

Por difíceis caminhos andaram demoradamente alguns cobiçosos do saber alheio a indagar a significação dos assuntos procurados pelos trovadores para a confissão dos seus íntimos sentimentos. Um deles fôra particularmente sondado. Queriam a explicação dos versos em que aponta a doçura tímida da hora de alva.

Cansado de esfolhar poentos livros, tinha Schlager assentado que na epístola de Leandro a Ero estaria o seu primeiro estímulo. Com segura crítica, Narciso de Azevedo mostra, a propósito da formosa poesia de Nuno Fernandes Torneol, que noutra composição ovidiana se encontra esse pretexto lírico.

A despedida dos namorados ao levantar do sol sempre foi razão para cantos de amor. Tem a idade do coração do homem. Se Ovídio sentiu a lasciva mágoa desse apartamento, não seria ele, talvez, quem a deu a conhecer aos nossos trovadores; pela semelhança do tom, bem é possível que no *zejel* andaluz estivesse a meiga semente que daria flor nas cantigas de alba. E a *aubade* provençal também assim iria buscar à canção hispano-mouresca a forma prosódica em que foi vazada.

No *Cancioneiro Português da Vaticana* há uma cantiga, composta com restos corrompidos de palavras árabes, que bem deixa ver como aqueles modelos andavam perto de quem entre nós cantava:

Eu, velida, nom dormia
lelia d'outra !
E meu amigo venia
e doy, lelia d'outra !
Nom dormia e cuydava
lelia d'outra !
E meu amigo chegava
e doy, lelia d'outra !

Estabeleceu G. Bowra um erudito paralelo entre cantares gregos e portugueses. Narciso de Azevedo por sua vez entreteve-se a encontrar parencas entre as composições literárias compiladas por Confúcio no *Chi-King* e os nossos cancioneiros medievais. O melhor exemplo colheu-o pondo o sirventésio audaz de Aires Nunes a par do desesperado poema *Li-Sao*. Mas sejam quais forem as concordâncias que se descortinem ainda aqui e além, não poderá negar-se que a poesia dos cancioneiros está impregnada do sabor da terra, e que nela se criou e desenvolveu, livre de influências estranhas, uma impetuosa corrente de lirismo nacional e próprio.

Contrariando a tese apaixonada de Jeanroy, que por cego amor à França pretendia terem vindo de lá os temas populares usados pelos poetas dos nossos cancioneiros, recentemente sustentou R. A. Nicholson, em sua primorosa *History of Arabic Literature*, que foi Portugal um dos mais antigos e mais célebres larários onde se viu ganhar a voz do povo expressão artística.

A poesia dos três grandes cancioneiros portugueses, sendo única no velho jardim das Hespérides, é bem diversa da que então embalou a Europa. O inventário organizado em 1939 por Silvio Pellegrini — *Repertorio bibliografico della prima lirica portoghese* — exuberantemente demonstra o universal interesse do seu estudo.

Com aquele aborrecimento que derramava sobre as coisas, ruim com todos e até consigo, Herculano afirmara que os nossos trovadores empregaram em suas trovas uma língua parada, convencional, exclusivamente literária. E não recebeu dizer, fechando os sentidos às seduções da vida, que era aquele uma espécie de lirismo bárbaro!

Narciso de Azevedo prova a mobilidade da língua empregada pelos trovadores. Tão ágil e viva ela aparece ainda, que apesar da larga e profunda evolução do idioma, por longos anos escrito e falado, em muitos pontos não é diferente da que se serviria nos dias de agora quem, por a ignorar, a não desprezasse.

Discretamente corrigindo Herculano, o cuidadoso autor de *A Arte Literária na Idade-Média* observa: «Estando no seu período de formação, a língua evoluiu de modo que por vezes muito se aproxima dos tempos de hoje, encontrando-se cantigas que, pela sua justa e muito emotiva linguagem e pelos recursos artísticos conscientemente procurados e tão belamente conseguidos, não seriam de desprezar num bom poeta moderno.» E remata: «O lirismo bárbaro e convencional é fartamente negado em tais poesias.» Documenta logo o asserto com algumas cantigas de Ber-

nal de Bonaval, de João Airas, de Martim Codax, de Aires Nunes, de Pais Gomes Charinho, de Gonçalo Eanes do Vinhal, de João de Guilhade, de Pero d'Armeá, de D. Afonso Sanches, de Afonso Eanes Coton, de D. João de Aboim.

O que parecia bárbaro à sensibilidade atormentada e negra de Herculano, era clara fonte de natural e comovida expressão.

O moderníssimo poeta espanhol Frederico Garcia Lorca e o desventuroso português Guilherme de Faria, só quiseram para os seus poemas o ritmo simples e cristalino daquelas cantigas, o leve bailado das suas sílabas.

Já Afonso Lopes Vieira, o melhor e mais aproveitado aluno de Garrett, havia adoptado, para a revelação original da sua poesia, o talho da ideia-sentimento que matisa as folhas dos Cancioneiros. Mas foi sobretudo na jovem poesia espanhola, em suas revolucionárias e últimas tendências postmodernistas, que o valor artístico dos Cancioneiros afonsinos veio de novo afirmar-se.

Eliminando tudo quanto possa parecer retórica, para atingir o inefável sentimental, os postulados literários das mais recentes escolas, no desejo de que seja superado o existente e pretendendo conseguir a evasão do mundo ultraista, mecânico e complicado, em que foram criadas, assentam na temática medieval as mais finas conquistas da sua renovação.

Não tem outro sentido o neopopularismo de Rafael Alberti. Ao confessar o seu ideário poético, esse estranho inimigo dos certos merecimentos da Tradição vai acolher-se à mais escolhida tradição literária, para dignamente trasladar e reconstituir a intimidade do seu sentimento. E fica satisfeito contando que para seus primeiros mestres elegera os poetas dos Cancioneiros e Gil Vicente.

Por 1360, Estêvão Coelho cantava:

Se hoje o meu amigo
soubesse, iria comigo.
Eu ao rio me vou banhar.

Se hoje ele este dia
soubesse, comigo iria.
Eu ao rio me vou banhar.

Quem lhe dissesse entanto,
Cá eu já tomei o manto!
Eu ao rio me vou banhar.

E ouve-se agora Rafael Alberti gorgear com igual singeleza :

Mi corza, buen amigo,
mi corza blanca ;
los lobos la mataron
al pie del agua.

Los lobos, buen amigo,
que huyeron por el rio.
Los lobos la mataron
al pie del agua.

Não podia achar-se melhor lição da vitalidade da poesia medieval! Quando Narciso de Azevedo estuda o suavíssimo cantar de D. Dinis, em que se encontra o nubloso refrão — *alua euay liero* — uma luz nova alumia as escuras palavras. Até Rodrigues Lapa querer que fossem lidas: *Alva é, vai liero*, ninguém ousara penetrar-lhes o enigmático sentido. Nem Diez nem Joaquim Nunes souberam interpretar a viciosa leitura. O apurado investigador *Das origens da poesia lírica em Portugal* hesitava ainda: «o refran é estranho, misterioso: parece ser um estribilho de alba... O termo *liero* não está bem explicado e é possível que esteja estropiado; mas não há dúvida que o sentido é *ligeiro, apressado*».

Narciso de Azevedo, com ternuras de amante, passa as incógnitas palavras pelo coração e logo no-las devolve repassadas de claridade.

Por ciúme ou despeito, certa dona acusava o Rei de não trovar com verdadeiro amor e serem assim obras de artifício os seus doces cantares. Protestou o Rei. E com abrasada paixão, pon-do nas palavras todo o calor humano, a sua carnal sofreguidão de amor, vê o tempo alegre, em contrário modo, aumentar-lhe para maior tristeza as penas do sofrimento namorado!

E Narciso de Azevedo reconstitui formosamente a cantiga dionisiana, explicando: — Vai ledo o tempo, e eu morro de amor!

Bem merecia este livro ser acolhido entre palmas e rosas. Mas não dão folga para recolhidas divagações as apressadas fomes de cada dia. E o livro parece que não teve quem se importasse com ele! No entanto, muitos passos dúbios dos Cancioneiros galaico-portugueses para sempre ali ficaram esclarecidos com suprema elegância e florida graça.

Não envelheceu o sentimento que ditou aquelas estrofes. É arcaica, talvez, a sua forma; mas é de hoje o lírico acento que a assinala, e tão novo ele é, que já pode dizer-se terem sido os troveiros medievais, pela simplicidade, pela espontaneidade e pela agilidade do ritmo, os criadores do moderno estilo poético.

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA.

Poema da morte e da vida

I

*Rufa no mundo dura tempestade,
Ao som da qual, às vezes, adormeço,
Tenho terríveis visões e estremeço
Quando contemplo tal ferocidade.*

*Adormeci
E em sonhos vi*

*Uma mulher, outrora, tão formosa,
Agora esquelética, dorida, pálida,
Subir trémula sua Via-Dolorosa,
O pranto correr-lhe pela face esquálida,
Lá de cima, de tão íngreme Calvário,
Vê infindo, interminável mortuário.
Ao som da brutal, sinistra, batalha,
Vê desdobrar-se sua negra mortalha.*

*No vasto espaço
Há aves d'aço,
Andam em empresa
De vil crueza.
Matam, ó Deus!
As inocentes,
Indefesas gentes
Clamando aos céus!*

*Além, entre a terra e o firmamento,
Foragidas em regiões descampadas,
Enormes multidões são assassinadas
Por convénio de exterminador intento.*

*Ouve-se o desabar das catedrais,
O ruir dos monumentos mais formosos,
Que, o homem, em fórmulas geniais,
Construira desde os tempos mais ditosos.*

*A mulher confia em Deus, olha e ora,
Vê labaredas — ó mortal aurora.*

*Há campeões,
— Quais leões —
Em luta infinda!
Ela confia ainda.*

*Da estepe em avanços estonteantes,
Rola a imensa horda imunda,
Que como mar bravio tudo inunda,
Deixa atrás de si ruínas fumegantes.
Aquele mar furioso, rolante,
Vai desfazer-se em rijos parapeitos,
— Que os heróis formam com seus peitos —
Em bramidos de imprecação ululante.*

*Há um guerreiro,
Um cavaleiro,
Em luta infinda!
Ela, confia ainda...*

*Só, em campo, ele combatia ousado,
Quando pelas costas foi apunhalado!*

*Ela ora a Cristo,
— Oíço um gemido —
Fora traído,
O próprio Cristo!*

*Corro. Interrogo: Quem sois? por piedade...
«Sou a Europa, vossa mãe comum,
Lutai um por todos e todos por um,
Salvai da nossa Terra a liberdade»*

*E continuou: «Correi. Da Eternidade
no Templo esperam os altos Espíritos.»*

*Eu, então, corri veloz como o vento
Corri ligeiro como o pensamento.*

II

*Três pancadas fiz ressoar
No portão brônzeo do brônzeo Templo
Onde Deus guarda o alto exemplo
Dos Génios que quis immortalizar.
Disse em breves palavras ao que ia,
A natureza da minha missão,
Dos Espíritos pedia a reunião,
Vi uma estrela que a mim se dirigia.*

*Ela trouxe-me os Génios e comovido
Prostrei-me ante as figuras da História,
Que da Europa são a mais alta Glória
E a quem contei o que tinha sabido.
Sobre a Europa corria a aragem
de ódio fortemente cruel, selvagem!
O homem como fera é caçado,
Sujeito a sevícias e enforcado.*

*E da mulher?
Ó! da mulher,
História tão terrível de dizer,
O melhor, porém, é não a saber.*

*Génios da Grécia e de Roma antigas,
Olhos de espanto e comoção abriam;
Alexandre e César espadas brandiam,
Coléricos, já prontos às fadigas.
Logo Dante, Petrarca mais Camões
Com outros de rememorada fama,
Albuquerque, os Castros e o Gama
A que Homero e outros a juntaram.*

*Todos ali juraram
Salvar, libertar a Europa.
Fazer ressurgir o poder da fé,
O Espírito das legiões romanas
Mais o das valentes hostes germanas,
E a heróica epopeia das lusitanas.
Europa é amor que não enfraquece
Nem o curso secular esmorece.*

*Ofegante regressei ao Calvário;
Junto da Europa estava o sudário.
Forte e renovada fé Deus me deu!
Ao acordar vi que cada europeu
Lutava guiado por nova luz:
Numa mão a espada e noutra a Cruz.*

JOSÉ GONÇALVES D'ANDRADE.

Ensaio de uma análise ao "Romanceiro" de Garrett

II

ESTUDO HISTÓRICO-ANALÍTICO DA COLECÇÃO GARRETTIANA

(Continuação da pág. 55)

Rainha e Cativa

ESTE tema de cativos de moiros deve ter sido bem frequente e deve ter dado lugar a fecundo e abundante ciclo porventura perdido.

Garrett tem este conto como dos mais romanescos, cheio de situações interessantes, de lances e de aventuras.

«Esta volta de cativos e renegados cristãos para as suas terras, fugidos com as joias de seus senhores infiéis, é uma feição mais comum nas lendas populares.»

Este mesmo assunto sob o título *Hermanae reyna y cautiva* encontrou-o Menendez Pidal corrente em Espanha, em Tânger, e no Oriente.

Voltaire aproveitou o episódio do reconhecimento das duas cativas tão ingenuamente contado no romance :

— Se vira-la tua irmã,
Se tu a reconhecerias ?
— Assim eu a vira nua
Da cintura para cima ;
Debaixo do peito esquerdo
Um sinal preto ela tinha,

e genialmente o aproveitou na dramatização do encontro de Lusignan que reconhece, em Zaïre e em Nérestan, os seus filhos há tanto tempo consi-

derados perdidos, cativos de moiros infiéis, aquela por possuir ao peito a cruz familiar, este por ter no seio a honrosa cicatriz :

LUSIGNAN — Mes yeux, ne trompez point ma timide espérance !
Serait'il bien possible ? Oui, c'est elle !... je voi
Ce présent qu'une épouse avait reçu de moi,
Et qui de mes enfants ornait toujours la tête,
Lorsque de leur naissance ou célébrait la fête.

LUSIGNAN — Nérestan, si je dois vous nommer de ce nom,
Avez-vous dans le sein la cicatrice heureuse
Du fer dont à mes yeux une main furieuse...

NÉRESTAN — Oui, seigneur, il est vrai.

(Zaire, Act. II, ce. 3).

Dom Claros d'Além-Mar — Claralinda

Garrett começa por afirmar que não sabe se estes romances nasceram portugueses ou castelhanos.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ⁽¹⁾ e Menendez Pidal ⁽²⁾ consideram-nos como pertencendo ao já citado ciclo carolíngio de Eginhard e Emma.

De facto os romances do Conde Claros de Montalban e dos seus amores com a infanta Claralinda são, dentre os de personagens carolíngias, os mais sabidos e cantados em Portugal.

Na *Aulegrafia* de Jorge Ferreira de Vasconcelos vêm frequentes expressões como estas « harpar um Conde Claros, tanger tudo sobre Conde Claros ». Nos reinados de D. Manuel e D. João III estas toadas musicais eram o encanto das salas onde as tangiam na viola, na harpa ou no cravo.

Apesar de tão querido em Portugal e de espalhado também na Espanha este tema não é exclusivamente peninsular mas, personificando todos os D. Juans daqueles tempos, é comum a todas as literaturas orais, pelo menos das áricas.

(1) Cf. «Romances Velhos em Portugal» — *Revista Lusitânia*, vol. II.

(2) Cf. *El Romancero*.

Sob as rubricas de *El Conde Claros y el Emperador*, e *El Conde Claros y la Princesa acusada* encontrou-o Pidal em Tânger e no Oriente.

A balada do *Prince Robert* da colecção de W. Scott tem passagens muito semelhantes a versos do romance português.

Dom Beltrão

Romance também do ciclo carolíngio, referente ao lance de Roncesvales.

Na edição castelhana do *Romancero General* tem até mesmo o título de *La Batalla de Roncesvalles* e é-lhe afixada por Duran uma data não anterior ao século XV.

↳ Muito glosado, contrafeito, posto em música, cantado, traduzido, é ainda hoje popular em Trás-os-Montes e foi encontrado no Maranhão, sem grandes divergências, por Celso de Magalhães.

Na versão portuguesa são interessantes os exageros dos ferimentos recebidos pelo cavaleiro, pelo mais pequeno dos quais «entra um gavião a voar». D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos chama «espanholadas» a tão extravagantes ampliações e afirma que o gérmen para tais ornamentações poéticas, veio, provavelmente, para Portugal, nos romances do ciclo bretão.

Na versão castelhana é de notar o sinal que tornará o cavaleiro conhecido ao próprio pai:

En el carrillo derecho
El tenia una señal,
Que siendo niffo pequeño
Se la hiso un gavilan.

É por um sinal idêntico que se reconhecem as irmãs no romance da *Rainha e Cativa*, por sinais assim são também identificados os filhos de Lusignan, em *Zaire*.

Dom Gaifeiros

Um dos mais celebrados romances da nossa península, do ciclo carolíngio também, no qual perpassam heróis da *Chanson de Roland*, onde se respira o ambiente do lendário heroísmo dos cavaleiros da Távola Redonda.

Pidal certifica-lhe a existência também em Tânger e entre os Judeus

do Levante sob os títulos de *Miliselda y Don Gaifero*, *De la linda Melisenda*, hija del emperador, la de labios de coral y carne de leche.

O remate, tanto na versão portuguesa como na castelhana, é comum a todos os contos e lendas com um desfecho feliz:

As festas que se fizeram
Não têm conto nem par.

Las fiestas que le hacian
No tienen cuento ni pare.

Justiça de Deus

Como verdadeiro enamorado, o autor sente que poucas coisas mais bonitas tem o romancelo popular da nossa península do que esta *Justiça de Deus* ou *Conde preso*. É de uma romeira de S. Tiago, segundo fala o texto.

Não lhe sabe a origem. E pouco lhe interessa isso, que julga de somenos importância.

Alvitra que tenha nascido do estro de algum trovador ou menestrej em Catalunha ou Valença, em Portugal ou em França, em Leão ou em Castela; e, tendo peregrinado com a viola do cantor que o compôs e tendo-se adaptado ao gosto das regiões por onde passou, pertence hoje à província onde se encontra.

Interessante e original método de marcar a origem de certos romances!

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ⁽¹⁾ porém, — não sei porquê nem ela tampouco o diz, — tem-no como filiado nos «Romances relativos à história e à tradição histórica de Espanha», relativos ao fabuloso Campeão, Bernardo del Cárpio e transmitidos em transformação novelesca, embora algo degenerada, paralelamente a vários textos cantados nas Astúrias.

A Romeira

Este romance é também de outra romeira; mas esta tem um retrato moral e físico tão bem esboçado, que a vemos passar meiga e suave, leve como avezinha:

Tão honesta e formosinha
Não vai outra à romaria.
Sua saia leva baixa

(1) «Romances Velhos em Portugal».

Que nas ervas lhe prendia;
Seu chapelinho caído
Que lindos olhos cobria!

Como a do romance anterior é perseguida também por um cavaleiro que

Cego no desejo bruto,
De amores a acometia.

Garrett aprecia-lhe a singeleza, a perfeição exemplar.

Supõe-no antigo por fixar os costumes crus da idade bárbara a que se refere, e, por não o encontrar entre as colecções castelhanas, julga-o só por isso — como aliás a tantos outros — como originariamente português.

Mesmo em Portugal não é muito vulgar e talvez coleccionado aqui pela primeira vez.

Dom João

Costumes do tempo dos menestreis diz o autor que pinta este romance. Não; costumes de sempre, tanto de épocas bárbaras como de tempos civilizados:— Um senhor, forte em orgulho e rico em preconceitos de nascimento, tendo requestado, seduzido e abandonado depois uma donzela digna, tenta esconder-lhe a nódoa dela na abundância do oiro, que qualquer burguês ou cavaleiro pobre cobrirá com o seu nome.

Mas

— A honra não se paga, filho;
Nem com terras é comprada:
Se a essa dama lhe queres,
Não a deixes desonrada!

Assim advoga a mãe de Dom João, sogra, portanto, de Dona Isabel, a «rosa namorada» do conde.

E antes que a morte venha, vem a reabilitação nas palavras e gestos do conde, gestos e palavras de verdadeira fidalguia:

— Pois fique esta mão já fria
Na'sua mão adorada:
De D. João é viúva,
Condessa será chamada.

Estes traços fundos e bem vincados como em artística água-forte dão viveza ao quadro, que, assim, é todo cheio de verdade e natureza.

A vida interior desta poesia de romance, este vigor que do íntimo lhe sai e se não encontra noutra, surge do coração do homem tal como a Natureza o cria, tal como Deus o fez.

Garrett não supõe este romance anterior ao século XV, e, talvez, de origem portuguesa embora

A triste nova seja chegada
Lá das bandas de Castela.

Helena

No romance anterior a mãe do amante é também mãe da donzela, pelo carinho que lhe dedica do coração.

Neste, porém, sendo mãe do filho, é sogra da nora pelo espírito enredador que mantém, pelo ambiente de inveja e má língua que cria e conserva, pela intriga que desenvolve.

É a sogra proverbial, a sogra de tradição comum aos ditados de todos os povos e de todas as nações.

Embora esta composição pareça a Garrett portuguesa de nascença, no entanto D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ⁽¹⁾ vê nela um tema de carácter internacional, que, nascido por ventura, no solo da poesia popular, se elevou alto até conquistar o terreno tratado e culto da novela e do drama.

Menendez y Pidal ⁽²⁾ tendo-a encontrado viva não só em Espanha e Tânger, mas até no Oriente, julga-a, a despeito da opinião garrettiana, como «de las más sabidas en la tradición peninsular».

A Morena

Não tem traços de recuada antiguidade.

A adivinhar, Garrett, coloca-lhe o nascimento pelo século XVI e declara-o inteiramente português.

O tema é uma aventura de aldeia, história de devassidões dos mosteiros rurais; fixou-se como símbolo «do que tinha sido, do que era e do que seria».

Celso de Magalhães encontrou este mesmo tema nas versões populares do Maranhão.

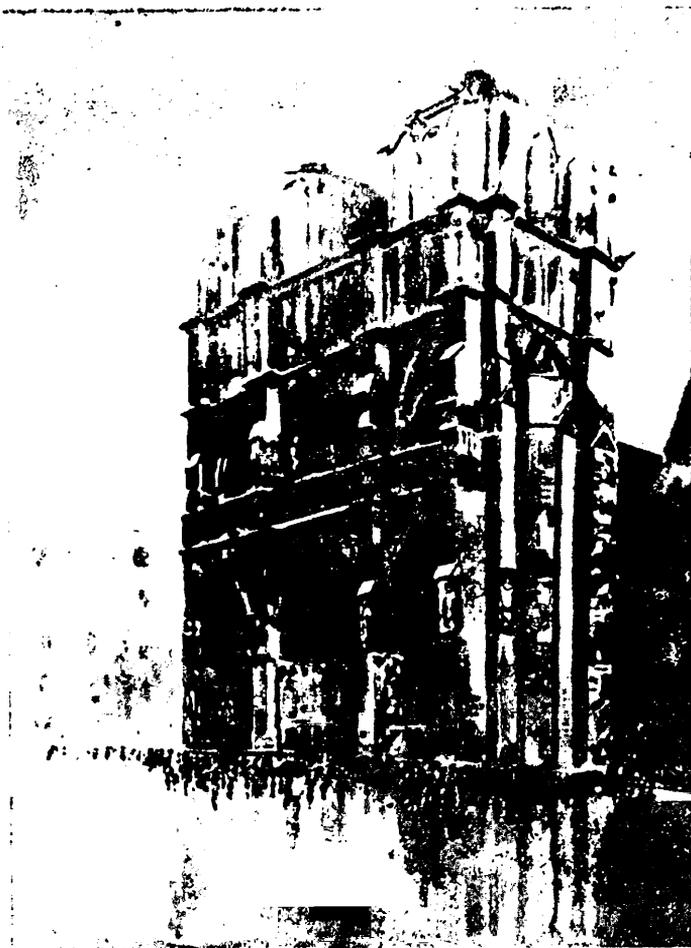
⁽¹⁾ Cf. *Revista Lusitana*, vol. II.

⁽²⁾ Cf. *El Romancero*.



Sé do Porto

(Aquarela de Maltieira)



Notre Dame de Paris (chuva)

(Aquarela de Malteira)

Donzela que vai à guerra

Sob o título de *O rapaz do Conde Daros* fala Jorge Ferreira de Vasconcelos ⁽¹⁾ deste romance, cujo tema é considerado comum à poesia de várias nações enriquecendo o espólio popular de outras literaturas ⁽²⁾.

Na *Aulegrafia* vem citado em castelhano:

Pregonadas son las guerras
De Francia contra Aragón
Como las haria, triste,
Viejo, cano y pecador?

e como tal era apreciado na alta sociedade portuguesa. Saindo das salas cerimoniais para arraiais, festas e romarias, tornou-se popular e assim se naturalizou português.

Em 1619 mostra-no-lo Ferreira de Vasconcelos familiar na côrte; é o mais antigo e principal testemunho da sua existência.

Milá y Fontanals encontrou na Catalunha a *Niña guerrera*, chamada D. Marcos, em versão bilingue.

Munthe e Menendez y Pidal encontram nas Astúrias a mesma heroína que se chama *Donzela de Portugal*.

Não indicará isto uma supremacia ocupada pelo romance em Portugal sobre Castela?

Em Goa, antes mesmo de Garrett iniciar investigações para o Romanceiro, estava coligida por Costa e Silva, que dela fazia ilustração e fundamento do seu poema *Isabel* ou *A Heroína de Aragão*.

Pidal encontra a *Mujer guerrera* no norte de África e no Oriente.

Mas a mais interessante pela sua vivacidade e cor local é a versão brasileira de Celso de Magalhães ⁽³⁾ onde se nota a adaptação e assimilação do romance popular à linguagem e costumes de outra sociedade diferente daquela onde nasceu ou prosperou.

⁽¹⁾ Cf. *Aulegrafia*, Act. III, C. 1.

⁽²⁾ Cf. Menendez y Pidal, in *El Romancero*. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, in «Romances Velhos em Portugal».

⁽³⁾ *A poesia popular do Brasil*.

Note-se à esquerda uma versão portuguesa e à direita a versão brasileira de *D. Martinho de Avisado*:

Dom Barão como discreto
De nada se recebeu;
Chamou pelo *seu criado*
Uma carta lhe entregou.

— Dom Barão *que era macaco*,
De nada se arreceiou;
Chamou pelo *seu moleque*
Uma carta lhe entregou.

Esta adaptação, aqui em pequena escala, há-de, porventura, ter-se realizado em mais larga escala noutros romances, noutras épocas, noutros temas, noutras nacionalidades.

O Cativo

É belo este romance, desta beleza cheia de singeleza e simplicidade. Apesar de não ser muito espalhado nem existir nas colecções castelhanas — eterno argumento de Garrett para o vindicar português, bem frágil argumento na verdade — sente-se a impressão de que teria havido um ciclo com este mesmo tema.

Tantos pobres cristãos cativos, escravos de judeus avarentos e ricos, a negra vida que no cativo levavam ou o doce refrigério de amores que lhes ofereciam a troco da renegação com a oferta

de te fazer meu genro
Senhor de todo o meu estado

era motivo mais que suficiente para inspirar a lira do trovador.

Se não é português, não se lhe descobre vestígio certo de outra origem, tão nacionalizado ficou.

Não lhe atribui o autor idade mais antiga que dos meados do século XVII.

(*Continua*)

ANTÓNIO SIMÕES FERREIRA.

Debellare superbos

«**P**OUPAR os que se submetem e dominar os orgulhosos»: — nesta divisa vergiliana encerra-se a acção política futura do antigo império romano.

Dando os vários *status* a aqueles que, humilhando-se mais se exaltavam, castiga-se no peso imposto do cativo ou no da pena infamante a quantos, vencidos pelo orgulho, não querem escutar-se nas vozes esclarecidas da Razão.

Hoje, como ontem o conceito está sempre actual. A soberba, botando raízes no coração do homem, vence-o para a lei da morte.

Vivemos um mundo onde a soberba ainda se não verga a nova sujeição. Exercendo domínio absoluto sobre o individualismo egoístico de certos homens, desacredita-os nos seus próprios merecimentos, ao cerrar-lhes a inteligência calando-a para o bom senso e à prudência.

O orgulho nasce do amor desordenado do homem na adulação de si mesmo, estimando-se a mais na própria excelência dos seus méritos. O homem, presumido de obras, julga-se na virtude da perfeição única e no seu amor próprio um César, pretendendo assim ser ele mesmo como um Deus.

Esconde-se dentro da falsa modéstia e, na vanglória de prosápia indevida, não admite nem requiere superioridade igual à sua ou maior do que a do seu talento, tampouco considerando outras qualidades ou virtudes mais senão as da viciosa lei da sua vaidade e filúcia.

Ajuíza pelo elogio oportuno, sem curar de saber que esse «*elogio em boca própria é vitupério*», conforme nos recomenda a sabedoria dos povos e a todos ordena a boa moral caseira nos costumes.

O orgulho acompanha a vaidade da modéstia, exagero aparentado de aquela soberba da falsa humildade, onde este sentimento se não apresenta nem compromete para leal sujeição ao Espírito. E o orgulhoso, todo o homem moralmente depravado, roubador dos seus pergaminhos de homem, tirando justiça aos restantes para a doar ao seu egoísmo, na sua cegueira, nunca repara no mando inseguro e incerto que o gruda no precário de todo o presunçoso.

A maldade da soberba acotovela nele a sua prudência, fecha sobre esse homem o tino confiado da Inteligência, tornando-o à imagem e seme-

lança daquele pobre mendigo da fábula que na tentação do possesso destrói consigo todas as mais valias e privilégios morais da pessoa.

O soberbo nunca se aperfeiçoa no bem, porque jamais admitiu vontade alheia à sua, nem tolera liberdades maiores ou menores que não sejam as abstrações dele. A raiz de todo o seu mal fixa-se-lhe no coração, a endurecê-lo, e, sufocando o homem, habitua-o a não sentir a dor do seu próximo, nem a espiar-se noutras opiniões que não estejam afadigadas na autoridade despótica e louvor tirânico de sua vulgar estima pessoal.

A soberba atabafa o homem, emudecendo-o na hipocrisia do seu talento, amesquinhando-o na ostentação da sua falsa dignidade e, na dissimulação das fraquezas, na malícia da avareza, na dureza do trato, a sua ambição de mando estorva-o para os grandes cometimentos. E logo a inveja se apodera do seu coração com o ódio da mesquinhez contra a Grandeza, com o desprezo da cobardia contra a heroicidade, ou com o engano da intriga a roer na estima do homem.

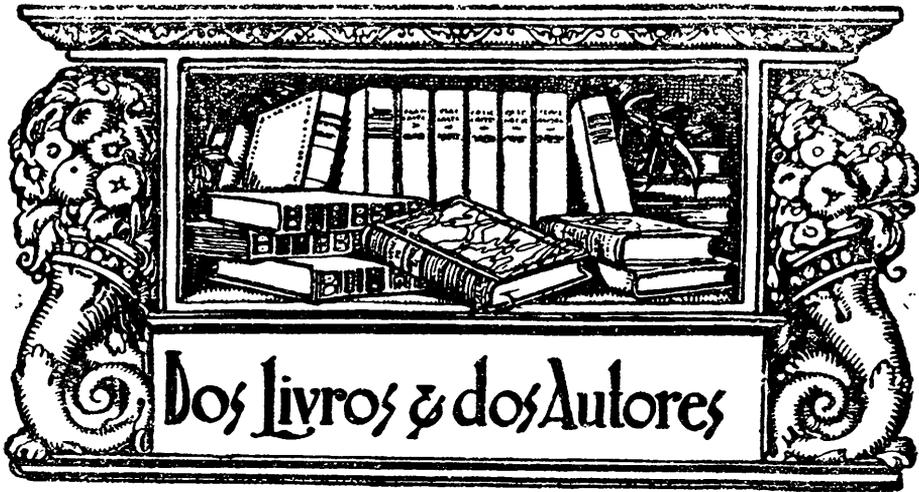
É sempre, em todos os climas e latitudes, o oportunista, homem não raciocinando para mais da sua sensibilidade fria, que se não coloca no Espírito e por isso nunca atenta para a *delicadeza* dos sentidos. De olhar apagado, vago no seu íntimo orgulhoso, não se domina na beleza do meio, nem se acorda para a perfeição das cores do mundo. Vive em mundo diferente, distante dos mais homens. Desesperado, na sede do seu engrandecimento breve, não escolhe entre as amizades, cultivando a emulação para deste modo ganhar o ânimo que sente falecer-lhe na sua alma metida entre as quatro paredes do seu egoísmo.

Saindo fora e indo para mais do amor próprio legitimamente reconhecido na dignidade de todo o homem, o soberbo, na presunção das virtudes, afronta nos mais homens com a fatuidade das suas superioridades arrogantes. No fundo não passa do acanhado. Falto de confiança em si próprio, dissimula as obras com as palavras, oculta as suas ruínas nas promessas, comprometendo sempre os capitais alheios no jogo da sua economia individual. Jamais empresta para não chegar a dar e quando alcança conceder fá-lo constrangidamente e na suposição de que assim entra mais, com a sua falsidade, no coração dos outros homens.

É o egoísta exagerado neste seu subjectivismo, afirmando nas leis da conduta aquele calculista, retraído e desconfiado, homem de equilíbrios e de política mercenária, sombrio de carácter e pobremente avilanado nas suas forças morais.

Parcere subjectis et debellare superbos. É preciso apearem-se estes soberbos da falsa religião para que se exaltem os humildes.

FERNANDO DE AGUIAR.



GUERRA JUNQUEIRO E A SUA OBRA
POÉTICA, por *Amorim de Carvalho*.
Livraria Figueirinhas. Porto, 1945.
325 págs.

Não são vulgares em Portugal obras de crítica como esta, precisamente por não ser o génio crítico próprio da nossa gente, facto que, com mais ou menos verdade e mais ou menos lirismo, tem sido reconhecido por muitos dos que se debruçaram sobre o fenómeno para o estudarem.

A nossa incompreensão crítica manifesta-se nos pormenores mais insignificantes, e parte sempre de ideias feitas, com que se procura julgar uma obra ou um autor. Daí a razão por que, percorrendo a bibliografia crítica de qualquer autor, encontramos frequentemente afirmações em absoluto antagónicas acerca do mesmo facto ou da mesma ideia.

Um dos nossos escritores que mais têm sofrido com a incompreensão da crítica portuguesa é Junqueiro, que panegiristas entusiastas levantam ainda hoje acima de todos os outros, e detractores de visão obnubilada por incompreensível má vontade querem relegar para o limbo dos poétastros sem inspiração e sem valor. Ora se o en-

tusiasmo daqueles ainda tem a justificá-lo, de certo modo, o ritmo arrebatador dos alexandrinos junqueirianos, verdadeiras *Marselhas* que arrastam vibrantemente o leitor ou o ouvinte, a atitude depreciativa dos segundos nada a fundamenta, tão certo é que o lugar de Junqueiro na história literária de Portugal não há hoje nada que o abale. Ele desempenhou no seu tempo uma missão clarificadora e renovadora, portanto revolucionária, no campo da poesia, ainda eivada do ultra-romantismo dos sequezes de Castilho e discípulos deste. A Junqueiro pode assinalar-se na poesia lugar análogo ao que na prosa ocupou Eça de Queirós. Antero de Quental, que, com as *Odes Modernas*, abriu caminho à nova poesia, ficou apenas como renovador do pensamento lírico e como saneador das ideias. A missão da renovação da técnica poética coube a Junqueiro, cuja influência ainda perdura, a despeito de, em nossos dias, os nossos poetas (ou os que se julgam sê-lo) se atenham unicamente à chamada técnica «modernista», cujo mau gosto só por excepção não é geral.

Por isso se compreende que, ao estudar a obra de Junqueiro, o crítico deva considerar, antes de mais, esse papel renovador,

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

aliás será injusto e, por conseguinte, anti-crítico, como é obvio. Como todos os revolucionários, o autor da *Morte de D. João* teve exageros, deslizos, versos de mau gosto, imagens arrojadas, felizes umas, infelizes outras, tudo aquilo, enfim, que sempre se encontra na bagagem de um inovador ou de um renovador, matéria de carácter transitório que não diminui em nada o valor da acção revolucionária do poeta. Ora fazer incidir a crítica unicamente sobre esses pormenores secundários, esquecendo o substracto da obra, é manifestar *in lumine* absoluta carência de senso crítico, demonstrando simultaneamente incapacidade para à missão a que se lançaram ombros.

Por isso, voltada a ultima página do livro do sr. dr. A. de C. sentimos satisfação por verificar que a nossa surpresa inicial tivera razões para se fundamentar no decurso da leitura, não sendo mero sentimento ocasional por se nos deparar passageiro ponto de vista inédito. O Autor deste belo livro mantém sempre o mesmo ritmo, analisando objectivamente a obra junqueiraiana, dissecando-a com o mesmo cuidado e a mesma atenção de naturalista no laboratório. Simplesmente este, concluído o seu trabalho, produz um animal empalhado destinado aos museus de História Natural. O sr. dr. A. de C., pelo contrário, dissecando a obra de Junqueiro, leva-nos a compreendê-la melhor, a admirar mais ainda o poeta, sem, todavia, lhe ocultar as sombras.

Dividida em 18 capítulos, esta obra constitui a análise mais exaustiva e mais perfeita que conhecemos acerca do grande poeta do *Finis Patriae*. Depois de estudar as duas influências dominantes em Junqueiro, a romântica e a realista (e é curioso assinalar que, na sua quase totalidade, os nossos «realistas» foram fundamentalmente «românticos»), o Autor estuda a sua formação poética, a partir das influências de Soares de Passos, que assinala. A seguir refere-se ao fundo lírico das obras de fôlego

épico de Junqueiro — *A Morte de D. João* e a *Pátria* —, para delas extrair dados comprovativos de que a intenção social e filosófica do autor ao escrevê-las é a cada passo perturbada pelo seu lirismo.

O cap. IV — «A transmutação compreensiva do pensamento poético para o pensamento discursivo» —, um dos mais perfeitos da obra, constitui um exemplo claro do que seja a interpretação objectiva de um autor. Lendo-o, ficamos perfeitamente aptos para compreender, nos seus mais íntimos recessos, o *processus* lírico de Junqueiro. Explica-nos o sr. dr. A. de C. como é que na alma do poeta se fundiram ideias nascidas em vários pontos e que ali se transmutaram ao ponto de darem a impressão que o poeta manifestava originalidade, essa originalidade filosófica que alguns querem ver a todo o custo e outros, mais por má vontade do que por compreensão exacta da obra, lhe negam. Junqueiro não teve originalidade nem profundidade filosófica, mas o facto, quanto a nós, em nada lhe diminui o alto valor como poeta. Poderão os críticos apressados negar o mérito filosófico de obras como *A Morte de D. João*, a *Velhice*, a *Pátria* ou as *Orações*. O que, sem injustiça, não podem fazer é negar o seu inato génio lírico, esse intenso lirismo ingénito do Português que perpassa em toda a nossa poesia, até na do único grande poeta épico que tivemos — Camões —, muito maior lírico do que épico, um dos grandes líricos de todos os tempos, a ombrear mesmo com Teócrito, Virgílio ou Ovídio. «Profundidade, em poesia, não é (...) a análise levada (o que seria impossível em poesia de verdade, anti-discursiva) até aos extensos fundamentos racionais de um pensamento ou de uma tese; mas sim a densidade intellecto-emocional que pressupõe *no homem*, que é poeta, aquela análise feita anteriormente à realização poética, e da qual a realização poética partiu, e à qual a reconduz o estudo da crítica na sua *transmutação compreensiva*. Ora a poesia de Junqueiro não pressupõe

uma análise profunda (...), nem a ela nos conduz a crítica» (pág. 59).

Falha-nos o espaço para analisarmos este capítulo e as ideias que o informam, não sendo até esse o nosso principal objectivo, meramente de divulgação de uma obra perfeitamente equilibrada e como estamos pouco habituados a ver em a nossa língua. Mas não nos furtaremos a dizer que, pela esfera elevada em que o Autor mantém a discussão da sua tese (chamemos-lhe assim, à falta de termo mais exacto que nos não ocorre), não será muito fácil, ao vulgar dos que preferem a literatura de ideias (ou dizem preferi-la) acompanhá-lo, sem primeiro pôrem de parte aquelas «ideias feitas» tão caras aos Portugueses por lhes pouparem o esforço de pensar.

A seguir discute o sr. dr. A. de C. o que chama «deslizes do poeta ou deslizes dos críticos», isto é, faz o processo e a análise crítica à obra junqueiraiana, principalmente a crítica de um Professor coimbrão que há anos já, em trabalho demolidor, pretendeu reduzir Junqueiro a um nível a que antes ninguém tentara diminuir-lo. A maior parte dos críticos de Junqueiro, com intuítos apriorísticos ou no desejo, talvez sincero, de lhe demolirem a obra, têm procurado fazer o que, noutros tempos, era costume fazer com a *Bíblia*: considerá-la à luz dos princípios científicos, esquecendo que o autor da *Oração à Luz* não foi poeta didáctico, à maneira de Lucrécio, do Vergílio das *Geórgicas* ou do Delille dos *Jardins*, mas unicamente um grande poeta lírico que, só por acidente, utilizava imagens extraídas da terminologia científica, ainda assim mais com meros intuítos estéticos do que objectivamente científicos. Por esse processo falso de dissecação poderíamos demolir, por exemplo, Camões, que, em todo o seu poema, nomeadamente no canto X, faz a exposição do sistema de Ptolomeu, quando Copérnico já havia demonstrado a sua falsidade. Isto não obstou a que o ilustre Prof. Luciano

Pereira da Silva escrevesse essa obra monumental que é *A astronomia dos «Lustadas»*, exemplo admirável de crítica objectiva no campo da Ciência.

Em capítulos subsequentes fala-nos o distinto Autor das simbolizações do poeta, da sua retórica, da sátira e a caricatura na sua obra, das figuras-tipos e figuras-símbolos do poeta, do seu sentimento bucólico, do seu saudosismo, da sua crise religiosa, da sua versificação, do seu estilo, das influências na sua obra, nomeadamente da de Vítor Hugo. Em capítulo autónomo faz o estudo do Simbolismo e do que na obra junqueiraiana dele existe, comprovando as suas asserções com largos excertos, principalmente da *Pátria*, esse estranho livro que tanta gente ataca de ouvido, ou por o não haver lido, ou por o não ter compreendido. É «na *Pátria* que Junqueiro nos dá as suas grandes páginas simbolistas — e mais impressionantemente simbolistas pelo conteúdo do que pela forma» (pág. 265).

No cap. xvii, o penúltimo, refere-se o sr. dr. A. de C. à influência de Junqueiro em António Nobre «precursor do modernismo pelos seus defeitos, e, pelas qualidades, um dos melhores leitores e admiradores do poeta d'*A Morte de D. João* e da *Velhice*, que a crítica modernista tem procurado apoucar» (pág. 308).

O último capítulo é a consagração da obra junqueiraiana e o que poderíamos chamar a reabilitação de Junqueiro perante os ataques de que nos últimos anos tem sido alvo.

Obra de crítico puro que, para mais, é poeta de merecimento (e isto torna-o apto a penetrar nos recessos mais íntimos do génio poético de Junqueiro e a compreender melhor do que os não-poetas o valor das imagens e dos símbolos), pode considerar-se o melhor trabalho até hoje escrito sobre a obra do autor da *Musa em férias*, equilibrado, objectivo, sereno, elevado, numa palavra, a única obra *rigorosamente* crítica do grande poeta.

ANTOLOGIA. LÍRICAS, de *António Correia d'Oliveira*. Escolha de João Corrêa d'Oliveira e Padre Moreira das Neves. Prefácio de Luís de Almeida Braga. 1946. Livraria Tavares Martins. Porto, XVIII. 303 págs.

Permita-se-nos que, antes de mais, nos congratulemos pelo gosto com que a Livraria Tavares Martins está a editar a maior parte das obras que vem publicando, entre as quais sobressai este magnífico volume de *Líricas* de Correia de Oliveira. Desde o papel, com efeito, até à disposição das poesias, tipo empregado e apresentação exterior, tudo faz que o volume seja um mimo de gosto, encantando os olhos como o conteúdo a alma, enriquecido, para mais, com um magnífico retrato do Poeta pelo grande António Carneiro, grande alma de artista e de poeta oculta por detrás de um exterior de asceta.

António Correia de Oliveira é, por direito de conquista, um dos maiores poetas do nosso tempo. Se o decorrer vertiginoso dos anos faz que alguns, apressada e levemente, o considerem antes «sobrevivente», essa obra, sempre fresca e viçosa, impõe-no à admiração dos que na poesia buscam harmonia: harmonia vocabular e harmonia de pensamento.

Efectivamente, A. C. de O. é um «caso» dos mais flagrantes entre os poetas dos nossos dias. Sempre igual a si mesmo, calmo, sereno, equilibrado, emotivo, eivado de um vago panteísmo, nos últimos anos arreigadamente cristão, ele é bem a tradução portuguesa do bucolismo virgiliano, sendo pela sua própria natureza fundamentalmente lírico à portuguesa.

Se é certo que todo o artista que o é evolui, A. C. de O., por não evoluir, mantendo-se fiel aos seus cânones, não deixa de ser um grande artista, exactamente como Afonso Lopes Vieira, por se conservar fiel aos seus, não deixou de ser outro dos grandes artistas do verso dos nossos tempos, de

obra requintadamente artística, cheia de simplicidade e de beleza.

A. C. de O., desde os tempos já remotos da *Ladainha* (publicada exactamente há meio século) tem sido o restaurador, revigorador e impulsionador da redondilha, essa redondilha tão portuguesa e de música tão suave. Quem se deixar enredar nos decadentismos doentios em moda no fim do século passado (como agudamente acentua Luís de Almeida Braga no seu excelente *Prefácio*), A. C. de O., voltado para a Natureza, deixou penetrar a sua alma idílica de toda a beleza da Criação, e, singelamente, com a singeleza de um «edo» dos tempos heróicos, ei-lo que partiu a divulgar a beleza do mundo criado, consubstanciando-a na árvore, por quem sente amor enternecido.

Sem complicações metafísicas, como os chamados «modernistas» afectam com ar superior, sem desalentos doentios à Verlaine ou à António Nobre, sem revoltas interiores como os «satânicos», sem exageros verbais como os simbolistas, A. C. de O., simplesmente, líricamente, com a suavidade de um Virgílio ou de um Teócrito, deu à Língua portuguesa tal maleabilidade, que conseguiu elevar a redondilha a alturas tais que dela fizeram um género literário com cultores de mérito. É, com efeito, na redondilha, quer na forma de quadra, quer na de quintilha, que A. C. de O. atingiu alturas de que ninguém o pode baixar.

Não houve progresso? Longe disso. Se espiritualmente o Poeta se manteve fiel à crença de sempre, se do ponto de vista formal a poesia dos seus 17 anos é digna da dos seus 50 (este é dos raros poetas que, olhando a obra, não tem de envergonhar-se ou de arrepender-se), nem por isso podemos deixar de notar progresso na espontaneidade com que, nas suas últimas obras, o Poeta pulsou a lira.

Não é, porém, unicamente na redondilha que A. C. de O. é grande. Ele é dos maiores sonetistas vivos, numa época em

que o Soneto se banalizou ao ponto de ser por ele — a mais difícil de quantas poesias se conhecem! — que qualquer poetaastro insignificantemente principia...



THE NOVELS OF VIRGINIA WOOLF.
A Critical Study, por R. L. Chambers. Edição de Oliver and Boyd.
Edinburgh. London, 1947. 102 págs.

Virgínia Woolf morreu há apenas sete anos. Apesar disso, porém, não cremos tenha havido em nossos dias escritor algum que tão grande influência exercesse e tantos entusiasmos despertasse como a autora de *To the Lighthouse*.

Se o século XVII viu um grupo ilustre de mulheres de letras — M.^{lle} Scudéry, M.^{me} de Sévigné, entre outras —, só o século XIX teve a honra de assistir à entrada de muitas outras mulheres na grande República onde ocupam posição de excepcional relevo. Efectivamente, postos de parte muitos dos preconceitos que, nos séculos passados, fizeram olhar as escritoras e as poetisas com certo desdém ou certa desconfiança, no século XIX as representantes mais ilustres do chamado sexo frágil abriram de par em par as portas do renome e adquiriram, muitas delas, fama imperecível.

Cremos, porém, que em país algum como na Inglaterra a floração das autoras notáveis foi tão grande. Com efeito, abre o século com a famosa Radcliffe, considerada uma das últimas cultoras do romance *à frisson*, à qual se seguiu uma das maiores romancistas europeias dos dois últimos séculos, a ilustre Jane Austen, com que o público português só muito recentemente entrou em contacto por intermédio de traduções; e a teoria não pára, antes prossegue, cada vez mais numerosa, cada vez mais brilhante. Efectivamente, às duas citadas

autoras, há que acrescentar os nomes brilhantíssimos das três irmãs Brontë — Emília, Carlota e Ana — notáveis em todo o mundo, Maria Ana Evans, conhecida apenas pelo seu pseudónimo de « George Eliot », « Ouida », outro pseudónimo que deu a volta ao mundo, Mrs. Humphrey Ward, Marie Corelli, até aos nossos dias com Doroteia Richardson, Katherine Mansfield, Rosamund Lehmann, e, finalmente, Virgínia Woolf.

Nós, os continentais, pela nossa idiossincrasia, somos levados, muitas vezes, a interpretar mal os autores nórdicos, particularmente os ingleses, pelo desconhecimento do meio em que eles vivem e do ambiente em que se lhes formou o espírito. Outro factor que deve também levar-se em conta no estudo do espírito de um escritor é o clima; só assim poderá compreender-se que os romancistas ingleses sejam, na sua grande maioria, introspectivos e, sobretudo, intuspectivos, quando a maioria dos grandes autores continentais o não são. Obrigando-os a uma vida doméstica mais duradoura que a dos continentais, os romancistas ingleses procuram conhecer-se a si mesmos, e conhecer os seus semelhantes, por indução. Tal fenómeno literário não é de hoje, pois, se exceptuarmos os críticos ou satíricos — Swift, Johnson e o próprio Defoe —, todos os romancistas ingleses têm sido escritores de introspecção, a começar em Richardson. Poderíamos, talvez, ir mais longe, até a esse curioso Bunyan, a despeito da sua rudimentaríssima cultura, que o não impediu de ocupar na literatura inglesa lugar de excepcional relevo.

Claro que, à medida que a civilização se requintava e o homem, pelo alargamento da sua cultura, ia dispondo de meios mais seguros de análise introspectiva, a arte do romance adquiria maior subtilidade, o que explica a distância que vai dessa longa *Clarissa Harlowe*, que hoje a nossa paciência só por excepção suporta, até *Mrs. Dalloway*, de Virgínia Woolf.

Modernamente a literatura de introspec-

ção entrou também no âmbito em que trabalham os autores continentais, mas talvez a diferença das duas idiossincrasias e, talvez mais ainda, a dos climas possa explicar cabalmente o ângulo de afastamento dos romances introspectivos ingleses do dos continentais. Por isso é que os romancistas de além da Mancha, e, em especial, a autora a que nos vimos referindo, não são acessíveis ao grande público de Portugal. Foi por isso que um crítico tão inteligente, compreensivo e lúcido como o sr. João Gaspar Simões, pôde escrever que, pelo seu talento, « Virgínia Woolf é uma escritora para fruições delicadas », acrescentando que não « se entra nos seus livros com o espírito que se traz da rua ».

Foi, na realidade, V. W. uma grande escritora, não pela voga extraordinária do seu nome (pelo contrário: jamais alcançou, e cremos até que jamais alcançará público tão vasto como tem, por exemplo, John dos Passos, ou como teve o seu contemporâneo Tomás Hardy), não pelo interesse que os temas dos seus romances possam encontrar por parte do grande público, mas pelo que de profundamente humano e, mais ainda, de requintadamente individual há nos seus livros. É, na verdade, uma escritora para raros, pelo menos em nossos dias, em que muitos estamos ainda presos aos cânones do passado quanto à arte do romãnce. Recordemos, porém, que Zola é hoje um autor perfeitamente natural para nós. Quando nos meados do século passado ele atirou ao público com os primeiros romances da série dos Rougon-Maquart, foi recebido com indiferença por uns, com animosidade por outros, com incredulidade pela maioria do público que lê. Pois quê! Era « aquilo » romance? Tal juízo só foi possível por cada um pôr imediatamente os primeiros livros de Zola em paralelo com os romances escritos até então, em vez de principia-rem por procurar *compreender* o autor e estudá-lo em si.

Com V. W. tem-se passado um pouco o

mesmo. V. W. entrou, portanto, na categoria dos chamados autores « difíceis », por, intuitivamente, a maioria dos leitores se aperceber de que a sua arte só pode apreciar-se com a inteligência. Por isso se compreende que, mesmo na Inglaterra, se tornasse necessário *explicar* a arte de V. W. o que o sr. R. L. Chambers fez com o volume cujo nome abre esta nótula.

A obra do sr. R. L. C. é um estudo completo, embora aqui e ali com o seu quê de pouco claro, acerca da arte novelística da grande escritora. De pequeno volume, é, apesar disso, estudo exaustivo: situa V. W. no seu tempo para lhe explicar os intuítos, o ambiente e a sua influência e a sua significação no tempo de hoje, pois V. W. morreu há apenas sete anos. Contrariamente aos processos continentais, em particular os portugueses — que no estudo de um autor se preocupam mais com o homem do que com a obra —, o sr. R. L. C. limita a sua crítica à obra de V. W., pelo que nada ficamos a saber acerca da sua vida, por muita influência que esta pudesse ter sobre aquela. Dos intuítos do autor somos advertidos logo de entrada com a transcrição de T. S. Eliot, grande poeta inglês do nosso tempo: « A crítica honesta e a apreciação sensível exercem-se não sobre o poeta, mas sobre a poesia ». Estamos a recordar neste momento os processos de Teófilo Braga, de Mendes dos Remédios e de outros historiadores da literatura, cujos esforços, embora honestos, se limitavam a aclarar a biografia dos autores, deixando-lhe por completo na sombra a obra. Teófilo, por exemplo, escreveu dois exaustivos volumes acerca de Camões, volumes de que haverá uma escassa dúzia de linhas em que se nos fale, *críticamente*, da obra.

Na obra do sr. R. L. C. há um largo capítulo em que o Autor estuda o estilo de V. W. e que, por si só, bastaria para nos esclarecer sobre os contrastes desse curioso estilo tão diferente do dos outros autores, até mesmo dos seus contemporâneos.

Claro que não vamos transcrever os passos mais significativos, sobretudo porque esses contrastes só se tornam perfeitamente perceptíveis lidos no original. Por eles vamos acompanhando a evolução estilística de V. W. até à perfeição final, que o sr. R. L. C. faz datar de 1925 com a publicação de *Mrs. Dalloway*. O Autor analisa cuidadosamente todos os passos das obras de V. W. que melhor podem documentar os seus pontos de vista, desde o mecanismo do processo estilístico, até à significação do próprio estilo, que, no polo oposto do estilo naturalista, é «um estilo poético» (pág. 16). Só este capítulo prestar-se-ia a considerações demoradas sobre a arte do estilo de V. W., se o espaço de que dispomos nos não impusesse limites apertados, pois é, de todos os capítulos, o mais curioso e o mais pessoal.

Outro capítulo extenso é reservado ao estudo do método utilizado por V. W., que o sr. R. L. C. entende não ser fácil resumir, pois a escritora «tinha muitos métodos, ou antes, ela torcia e retorcia muitas vezes o seu método peculiar» (pág. 51), a que chama «fluência de percepção» (*stream of consciousness*). A imagem é perfeita, e aqueles dois termos, que traduzimos por «torcer e retorcer» são uma imagem fotográfica do processo usado por V. W.

Os restantes capítulos não têm, para o crítico, o mesmo interesse dos três primeiros, por não serem tão pessoais como estes últimos, embora nos ajudem a compreender as determinantes da arte de V. W. No capítulo final, o sr. R. L. C. fala do significado permanente da obra de V. W., autora que, justamente, considera «*par excellence* a romancista do período de 1920 a 1930» (pág. 94), concluindo que «ela mereceu com certeza essa admiração dos amantes da literatura e da língua inglesa, pela pureza da sua imaginação, a deliadeza e a força do seu estilo, com o fluxo e refluxo alternado e a requintada precisão da frase, pelo seu poder de exprimir o pensamento intrans-

missível e de iluminar a experiência comum; acima de tudo pela sua contribuição valiosa e única para a técnica do romance, a adaptação da «fluência de percepção», ou seja «o método para ocupar o seu lugar no mundo do leitor vulgar» (pág. 102), palavras que podemos considerar o perfeito resumo da crítica do Autor.



O APÓSTOLO, por *Gerhart Hauptmann*. Tradução de *Olívia Guerra*. Edição do Instituto Alemão. Coimbra, 1945. 39 págs.

Pequenina narrativa simbólica, não está, por isso, à altura da compreensão do vulgo. O protagonista confunde-se em muitos passos com o Autor, não sendo sempre fácil destrinçar em que ponto as ideias expendidas são daquele ou deste, antes tudo levando a crer que o «Apóstolo» é figura criada por G. H. para expor o seu conceito da vida, do homem e dos seus destinos. A linguagem, bastas vezes nebulosa, mais contribui para o embaraço em que nos vemos para alcançar o fim último do Autor.

Obra fundamentalmente lírica, requeria cuidados de prosa artística que a distinta Tradutora lhe não deu.



PELA DEDUÇÃO A MONARQUIA, por *José Pequito Rebelo* (2.ª ed.). Edições «Gama». Lisboa, 1942. 302 págs.

Em boa hora se reeditou este livro do sr. dr. J. P. R., livro clássico na literatura de filosofia política portuguesa, tão pobre de obras da especialidade. A sua crítica foi feita oportunamente, tendo-lhe até os

adversários reconhecido os méritos intrínsecos, clareza de expressão, elevação de pensamento e lógica irrespondível.

Esta reedição é valorizada sobremaneira pela inclusão de uma série de excelentes artigos doutrinários publicados pelo Autor em jornais e revistas, principalmente em *A Monarquia* e *O Manuelinho de Évora*, sendo de aplaudir a ideia; da comparação da obra que dá o título ao volume, com os artigos da 2.ª parte, se vê claramente a coerência do pensamento do Autor durante os trinta anos que medeiam entre a sua 1.ª e a sua 2.ª edição.



VIDA DE MIGUEL ANGELO, por *Romain Rolland*. Tradução de *Eduardo Cruz*. Editora Educação Nacional. Porto, 1945. 228 págs.

Os Portugueses de hoje conhecem mal a biografia desse homem extraordinário que foi Miguel Angelo, e a quem o nosso Francisco de Holanda esteve ligado por sólida amizade. Em geral o grande pintor e escultor é conhecido apenas como autor do *Julzo Final*, a que se referem duas ou três anedotas curiosas. Desconhece-se o seu enorme talento de escultor, que cinzelou esse formidável *David* e o gigantesco *Moisés*, e ignora-se em absoluto que o seu estro poético tivesse algum dia dado corpo a sonetos que, se pela forma, não podem dizer-se impecáveis, pela inspiração que os anima e pela sua concepção grandiosa são um documento humano da mais alta importância.

A vida de Miguel Angelo foi uma luta constante: luta do homem com o meio, com os inimigos declarados e ocultos, com os poderosos e com os rivais, com os parentes e, principalmente, consigo mesmo. «Luta» é na realidade a única palavra que

traduz com rigor a vida desse valetudinário que alcançou idade provecta, vida que, nos nossos tempos dessorados, em que para muitos as coisas decorrem num meio fácil que lhes proporciona todos os confortos, constitui rara lição de energia indomável, de tenacidade invencível e de persistência ininterrupta.

Romain Rolland, o grande escritor e intérprete de almas dos nossos dias, deu-nos uma biografia perfeita e fidedigna, sem cair nos exageros das chamadas biografias romancesadas, antes colhendo os seus dados a cada passo na própria correspondência de Miguel Angelo. Pena é que a tradução não dê senão pálida ideia da vibrante linguagem do original, pois tem por vezes deslizos sintácticos de certa gravidade, como por exemplo o de págs. 29, linhas 29-30, que com um pouco mais de cuidado poderiam evitar-se.

Outro senão que notamos na obra é a inserção das notas no final do volume, que se explica por razões económicas mas não facilita a sua consulta e contribui para dispersar a atenção do leitor.



DIÁRIO DE SALAVIN, por *Georges Duhamel*. Tradução portuguesa de *António Quadros*. Livraria Tavares Martins. Porto, 1945. 225 págs.

Se a pedra de toque do romancista é o romance autobiográfico (embora a biografia não seja a do Autor), Georges Duhamel pode considerar-se um extraordinário romancista só por haver escrito este *Diário de Salavin*. Com efeito, não conhecemos livro tão sentido, tão torturante, tão perturbante, numa palavra tão humano como este. O protagonista, tipo médio da pequena burguesia parisiense, é uma estranha figura que, na sua vulgaridade exterior,

nada nos diz nem pode dizer. Simples empregado comercial, cumpridor zeloso dos seus deveres, ele passaria despercebido entre os milhões de franceses da grande capital. Mas que tome da pena e que transmita ao papel, embora a medo, no receio de que o descubram, os seus mais íntimos pensamentos, e logo nos acode à mente que este simples burguês de aparência insignificante é maior, muito maior do que Pascal. Porque, se no autor das *Pensées* a elevação do pensamento nos arrebatava pelo misticismo profundo de que está eivado, temperado um tanto pela rigidez jansenista, « Salavin » logo nos conquista pela clareza com que nos expõe a sua ambição: ser santo. Religioso, Salavin? Sim, talvez, se dermos à palavra uma amplitude que a muitos crentes poderá parecer chocante. Para ser religioso não é necessário *confessar* uma crença, basta *senti-la*.

A crença de Salavin, porém, é estranha a qualquer confissão. Confessa mesmo haver perdido a fé. Mas quer ser santo, decisão que não passa de reacção natural ante a sua vida até aos 40 anos, que ele considera morta. E esta ideia trabalha-o tão profundamente que degenera na loucura.

Mas — caso estranho! — através das múltiplas peripécias de uma vida interior intensíssima, a que se misturam de quando em quando episódios banais, mas importantíssimos aos olhos de Salavin, este jamais deixa de registar no papel as reacções da alma ou do espírito ante os factos a que se encontra ligado. E assim as últimas páginas do diário são já escritas sob o domínio da obsessão.

E todavia este «santo», melhor este homem que quer deliberadamente ser santo, acha-se na obrigação de praticar todos os actos de caridade, de abnegação e de sacrifício que os autênticos Santos, cuja vida lhe é familiar, fizeram. Hipocrisia? Não, sinceridade e coerência, mas também o desvairamento de um espírito doente em marcha acelerada para a loucura. Porque este

homem, que já no fim do seu calvário e por noite de frio e neve descalça os sapatos e despe o sobretudo para dar ao antigo subordinado que fora despedido por ladrão, este homem capaz de todas as abnegações e todas as renúncias dos Santos, não compreende que tem deveres para com a família, que ele reputa um embaraço ao seu propósito de santidade. Por isso a, abandona. E o drama continua até ao colapso total.

Obra profundamente humana, aflitiva e lancinante, constitui um extraordinário documento do poder da arte magistral de Duhamel, que escreveu um livro admirável com uma matéria prima de banalidade chocante.

O *Diário de Salavin* é, de facto, um pequeno conto dessa grande epopeia que é a vida do pequeno burguês, de aparência mesquinha, mas de sonhos grandiosos, de aspecto risível tantas vezes, mas cuja alma abarca o Infinito, nessa ânsia tão humana de galgar as mais altas montanhas e ivrar-se nos Céus, à busca do intangível, à procura do inacessível. Salavin é bem « mais do que um retrato do «homem médio», algo mais do que nós, algo menos do que nós, mas tristemente, profundamente, nós », como escreveu o distinto Tradutor da obra. Salavin é, pois, um homem, sem deixar de ser símbolo, homem profundamente *humano*, homem, numa palavra.



S. LÁZARO MITRADO, por A. Pinto de Almeida. Separata do *Jornal do Médico*. 10 págs.

NO «28 DE MAIO» DE 1945, pelo *mesmo Autor*. Costa Carregal. Porto, 1945. 13 págs.

No primeiro destes folhetos refere-se o distinto Autor a uma imagem de S. Lázaro existente na capela de Nossa Senhora da Esperança e de S. Lázaro, do Porto, o que

lhe permite entrar em considerações acerca do culto e da festa do santo, bem como de algumas crendices a ele ligado.

O segundo opúsculo, de exaltação nacionalista, constituiu-o o discurso pelo Autor pronunciado numa sessão comemorativa do 28 de Maio, realizada na Junta de Freguesia de Campanhã.



ÉCLOGA I DE BERNARDIM RIBEIRO.

CARTA DE SÁ DE MIRANDA A ANTÓNIO PEREIRA. CANÇÕES IV E IX E ALGUNS SONETOS DE LUIS DE CAMÕES. Edição escolar anotada por *Augusto César Pires de Lima*. 3.^a edição. Editorial Domingos Barreira. Porto, s. d. 85 págs.

Trata-se, como se vê, da reedição de uma obra didáctica, pertencente à utilíssima Colecção «Portugal», a alguns volumes da qual já nos temos referido neste lugar.

Organizada criteriosamente, é anotada sempre que para a compreensão do texto tal se torna mister. Independentemente disto, o distinto Autor apensa à obra um vocabulário, onde o estudante poderá obter os esclarecimentos que deseja para melhor interpretação do sentido dos textos.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



OS JESUITAS E O GRÃO MOGOL, por *Sir Edward Maclagan*. Livraria Civilização, Editora. Porto.

São de sobejo conhecidas as actividades dos jesuítas na colonização do Brasil. Mas, porque por mais longinquas distâncias, os

rasgos do apostolado da Companhia em terras de Grão Mogol, ficaram dispersos em manuscritos ou em publicações diversas.

Depois da ocupação de Goa pelos portugueses comandados por Albuquerque, logo se procurou a conversão dos povos ao cristianismo.

E porque foi escassa a atenção que se prestou durante o século XIX à acção missionária no Império do Mogol é que Sir Edward Maclagan empreendeu esta valiosa obra de conjunto que encerra páginas gloriosas para a Igreja e para os missionários jesuítas.

Compõe-se de 19 capítulos valiosos para a história das actividades dos jesuítas entre os mogores, tanto na evangelização dos povos, como sob o ponto de vista literário e científico dos missionários, que se estendeu pelas margens do Ganges e atingiu o Himalaia, na dilatação da fé.

A tradução, do nosso prezado camarada António A. Dória, é primorosa.



HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO (vol. III e IV), pelo *Conde da Ericeira*. Livraria Civilização, Editora. Porto, s. d.

Com estes dois volumes concluiu a Civilização — Editora a publicação da utilíssima *História de Portugal Restaurado* que o Conde da Ericeira escreveu e que tanta luz lança sobre factos ocorridos durante as lutas pela consolidação da nossa Restauração.

Só louvores merece a Livraria Civilização por este empreendimento, visto que a *História de Portugal Restaurado* é preciosa para o estudo dessa época agitada da nossa vida e para a história da fundação da Dinastia de Bragança.

Estes dois volumes abrangem o período

que vai de 1657 até 1668, um dos mais graves, sem dúvida, pelos acontecimentos desenrolados após a morte do Rei Restaurador.

As virtudes da Realeza, no entanto, venceram em «glória da Nação Portuguesa, que, depois de porfiada e sanguinolenta guerra, colocou no trono do Império a seus legítimos e soberanos príncipes, confessando, em paz capitulada, a sua justiça os mesmos que sessenta anos de injusta posse, e vinte e sete anos de furiosa guerra, a usurparam e contradisseram.»

Esta nova edição fica valorizada com as anotações que contém, na sua maior parte inéditas e transcritas dos relatórios de Saint-Romain, existentes na Biblioteca Pública de Braga.

Oxalá possamos ver publicado, em breve, o volume complementar desta História que o anotador nos promete e em que o Conde da Ericeira, será estudado «como homem, como fidalgo, como escritor, como militar e como moralista», e conterà, ainda, o glossário dos termos técnicos e absoletos da sua obra, uma cronologia da guerra da Restauração e o índice geral dos quatro volumes agora publicados.



A DEPOSIÇÃO DE D. AFONSO VI, por *António Alvaro Dória*. Pax — Livraria Editora. Braga.

Ao referirmo-nos à *História de Portugal Restaurado*, do Conde da Ericeira, aludimos ao agitado periodo que decorreu desde 1657 a 1668.

Este trabalho de Dória, que é uma condensação do estudo publicado sobre *A rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia*, de que tratamos oportunamente, narra-nos a maneira como decorreu a deposição de D. Afonso VI, e que constitui página triste da nossa história.

O A. manifesta a sua simpatia por Castelo Melhor e Sousa de Macedo, deixando perpassar, talvez em excesso, como aliás e nobremente confessa (pág. 10) uma onda de indignação que envolve, especialmente, D. Pedro e D. Maria Francisca.

Os factos têm que ser encarados objectivamente e é assim que o A. o entende ao expor os acontecimentos a que deram causa.

Parece-nos, no entanto, que este «drama que enlameou as páginas da nossa história» teve a sua nefasta origem na maneira como foi preparado o casamento de D. Afonso VI e de D. Maria Francisca. E, assim, Castelo Melhor tem nele o seu quinhão de responsabilidade por não ter sabido ou querido evitar tal casamento, reconhecido, como era, que D. Afonso, «enfermo de corpo e ânimo, destituído de virtudes, cegamente afeiçoado a homens insolentes e facinorosos» — como o apresenta o Conde da Ericeira — não estava em condições de suceder a seu pai e, mais ainda, de assegurar a continuidade da nova Dinastia pela notória incapacidade de poder contrair matrimónio.



S. JOÃO DE DEUS, por *Rachel Jardim de Castro*. Portugália, Editora — Lisboa.

S. João de Deus, que a A. classifica de «um herói português do século XVI», apaixonou vivamente a falecida Senhora Condessa de Nova Goa, como o documenta esta biografia romanceada, de que a Portugália publicou a 2.^a edição.

Tem razão a A. em chamar a S. João de Deus «um herói português», pois, pelo seu sacrificio e pela sua acção, S. João de Deus, revela-se, a partir dos seus oitos anos, na dura vida a que se consagrou, um destemido «herói».

Foi «arrimada ao báculo doirado do Bispo de Cirene» que a Senhora D. Rachel Jardim jornadaeu «através a vida luminosa do bendito S. João de Deus».

E dessa jornada deixou-nos esta admirável biografia, que comove e apaixona pelo evidente poder da força literária com que

está escrita, dando-nos um perfeito retrato do «homem raro que, durante anos, em Granada tinha encarnado a Providência...» (pág. 370).

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

As minhas memórias, por *Olga de Moraes Sarmiento*.

Para a história da Academia Portuguesa da História, por *Alfredo Pimenta*.

Dois anos na Direcção da Sociedade Martins Sarmiento (1945-1947), por *A. Silvío de Macedo*.

Levadinho da breca, por *Ariel Joel*.

Etnografia da Beira (vol. VII), pelo *Dr. Jaime Lopes Dias*.

Oferta dos Editores:

Câmara Municipal do Porto:

Alguns documentos do Arquivo Municipal do Porto que fornecem subsídios para a história da cidade de Lisboa, por *A. de Magalhães Basto*.

Edições Gama, Lisboa:

1 — *Carta de um velho a um novo*, por *Ramalho Ortigão*.

2 — *A vida dum professor primário*, por *Joaquim Dória*.

3 — *Libelo contra a arquitectura orgânica*, por *Piero Bargellini*.

Secretariado Nacional de Informação, Lisboa:

O *Ocidente em face da Rússia*, discurso de *Salazar*.

Livraria Figueirinhas, Porto:

1 — *Redondilhas*, por *António Corrêa d'Oliveira*.

2 — *Corações partidos*, por *Joaquim Leitão*.

Editora Educação Nacional, Porto:

1 — *A electricidade e o lar*, por *Carlos de Almeida*.

2 — *Manual de filosofia*, por *A. Cuvillier*.

Biblioteca Nacional, Lisboa:

Exposição Olisiponense — *Catálogo*.

Igreja Católica e culto pagão

NO prefácio que acompanha a tradução da *Literatura Portuguesa* de **Aubrey Bell**, escreveu o Sr. Dr. **Agostinho de Campos**: «Um ponto capital não pode, porém, sofrer, do nosso lado, contradita ou sequer reticência: a gratidão que Portugal deve a um dos sábios estrangeiros que no presente século maior atenção têm dispensado ao estudo do seu génio literário, com a dupla vantagem de o tornar conhecido e apreciado fora-parte, ao mesmo tempo que projecta para cá das fronteiras uma clara e serena luz crítica, muito favorável à justa graduação dos nossos modos de ver, que se arriscam a constituir por vezes deformações da realidade. A miopia do desleixo e a visão facilmente aberrativa do patriotismo podem ser corrigidas com grande proveito pela perspectiva imparcial do olhar alheio, quando agudo e educado. A consciência de certos valores (no sentido geral e também pictural da palavra), assim como o sentimento das proporções, só têm que lucrar quando iluminados de fora, como tão bem e tanta vez acontece no livro cuja tradução nos compete agora apresentar ao Leitor português».

Cremos que estas palavras poderão aplicar-se com justeza a trabalhos de vária espécie publicados sobre o nosso País por autores estrangeiros.

Há sempre toda a vantagem em ver o que os outros dizem de nós, sobretudo quando não têm a pretensão de abrir os nossos olhos à contemplação do *Portugal Desconhecido*... Mas haverá também, por isso mesmo, não menor interesse em ver como reagem os de dentro perante certas afirmações contidas em livros publicados lá fora, quando elas podem ofender, por pouco que seja, o sentimento nacional: não vá suceder que o olhar alheio venha às vezes deformar a justa visão das próprias realidades.

Abrimos há pouco, por mero acaso, o exemplar da *Literatura Portuguesa* pertencente a uma biblioteca universitária. Como as suas usadas páginas bem demonstram, tem passado este exemplar pelas mãos de algumas gerações de estudantes, e traz por tal motivo assinaladas algumas passagens dessa natureza com comentários de irreverente desaprovação.

Deu-nos uma delas particularmente na vista; e pareceu-nos oportuno deixar aqui, a seu respeito, algumas breves considerações.

Referindo-se ao encanto da nossa literatura popular, de muito remotas origens, explica-o **Aubrey Bell** pelo facto de se conservar ainda no povo um elemento anterior ao Cristianismo, que remonta a mitos solares e velhas superstições, acrescentando que «o paganismo, levemente velado, conseguiu insinuar-se em algumas das cerimónias da Igreja, e serve para fortalecer o domínio desta sobre a mentalidade popular».

O autor quis referir-se, como é fácil de ver, a certas infiltrações pagãs no culto católico, que ninguém de boa-fé ousará pôr em dúvida; mas pode entender-se que pretendeu averbar também no activo das acusações contra a Igreja o que, vistas bem as coisas, deverá aduzir-se antes em abono da sua prudente e sábia obra de evangelização.

Não virá, pois, fora de propósito, dizer aqui alguma coisa sobre o assunto.

* * *

Todos os que se têm dedicado ao estudo da nossa arqueologia pré-histórica e proto-histórica não ignoram que o culto pagão na antiga Lusitânia assumia as mais variadas, e, por vezes também, as mais extravagantes formas.

Vivendo em contacto directo com a Natureza, esses povos de civilização rudimentaríssima divinizavam com frequência elementos do cenário natural, que mais profundamente impressionavam a sua imaginação: o culto dos astros, dos montes, dos bosques, das fontes, dos penedos de grandes dimensões ou de forma estranha praticavam-se sem dúvida neste recanto ocidental da Ibéria.

Prevaleceram esses estranhos cultos através de tudo; e, para acabar com tão grosseiras superstições, teve o Cristianismo de desenvolver uma luta sem tréguas.

Sem tréguas; mas também contemporizando o mais possível com lugares de culto e solenidades tradicionais. Não se modificavam muitas vezes as aparências externas: procurava-se antes modificar o espírito e levar pelo mesmo caminho os sequazes dos falsos deuses a adorarem o verdadeiro.

Podia a Igreja proibir formalmente, sob penas cominatórias, a peregrinação a determinados lugares de culto, mudar a época de certas festas, proscrever todas as práticas rituais do paganismo, destruir mesmo os seus templos — e isso fez algumas vezes.

Algumas vezes, porém, levou a sua tolerância ao máximo limite.

Assim, muitas festas cristãs se marcaram no mesmo dia das festas pagãs, e muitos santuários se construíram, com manifesto desígnio de concorrência, no próprio lugar onde estas últimas se realizavam. Invocações litúrgicas e designações toponímicas como o Senhor *da Pedra*, Senhor do *Pedrão* ou do *Padrão*, Senhora *da Lapa*, ainda hoje corroboram o facto, e poderão em muitos casos dar testemunho de primitivas crenças litolátricas; as solenidades do Santo Precursor vieram a coincidir, por exemplo, com a festa pagã do solstício, como devem ter coincido em muitos outros casos em que as cerimónias rituais postas em prática nada tinham em si de condenável; mas quando elas se traduziam, como algumas vezes sucedia, em exhibições escandalosas ou danças fúnebres que geralmente terminavam nas cenas mais abomináveis, a condenação *in limine* não se fazia esperar, e era marcada até com sinais bem visíveis de purificação e desagravo.

Alguns vestígios arqueológicos que em tempos descobrimos e estudámos poderão esclarecer e confirmar este procedimento.

Num penedo de grandes dimensões situado não longe da necrópole pré-histórica de Antelas (Oliveira de Frades), que apresenta numerosas insculpturas, còvinhas e sinais em forma de pègada humana, aparecem também petroglifos cruciformes em grande quantidade. Pela sua diferente profundidade e estilo, verifica-se que muitas destas cruces são incontestavelmente posteriores aos restantes sinais, encontrando-se também espalhadas com profusão por outros penedos; e é curioso notar que as designações de *Vale do Cristão* e *Fonte Cristã* se aplicam a um local anexo e a uma nascente que nele se encontra.

Estamos, sem dúvida, em face de incontroverso testemunho da maneira como frequentes vezes a Igreja se houve em face do paganismo. Não sòmente muitos templos pagãos foram destruídos, mas até os próprios lugares destinados ao culto ficaram assinalados com cruces, estampadas por toda a parte, de forma a acentuar bem, no ânimo dos idólatras, a nova divindade, o novo culto, e o espírito novo em que este se prestava.

Se nalgumas igrejas do Oriente se introduziram certos costumes pagãos, como o de os doentes dormirem perto do túmulo dos santos para obterem a cura ou a revelação em sonho do tratamento a seguir, não quer isto dizer que se trata de uma forma de idolatria tolerada pela Igreja; se no santuário beirão da Senhora da Lapa (Cernancelhe), os fiéis, ao sair da apertada gruta onde se encontra exposta a imagem da Virgem, usam levar à cabeça a mão que passaram por uma laje da referida gruta,

ninguém deixará de ver nessa prática um sinal exterior de respeito e adoração.

Adoptando livremente certos ritos e gestos consagrados pelo uso pagão, foram estes cristianizados pela Igreja ou foi a Igreja paganizada por eles?

A pergunta será talvez pretensiosa; e a resposta corre sempre o risco de revelar tendências confessionais, como sucede ao passo que deu motivo a estas desataviadas linhas.

A. DE AMORIM GIRÃO



**Alguns acontecimentos da
penosa vida do Brigadeiro
ANTÓNIO LOBO DA SILVA
antes e depois de militar (*)**

NASCI na Villa de Castro Marim, no Reino do Algarve, em 1795.
Filho de Rodrigo Jose da Silva e de D. Maria Antonia.

Morrendo meus Paes em um mesmo dia, por uma epidemia de malinas que graçava na dicta villa, ficamos tres orfãos de menor idade. Antonio, o mais velho, Rodrigo e uma menina Marianna.

Antonio e D. Marianna fomos creados e educados em casa de nossos avós da parte materna Jeronymo Borges Lobo, official da guerra de 1762 e proprietario e de D. Victoria Thereza; e Rodrigo creado e educado na casa de seus avós pela parte paterna Gabriel Jose da Silva, Coronel e Governador da cidade de Tavira no Algarve e de D. Ignez Maria: Aquelles naturaes de Castro Marim e estes de Tavira.

Eu Antonio o mais velho dos trez, assentei praça de Cadete no regimento de artilheria n.º 2 da cidade de Fâro. Andando a estudar o curso de Artilheria na aula que havia na dicta cidade de Fâro.

NB. Assentei praça de menor idade.

* * *

Quando o exercito francez do commando do General Jonot entrou em Portugal, o senhor Infante Regente D. João depois aclamado Rei com o titulo de D. João 6.º em 1816, embarcou com toda a familia real, fidalgos, ministros, generaes, etc. para o Rio de Janeiro em uma embarcação de guerra ingleza que se achava surta no Tejo, sendo acompa-

(*) Num arquivo de familia, pertencente ao nosso prezado camarada D. Manuel Osório de Aragão, foi encontrado este manuscrito muito curioso e de certa importância pelos subsídios que nos fornece.

nhado pela armada portugueza e outras embarcações de guerra inglezas que se achavão no Tejo em 29 de Novembro de 1807 chegando ao Rio de Janeiro em 1 de Março de 1808.

O exercito Francez entrou em Lisbôa em 30 de Novembro de 1807; outras columnas de tropas hespanholas commandadas pelo General Terante enterveio na cidade do Porto em 13 de Dezembro de 1807, segundo uma convocação secreta feita entre o Imperador dos Francezes Napoleão 1.º e o rei de Hespanha Carlos 4.º em Fontes Nelles a 22 de Outubro de 1807, a fim de obrigarem o rei de Portugal a fechar os seus portos á Nação Ingleza secrestando-lhe as suas propriedades que tivessem n'esta Nação!!! Ao que El-Rei D. João não quiz annuir.

O General Jonot logo que entrou com o seu exercito em Lisbôa, principiou a legislar como Rei, açulando a Nação por um decreto de 19 de Dezembro de 1807, mandando secrestar todas as propriedades inglezas que existissem na Nação.

Em 22 de Dezembro de 1807 manda dar baixas aos soldados de todo o exercito portuguez que tivessem seis mezes de praça, e aos de 6 annos de praça formar uma legião com officiaes portuguezes commandados pelos generaes Marquez de Alorna e Pamplona, e os fez marchar para Hespanha reunirem-se ao exercito francez que naquella occasião existia, cujos portuguezes foram á Russia.

No 1.º de Fevereiro de 1808 passa-se (?) um decreto do Imperador Napoleão 1.º de Milão de 23 de Dezembro de 1807 pondo uma contribuição a Portugal de 40\$000:000 de cruzados e no mesmo dia o General Jonot organiza uma regencia em nome de Napoleão 1.º Dissolvendo aquella junta que o senhor Regente D. João tinha nomeado para governar em Portugal durante a sua ausencia, por decreto de 26 de Fevereiro de 1807, e que erão os seguintes: O Marquez de Abrantes como presidente, os tenentes generaes Francisco da Cunha Menezes, o Principal Castro como regedôr das justças, Pedro de Mello Bainer, Luiz de Vascellos presidente do Erario e nas suas faltas o Tenente General D. Francisco Xavier de Noronha. Por membros para servirem qualquer falta o Conde e Monteiro mór, Presidente do Senado. Escripturario o Conde de S. Paio e em seu logar D. Miguel Pereira Forjás e o Desembargador do Paço João Antonio Salter de Mendonça.

No dia d'este decreto; no successivo foi o embarque do Rey e da Familia Real e os que os acompanharam.

Continuou o governo francez em Portugal até 6 de Junho de 1808

em que o general hespanhol Terante prendeu no Porto o general francês Quesnel, que ambos ali se achavam na cidade do Porto por ter principiado uma grande revolução em toda a Hespanha contra os francezes, pela traição que Napoleão 1.º fez aos monarchas da dicta nação hespanhola sua aliada, mandando chamar toda a familia real da dita nação a Baiona, onde elle Napoleão estava, com pretexto de congraçar a familia real e fazer renascer a boa paz e harmonia entre elles, pela desintelligencia que entre a familia real havia procedida por um tal Guedoi, Principe da Paz, Hespanhol.

Napoleão 1.º logo que apanhou toda a familia real hespanhola na cidade de Baiona obrigou o Rei Carlos 4.º e seu filho D. Fernando a abdicarem a corôa de Hespanha em elle Napoleão 1.º O que elles forçados fizeram! Mandando-os depois internar e toda a familia real hespanhola para o interior da França.

Depois d'este proceder mandou seu Irmão Jose Napoleão para Madrid como rei da dicta nação hespanhola para governar; a nação toda se revolucionou.

O General hespanhol que estava no Porto e a sua divisão abandonaram Portugal, marchando logo p.ª a sua nação levando comsigo o General francez Quesnel.

Em 6 de Junho de 1808 aparece a gloriosa revolução em Portugal.

A 18 de Junho de 1808 na cidade do Porto, sendo os chefes d'ella: o Capitão de Artilheria Mauris e o Tenente Coronel Luiz Candido Cordeiro e outros etc.

A 19 de Julho de 1808 formou-se uma nova junta no Porto e deu-se principio á organização do exercito portuguez para ir atacar os francezes e livrar Lisbôa d'aquelle jugo traidor francez.

Organisou-se na cidade de Tavira (Algarve) o Regimento de Infantaria n.º 14.º Foi n'esta occasião que passei de Artilheiro a Infante na praça de Cadête e marchamos p.ª a campanha teria 13 a 14 annos de idade. Sahi Alferes para o mesmo regimento de Infantaria 14.º, ordem do dia 30 de Junho de 1810.

NB. Logo que sahi official fui mandado para Peniche p.ª instructor dos recrutas do mencionado corpo; porque n'aquelle tempo Peniche era o deposito das recrutas para instrucção de todos os corpos do exercito de Infantaria e Caçadores debaixo da inspecção do General de Infantaria Blunte, inglez, achando-se ao serviço portuguez.

Ali me demorei até Fevereiro de 1811, em que regressei ao regi-

mento, pedindo ao Commandante do corpo o Tenente Coronel Jenson p.^a que me mandasse render, o que elle fez.

Sahi Tenente graduado por destincção nas acções dos dias 9, 10, 11 e 12: — Quando posemos o sitio de Baiona de França em ... de Dezembro de 1814, ordem do dia n.º 13 de Fevereiro de 1813. —

Sahi tenente effectivo p.^a o regimento n.º 24 em 25 de Janeiro de 1814.

Capitão da 2.^a companhia de granadeiros do regimento 24, ordem do dia 18 de Dezembro de 1820, e o exercito portuguez regressou ao seu reino.

Segue-se a acção de Santa Barbera, ao pé de Chaves em 13 de Março de 1823, dada pelas tropas do commando do general Silveira que tinha aclamado em Traz dos Montes a El-Rei o senhor D. João 6.º Rei independente, contra as tropas constitucionaes, commandadas pelo general Luiz do Rêgo, perdendo esta acção e deixando no campo da acção presioneiros o Regimento de Infanteria n.º 9 e os Batalhões de Caçadores n.ºs 6, 7, 10 e 12 fugindo elle general vergonhosamente.

Foi onde eu com a minha companhia 2.^a de Granadeiros fizemos presioneiro o Tenente Coronel Commandante de Caçadores n.º 6 Jose Vaz e a bandeira do dito batalhão. Segue-se o sermcs novamente atacados com forças m.^{to} superiores ás nossas; houve um pequeno tiroteio na Ponte de Amarante e a tropa do Silveira se retirou para Hespanha, pelo reino de Lião, sendo a Divisão do Silveira bem recebida por aquella nação.

Passamos a Rio Secco, a Samóra e a Salamanca.

Ali sahi a luz uma promoção feita pelo general Silveira, p.^a preencher as vagas dos officiaes dos Batalhões que tinham sido prisioneiros em Santa Barbora que tinham mêdo (?) ao Silveira. N'essa promoção sahi Tenente Coronel de Vetranos de Traz dos Montes, cuja promoção não foi approvada por El-Rei o senhor D. João 6.º

Depois que o senhor D. Miguel fez a sua marcha de Lisbôa para Villa Franca e a tropa que levava comsigo ali aclamaram a seu Pae D. João 6.º Rei independente. Ao que a nação com m.^{to} gosto annuo.

O General Silveira, que estava com a sua Divisão em Salamanca, logo que soube d'este acontecimento relatado, se poz em marcha com a sua Divisão para Portugal, por Almeida, deixando-me ali em Salamanca commandante de um esquadrão de Cavallaria 6 commandado pelo Capitão Paxêco e o Regimento de Melicias de Miranda do commando do Co-

ronel Urdês (?), Vetranos de Chaves, Bragança e Miranda, que andavam unidos á Divisão e um parque de Artilheria de Campanha que a não tinha podido levar com a Divisão p.^a Portugal o Silveira por falta de parelhas p.^a a sua conducção. E me encumbio ficasse guarnecendo esta até que ali chegasse uma força de tropas fieis da dicta nação que vinham a guarnecer a dicta cidade. O General commandante da Praça me daria os transportes necessarios p.^a a conducção de tudo, que deixava a meu cargo ser conduzido a Portugal, á cidade de Bragança, assim como a tropa que tinha deixado ás minhas ordens.

O General Silveira com a sua Divisão entrou em Lisbôa dia 24 de Junho de 1828. Logo que o General Silveira passou com a sua Divisão p.^a Portugal por Almeida, passados poucos dias, uma porção de tropas hespanholas rebeldes que estavam na cidade de Rodrigo e souberam que a Divisão portugueza tinha passado p.^a Portugal, para Almeida, me vieram atacar a cidade de Salamanca; mas eu, pensando que n'aquella occasião seria a minha desgraça e vergonha, felizmente defendi a cidade e o inimigo logo se retirou outra vez a cidade de Rodrigo.

Esta retirada attribuo a dois modos: ou elles pensaram que em Salamanca não havia tropa, ou pensaram encontrar na cidade forças superiores ás suas.

Teriam passado oito dias, entrou na cidade uma columna de tropas fieis para guarnecerem a cidade; o Governador promptamente me deu os transportes precisos p.^a a conducção do que estava n'aquella cidade á minha responsabilidade sem que nada me faltasse, fazendo mil elogios aos Portuguezes, mandando dar um pár de sapatos aos Infantes p.^a a sua marcha em gratificação pela honradez e valôr com que defenderam a Cidade.

Chegamos a Bragança com tudo que me tinha sido entregue livre de perigo e extravio. Logo que cheguei a Bragança o General da Provincia me encarregou do commando da Cidade.

E não tendo sido por El-Rei D. João 6.^o aprovada a promoção que o General Silveira tinha feito em Salamanca, El-Rei fez nova promoção onde eu n'ella vim Major do Batalhão de Caçadores n.^o 9 que estava em Lamêgo, commandado pelo Tenente Coronel Francisco Magalhães Peixôto.

Depois, sem que eu pedisse, fui passado a Caçadores n.^o 8 que estava na Corte debaixo do commando do Tenente Coronel Luiz Manoel de Lemos, cujo sendo Capitão e eu Tenente tinhamos servido ambos em 24 de Infanteria.

E n'este mesmo tempo tambem foi passado a commandar o Batalhão de Caçadores 5 que estava na Ilha de S. Miguel o Tenente Coronel Peixôto que commandava Caçadores 9.º, que commigo tinhamos ambos servido Caçadores 9.º em Lamêgo: ordem do Dia 29 de Maio de 1828.

E sendo eu um dia chamado á secretaria da guerra pelo Ministro o Conde de Barbacena, Francisco, a quem me apresentei e elle ministro me intimou que a Senhora Infanta Regente D. Izabel Maria me mandava passar a commandar Caçadores n.º 9.º, cujo se achava de guarnição na cidade do Porto, commandado pelo Tenente Coronel Joaquim Antonio d'Almeida, que era chamado á corte e o Major vinha occupar o meu logar em Caçadores n.º 8.º Que aquelle corpo se achava algum tanto indisciplinado por intrigas do Commandante com alguns officiaes do corpo. Que sua Alteza esperava que eu pozesse aquelle corpo em sobordinação e bôa ordem.

Recebi guia de marcha p.^a o Porto, onde estava o batalhão e chegando quase noute a Coimbra e procurando uma estalagem onde passasse a noite, o acaso quiz que encontrasse em uma das ruas do meu transito o Major que me ia substituir em Caçadores n.º 8.º Elle me instruiu do triste estado em que estava aquelle corpo, para onde eu ia servir, por intriga do commandante e me prevenio; o que m.^{to} lhe agradeçi, sem lhe relatar o que o Ministro da Guerra tinha passado commigo; e perguntando-me elle onde me ia incorporar ao Batalhão eu lhe respondi que ao Porto, segundo o itinerario que levava do Ministro da Guerra; ao que elle me respondeu que, no dia em que elle Major, tinha sahido do Porto, o Batalhão por ordem que recebera do General da Provincia João Carlos de Saldanha marchára p.^a Lamêgo, e se me queria encontrar com elle me dirigisse á Villa da Feira que era o itinerario que o Batalhão levava p.^a Lamêgo; e que o Tenente Coronel Joaquim Antonio o ia commandando.

E lembrando-me eu do que o Ministro me tinha dicto entrei em um profundo pensar sobre o que via.

Dirigi-me à Villa da Feira e no segundo dia da minha chegada entrou o Batalhão. Apresentei-me ao Comm.^o do corpo e principia-me com uma narração contra alguns officiaes do Batalhão ao que eu lhe respondi: elle como commandante do corpo, nas suas informações participasse ao Governo da insubordinação d'aquelles officiaes, para o Governo lhes dár o destino que julgasse.

Disse-me elle estava alguma coisa incomodado na sua saude, e que

fosse eu dirigindo a marcha do corpo porque elle ia na rectaguarda do Batalhão. Eu cada vez mais pensativo no que via praticar. Chegamos a Lamêgo; eu até ali dirigindo a marcha do Batalhão debaixo das ordens do Tenente Coronel; haveria oito dias que tínhamos chegado a Lamêgo; um dia estando eu na secretaria do Corpo, entrou o Tenente Coronel Commandante do Corpo e me disse tinha recebido um officio do General da Provincia o Visconde de Vargem (?) para me passar uma guia de marcha p.^o Braga, a apresentar-me ao General da Provincia o General S.^{ta} Martha, que era incumbido de ir fazer uma deligencia debaixo das ordens d'aquelle General!

Marchei e apresentei-me a elle General e elle me disse que por ora não tinha recebido do governo participação alguma a meu respeito. Eu não quiz quartel e metti-me na Estalagem dos Dois Amigos, lembrando-me ali estaria pouco tempo. Terião passado 6 dias, vejo-me passado á disponibilidade, assim como o Ministro da Guerra Barbacena e varios outros officiaes do exercito: Ali conheci o jogo do tempo.

(Continua)



Ensaio de uma análise ao "Romanceiro" de Garrett

II

ESTUDO HISTÓRICO-ANALÍTICO DA COLECÇÃO GARRETTIANA

(Continuação da pág. 82)

O Segador

EXISTINDO também no Oriente com o título de *Princesa enamorada de um segador* é bastante popular na Península, apesar de não figurar nas antigas colecções castelhanas (1).

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (2), inclui-o no ciclo que trata de uma infantinha orgulhosa que despreza duques e condes seus apaixonados e se entrega a um porqueiro, segador, tambor, hortelão, cèguinho, que depois

Sai um duque reinante,
Senhor de alta nomeada.

Duvida Garrett quem seria o imperador com que começa o romance, quem seria o segador-duque com que pitorescamente termina. Será crápulosa história bizantina, ou capítulo licencioso da crónica secreta de Carlos Magno?

Põe a dúvida mas não responde.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos filia-lhe a origem num conto alemão.

É, todavia, preciosa relíquia da nossa poesia popular da Idade-média.

(1) Cf. Menendez Pidal, ob. cit.

(2) *Revista Lusitana*, vol. II.

A Noiva Arraiana

Considerado embora como fazendo parte do ciclo atlântico da *Nau Catrineta* e da *Bela Infanta* (1), tem este romance um cunho particular pelo episódio com que termina:

— Pagar devia co'a vida
Quem me queria enganar,
Quando te deram por morto
Nessas terras de além-mar.
Mas que fiquem com a boda
E bem lhes preste o jantar
Que os meus primeiros amores
Ninguém m'os há-de quitar.

O facto não é original. Cavaleiro que vai combater moiros e ao regressar nada encontra do que era seu, tudo lhe tinham usurpado, inclusive a própria noiva, que ele vai encontrar na boda, mas que a ele regressa satisfeita.

Já W. Scott e Donizetti tinham aproveitado esta situação dramática.

O poeta popular conta as coisas com calma e ironia: arrebatada a noiva ao intruso noivo e aos convidados e deixa-lhes tão somente o jantar.

Guimar

O tema deste romance devia ter queimado a alma e incendiado o coração de Garrett.

«O facto celebrado é o de uma morte aparente com a qual parece se julgou dissolvido o matrimónio: e disto houve exemplos em tempos remotos em que tinham por certa a morte, e por verdadeira ressurreição o tornar a si o suposto defunto.»

De uma crítica situação dramática análoga a esta, é que nasce a acção viva, animada e colorida de *Frei Luís de Sousa*, a obra prima e mais querida do autor.

Não se sabe nem data, nem autor, nem origem deste romance. No entanto «as coplas dele vão de par com o mais belo e original da poesia primitiva».

(1) Cf. Teófilo Braga — *Hist. da Poes. Pop. Port.*

Tem passagens que são universalmente celebradas:

Era por manhã de Maio,
Todo o campo florescia,
Os passarinhos cantavam,
O prado verde sorria.

Foi tema comum a toda a poesia medieval a manhã de Maio florida com gorjeios de aves e sorrisos de verdes prados. Não havia de faltar no romanceiro popular, e, de facto, tantas vezes nele é celebrada.

Dom Duardos

«O romance épico em toda a sua simpleza foi também cultivado por Gil Vicente», que é o compositor de *Dom Duardos*, originariamente escrito em língua castelhana, o que nos dá margem a supor que romances em castelhano tinham autor português.

Através da vasta obra do nosso comediógrafo abundam dispersos muitos e variados romances populares.

Para contentar o espírito delicado do juvenil D. João III tentou o Plauto Lusitano entre 1522 e 1525 a composição desta obra em cujo prólogo-dedicatória diz expressamente: «Como quiera (Excelente Príncipe y Rey muy poderoso) que las comédias, farsas y moralidades que he compuesto en servicio de la Reina vuestra tia, quanto en caso de amores, fueron figuras baxas en las quales no habia conveniente rhetórica que pudiesse satisfazer al delicado espirito de Vuestra Alteza, conosci que me cumplia meter más velas à mi pobre fusta. Y assi, con deseo de ganar su contentamiento, hallé lo que en extremo deseaba, que fué *Don Duardos y Flérída* que son tan altas figuras como su historia recuenta con tan dulce rhetórica y escogido estilo, quanto se puede alcanzar en la humana inteligencia.»

Enquadra-o D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos no ciclo bretão, e baseado no *Livro Segundo de Palmeirim*.

Separado da tragicomédia de que fazia parte propagou-se e correu mundo.

Existe na ilha de S. Jorge e é cantado pelos judeus de Tânger (1).

(1) Cf. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — «Romances Velhos em Portugal». Teófilo Braga — *História da Poes. Pop. Portuguesa*.

Menendez Pidal — *El Romancero*.

Menendez y Pelayo — *Historia de la Poesia Castellana*.

A versão portuguesa incorporada no *Romanceiro popular* é tradução primorosa do original castelhano de Gil Vicente e que Garrett afirma haver encontrado entre os manuscritos do Cavalheiro de Oliveira (1).

É interessante a glosa ao rifão popular: «casamento e mortalha no Céu se talha», expressão do fatalismo peninsular, feita com esta arte no romance de que tratamos:

Saibam quantos são nascidos
Sentença que não varia
Contra a morte e contra amor
Que ninguém não tem valia.

Sepan cuantos son nacidos
Aquesta sentencia mia
Que contra la muerte y amor
Nadie no tiene valia.

A A m a

«Bernardim Ribeiro, homem de prol e cavaleiro de ousadas empresas, meteu-se em camisa de onze varas por certos amores que lhe o diabo meteu na cabeça; andou a sonhar — ou a trovar que é o mesmo — por essas serras de Sintra, falou com as mouras encantadas do Castelo, encomendou-se à Senhora da Pena, esconjurou a lua em verso, as estrelas em prosa» (2).

E o produto desses sonhos ou trovas, a expressão verbal de «conversas com fadas e duendes do castelo velho» — ei-lo aqui.

Este e os dois romances seguintes escreveu-os ele mais com as penas do próprio coração do que com as plumas na época usadas.

Moço d'el-rei D. Manuel, servia as belezas e perfeições da infanta Dona Beatriz que lhe inspirou paixão nimbada de mistério e lenda.

Da obscuridade de tal mistério surge a ténue delicadeza deste

(1) Estes manuscritos em que Garrett tanto crê e que D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos não desacredita, não sei que crédito mereçam, pois que Menendez y Pelayo (*História de la Poesia Castellana*) lhes nega peremptoriamente a existência afirmando: «tampoco no han existido nunca esos fantásticos manuscritos». E em parte alguma consegui ver aclarada a questão.

O *Romanceiro de Garrett*, há dias publicado, A. do Prado Coelho, também não alude a esta categórica negação de Menendez y Pelayo. Antes pelo contrário.

(2) *Um auto de Gil Vicente*, act. I, c. III.

romance, cujo estilo não é já repassado de ingenuidade clara e rude dos antigos cantares da poesia primitiva, mas da arte cuidada e harmoniosa das formas clássicas.

É a ama da infanta que lhe «canta este cantar a modo de soláo» contando e lamentando tristemente a má ventura que os fados inflexíveis lhe marcaram desde a nascença, e temendo maiores desgraças futuras para a sua querida menina.

No dizer de Garrett é o trovador do século XV usando já formas clássicas do poeta do século XVI.

Avalor

Cantar-romance lhe chama expressamente o próprio Bernardim, cheio de misteriosa vaguidão e exalando profunda tristeza. Parece ter sido feito à partida da infanta para Sabóia (1).

De menos artifício, tem mais estilo e mais sentimento de romance, belo, elegante, simples.

O próprio título é um dos criptónimos do autor.

A firmeza da paixão e a fatalidade do amor que não conhece obstáculos vão tipicamente expressos nos versos que dizem :

— Que frias eram as águas!
Quem as haverá de passar?
Ninguém n'as pode passar
Senão quem pôs a vontade
Donde a não pode tirar.

Cuidado e Desejo

São ainda alegorias dos misteriosos amores do poeta das Saudades.

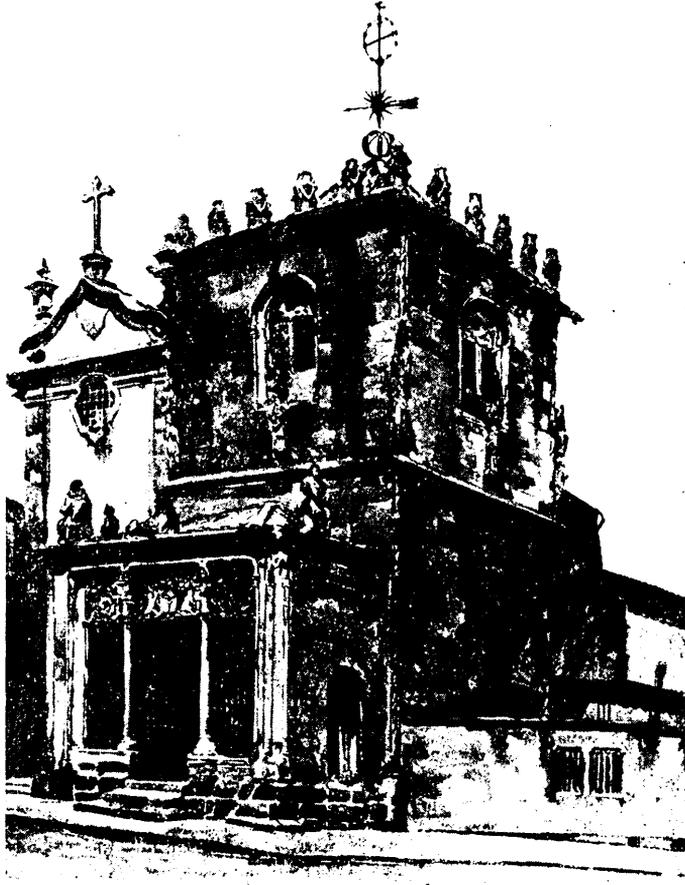
É uma visão vaga, triste, encoberta.

O seu *Cuidado* apresenta-lhe o fatal *Desejo*.

E a Fantasia doura-lhe a triste Lembrança de uma mulher de loiros cabelos e olhos verdes.

É sempre a mesma imagem que persegue e se fixa na alma do poeta. Se está acordado, deseja vê-la, se dorme é à sua volta que se tecem os seus sonhos.

(1) Cf. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — « Romances Velhos em Portugal ».



Braga — Capela dos Coimbras

(Aquarela de Maltteira)



Alcobaça — Relicário

(Aquarela de Mattiello)

O cantor do Livro Sagrado, numa palavra, diz que «O amor é forte como a morte».

O poeta deste soláo sublima ainda mais a dor de amar, nesta expressão arrojada:

Pois que mor dor há na vida,
Para que houve hi morrer?

Não creio que haja filosofia mais dramática, mais incisiva.

O Cordão de Ouro

Anedota mordaz, dura, licenciosa.

Um soldado, levado para batalhas fronteiriças entre cristãos e mouros no próprio dia das suas bodas, deixa a sua amada «casada, viuda y donzella». É licenciado, bate à porta de sua própria casa que ninguém lhe abre, antes o tem por importuno.

Imediatamente regressa ao seu regimento, e curado das suas saudades,

Pois tua mulher tem primos
E tu vinhas com dó dela?

É um romance peninsular, de fama geral, também conhecido em redacções francesas e italianas.

Milá y Fontanals encontrou-o na Galiza, Pidal, nas Astúrias.

Porém a terminação da versão portuguesa não se encontra entre o povo. É, pois, possível que seja uma redacção engenhosa, em estilo popular, composta e adaptada sobre elementos tradicionais pelo coleccionador (1).

O Cego

Tema de origem escocesa. Uma balada da colecção de Percy atribuída ao rei James da Escócia é muito semelhante no metro e mesmo nas formas exteriores, ao romance português.

Garrett supõe que, exportada de Glasgow ou de Aberdeen, foi introduzida em Portugal por Viana do Castelo ou pelo Porto.

Um rei, príncipe ou conde, disfarçado de mendigo, propõe amores

(1) Cf. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — *Revista Lusitana*, vol. II.

a certa donzela e pede e aceita sòmente que esta lhe ensine o caminho. Em certa altura, porém, é o cego que vê, é o príncipe disfarçado que ensina o caminho à donzela:

Cego, lo meu cego já via o caminho.
Montou-me a cavalo com muito carinho...
Um cego me leva... e vejo o caminho!

Anedota, licenciosa embora e picante, é cheia de ingenuidade astuta que toca as raías da hipocrisia disfarçada.

Linda-a-Pastora

Graciosa aldeiazinha de ao pé de Lisboa, cujos encantos granjearam a afeição de Garrett e da qual ele diz não haver palavras que pintem as suas belezas, o seu céu, as suas águas.

Os navios que entram e saem, a prodigiosa vegetação de plantas, a solene majestade do Tejo de um lado, e do outro alcandoradas nas eminências, as ruínas pitorescas de conventos desertos, de moinhos abandonados, de fortes, de atalaias.

Nesta moldura viçosa e florida que encastoava a pequena aldeia, colheu o autor, da boca da senhora Francisca, lavadeira do lugar, este romance, cujo nome verdadeiro seria antes *Niña a Pastora*.

Romance será pela forma, mas pelo fundo é uma encantadora pastorela de género provençal ao modo de Riquier ou de Borneill, de diálogo vivo, incisivo, cadente.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ⁽¹⁾ engloba-a na série das versões que fazem da serraninha-pastora a irmã, a companheira do cavaleiro-tentador e contra cuja virtude e firmeza se apostava antecipadamente.

Há a notar a ironia mordaz da donzela pela posição caricata do cavaleiro que se oferece a guardar-lhe o gado, «ainda que se espedace por essa charneca»:

Ai como vai grave de meias de seda!
Olhe não as rompa por essa resteva...

(1) *Revista Lusitana*, vol. II.

E a terminação picante a que Garrett poderia aplicar a sua classificação de *verde*:

Venha cá, Senhor, torna atrás correndo...
Que o amor é cego, já me está rendendo.
Sentaram-se à sombra... tudo estava ardendo...
Quando elas não querem, então estão querendo.

O Marquês de Mântua

Outro romance do ciclo de Carloto Magno. Correu mundo levado pela mão de cegos e vendilhões que o conduziam de feira em feira acompanhando-o à viola.

A sua origem não a pode negar quer pelo assunto quer pelos personagens que nele entram: é francesa ou provençal.

Dai passou a Portugal.

Ao atravessar a Espanha foi erradamente tida como obra de D. Jerónimo de Treviño, que, aliás, teria sido tão somente o seu editor que o imprimiu em 1598.

O romance, decerto, será muito mais antigo que isso.

Garrett atribui-lhe vida em português desde o século XIV já bastante modificado e adaptado do primitivo original.

Prado Coelho — *Romanceiro de Garrett* — atribui-o a Baltasar Dias.

(*Continua*)

ANTÓNIO SIMÕES FERREIRA

Mens agitat molem

COSTUMA empregar-se este verso da *Enéida* sempre que queremos mostrar como a inteligência do homem deve superar a sua força física.

O espírito move a matéria — disse-o Virgílio, porque o espírito é superior à matéria. O espírito tem a natureza de imortal, estando portanto para além da morte do corpo, fora da precariedade da sua matéria.

Por isso, diz-se, o espírito deve informar toda a política do homem para que esta esteja considerada na sua legitimidade.

De facto, os governos para se firmarem na ordem de fortes, têm que buscar ao espírito as normas para a sua existência e para as suas leis humanas. Mal dia será sempre aquele em que o homem, nas regras da sua vida, se revelar possuidor na malícia da carne.

A política prudente deve arrumar as suas regras pela moral do espírito dos povos, a quem pretende servir a verdade. Se o governante, em vez de ir investigar nos princípios eternos a ética para a sua autoridade, a for rebuscar nas normas flutuantes da oportunidade, com as razões para o seu poder, precário será o seu reino, pois não chegará a ganhar os louros na História desse povo. Procurando conduzir as gentes, acaba por se deixar encaminhar pelas multidões que, tomando a lição no seu exemplo, guiadas na sua cegueira, foram educadas como estranhas à lei do espírito.

O político, devia sempre pensar no célebre Sancho Pança, que se identifica tão verdadeiramente na animalidade humana dos mesquinhos de espírito. Resume ele o egoísmo e a saúde e maltrata o seu amo e senhor numa cena em que a mediocridade deseja sobrepor-se ao idealismo. Este político não deixará sobre si, senão toda uma multidão de Sanchos, vivendo em outras tantas ilhas da Baratária, e onde, em lugar das ideias, o homem vegeta-se nos apetites porque, fora da dignidade, só se encontra para o servilismo. E então, olhando para as ruínas da sua própria obra, este homem, no seu conflito, lembrará sempre as atiladas palavras do Dom Quixote: *«asno és, asno serás e em asno acabarás quando se findar o curso da tua vida»*.

Quando o homem se não regrad pelas leis enérgicas do espírito, breve o medo de comprometer-se o trará a simpatizante do cepticismo. A sua moral será dissolvente, disfarçando os sentimentos na roupagem aparatosa da sua falsa personalidade.

Passa a ter a moral de Tartufo, hipócrita e falso, gelando na sua frieza os entusiasmos dos grandes ideais para, na sua timidez (onde não domina o talento do espírito o homem some-se na sombra da sua própria traição!), esquivar-se às suas grandes responsabilidades. O homem leal ficará sempre sendo a sua grande vítima.

O seu exagero materialista assinala o começo da sua decadência, mas só depois de aniquilados todos os grandes ideais no fanatismo desta submissão, em que o estável e permanente na certeza, se vergou àquilo que só nas aparências se manifesta nos cuidados e respeitos de tudo verdadeiramente grande. Repete-se na sua perversidade, a fábula que Molière nos conta e onde vem retratado este homem moralmente depravado até na sua enorme hipocrisia. Também aqui, este homem, falando palavras mansas que as acções logo desmentem, consegue que Orgon, aquele que tão piedosamente o agasalhou e favoreceu, expulse de sua casa ao honrado Cleanto para, deste modo, apoderar-se de todos os seus bens e mais fazenda.

Longe da inteligência, este homem jamais sentirá a pobreza do seu corpo e na fragilidade de vontade adquirirá para ele o sumido carácter próprio do ingrato e do desleal.

A susceptibilidade doentia desta falsa moral predispõe este homem ao aborrecimento da sinceridade. Será o eterno cínico de si mesmo.

A história deste homem pertence sempre à história da sua própria oportunidade. Julga-se insubstituível e, se no poder político dos restantes homens, governa pelo terror da sua vontade despoticamente desigual até na sua tirania. Segurando o leme com a sua mão trémula, não dirige nunca o povo na direcção dos seus ideais, antes, zigiguezagueante, corta aos trôpegos da sua conveniência míope. Peca pelo absurdo e, por isso mesmo, cai ele antes de atingido o fim último do seu próprio destino. Em política nunca será um convertido, como em religião jamais poderá ser o crente.

Na política das Nações e na do seu concerto, igualmente não pode manter-se o homem na perfeita lealdade, quando não subsista nelas aquilo a que Spinoza chamou a «força do Espírito. Onde não permanecerem estas forças os homens rege-se-ão sempre pela brutalidade totalitária dos mandos e das usurpações. Nesta razão, o *Washington Post* de um dia

destes, declarou como sendo a melhor contribuição que Marshall, pelos Estados Unidos, pode prestar à causa da Paz, a de ele conseguir, na Conferência de Moscovo, entre os quatro Grandes, que essas «forças do Espírito» salvem o mundo de maiores perturbações com novas anexações ou inovadas e mais estranhas dominações.

Nestas «forças do Espírito» encontra-se a chave para a boa harmonia das Nações no seu trato, para o bem-estar das Famílias, para que se estabeleça enfim, na Terra, a Paz entre todos os homens de boa vontade.

Já Virgílio, no magnífico conceito destas suas palavras, defendia que a raiz de todo o bem a devemos procurar no espírito; e que este seja sempre a alentar o homem nas suas forças físicas.

O espírito, reinando sobre as vontades, formará os caracteres, fortalecendo os homens à imagem e semelhança daqueles que se libertaram da lei da morte, porque assim imperará triunfante por entre a Paz e o Amor com os homens. Porque ao Princípio de todas as coisas está sempre o Verbo e confessar o Verbo é reconhecer a Inteligência.

FERNANDO DE AGUIAR

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1848

Guimarães há 100 anos

Outubro

Dia 20 — Recolhe-se, à sua casa do Cano, Gaspar Leite de Azevedo que se tinha retirado desta para a dos Arcos em 1834, quando foi restaurada a Rainha e a Carta Constitucional. (P. L.).

Dia 29 — Por ser o dia natalício do Senhor D. Fernando, deram-se repiques de sino e alguns foguetes, havendo, também, iluminação para o que a Câmara mandou por um Bando convidar os habitantes. (P. L.).

Novembro

Dia 5 — O Padre João Manuel de Sousa Teixeira (de Bouro), associado com os Padres Francisco António Pereira, de Friande, Joaquim Álvares de Moura e António da Mota, de Basto, deram princípio à missão evangélica na igreja de Azurey, mas por causa da concorrência da vila e das aldeias e por ser insuficiente a igreja, fez-se a primeira pregação de tarde na igreja que foi dos Capuchos, e não tendo esta mesmo espaço necessário, no domingo seguinte e por diante pregarão os sermões de tarde nas quartas, sextas e domingos, na igreja de S. Francisco, continuando na igreja dos Capuchos, por prender com a vila e fre-

guesia de Azurey, a oração mental e práticas de instrução cristã e confissões, as quais assiduamente eram ouvidas de manhã e de tarde. Fez-se de noite procissão de penitência, prègrando pelas ruas os mesmos padres João e Joaquim, e, além destes, o padre Martinho António Pereira da Silva, de Braga, e frei João do Senhor da Piedade Tinoco, de Guimarães, sendo muitas as pessoas que se flagelavam, arrastando grossas cadeias e sofrendo outras mortificações. Fez-se o último sermão da missão no dia 3 de Dezembro, no adro da igreja de S. Sebastião, por se não caber dentro, e procissão em honra do mesmo Santo por causa da peste de cólera morbus. No dia 4 houve comunhão geral, prègando ao evangelho o dito padre Martinho e ao *Agnus Dei* principiou com exortações o padre João, as quais eram interrompidas por intervalos de cantoria e música, o que durou até às 4 horas da tarde. Comungaram 595 pessoas, além das muitas que já o tinham feito. Continuaram ainda depois com práticas cotidianas, oração mental e confissões de noite e de dia, até ao dia 18 em que recolheram às suas casas. Foi também muito festejado pelos padres missionários e pela Ordem 3.^a de S. Domingos a imagem de Santo Afonso Maria do Ligório, escolhido para patrono desta missão e no dia 10 deu-se principio,

na capela dos mesmos Terceiros, à arquiconfraria do SS. Coração de Maria, a bem da conversão dos pecadores.

Dia 9 — Decreto transferindo o Juiz de Direito Francisco José Vanini de Castro, de Chaves para aqui, e Bernardo José Leite, de Guimarães para a Covilhã, precedendo resposta do mesmo juiz e voto afirmativo do Conselho de Estado. Para Braga foi despachado o vimaranense Manuel de Freitas Costa, juiz sem exercício no quadro da magistratura. (P. L.).

Dia 24 — Veio para esta vila a milagrosa imagem de S. Roque, indo esperá-la a Ordem 3.^a de S. Francisco e outras irmandades. Foi conduzida processionalmente para a igreja de S. Francisco, onde depois houve missa, concorrendo bastante povo. A vinda da milagrosa imagem foi originada por se ter manifestado na Europa a cólera morbus e haver receios que se comunicasse a este reino. (P. L.).

Dia 25 — Hoje e nos dias seguintes fizeram-se preces na igreja de S. Francisco para que Deus Nosso Senhor afastasse de nós o flagelo da cólera morbus que tantos estragos tinha feito por toda a parte e que parecia avizinhar-se de Portugal. (P. L.).

Dia 27 — Saiu, da igreja de S. Francisco, uma procissão de penitência, que percorreu as principais ruas, indo os missionários da missão iniciada no dia 5 a pregar, e o comissário da Ordem de S. Francisco, muitos penitentes e povo, tanto da vila como das aldeias, reinando o maior sossego e respeito. Iam, também, 30 soldados do regimento n.º 13, comandados pelo capitão Torres, e mais a polícia e o administrador do concelho, o qual teve algumas altercações com o escrivão de direito Ferreira, seu inimigo, mas o capitão Torres os acomodou, não sendo preciso alterar o sossego. Esta procissão foi feita pela Or-

dem 3.^a de S. Francisco e pelas mesmas intenções da do dia 24. (P. L.).

Dezembro

Dia 2 — Como encerramento da missão iniciada em 5 de Novembro, saiu da sua igreja a milagrosa imagem de S. Sebastião, em procissão, tendo antes prégado à porta da igreja um dos missionários, não tendo prégado na igreja por não caber nela o povo que ocorreu. Depois de ter passado pelas principais praças e ruas, recolheu-se à sua igreja, sempre acompanhada de imenso povo. Tinha já havido três dias de preces e tanto estas como a procissão tiveram a mesma intenção de implorar de Deus afastasse a cólera morbus asiática que já tinha feito bastantes estragos na Europa. (P. L.).

Dia 6 — Chegou aqui a notícia de ter falecido em Águeda o bacharel José António Bahia, natural desta vila, que tinha nascido na rua de Entre Regatos e, últimamente, morava nas Lages. (P. L.).

Dia 10 — Houve festa na capela dos Terceiros dominicos para colocação, naquela capela, da Confraria do Coração de Maria para o que tinham concorrido muito Luís Martins da Costa e D. Maria Teresa Branco. A imagem foi colocada no altar do lado do evangelho, defronte da Senhora das Dores, e houve missa cantada solene (apesar de ser uma domingo do Advento!!!) e, de tarde, sermão, prégado por um dos missionários que ainda aqui se achavam, sendo a concorrência ao sermão de tal ordem que o povo não coube na igreja. A imagem da Senhora não era a mesma que havia de ficar, porque esta a tinham mandado fazer no Porto; porém tanta era a pressa que tinham em instalar esta confraria, que se serviram de outra imagem!!! (P. L.).

Dia 12 — Os missionários solenizaram na igreja de S. Francisco a festa de Santo

Afonso Maria de Ligório, por ser o seu padroeiro. (P. L.).

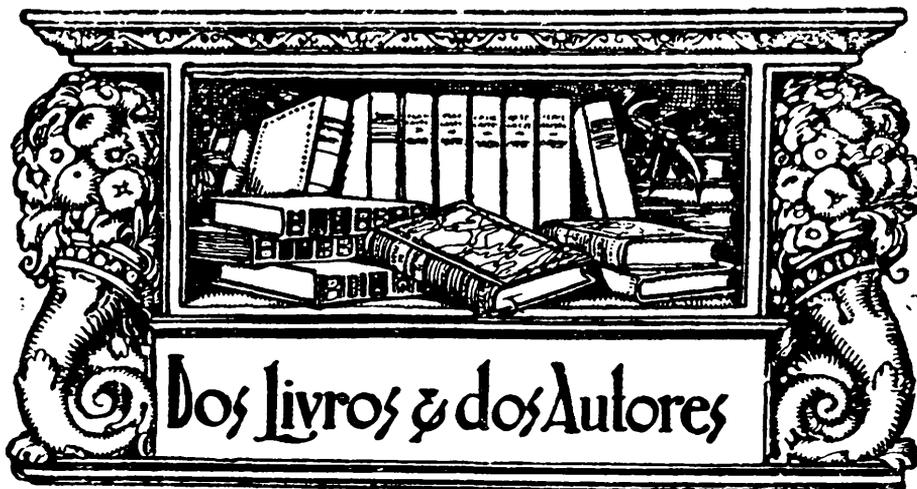
— Chegou aqui o novo general da provincia, Ferreira (o trinta diabos) para passar revista ao contingente de infantaria 13, que aqui se achava. Foi para a hospedaria da Joana Pasteleira e mais o seu estado maior. No dia seguinte marchou para Braga, onde já se encontrava desde 15 de Outubro, data em que tinha tomado conta do governo das armas da 4.ª divisão, vago pelo falecimento do Conde de Vinhais. (P. L.).

— Principiaram na Colegiada e nos conventos das freiras as preces por causa da cólera morbus asiática que se tinha comunicado à Europa. (P. L.).

— Chegou ordem do Governo de S. M. a Rainha para se fazerem preces pelo Sumo Pontífice Pio IX que se tinha retirado dos seus Estados Pontifícios em virtude dos republicanos discutirem a sua autoridade temporal e não se achar seguro em Roma. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA





TONS VERDES EM FUNDO ESCURO (Romance), por *Joaquim Paço d'Arcos*. Parceria A. M. Pereira. Lisboa, 1946. 387 págs.

Quando em meados de Dezembro de 1946 foi entrevistado pelo repórter do *Diário de Lisboa*, a propósito do seu novo romance — aquele que vai ser objecto destas breves notas —, J. P. d'A. chamou-lhe «um corte vertical na vida lisboeta de 1945-46», considerando-o mais um elo da cadeia de romances iniciada com *Ana Paula* e genericamente integrado na série «crónica da vida lisboeta».

Nestas mesmas páginas temos feito referência desenvolvida à obra e às obras de J. P. d'A., aos seus processos e à sua arte, para que se torne necessário repetir o que acerca de uns e outros pensamos; nem isso interessa ao leitor. Limitar-nos-emos, por isso, a focar em especial o livro que, com o título acima, surgiu nos escaparates dos livreiros ao findar o ano de 1946.

Se, como querem alguns, será ao romance que o sociólogo do futuro há-de ir buscar elementos com que reconstituir a sociedade do passado, não poderá ser lisonjeiro à nossa sociedade de hoje o juízo dos

historiadores e sociólogos futuros, tão grande é a podridão que neles se reflecte, tão baixa é a categoria moral da maior parte dos personagens que neles se movem e que possuem todos os caracteres identificadores de «tipos» vivos, fotografias que nada têm da pose estudada, mas sim de instantâneos tirados do natural.

J. P. d'A. foi acusado um dia — com muita injustiça e bastante ignorância do que seja a arte do romance — de apenas se preocupar com os casos miúdos e escandalosos da alta burguesia lisboeta e da nobreza dessorada dos nossos tempos, ignorando o resto da sociedade, as classes inferiores, as suas lutas, as suas ânsias, as suas dores, numa palavra, o seu drama, como se a função do romance fosse unicamente a de subsidiário de certas doutrinas políticas ou sociológicas, ao serviço das quais deveria estar para mais fácil tornar a sua divulgação entre as massas.

A isto respondeu o ilustre Autor que cada um fala do que sabe e conhece, pelo que ele se limitava a falar e a escrever acerca da sociedade em que nasceu e se move, sem necessidade de, como tantos outros fizeram, ter de descer a identificar-se com outros meios, para os estudar e compreender e,

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

depois, descrever. Os intuitos de J. P. d'A. são apenas estéticos. Serve-se do romance, do conto e do teatro como poderia servir-se do pincel, do escopro ou do buril: para servir a Arte. Evidentemente que, morta como hoje está, a teoria da «Arte pela Arte», não poderia o Autor tentar ressuscitar o que se desacreditou com o tempo, já porque isso lhe comprometeria irremediavelmente a obra, já porque tal teoria se encontra em oposição com a sua própria idiosincrasia. Por isso, sendo obras de Arte, os romances de J. P. d'A. não devem ser considerados unicamente como tal, porque há sempre uma lição moral a tirar deles, lição que pode não ser a que o Autor tinha em vista, mas que não deixa por isso mesmo de se tirar das suas obras.

Tons verdes em fundo escuro é, pois, um romance que, não sendo de tese, tem uma tese implícita. Modestamente, o Autor disse que os seus intuitos foram apenas «prosseguir a labuta no ramo de trabalho a que me considero ligado já agora por indesmentível vocação». Mas a sua escolha incidiu desta vez sobre personagens de tal categoria moral que quase nos íamos convencendo, ao voltar a última página, que J. P. d'A. pretendia condenar *in limine* a sociedade portuguesa dos nossos dias.

Efectivamente, o Autor, seguindo o seu hábito antigo, foi buscar a outros romances anteriores alguns dos personagens que de novo põe a agir diante de nós, tal como Balzac o fazia e Teixeira de Queirós também fez, conforme já por diversas vezes o acentuámos. Longe, porém, de trazer de novo à luz os de moral pura, aqueles que eram lições vivas de beleza e de bondade, parece que J. P. d'A. se comprazeu neste romance em reunir a «fina flor» dos cabotinos, dos desclassificados morais — brasonados embora —, dos patifes da pior espécie, dos pulhas, enfim, por muito cruel e ofensivo que o termo possa ser.

Entre tantos personagens masculinos e femininos com que topamos e que vemos

moverem-se em frente de nós, apenas a protagonista (e ainda assim, não por completo) se salva: é a pintora Maria Helena, com todas as suas aspirações de beleza, todo o seu sonho de Arte, toda a sua candura de alma quem nos prende e subjuga desde o princípio, talvez por a encontrarmos quase sempre em franco contraste com o Dr. Moura Teles, o advogado «videirinho» que, com a sua tenacidade e a falta de escrúpulo, consegue ascender à mais alta classe social pela porta do casamento, abandonando a amante que já lhe não servia.

É esse contraste entre os dois caracteres que constitui o fundo do romance. O resto serve apenas para realçar ou atenuar as cruezas do entrecho que daquelas duas almas, uma presa aos nobres ideais da Arte mais pura, embora por vezes a carne os fizesse esquecer abandonando-se nos braços de um vulgar sedutor, presa outra à ambição desmedida de subir, subir cada vez mais, subir sempre... na escala social, por forma que desapareçam na alucinação da corrida os resíduos da classe humilde em que abriu os olhos para a vida. Das aspirações e desalentos da jovem pintora Maria Helena — retrato a identificar, mas *flagrante* — diz-nos o Autor principalmente nesse capítulo xxiv, tão sentido e tão impressionante. Na alma da artista entrecrocavam-se dois sentimentos contraditórios: o da sua ardente aspiração de Arte — a despeito dos quadros que a haviam consagrado, achava que ainda não pintara os que justificariam sua vida — e o de um renascente amor por esse Rui, tão esquivo, tão enigmático, cujo amor ela sentia, mas não se traduzia em qualquer linguagem humana. E, dominada por estes dois ideais opostos, quando na basílica da Estrela bimbahavam os sinos a anunciar o casamento aristocrático do seu antigo amante, Maria Helena, subjugada pelo quadro cheio de luz e de cor do jardim com as duas torres por fundo, esboça rapidamente o conjunto, anotando à margem, para ao depois fixar na tela: «Fixar a

luminosidade desta manhã de Primavera, fugindo, porém, ao branco; tons verdes em fundo escuro». E entretanto, o desalentado Rui, vagueava ao acaso por aquele mesmo jardim, com o pensamento na antiga companhia de Paris e ignorante de que, ali a dois passos, outro ser de igual coração, sofria da moral semelhante à sua, convergindo para o mesmo ponto as duas rectas invisíveis que partiam do mais íntimo de cada um daqueles seres.

J. P. d'A., com arte superior, soube mitigar a sua crueza de traço através de todo o romance, com este final melancólico e doce, espécie de bálsamo para a ferida profunda que na nossa alma causa o constante passar e perpassar de figuras ignóbeis, repelentes, cheias de miséria moral, figuras que já conheçamos, de quem nada mais poderíamos esperar além de actos revoltantes e cínicos, mas cuja insensibilidade moral não deixa de ferir o leitor mais prevenido contra o mal. Depois de ter sido em extremo cruel, fazendo o processo de uma sociedade em oposição sistemática com aquela crescente espiritualização, apregoada por certas propagandas, J. P. d'A. mostra-nos que há que crer na vida, para além de todas as dores e de todas as dúvidas. Realmente, só com uma robusta crença na Vida pode admitir-se que os factos quotidianos, ocorridos em Portugal e no Mundo, não reflectem a morte de uma civilização, antes são a tradução viva da dor do *enfantement* de uma nova idade de altos ideais de justiça e de amor.

Como Artista da prosa, J. P. d'A. mostra-se-nos aqui senhor de todos os seus recursos: plasticidade, maleabilidade, sobriedade e elegância de linguagem, que em certos pontos atinge perfeição clássica. Aquele já citado cap. xxiv é perfeito, seja qual for o ponto de vista por que se encare: equilíbrio, nobreza de expressão, fluidez alada, certa melancolia ambiente que nos prende e domina, cor e ritmo, tudo se conjuga para dele fazer o melhor de uma obra em que

tantos outros passos análogos há assinalar.

Numa época em que os escritores parecem desdenhar da arte da palavra escrita, quando o estilo jornalístico — e do pior! — invade já certos sectores da nossa restrita galeria de cultores do romance, os livros de J. P. d'A., este em particular, mostram-nos que o Autor, homem do seu tempo embora, não desdenha da grande lição do passado, e, sem cair no *pastiche*, sabe dar-nos obras de sobriedade clássica numa linguagem moderna, nervosa e plástica como verdadeira obra de Arte.



VIDA Y VIAJES DE PEDRO SARMIENTO DE GAMBOA, por *Amancio Landín Carrasco*. Instituto Histórico de Marina. Madrid, 1945. 307 págs.

Entre nós, salvo dos especialistas, é pouco ou nada conhecido o nome de Pedro Sarmiento de Gamboa, navegador e militar do século xvi. E, no entanto, que homem extraordinário ele foi, mesmo nesse século tão fértil em homens extraordinários na Península Ibérica!

É que Pedro Sarmiento conta no seu activo três feitos, pelo menos, de alto valor: o descobrimento das ilhas Salomão, a exploração do Estreito de Magalhães, que, desde a viagem deste, ninguém ainda explorara, e a fortificação desse mesmo estreito contra os *coureurs de mers* da rainha Isabel.

Encontrou o grande marinheiro um biógrafo competente, exaustivo e amoroso no sr. Amancio Landín Carrasco, que com este excelente trabalho iniciou a sua carreira de investigador, trabalho que mereceu as honras de uma edição por parte do benemérito Conselho Superior de Investigações Científicas, através do Instituto Histórico da Marinha.

Divide o Autor a sua obra em quatro

partes. Na primeira refere e analisa os dados biográficos de Pedro Sarmiento anteriores à sua primeira viagem, demonstrando, à face do assento baptismal, que publica em zincogravura, que ele viu a luz do dia em Pontevedra, a vizinha cidade galega, e não em Alcalá de Henares, como foi corrente tanto tempo. A esta chega e sobra a glória imensa de ter visto nascer o grande Cervantes. É, portanto, Pedro Sarmiento um pouco português, pois há, como se sabe, muito mais dos lusitanos que dos celíberos no substracto da alma da Galisa. Os povos desta orla atlântica viveram sempre debruçados sobre o mar, o «dúbio tentador» de Oliveira Martins. A alma galaico-portuguesa, sonhadora e sentimental, compreendeu sempre muito melhor a melodia das ondas, do que a altiva alma castelhana, cujo meio é a charneca imensa que nos separa da Europa.

Narra, depois, a ida do navegador para o Peru, onde ele teve oportunidade de pôr em prática a sua primeira e tão celebrada expedição, à busca de *Hahuachumbi* e *Ninachumbi*, duas ilhas misteriosas que viviam na tradição dos indígenas e de quem passaram depois aos espanhóis. Sarmiento, que conhece essa tradição corrente entre os Quichuas, propôs o seu descobrimento ao governador Garcia de Castro que acedeu ao seu desejo. Da viagem, que foi uma verdadeira epopeia como tantas outras dessa época, resultou atingirem-se as ilhas Salomão, que, desde então, entraram no património da civilização europeia.

Na segunda parte trata o Autor da exploração do Estreito de Magalhães, com vista à sua fortificação para o defender dos assaltos do célebre Drake e de outros corsários que principiavam então a assaltar o vasto império espanhol. Pedro Sarmiento ficou, assim, com o seu nome associado ao do nosso glorioso compatriota descobridor da passagem dos dois Oceanos, chegando até a traçar uma carta da zona por ele percorrida, que o Autor publica na sua obra.

A terceira parte é preenchida com a descrição das vicissitudes por que o descobridor passou antes de conseguir que Filipe II lhe atendesse a proposta de fortificar e colonizar a Terra do Fogo. Sarmiento obteve o consentimento e fundou uma povoação nessas regiões inóspitas, que estava condenada ao mais lamentável malogro por falta de assistência material por parte do rei. Foi para manter e salvar a novel colónia que Sarmiento, vendo sem resposta os seus pedidos insistentes para Filipe II, se decidiu a vir à Espanha para, de viva voz, convencer o monarca a auxiliá-lo. Com tão pouca sorte o fez que, por altura dos Açores, caiu em poder de corsários ingleses, que o levaram para Inglaterra, onde criou relações de amizade com o infeliz Walter Raleigh, outro colonizador falhado, e chegou a ser apresentado à illustre Isabel que lhe deu a liberdade. Enquanto esteve em Londres, parece que teve artes de imitar-se com o pretendente português D. António, prior do Crato, que, segundo o sr. A. L. C., sentia zelos da amizade do navegador por W. Raleigh (pág. 182), e pediu a Isabel que prendesse outra vez o navegador por ele lhe chamar «bastardo». O caso é confuso, pois, na própria opinião do Autor, o único relato existente é o do mesmo Sarmiento, que acusa o pretendente de o querer mandar matar.

Passando a França, cai o pobre navegador mais uma vez prisioneiro, desta vez dos Huguenotes, que o conservam no cárcere três anos, a despeito dos pedidos da rainha de Inglaterra e do seu favorito Raleigh para o libertarem. Filipe II, cujo carácter é de todos sobejamente conhecido, tampouco procurou resgatar o seu dedicado e infeliz servidor, que, afinal, se resgatou a si próprio, voltando à Espanha velho, alquebrado e pobre. Entretanto, a triste colónia da Terra do Fogo desaparecera lentamente, sucumbindo ao frio e à fome, sem que da mãe pátria ninguém — a não ser o illustre navegador, impossibilitado de o fazer —

partisse para salvar esse punhado de heróis da Civilização.

Regressado à pátria, tem Sarmiento uma entrevista com o rei, oferecendo-se para ir em pessoa salvar os pobres colonos. Partiu, mas foi a sua última viagem, a caminho da eternidade: o navegador morreu no mar em Julho de 1592, legando um nome ilustre que, desde então, figura entre os dos grandes pioneiros da Civilização, ao mesmo tempo que para as gerações novas ele ficou para sempre como exemplo de tenacidade, constância e persistência no progresso de uma ideia.

O livro do sr. A. L. C. tem, portanto, o interesse de uma novela, já por ser novelesca a vida do próprio Sarmiento, já pela forma de superior elegância como se encontra escrito. Parece-nos, no entanto, que o Autor se encosta em excesso às autoridades que até hoje se referiram ao navegador e de que transcreve bastos passos. Embora se trate de trabalho de estreia, o sr. A. L. C. revela qualidades que demonstram ser capaz de voar pelos seus próprios meios sem necessidade de recorrer a outrem para lhes expressar as opiniões.

Em apêndice figuram vários mapas elucidativos: um com as viagens de Sarmiento, outro do próprio navegador e com o recorte do Estreito de Magalhães e mais dois com o traçado da viagem de Sarmiento pelo Estreito.

Em apêndice documental dá-nos o Autor as relações escritas pelo navegador e nas quais nos narra o descobrimento das ilhas Salomão e outros sucessos, num total de dez documentos, além de uma súmula de todos os que se referem directa ou indirectamente ao descobridor: cartas, relações e outros.

É de esperar que o sr. A. L. C. continue a publicar obras de igual interesse, sempre bemvindas pelo seu aporte à história geral da Humanidade e à do contributo dos povos peninsulares para o descobrimento do Mundo.

CURIOSIDADES DE GUIMARÃES, por
Alberto Vieira Braga. Guimarães,
1946. 142 págs. ilustr.

O sr. A. V. B. é um paciente cabouqueiro das usanças da sua terra, que é esta linda cidade de Guimarães.

Enamorado do velho burgo, em vez de sentar-se «*sub tegmine fagi*», de lira em punho, a cantar os seus louvores, partiu do princípio certo de que bardos há-os por cá às centenas (sem contar com as mulheres que dedilham a lira...) e abalou para o Passado à cata de tudo aquilo que pudesse servir para caracterizar a fisionomia do velho *Vimaranes* através dos séculos. Silenciosamente, sem parangonas reclamativas nos periódicos, com uma modéstia que já é muito rara entre os que empunham uma pena, o sr. A. V. B. foi recolhendo tudo o que servia ao seu fim de filho amante do torrão natal e que ia encontrando em velhos cartapácios, códices ou escritos sobre que já haviam passado os séculos e respectivo pó. E foi assim, cremos nós, que nasceram estas interessantíssimas *Curiosidades de Guimarães*, de que saiu o vol. X dedicado à *Instrução, Irmandades, Visitas Régias e Cavaleiro de Cristo*.

Na I Parte trata o Autor da forma como era examinada uma professora particular para o ensino das primeiras letras, antes — oh, muito antes! — de haver Escolas do Magistério Primário. Apesar de tudo, o caso era sério, pois a mestra devia provar ser maior de 40 anos (!) e saber fiar à roca e à roda, fazer meia, coser, bordar de branco e de cor, cortar vestidos de ambos os sexos para uso doméstico, e ainda ler, escrever, fazer as quatro operações e saber Doutrina Cristã. Aqui à puridade, estamos em crer que boa parte das actuais mestras, mesmo maiores de 40 anos, ficariam reprovadas na primeira parte do exame...

Dá-nos a seguir o Autor uma indicação muito curiosa dos mestres de ensino particu-

lar existentes em Guimarães e seu termo em pleno período miguelista, muitos deles, com a indicação do partido político a que pertenciam por razões de... segurança pública. De um tal João Esteves de Magalhães, mestre de primeiras letras e de latim em Cabeceiras de Basto, se diz que era «perigoso no emprego, por ter sempre mostrado pouco afecto a Sua Majestade Fidelíssima o Senhor D. Miguel e influir a mocidade para a imoralidade (!) e com adesão ao sistema faccioso». Mudam-se os tempos mas não se mudam os processos...

Finalmente, fornece muitos elementos acerca do Mestre-Escolado na Colegiada e do desenvolvimento que em Guimarães tomou o ensino do século XV em diante, pelos quais se vê como nos nossos dias é grande a decadência dos estudos nesta bela Província em que outrora havia tantos mestres e se ensinavam línguas depois inteiramente banidas ou quase banidas do ensino, como a hebraica, a grega e a latina.

Na II Parte refere-se em especial o sr. A. V. B. às Irmandades e ao seu valor social e, principalmente, às suas vicissitudes no decorrer dos tempos, com o seu progressivo empobrecimento devido a má administração, desvios de dinheiro por parte de irmãos pouco escrupulosos, roubos, imposições do Estado (eufemisticamente chamadas *comparticipações*) ou da Câmara (chamados *subsídios*) e muitos outros factos que levaram quase todas as Irmandades a um estado de debilidade e pobreza franciscana como é fácil de imaginar. Apesar de tudo, porém, elas cumpriram bem, contribuindo em grande parte para a manutenção e municiamento de corpos de tropas que lutavam contra os franceses invasores, para socorrerem os presos, os expostos e os empastados, para a construção de estradas, demonstrando assim «uma grande florescência de patriotismo e de virtude caridosa na vida social da Nação» (pág. 55).

Nesta mesma parte, e acerca de uma «Irmandade da Água», discreta judicio-

samente o Autor sobre o culto da água, antiquíssimo a perder-se na noite esfumada dos tempos.

A III Parte refere as variadas visitas dos reis de Portugal a esta nobre cidade, desde o conde D. Henrique, que aqui viveu, até D. Manuel II e, recentemente, o ex-rei de Itália Humberto II.

Na IV e última parte trata em especial da forma por que se armava um cavaleiro de Cristo nesta cidade de Guimarães, nesses tempos em que tal dignidade se não rebaixara como depois veio a acontecer até aos dias de hoje em que se chegou a conceder a

... Cruz de Cristo
A quem pôs Cristo na Cruz,

como refere a conhecida quadra faceta.

Muito tem ainda por certo que respigar o sr. A. V. B. a respeito da história pretérita da sua Terra. Fazemos votos por que não esmoreça no seu benemérito esforço e breve nos dê provas de que persiste no seu labor em busca de velharias tão interessantes e em linguagem tão escoreita como a dos seus últimos volumes.



A SHORT SURVEY OF SOCIAL ASSISTANCE IN PORTUGAL (1128-1945).
S. N. I. Editions, s. l. n. d. 168 págs.
ilustr.

Profusamente ilustrada com fotografias dos estabelecimentos de assistência do nosso País, tem esta publicação em vista divulgar, entre os povos de língua inglesa, a nossa obra de assistência social, desde os princípios da Nacionalidade até aos nossos dias, em seis capítulos: Origens e tradições de assistência social em Portugal; Princípios orientadores da assistência; Aspectos da miséria no nosso País; A campa-

nha contra a pobreza; As instituições de assistência social em Portugal; e Instituições particulares da assistência.

Em dois apêndices é dado o texto do recente decreto que reorganizou a Assistência Social, e uma estatística datada de 1942.

As fotografias são magníficas, abrindo com a do admirável monumento à rainha D. Leonor erguido nas Caldas da Rainha há alguns anos.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Editores:

Edições Gama, Lisboa:

1 — *Um homem liquidado*, por *Geovanni Papini*.

2 — *Fitas e Franjas*, por *Domingos Mascarenhas*.

3 — *A 3.^a posição* — cadernos políticos (I), por *Fernando Amado*.

4 — *Gosto de mim*, poema de *Maria de Carvalho*.

5 — *Parrados*, por *Fialho de Brito*.

6 — *A monarquia de amanhã*, pelo *Conde de Paris*.

Portugália, Lisboa:

1 — *Fátima*, por *Costa Brochado*.

2 — *Na pasta da Economia*, por *Daniel Maria Vieira Barbosa*.

Junta de Província do Douro Litoral, Porto:

Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos (2.^o vol.), por *Augusto César Pires de Lima*.

Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid:

1 — *Eruditos y librereros del Siglo XVIII*, por *Angel González Palencia*.

2 — *El Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos*.

3 — *Rimas Inéditas*, por *Fernando de Herrera*.

4 — *La vida cotidiana en nuestros clásicos*, por *Luys Santa Marina*.

5 — *Historia geográfica de la isla de Fernando Poo*, por *Abelardo de Unzueta*.

O ESPECTRO DO LATIM

ANDAM os pedagogos alvoroçados. Posta a correr a notícia de que o latim estava demais na instrução secundária, de toda a parte surgem a combatê-lo enfurecidamente os que não lograram nunca penetrar no secreto jardim daquela fala antiga dos deuses e das ninfas.

Para que serve o latim? — perguntam com enfasiado cansaço aqueles que não o entendem. Se outro préstimo não tivesse, deveria reconhecer-se-lhe ao menos o de apurar o gosto da verdade e da beleza, abrindo o luminoso caminho que leva diretamente à vida superior do espírito.

Contrariando a tendência para o utilitarismo, o estudo do velho idioma romano ajuda ainda a moderar o apetite do lucro fácil. A preocupação do que é imediatamente proveitoso esbate-se, para que possa desabrochar a pura flor do ideal.

Por sua própria filiação, a língua portuguesa encontra na ascendência latina um princípio de rectitude, uma virtude gramatical e lógica, que permite conservar o exacto sentido das palavras, e consente aumentar-lhes o significado, respeitando o sabor e a ordem da criação primitiva.

Pelo confronto das duas línguas, que só o latim autoriza, ao mesmo tempo que o português revela condições de perfeito equilíbrio em movimento contínuo, mostra possuir também admirável fecundidade em permanente renovação.

Não saberá entender a origem de uma língua, nem a sua evolução, quem não lhe sonda a matriz. E nunca será demais recordar que a origem e a evolução da linguagem portuguesa está na dependência imediata das fontes latinas. Tanto mais se apreciará a formosura do nosso idioma quanto melhor se conhecer a língua latina. Só o latim permite, pelo conhecimento das raízes das palavras portuguesas, abranger seu primicieiço significado, compreendendo assim os vários sentidos que delas venham a poder admitir-se e evitando aqueles que fundamentalmente lhes repugnam.

Para quem ignora o latim, as palavras não passam de sinais algébricos, com um significado só. O colorido variado do pensamento serão esses incapazes de o manifestar.

Suprimir o ensino do latim é mutilar o passado literário de Portugal e comprometer o futuro da sua língua e do seu génio. A riqueza e a variedade incomparável da nossa língua apenas bem a conhece quem bem conhece o latim.

É o latim que dá o sentido geral e original da loquela portuguesa. Não se distinguirá num trecho literário a sua boa ou má composição sem logo o comparar com a construção latina.

Abandonar o estudo do latim seria quebrar a tradição portuguesa no que ela tem de mais precioso e de mais alto. Os grandes autores da nossa literatura, pode quase dizer-se que sem excepção, de tal modo estão impregnados do paladar latino, que se torna embaraçoso compreender a estrutura das suas obras, apreciá-la e sobretudo explicá-la sem os fulgores da luz romana.

Permite o estudo do latim obter a justa noção do segredo da linguagem. Rebuscando a raiz primeira das palavras do meigo idioma lusitano, parece menos difícil encontrar as ressonâncias sensíveis e afectivas das palavras e imprimir-lhes o seu verdadeiro valor, expulsando delas o que nelas havia de abstracto.

Não deve consentir-se que a linguagem seja um sistema seco de sinais algébricos, em que forçadamente cada vocábulo tenha de corresponder a uma ideia: as palavras são forças evocatórias, que sugerem e aludem a realidades complexas, impossíveis de encerrar numa definição limitada.

Pela história dos termos encontrados num velho volume esquecido, se aprende muitas vezes a conservar-lhes a função própria e a distinguir neles as cores que o tempo lhes foi vestindo. Mais do que o conhecimento exacto do sentido das palavras, há momentos em que sobretudo importa descobrir, no emprego e na interpretação da linguagem, o desenvolvimento dos hábitos do espírito.

Não bastam as traduções para transmitir os movimentos do pensamento e dar-lhes seu inteiro sentido. Através delas alguma coisa escapa. Só o contacto com o texto original deixa penetrar na íntima verdade de quem o escreveu.

Aqueles que dizem que vocabulários, versões e temas constituem tormento inútil, esquecem que precisamente esse árduo trabalho é uma das mais sólidas razões pelas quais se impõe a ensinaçào do latim. Nada melhor do que esse exercício de versões e de temas forma a razão do aluno, esclarece o seu juízo e o adextra na arte de exprimir claramente e nobremente o seu recôndito pensamento.

O carácter sintético e arquitectural da frase latina desenvolve o entendimento; e no hábil e seguro uso das partículas e das conjunções aprende-se a estimar a relação entre as ideias e os elementos das ideias. Assim se adquire o amor da ordem, do equilíbrio, da clareza do estilo, enquanto a cultura científica leva à especialização estreita da linguagem, à materialização de fórmulas feitas, desprovidas de encanto e de graça.

A propósito da álgebra no ensino da matemática, severamente observou Jorge Sorel, o matemático e filósofo para quem tinha claridades matutinas a estrela de ferro apertada entre a foice e o martelo da revolução russa: «C'est ici le lieu de signaler l'influence désastreuse produite par l'éducation mathématique, qui prépare les jeunes gens à déraisonner: j'estime qu'il ne faut pas moins d'une dizaine d'années de travail persévérant et personnel pour s'affranchir de la sophistique mathématique dont on a emporté un si lourd bagage en sortant des écoles.» Depois previne: «Les mots dupent cent fois plus les gens, qui ont subi l'effroyable méthode qui sert à apprendre la science, qu'ils ne trompent ceux qui ont la bonne fortune de vivre au contact des grands esprits littéraires.»

Se os alunos nada aproveitam com a disciplina do latim, a culpa é apenas de quem não os sabe interessar no descobrimento dos seus mistérios. Precisamente, ensinar é excitar as faculdades do estudante. E o que se vê é adormecê-las com lições inúteis e enfadonhas. Deveria ser humano o ensino e é só livresco. Com pretensões científicas, inutiliza-se o ensino do latim. Pretende-se apenas a decifração dos textos, e despreza-se a sua assimilação viva; busca-se, através deles, a erudição gramatical, mas veda-se o conhecimento do alto estado humano, em força e beleza, que Roma testemunha. No latim não querem esses ver senão a sintaxe. E em vez da explicação literária, artística ou filosófica das obras em que se pode aprender a falar e a pensar honradamente, ninguém vai além da fria análise de páginas truncadas.

Transforma-se o raciocínio em cálculo. E todo o trabalho escolar consiste em exercícios mecânicos, em fatigante e habilidosa ginástica de memória, como se a memória valesse mais do que a inteligência!

Para riscar dos programas a aula de latim, argumenta-se que os rapazes têm aversão à sua aprendizagem. Então suprime-se também a matemática, que para quase todos é pavoroso arcano, obstáculo rude e mortal. Não é o francês e o inglês coisa inacessível a um rapazinho vulgar, e não obstante, quantos alunos, terminado o curso, serão capazes de escrever correctamente, em qualquer dessas línguas, a mais simples carta?

Porque os estudantes não aprendem bem, não se segue que se deixe de ensinar o que é preciso saber.

É declaradamente política a guerra desencadeada contra a doutrinação do latim. Pelo seu aspecto de idealismo desinteressado, pelo seu ar arcaico superior e distante, por sua voz de tom religioso, o estudo do latim apresenta-se aos olhos de muitos como cerrada cultura de classe, aristocrática, anti-popular, clerical. Sepultá-lo depressa, cuidam então que equivaleria a nivelar os espíritos, a igualizar e a libertar as inteligências. E cedendo à corrente maléfica, reforma-se o ensino, subtraindo o latim ao quadro dos valores educativos, quando melhor conviria reformar a preparação pedagógica dos professores.

Não basta, para ser bom professor, saber o que se há-de ensinar. É necessário possuir o dom de formar poeticamente a pessoa do aluno, o homem ideal que em si traz cada um adormecido. Para lá da própria individualidade há-de ser procurado esse homem ideal. O ensino é presente inefável de alma a alma. Deve o aluno encontrar no professor um amigo que lhe avive a coragem, lhe desperte o entusiasmo, e para sempre o aparte do desespero e da inclinação ao amor dos objectos apressadamente úteis.

Para bem cumprir o seu destino, não basta ao homem ser simplesmente *sapiens et faber*: deve ele sobretudo tornar-se *homo spiritualis*. Só assim evitará ver-se transformado em coisa e convertido o seu trabalho em mercadoria.

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA



A DOR

*O corpo humano é qual uma trincheira
Donde a dor — sentinela vigilante —
Brada ao homem: « não desças a ladeira
Do prazer mentiroso e degradante;*

*Olha que o tédio mora à sua beira,
Rondando pela morte a cada instante.»
— Que me importa? Era a Vida uma clareira...
Tu é que a enegreceste. E segue avante.*

*Na sua insensatez, não vê, porém,
Que, se o cé'bro o fez livre, del', também,
Herdou, co'a liberdade, o sofrimento;*

*Que a dor é luz que fende a escuridão,
Mostrando, no relance dum clarão,
Um novo rumo ao nosso entendimento.*

Macedo, 5/4/47

CARLOS BEÇA

(Do livro em preparação: *A Fonte da Vida*).

Ensaio de uma análise ao "Romanceiro" de Garrett

III

ORIGEM OBJECTIVA DOS ROMANCES, AUTORES E FONTES

(Continuação da pág. 115)

VIMOS qual foi a génese da colecção dos Romances populares de Garrett: acordar do eco distante da descuidosa meninice, ao contacto da saudade da pátria longínqua, com os exemplos vistos a estrangeiros, ingleses e alemães sobretudo.

Esta é a origem psicológica, a razão de ser pessoal do *Romanceiro*. Resta-nos saber qual a origem objectiva dos Romances.

Donde vinham eles antes de Garrett os encontrar na boca rude do povo ingénuo e simples?

Se são criações antigas ou meras invenções modernas.

Se são património exclusivamente nacional, se pertencem a uma comunidade de línguas e raças ou se nascem num *abstractum* comum a toda a humanidade.

É certo que não há povo sem poesia. E admitindo que esta, no seu sentido mais lato, é a manifestação verbal externa de todo o sentimento delicado e nobre, não há ninguém que não palpite e se comova e que não sinta imperiosa necessidade de expandir as suas alegrias íntimas ou as suas dores profundas em gargalhadas ou em soluços, em danças alegres ou em coros fúnebres.

E assim admitiremos que a poesia surge com o primeiro queixume de namorados, brota com o primeiro grito de guerra ecoando por vales amenos ou serranias agrestes, e acompanha de perto o primeiro carpir da dor nascida na alma de um povo.

Deste modo, decerto, nasceu a poesia primitiva portuguesa, que juntando-se e progredindo gradualmente, realizando-se de mil formas, deu origem ao chamado Romance popular, anterior ainda à cultura provençal e formado por composições «que a tradição do povo tem conservado de tempos imemoriais» — no dizer do seu primeiro colecionador.

Esta palavra *romance* tem tido diversas significações no decorrer das idades. Camões (*Lusíadas*, canto X, est. 96) identifica-a com *idioma*, língua própria de uma região.

D. Duarte no *Leal Conselheiro*, e até mesmo o próprio Garcia de Resende dão a entender que *romance* tem o sentido de *narração popular versejada*.

Teófilo Braga (*História da Literatura Popular Portuguesa — Ciclos Épicos*) afirma que os eruditos chamam *romance* à *canção narrativa popular*.

Para Garrett, porém, ao romance está indelévelmente vinculada a língua, os costumes, o estilo, a cor, o tom nacional da época em que se enquadra; celebra grandes feitos e sucessos nacionais, pinta interessantes aventuras de guerras e sente íntimos anseios de amores. E se, às vezes, romance é sinónimo de cantilena rezada suavemente ao ouvido da criança que adormece ao compasso monótono do berço, outras vezes significa grito selvagem de guerra acompanhado do eco estridente de escudos e lanças dos companheiros de Pelaio descendo dos montes agrestes em depreciação à planície.

Pode indicar tanto intriga palaciana, como sincera atitude doméstica e familiar.

No romance se vê o despreocupado bucolismo campestre com seus pinhais soluçando, seus canaviais inconstantes, seus roseirais em flor, ao lado da árdua labuta traiçoeira da vida marítima semeada de sereias, monstros marinhos, tentações diabólicas, etc.

É isto o *romance popular*: expressão de todas as manifestações da vida de um povo cantadas em suave melopeia e, como preciosa herança, transmitidas respeitosamente de avós a netos.

E embora o nome por si só já pouco indique e quase nada evoque, pois que, no dizer de Teófilo Braga ⁽¹⁾ e do sr. dr. Providência Costa ⁽²⁾, o mesmo género poético, manifestando porventura características formais

(1) *História da Poesia Popular — Ciclos Épicos*.

(2) *A Balada*.

e temas tradicionais comuns, recebeu designações diferentes nas diversas literaturas: *ballads* na Inglaterra e Escócia, *volkslieder* na Alemanha, *folkeviser* na Escandinávia, *chansons de toile* na França, *gwerzios* na Bretanha, *canzoni* na Itália e *romances* na Península, o certo é que haveriam de ter uma modalidade própria em cada região, um *quid* específico e individual privativo de cada povo e por isso distinto do povo vizinho.

Hoje uma diversidade de nomes indicará acaso uma identidade absoluta de temas.

Mas terá sido assim desde o início? Interessante desafio aos colecionadores das literaturas comparadas.

Entre nós, porém, e seguindo o ideal romântico do primeiro compilador do nosso Romanceiro, só existiu literatura nacional e própria, genuinamente portuguesa portanto, na medida em que floresceu ou progrediu o romance popular.

D. Ramon Perez de Ayala (*apud* doutor Providência e Costa, *ob. cit.*) não hesita em chamar ao romance popular «el protoplasma de las letras hispanas».

Fora disso está o domínio absoluto do ideal clássico, com suas regras tirânicas, com seus sentimentos forçados, que «nos transmudaram e romperam todas as feições da nossa poesia».

Para quê adoptar, com efeito, uma mitologia que difere tanto da nossa legítima e verdadeira, a mitologia de gregos e de romanos, introduzida, é certo, com a louvável intenção de aperfeiçoar a nossa poesia com as indiscutíveis belezas clássicas, mas que lhe roubava, todavia, «a originalidade, o natural, e, para o dizer assim, a nacionalidade própria sua».

Tal mitologia desmentia os nossos costumes, era alheia aos nossos hábitos e de nenhum valor e significação para as nossas crenças, princípios, ideias, e até preconceitos e populares superstições.

Nós tínhamos outra origem, outra religião, outra história, e herdámos outras tradições.

Para que modificar e inovar? Tínhamos cá tão bom ou melhor.

«O que eram os oráculos para os gregos são para nós as feitiçarias, as *buenas-dichas*, as sortes e os adivinhos; os agouros dos romanos são as nossas bruxarias; as ninfas, as náiades, as divindades de uns e outros, são os nossos espíritos, os nossos génios, fadas, mouras encantadas, etc., etc. Os seus sonhos misteriosos as nossas visões, suas sibilas, as nossas benzedeadas, e as suas metamorfoses, os nossos encantamentos, os seus *superi* e *inferi* os nossos espíritos bons e maus — e assim por diante».

A mesma ideia, porém exposta com mais expansão, se encontra em *Dona Branca* ⁽¹⁾:

Vivam as fadas, seus encantos vivam!
Nossas lindas ficções, nossa engenhosa
Mitologia nacional e própria
Tome enfim o lugar que lhe usurparam,
Na lusitana antiga poesia
De suas vivas feições, de sua ingénua
Natural formosura despojada
Por gregos deuses, por espectros druídicos.
E, com postiças, emprestadas galas
Arreada sem primor, rica sem arte.

«Só não entra o nome de Deus em nossa mitologia porque é muito sublime e grande para nós para que o profanemos em alegorias e ficções e misturemos com os devaneios da imaginação os respeitáveis teoremas de nossa crença» ⁽²⁾.

E por isso é que os nossos primeiros trovadores e poetas, tantos deles anónimos, balbuciando ainda mal a língua que surgia e seguindo, decerto, um natural instinto do coração, implantaram a poesia nacional portuguesa e melhor a cultivaram do que mais tarde os poetas doutos e sabidos do século XVI que lhe «transmudaram e corromperam todas as feições».

Foram inegavelmente autores de fama mundial, fundaram e dirigiram escola literária, mas, cheios de Virgílio e de Horácio, seguindo Aristóteles e Homero, lendo na escola de Ariosto e de Petrarca, de Dante, Sanazaro e Bembo, bebendo nas fontes do Parnaso com os olhos cravados no antigo Lácio e na moderna Itália, de todo esqueceram e fizeram esquecer os tons e os modos antigos da genuína poesia da nossa terra.

É assim nos séculos seguintes. As cordas da lira portuguesa estavam desafinadas. A poesia e a literatura portuguesa precisavam retemperadas que estavam informes e sem sentido nacional.

O preciosismo literário era um eco das influências castelhanas, francesas e italianas, que, por sua vez, reflectiam o classicismo antigo.

O que marcava e agradava finalmente era escrito com a leve pena arrancada suavemente à asa eterna da *Fénix Renascida*.

⁽¹⁾ Canto III, 7.

⁽²⁾ Cf. *Cartas íntimas*. Carta de Garrett a Duarte Lessa, de 9 de Novembro de 1824, sobre o poema *Dona Branca*.

O romance, porém, não morrera; estava somente desconsiderado e sem popularidade.

O povo tinha-o desprezado e a corte, que a princípio lhe mostrara agrado e protecção, enfatiou-se dele e abandonou-o.

E por isso é que quando a revolução do gosto literário surge ao longe, estava quase destruída toda a nacionalidade e apagados os vestígios que marcavam a originalidade da nossa poesia.

E ao despertar, acordados pelo grito da revolta, portugueses e castelhanos encontraram-se num esforço quase simultâneo, num pensamento — podíamos dizer — comum. Dir-se-ia uma reacção ibérica. Lembravam dois filhos abastardados, ligados pelos mesmos laços de família em busca de pergaminhos antigos que lhes atribuíam uma origem comum.

Igual movimento se nota quase simultaneamente também na França e na Itália do Norte tão nitidamente vincado que o sr. doutor Providência Costa ⁽¹⁾ não tem receio de afirmar que «todo o território céltico possuía com o mesmo ou diferente nome uma poesia narrativa muito semelhante, quase idêntica. A mesma forma típica do romance não é privativa da Península. Com variantes e diferenças muito longe de serem fundamentais, ela é, pelo contrário, comum à poesia lírico-épica daquela vasta região. E até o interessante problema das origens se debate com igual vigor nos mencionados países».

É, com efeito, este interessante problema bastante fecundo em disputas e polémicas literárias tendentes a atribuir uma origem indiscutível quer a toda a floração literária dos romances populares, quer a cada um dos ciclos em que certo número deles se pode agrupar, quer simplesmente a cada um desses romances isoladamente tomados como unidades artísticas independentes.

(Conclui no próximo fascículo).

ANTÓNIO SIMÕES FERREIRA

(1) *A Balada, A Balada Popular, A Balada Artística Alemã.*

**Alguns acontecimentos da
penosa vida do Brigadeiro
ANTÓNIO LOBO DA SILVA
antes e depois de militar**

(Continuação da pág. 107)

DIRIGI-ME ao Quartel General afim de me passar guia p.^a recolher a minha casa em Bragança, onde tinha a minha familia; no dia immediato o General determinou eu comparecesse naquele Quartel General ás 10 horas da manhã, o que executei.

Qual foi a minha surpresa ao ver dar ordem ao Major de Caçadores n.º 6, que estáva de guarnição: me conduzisse e me apresentasse ao General do Porto Ertubes! Claramente conheci os trabalhos em que me tinham envolvido! Mas eu ao mesmo tempo conheci em mim o não ter cometido crime algum por onde merecesse tão injusto tractamento. Esta lembrança em parte me animava (Lamentaveis tempos!!!) Apresentei-me novamente ao General Ertubes, este me não tractou com o melhor modo mandando-me prezo p.^a a Casa Pya, e no dia seguinte me mandou, acompanhado por um official, embarcar com um officio p.^a eu entregar em Lisbôa ao General da Côrte o Palmeirim. Nesta occasião pedi ao General Ertubes me passasse guia por terra porque tinha o meu cavallo e uma cavalgadura de bagagem e não conhecia na cidade a quem os entregasse; ao que elle general me respondeu com soberba que se não tinha a quem os entregasse os mandasse mattar!!! Quiz Deus que naquelle conflicto soubesse estáva na policia um Capitão de Cavallaria Chamado Oval de Lamas que tomou as cavalgaduras a seu cargo. Embarquei e logo que cheguei a Lisbôa me apresentei entregando-lhe o officio que p.^a elle levava do general do Porto. Elle me mandou á sua Secretaria e ali deixasse: posto, nome, rua e n.º da caza onde ia habitar, e que todos os sábbados ás 10 horas da manhã apparecesse no Quartel General, o que executei.

N'este tempo tinha havido desinteligencia entre o governo constitucio-

nal e o General João de Saldanha tinha tomado a pasta da Guerra, como Ministro.

E um dia enfadado de estar na corte por duas razões: a primeira p.^a querer evitar despezas com que não podia continuar com o pequeno soldo que recebia em Lisbôa e a minha familia em Bragança; e a segunda razão era conhecer os trabalhos em que me via envolvido, sem que eu desse a mais pequena cauza para haver commigo um proceder tão injusto com que os senhores constitucionaes me tractavam.

E, havendo ali na corte de guarnição o Batalhão de Caçadores n.º 8 onde eu tinha servido, logo que alguns officiaes e inferiores, soldados, me viram na Côrte e souberam a minha residencia, eram as visitas continuadas. E temendo me não envolvessem em mais alguns trabalhos pelas continuadas visitas, decidi-me ir um dia fallar ao Ministro da Guerra João Carlos de Saldanha pelo conhecer na guerra peninsular e ter servido na Brigada onde eu servia, fazendo-se naquelle tempo meu amigo.

Fui á secretaria da Guerra; o Saldanha logo que me conheceu me tractou com afabilidade (à franceza) e eu vendo a bondade, mas pharisaica, com que me tractava, o que eu ignorava encontrar em tão nobre cavalheiro, lhe pedi, depois de lhe ter contado o jogo em que me faziam andar envolvido, me fizesse a honra de me dizer os crimes que tinha commettido afim de me emendar; porque eu na minha consciencia me julgava inocente. Ao que elle ministro me respondeu que eu não tinha crime algum; que eram coisas do tempo.

Fiquei m.^{to} contente com o que este senhor me acabava de dizer!!! — Sem me lembrar do dito do Imperador Napoleão 1.^o: que a palavra honra em política nenhum valor tinha e que era nescio quem se fiava n'ella, etc. —

N'esta occasião vendo a bondade d'este senhor lhe pedi me passasse guia para a cidade de Bragança onde tinha caza, mulher e filhos, visto o governo se não querer utilizar dos meus serviços. Elle ministro me procurou o meu nome e o escreveu. Despedi-me m.^{to} contente lembrando-me do ditado: que o beijar-se os pés seja a um cavalheiro.

Tratei de projectar a minha marcha p.^a Bragança. Na tarde d'esse mesmo dia recebo um officio do General Palmeirim p.^a que ás 10 horas da manhã do dia seguinte comparecesse n'aquelle quartel general, o que eu fiz m.^{to} contente persuadindo-me que seria p.^a me dar a guia de marcha. Apresentei-me n'aquelle Quartel General. Qual foi a minha surpresa quando ouvi dizer a um official que ali estava na salla fosse á

Secretaria e recebesse um officio p.^a o Governador da Praça de Peniche, aquem elle official me devia também apresentar.

Eu fiquei em estado tal que me não posso expressar; só disse ao General da Côrte deante de alguns officiaes que ali estavam na Salla: Que n'aquella occasião perdoaria de bom grado quem me privasse da vida, etc. Pois que no dia antecedente tendo fallado ao senhor ministro da guerra Saldanha pedindo-lhe encarecidamente quaes os meus crimes para se estár a proceder commigo tão barbaro proceder; ao que elle ministro me respondeu eu não tinha crime algum; que eram coisas do tempo; e que da noite p.^a o amanhecer no meu Quartel parecesse um criminoso de tão alta cathegoria que ia ser mandado para uma praça de guerra.

Logo que fui apresentado ao Governador da Praça de Peniche João de Vasconcellos este me conheceu do tempo em que elle esteve na cidade de Tavira Ajudante d'ordens do General do Reino do Algarve e Marquez de Olhão e meu Avô coronel e governador da cidade.

Eu n'esse tempo Cadête de Artilheria n.^o 2.^o sendo ainda de menor idade e ter elle Vasconcellos casado com a senhora d'ali da cidade D. Margarida m.^{to} da amizade da minha familia; d'aqui foi por onde me conheceu, apresentou-me a sua mulher, etc., e disse-me procurasse na Praça uma habitação e que todas as noutes costumava haver na sua caza reunião de algumas familias da sua amizade, e que eu podia ir lá sempre que fosse do meu gosto; o que muito agradei e por algumas vezes me utilizei da sua offerta.

Lembrando-me que nos meus trabalhos ainda encontrava quem fizesse caso de (*mim*) um criminoso sem commetter crimes!!! E lembrar-me o tempo que na Praça vivi com gosto, sendo instructor dos recrutas do meu regimento 16.^o de Infantaria; era isto um contraste da minha existencia.

Um dia estando o governador Vasconcellos só commigo elle me pediu lhe fallasse a verdade e lhe dissesse os crimes que tinha commettido para ser mandado prezo para aquella praça; ao que eu respondi debaixo da minha palavra d'honra: Que em mim não encontrava crime algum que tivesse commettido para um tão injusto proceder com que me tratavam, e lhe relatei o que tinha passado com o Saldanha. A resposta que me deu o Vasconcellos foi que elle por aquelles dias formava tenção de ir á Côrte e ali indagara para saber com verdade e a fundo o que commigo se praticara. D'ali a poucos dias o Governador Vasconcellos marchou p.^a Lisbôa. Depois da sua sahida p.^a a côrte fui mandado chamar á Fortaleza da Praça pelo Tenente Rey que a tinha ficado governando durante a

ausencia do Governador, a quem me apresentei e elle Tenente Rey me conduzio a um quartel: esta é a sua habitação; deixando-me o passear pela fortaleza quando fosse do meu gosto. E como eu me visse ser tractado com tal proceder, nunca mais frequentei a casa do Governador, ainda que a casa onde habitava com a familia era dentro da mesma fortaleza onde eu estava prezo.

Passados alguns dias fui mandado pelo mesmo Tenente Rey sahir e ir p.^a a minha antiga habitação em que vivia na praça. Soube depois pela senhora D. Margarida, mulher do Governador Vasconcellos, sabendo elle o proceder que o Tenente Rey na sua ausencia tinha tido commigo, mandou ordem ao Tenente Rey p.^a que me mandasse p.^a a minha antiga habitação.

Depois eu e outros officiaes que ali vieram p.^a a praça como presio-neiros na acção da Asseiceira do partido de D. Miguel: como os Tenentes Coroneis Antonio José Dontel, João Jose Dontel e o Major Rutêr e outros mais officiaes, fomos depois todos mandados prezos p.^a a fortaleza de Cezimbra; ali encontrei preso o Tenente Coronel Peixôto que ambos tinhamos servido nos mesmos postos em Caçadores n.^o 9.^o e n.^o 8.^o Ali nos conservaram prezos até ao regresso do senhor D. Miguel a Portugal, que chegou a Lisbôa em 22 de Fevereiro de 1828. Que por mandado do dicto senhor fomos todos soltos e eu Major de Caçadores n.^o 8.^o que estava na Côrte, commandado pelo Tenente Coronel Francisco de Magalhães Peixôto; ambos tinhamos servido ja em Caçadores n.^o 9.^o Apresentei-me em Lisbôa a elle commandante. Eu ia alguma coisa incommodado na minha saude. O Tenente Coronel Peixôto me disse era incumbido pela senhora Imperatriz D. Carlota Joaquina p.^a que logo que chegasse do regresso da Praça de Cezimbra elle me apresentasse no Paço e lh'o participasse. Que me promptificasse para irmos; eu lhe fiz vêr a minha impossibilidade pela falta de saude; ao que elle me respondeu se promptificava uma sége, e que infalivelmente ali haviamos comparecer. Em fim seria quasi noite chegamos ao Palacio da Bemposta onde estava a Imperatriz; o Peixôto lhe mandou dar parte que ali estavamos. Logo nos appareceu com uma dama; beijamos as mãos da Imperatriz e ella m.^{to} contente me disse a parte que tinha tomado nos meus trabalhos, presequições que tinha soffrido por ella e seu filho; ao que respondi agradecendo a Sua Magestade o bom tractamento e elogios com que me tractava.

E procurando-me a Senhora Imperatriz se já tinha fallado ao seu Miguel lhe respondi que não, porque tinha chegado da prisão de Cezimbra havia poucas horas. A Senhora mandou chamar seu filho o

Senhor D. Miguel. Logo ali appareceu e perguntando ao filho se me conhecia, elle respondeo que não, que a Senhora bem sabia elle tinha chegado á Capital havia poucos dias. A Senhora D. Carlota Joaquina disse todos os meus padecimentos, prisões, trabalhos, tudo motivado por eu ser amigo d'ella e d'elle D. Miguel e que me tivesse sempre debaixo das suas vistas como um (*bom e*) seu fiel amigo.

Eu despedi-me e mais o Tenente Coronel Peixôto de Suas Magestades e recolhemos aos nossos quartéis.

D'ali em deante D. Miguel me estimou fazendo de mim um apreço de que eu me julgava não merecedor e me tractou com preferencia até á sua infelicidade.

* * *

Segue-se a tropa que estava na Côrte sahir ao encontro da do senhor D. Pedro, commandada pelos Generaes Saraiva, Antonio Hypolito que vinham em direitura á Capital, e o General de D. Miguel era o Povôas. O primeiro encontro que tivemos com as tropas inimigas foi em 24 de Junho de 1828 em um pinhal perto do pòvo de Sernache; ahi nos bate-mos com o inimigo. Este se retirou direito a Coimbra, sendo pela tropa de D. Miguel do commando do General Povôas em dia 27 de Julho. Em 28 foram encontradas as tropas constitucionaes novamente em posição á direita da Ponte de Marnel; principiou o combate de manhã e durou até a noite, onde nas tropas fieis fôram algumas praças feridas de Caçadores 8.º e Eu Major do Batalhão gravemente ferido com duas ballas de mosquête á entrada da Ponte: uma passou-me o peito esquerdo e outra passou-me o braço do mesmo lado.

Ahi houve uma celebreira que foi quando ia a passar a ponte contra o inimigo romperam umas vozes da parte do inimigo dizendo em altos gritos: «Major Lôbo não avance que morre». Erão os soldados de Caçadores n.º 9.º onde eu tinha servido. Eu não fiz caso e no meio da ponte é que fui ferido. O inimigo n'essa noute abandonou a posição que tinha e se pôz em retirada precipitada até entrar em Galliza, sendo perseguido pelas tropas fieis; sendo ali desarmado pelas hespanholas e embarcaram p.ª o Rio de Janeiro, onde naquele tempo ali existia o Senhor D. Pedro.

N'essa occasião fui distinguido feito Tenente Coronel de Vetranos de Traz dos Montes em 16 de Julho de 1832.

Vim tractar do meu ferimento p.ª Agida, d'ali p.ª Coimbra e d'ali vim ter o meu restabelecimento em minha casa em Bragança. Ali, ainda

me não via bem restabelecido do meu grave ferimento, recebi um officio do General da Provincia encarregando-me de Governador da Praça.

Ali, por uma ordem do dia de 16 de Novembro de 1832, sahi Chefe do Estado Maior da 4.^a Divisão do Exercito de operações, no mesmo posto, Tenente Coronel de Vetranos. Fui-me apresentar ao Porto ao General Santa Martha, commandante da Divisão.

O Senhor D. Pedro desembarcou com o seu exercito no Mindello, ao Faxo (?) da Joanna, em 8 de Julho de 1832.

Seria meia noite do dia antecedente ao desembarque, recebeu um officio o General Santa Martha, commandante da columna que estava no Porto, do General Comm.^o da 3.^a Brigada Jose Cardoso de Menezes ⁽¹⁾, que estava em Villa do Conde, dando-lhe n'aquella tarde ali tinha apparecido a armada de D. Pedro defronte de Villa do Conde onde estava o Cardoso acantonado com a sua Brigada, e que ali apparecera em uma lancha da armada (?) o Conde de Villa Flor, mandado por D. Pedro vêr se o Cardoso com a sua Brigada queria annuir ao seu partido. Ao que o General lhe respondeu como a um traidor; mandou que sahisse logo do porto com a lancha senão que a mandava deitar ao fundo; o que Villa Flôr logo fez, etc.

Fui chamado pelo Santa Martha ao seu Quartel e elle me mandou lêr o officio do Cardoso e me mandou fosse logo a Grijó, onde estava acantonada a 2.^a Brigada commandada pelo Coronel d'Infanteria 12 o Fonseca, a fim de reunir a Brigada e com ella marchasse direito ao Porto e fizesse alto na Bandeira, e lhe desse parte da sua chegada ali; o que executei. Seria ao amanhecer do dia do desembarque quando cheguei com a resposta ao Quartel General. Lá achei o Santa Martha prompto p.^a marchar com o pouco resto da Brigada do commando do Brigadeiro Thiago Pedro Martins, a qual fazia o serviço na cidade do Porto; e por esta razão o Santa Martha nem impedio o desembarque, nem a sua entrada na dicta Cidade, porque na noite do desembarque o Santa Martha retirou ao lado esquerdo do Douro, abandonando a Cidade retirando-se para uma posição chamada a Madeira (?); deixando-me protegendo a sua retirada á margem esquerda do Douro para impedir que as tropas do Snr. D. Pedro passassem a ponte em seguimento às de D. Miguel.

A força que o Santa Martha deixou ás ordens do seu Chefe do Estado

(1) Irmão do general Gonçalo Cardoso, este, pae de Jose, Gonçalo, M.^a Joana, Ant.^a e Luiza Cardoso Barba de Menezes, meus primos (Rangel). Aragão General.



Cabeceiras de Basto — Portal da Casa da Boiça

(Aquarela de Maltteira)



Monção — Vista sobre a Galiza

(Aquarela de Maltiera)

Major Lobo para esta operação foi: a policia do Porto e um esquadrão de Cavallaria.

Ao amanhecer do dia seguinte fez D. Pedro a sua entrada no Porto entre m.^{tos} vivas e regosijos, etc. Soltou logo todos que se achavam nas prisões fossem qual fossem os seus crimes; tudo acudiu à margem direita do Douro fazendo um fogo em todo o dia para a tropa que estava ao sul do dito Rio. O fogo de parte a parte só parou á noite, e foi depois de escuro que o Chefe do Estado Maior com a força que tinha debaixo das suas ordens, unindo-se na Madeira onde estava o Santa Martha.

NB. A tropa de D. Pedro entrou no Porto ao amanhecer do dia 9 de de Julho de 1832.

(Continua).



COISAS DA MADEIRA

Lenda do fundador da Madalena do Mar

DIZ a tradição antiga confirmada por entre bafientos livros de linhagens e em venerandas memórias, ter acontecido, aí por meados do século XV, indo nos primeiros tempos o povoamento, a successo de nomeada na vida política da vila do Funchal. Viera viver para a Ilha a sujeito de estranhas terras, jovem de formoso aspecto e de nobre parecer, de severo porte e esmerada condição nas demais qualidades, o qual, à sua peregrina aparição logo consigo gerou a enternecedora lenda de gran muita simpatia. Seria o príncipe encantado daquele presépio de amor, louvado nas honras do heróico Portugal.

E com extravagante lenda, tecida à sua volta em brocado de ouro com fios de luz, se prenderam em laço de singular frescura e em formoso diálogo de amizades, a dois povos tão distantes da vista, mas não dos seus estados de alma.

A Polónia tinha trazido o mundo pasmado na derrota que sofrera do turco. E o que mais era, — pelo desaparecimento do seu Rei. O perigo do infiel varrera no todo as confianças mais leais. Os povos cristãos tinham então, como agora, a sua noite na vigília dolorosa do destino da Europa.

A Polónia-mártir, a enternecedora Polónia dos cantos heróicos e dos bailes nacionais, planície setentrional da Europa e sua guarda no catolicismo, — a Polónia activa e bondosa a espreguiçar-se desde a Rússia e a meter-se atrevida por entre a guerreira Prússia, tinha desviadas para si as atenções do restante mundo. Limitada nos seus termos, costas com costas aos Cárpatos a quem olha sobranceira no seu orgulho de perfeição desde o alto da sua Silésia ou pelas mesetas da Galitzia, o Vístula adormecendo-lhe aos pés na música dos seus encantos, a procurar derivar de si para o Oder, o Niemen ou o Dnieper o tráfego enriquecido pela bondade magnífica do seu subsolo, — a Polónia enamorada dos artistas e dos poetas, arraigadamente cristã na sua crença, profundamente nacional no fervor

dos costumes avoengos da sua família eslava e servida no culto à terra donde sempre arrancou proveitosa semente com perfeita safra, a Polónia eterna na lição do sacrifício sofria então as dores da jornada de Varna com o desaparecimento do seu Rei natural, tão excelente e bondoso Príncipe quanto esforçado Soldado da Pátria. Fora dado como morto nessa guerra, mas as gentes nunca o quiseram acreditar, ficando a aguardar dele a Esperança sempre viva do seu destino. Estado dos mais antigos no mapa da Europa, demarcado na sua independência de reino desde o século IX, durante muitos lustros ⁽¹⁾ governando-se na dinastia dos Piastas, ganhou nesta casa horas grandes para a sua história entre reis excelentes e sábios como Boleslao, o *Atevindo*, ou como seu irmão Ladislao, o das lutas homéricas contra a Boémia e a Pomerania, ou ainda como aquele outro Ladislao, o IV do nome ⁽²⁾, que dizem ter sido o melhor de todos, pois nele venturosamente se consubstanciou a prosperidade avaramente amealhada e preparada pelos antecessores. É certo terem tido também nesta dinastia minutos de história minguada, que não há quem sempre não os tenha, mas as grandezas cobriram atabafadas na fama do Espírito a todas essas sumidas ruindades materiais ⁽³⁾.

Com Ladislao V, aquele monarca magnífico e fortíssimo em quem tanto se dilatou o reino e melhor se encerrou a amizade da dinastia e dos povos, se fundou a casa dos Jagellos.

Reinando quarenta e oito anos de monarquia excelsa nas virtudes e prudente na vida da nação, este Rei deixou atrás de si, por toda a Polónia, a rasto de saudade entre o esplendor de santo e justo, cumpridor da bondade, servidor da rectidão e justicioso na lei dos homens. Com estes Jagellos, do século XIV até o século XVI, a Polónia guiou-se no respeito dos outros povos, sendo ouvida pela sua sabedoria no concerto das restantes Nações. Foi no entanto, muito mais tarde, séculos depois do sucesso aqui narrado, que esta dinastia ilustrou a Polónia com o seu maior Rei. Sòmente no século XVII com o magnânimo *Sobieski*, o Rei João III (1624-1696), o salvador da cristandade e flagelador de turcos e tártaros (a quem

(1) Esta dinastia reinou perto de quinze séculos (séc. X-XIV).

(2) Reinou venturosamente durante muitos anos até a sua morte em 1333.

(3) Não devemos esquecer as lutas partidárias que sucederam no tempo de Ladislao, cognominado de *Laskonogi* (o das pernas delgadas), dando em resultado ter sido este monarca destronado pelos nobres na sua conjura de 1207. E mesmo assim os motivos que levaram os nobres a este procedimento não foi de tormenta nacional mas motivo do entranhado amor deste Rei pelos povos e seu desprezo pela soberba dos grandes.

venceu vezes sem conta!), a Polónia colheu os melhores louros da sua história política (1).

Pois com o filho do fundador desta preclara dinastia e segundo reinante nesta casa dos Jagellos, no varonil Ladislao VI, os povos forjaram a linda lenda de muita e nobre formosura que pelo romantismo nada peca no parentesco com a do nosso Rei Desejado, nem pelo seu sabor popular enjeita o patriotismo para entre os povos seus criadores. Engendrada na certeza da Pátria, encoraja as suas gentes para as horas de mais talento e afervora os ânimos para fortalecer na Fé ainda aqueles de menos crença.

Ladislao VI (2), que igualmente cingiu a coroa de Santo Estêvão, morreu herdicamente, como lhe estava na massa do seu sangue ardente e moço, na célebre batalha de Varna (3) lutando vitoriosamente contra os turcos, quando o sultão Amurates II (4), da dinastia de Osmã, o derrotou já depois da vitória se considerar segura. Dado como desaparecido entre os seus soldados, começou a reviver entre os povos na mocidade sadia da lenda, enquanto os anais e as crónicas o julgaram vivo na morte ao serviço da Pátria e para lume da cristandade.

Ladislao VI, Rei da Polónia e João Huniada, palatino da Transilvânia compuseram os louros por certa vitória ganhada sobre os otomanos. Depois de baterem as tropas turcas que largaram no campo e entre os despojos com o corpo do irmão de Amurates II, a pedido deste sultão ajustaram-se pazes apressadas de aliança e paz por dez anos, conforme reza

(1) Não fica mal acrescentar-se aqui alguns dados históricos mais. Em 1772, a Rússia, mãos dadas com a Austria e com a Prússia repartiram à boamente entre si larga porção de territórios desta Nação; divisão logo acrescida de outras duas: — a de 1793 onde se banquetearam a Rússia e a Prússia, e a de 1795 com o seu desaparecimento total. Mas mercê da alma deste povo, amparado na lenda que aqui contamos, somente passado a título precário. A alma eterna do polónio não tolera a escravidão política. Neste longo cativo que durou quase dois séculos (1795-1918), os povos defenderam-se das inclemências sofridas nos ultrajes da sorte mofina e das perseguições, cantando alto o seu patriotismo, chama de fogo ardendo dia e noite nos lares polacos. A Fé alimenta a Esperança que a lenda mantém acesa no coração dos seus povos. Ladislao foi o seu símbolo, então como agora nesta nova hora negra da sua história. Pilsudski, encarnou o Encoberto e libertou os povos do jugo estrangeiro. Na lenda se amparam de novo os povos nas canseiras desta nova escravidão praticada em nome de uma democracia russa. Quem será desta feita o novo Ladislao para novo resgate?

(2) Morreu com 20 anos (1424-1444).

(3) A batalha deu-se em 1444. Varna fica situado ao Norte da Bulgária, na costa do Mar Negro. Porto de mar e praça forte.

(4) (1422-1451). Foi o vencedor de João Huniada.

o acordo de Szeged, ditado a 15 de Julho do ano de 1444. Ladislao porém, inflamado na sua Fé ardente de intransigências, afervorado nos mesmos entusiasmos de seus familiares, encorajado na palavra do Papa ou na carta amiga que se diz haver recebido do imperador Paleólogo ⁽¹⁾, arrependido de haver anuído naquele arranjo diplomático, cedo julgou essa paz como inimiga da cristandade e rompendo com a aliança e pacto, rasgando os dizeres desse compromisso, quebrando a fé ajuramentada entre palavras de amizade, ali tudo declarou de vaga e sem nenhuma valia nos seus termos por tratado havido com gente infiel, e juntando os seus exércitos logo marchou ao som de guerra em nova cruzada contra os turcos.

João Huniada, soube-se mais tarde, não prevenira a guerra pois não a queria, mas a ternura e a admiração puderam nele com razões mais fortes do que a sua fé dada na palavra ou na ordem das conveniências. E assim ligou de novo o seu destino de soldado à fortuna do Rei Ladislao nesta campanha que se propunha de aniquilamento de todo o poderio turco. Murmura-se muito não estarem as tropas cristãs de ânimo afoito por via de certa profecia de má morte botada na sorte daquela jornada por velha vidente que agoirou de tragédia aquela expedição, vaticinando ao Rei, príncipe generoso e varonil, a sua morte inglória e de pouco merecimento para a Fé. Houve quem mesmo visse o príncipe turbado de alma e na perturbação como alheio, o coração no desassossego, pelas palavras da adivinha.

Daquilo sucedido nessa memorável batalha de Varna, dá testemunho fidedigno a lenda que os povos trazem consigo para maior confiança e firmeza na sua promessa.

Os soldados viram-se envolvidos em terrível tempestade, caída do céu pelos quatro ventos e a castigar ferozmente os do lado dos fiéis. Chegou a notar-se sinais visíveis da derrota de que só se salvaria com vida o Rei Ladislao, pois somente a sua bandeira ficou a adejar naquele mar semeado de desgraça e entre o desânimo e a descrença. Foi horrível de morte, quanto aconteceu naquele campo de infortúnio e a dois passos do inimigo. Também como mais tarde em Alcácer Quibir, a vitória esteve a jogar fortemente para o lado cristão. Os infiéis, em debandada, fugiam do campo

(1) O imperador grego João VIII (1425-1448) era mais conhecido por este nome por pertencer a esta célebre família bizantina que ocupou o trono na época da caída do chamado Império latino de Constantinopla, tendo dado ao império do Oriente sete soberanos (1261 a 1453). O imperador João VIII, foi aquele mesmo que chegou a vir a Itália, a implorar do Papa o seu auxílio contra os turcos que se tinham apoderado da Tessalónica. Não obstante isso, o povo de Constantinopla não quis a união das duas igrejas, por que este imperador tanto se empenhara. Viveu a decadência do império.

já abandonado o sultão, quando o Rei Ladislao, a um gesto ousado muito seu, se meteu para a frente, arremetendo enérgico, na sua heroicidade, para o inimigo. Cai o dia, sucedendo-se ao sol a noite escura e de trevas, e o Rei Ladislao some-se no seu vulto guerreiro por entre aquele mar de morte em rios de sangue, matando rija a morte, ferindo a mesma morte contra a derrota. Parece ter chegado até junto da tenda do Amurates, quando certo renegado janízaro da guarda do sultão o derrubou do seu cavalo.

Aqui divergem os pareceres. Há quem ajuíze e assegure de sua morte; os que votem pelo salvamento depois de castigar a tão vilões maldosos.

Para estes, certo não ser sua aquela cabeça, por ordem do Amurates erguida do alto da lança e lado a lado de aquela outra lança que desde a véspera tivera espetada e a indicar aos fiéis o pacto traído. Como não o era sua também aquela outra que o sultão fez passear pelas ruas de Broussa por entre as chufas e os escarros da multidão de aluguer para estas ocasiões.

À visão dessa cabeça sangrenta, no estonteamento da peleja e quando ela se arde mais dura, tomada pelos seus como sendo a do Rei, os polónios e os húngaros perderam no ânimo a sua vitória já antes ganhada e logo apoderados do medo no desvairo, abandonando a coragem e a bravura se deixaram ficar com a derrota, segundos antes ainda vencedores. E Huniada, com o desbarato, chorou a perda do amigo, jamais querendo acreditar na sua morte.

Três longos anos aguardaram pelo regresso do Rei-soldado e ao cabo destes três longos anos entregaram o trono a seu irmão, o Príncipe Casimiro ⁽¹⁾, na condição de este devolver a coroa ao seu Rei assim que surgisse na sua manhã de sol radioso.

Todos os seus familiares esperavam suspirosos a volta do Rei!

Como mais tarde se dirá de D. Sebastião, as gentes afervoraram-se-lhe na sua crença. Alguns, o fizeram mesmo prisioneiro do turco, cativo, a cumprir pena degradante em Constantinopla; outros, logo o deram por lugares santos e cidades de Itália, passando daqui a terras de Castela, por onde terá entrado Portugal.

Adorado das suas gentes, amado até mais não dos seus soldados, Príncipe-soldado, ardendo lá por dentro na Fé verdadeira do Deus-Homem, jovem andando pela casa dos senhores vinte, esbelto, valoroso por acções

(1) Casimiro IV (1447-1492) vingou seu irmão derrotando os turcos. Foi também conquistador da Pomerânia e o vencedor dos russos e dos teutões. Foi o pai de S. Casimiro, príncipe da Polónia (1458-1484).

e formoso no trato, — chamam-no as crónicas — esforçado na valentia e grave na sua compostura, de aspecto viril e inclinado às façanhas épicas, Ladislao bem mereceu das ternuras do seu povo e do fanatismo dos seus exércitos.

Por isso, na saudade de Ladislao, à semelhança de quanto sucederá mais tarde com El-Rei D. Sebastião e em relação às nossas gentes, os povos polónios formaram a sua lenda de muita e cristalina formosura e de religioso patriotismo, onde se ampararem sempre nas horas sombrias de cativo e se guardarem na sua fortaleza com a Esperança na certeza do seu resgate contra as prepotências e os agravos dos soberbos do Mundo (1).

* * *

As gentes islenas, simpático povo de tão nobres naturais e de ilustres pergaminhos, ao conhecer a tragédia de Varna pelo eco trazido no ruído das aragens da fortuna internacional até junto daqueles lares, souberam combinar os factos e ligando os acontecimentos, tirar partido do desaparecimento do Rei Ladislao com a aparição no Funchal de certo distinto personagem « misterioso » ou « legendario », nobre sujeito de esmeradas e requintadas maneiras e de formosas qualidades, assim urdindo no maravilhoso uma simpática lenda de Príncipe encantado.

Conta-se então com visos de muita certeza que, certa manhã (2) de boa guarda madeirense, amanhecera no Funchal a este homem jovem, andante quando muito pela minguia dos trinta, inda não na roda contada desses trinta, homem de aspecto triste, no semblante simpático do seu ar mostrando tortura de mágoa a roer no íntimo pela alma, mas sempre a derramar bondades do olhar e a trazer meiguices do coração. Viram-no a encaminhar seus passos ainda mal seguros da viagem, subindo as ladeiras da Conceição para as casas da aposentadoria do nobre Senhor Capitão Donatário, o mui ilustre João Gonçalves Zargo. Acompanhava tão estranho Senhor, à mais respeitosa distância dos mais íntimos na qualidade de servo familiar, a certo homem mais ancião e menos cuidado nas manei-

(1) Nesta hora negra, a Polónia-mártir achará de novo nesta lenda as energias e as forças vivificadoras da sua libertação neste novo cativo imposto pela falsidade dos sistemas.

(2) Deve ter sido por volta de 1450 visto o Senhor Infante ainda não ter falecido (m. em 1460) e em 29 de Abril de 1457 ter passado a sua carta de confirmação da sesmaria.

ras e fidalguia do porte, pelos modos se parecendo com criado grave na confiança de tão extravagante personagem. Viera pelo barco da carreira do Reino.

À boca da noite, começou a ciciar-se como a medo que este Senhor trouxera carta de recomenda com recados e em mui grande amizade de El-Rei para o Senhor Donatário. Do que se passou entre os dois nesta visita de cerimónia sòmente eles o souberam e entre eles morreu do mundo, mas afirmava-se, terem alguns visto, o Senhor Capitão Donatário, curvado da sua prosápia, a beijar com o maior respeito de súbdito a mão de tão esquisito desconhecido.

Mais tarde ficou a chamar-se entre as gentes no nome de Henrique Alemão. O nome de Henrique tomado por homenagem para com o Senhor Infante de Sagres de quem foi amigo bastante. O apelido de Alemão, certamente determinado nas razões do seu nascimento nórdico ou pelos traços fisionómicos da sua pessoa, que mais pareciam de prussiano. Alto, forte, espadaúdo, rijo na sua formosura de homem, olhos rasgados abertos na inteligência com o brilho azul do céu eslavo a cair sobre o branco rosado da sua face de alvura; cabelos alourados mas acinzentando precoce por cima de desgostos, os que não matando amofinam a gente no vincar das rugas e no envelhecer da bondade; barba castanho-louro, ao mesmo modo do cabelo, cortada em ponta no rigor de severo talhe; elegante de natural, e sempre se acompanhando a igual distância do respeito do criado grave, a fazer suas vénias como mordomo ou de camareiro. Em casa de Zargo, onde tinha aposentadoria com honras e mesa com baixela à parte, era sempre tratado em mostras de « mui particullear e singular respecto ».

Em dia de animação na vila do Funchal, fosse pela chegada do creio real do Reino, fosse por arribada de alguma nau, se calhava esbarrar com quem atremasse mais bem nele e o olhasse no seu rosto, homem todo ele logo se agostava no pesar virando de cara para a banda como a sumir-se da sua vista ou guardando caminho de permeio para lugar de menos soalhal.

Os antigos legaram esta recordação na sua lenda encantada de Príncipe maravilhoso de terras distantes e os linhagistas se lhe referiram como príncipe polónio « milagrosamente salvo da Batalha de Varna ⁽¹⁾ ».

Mas enquanto entre os povos polónios o Rei Ladislao vive, batendo

(1) A batalha deu-se, em Varna, no ano de 1444.

os seus corações patriotas para encarnar neles a Esperança da Pátria e no seu sempre próximo regresso do lugar de encanto aguardam a permanência no seu destino, para as gentes da Madeira esse Príncipe encantado morreu na Ilha na pessoa do ilustre Henrique Alemão, sesmeiro das terras da Madalena, quando topou no mar com a morte pelas alturas do Cabo Girão, em horrível e trágico desastre que as memórias ainda conservam.

Misteriosa personagem, a sua vida foi realmente a de mistério votado sempre no misterioso do seu enigma e na superstição do castigo.

Já aqui se disse ter chegado da corte, sendo portador de cartas e ordens de El-Rei o Senhor D. Afonso V para o nosso Senhor Capitão Donatário e deste modo acreditado junto da pequena corte deste Grande de Portugal. Já falamos também de como Zargo logo o recebeu e lhe deu gasalho com provas de muito e particular respeito.

As relações tidas e mantidas na simpatia pessoal entre El-Rei nosso Senhor e o Infante D. Henrique com Henrique Alemão, foram louvadas nos melhores termos da leal amizade e correcto entendimento de cordato amor fraterno. Nunca porém, nem El-Rei, nem o Senhor Infante, menos ainda o Donatário, jamais alguém o nomeou no seu nome de Nação, como nunca do mesmo modo o referiram pelo nome adoptivo tomado na Madeira, dizem que, certamente, nas suspeitas, para desviar as atenções dos mais atrevidos na curiosidade natural do homem. Em todos os documentos ⁽¹⁾ sempre todos o qualificam ou tratam como sendo o sesmeiro do lugar da Madalena, ou o afirmam de «cavaleiro de Santa Catarina ⁽²⁾ de Monte Sinai» ⁽³⁾.

⁽¹⁾ O linhagista e memorialista Henrique Henriques de Noronha, por nós tantas vezes citado, assevera ter visto a justificação do nascimento real de Henrique Alemão. Esta justificação, segundo Noronha, fez-se em 1584, portanto muitos anos depois da sua morte. Esse documento deve existir na Torre do Tombo.

⁽²⁾ Como «cavaleiro de Santa Catarina» se o refere várias vezes e na carta de sesmaria deste modo ainda o indica Zargo e o Senhor Infante D. Henrique quando o confirma em 29 de Abril de 1457; e igualmente assim aparece na carta de confirmação de El-Rei D. Afonso V, passada em 18 de Maio do mesmo ano. Parece ter havido o propósito a várias luzes evidente de, embora escondendo a sua origem, não falsear os documentos na suspeita de nome de empréstimo.

⁽³⁾ Neste lugar bíblico onde Deus entregou a Moisés as Táboas da lei, foi o Rei Ladislao armado cavaleiro desta Ordem, quando andou peregrinando pelos Lugares Santos.

A virgem e sábia Santa Catarina de Alexandria, morreu mártir no ano de 307 por

Reza a verdade se diga aqui à puridade, ter sempre o sesmeiro Henrique Alemão negado qualquer sinceridade de pessoa ou de parentesco com o Rei Ladislao da Polónia, tendo-se escondido no seu incógnito talvez que para libertar-se das leis da fama e deste jeito melhor peregrinar pelos Lugares Santos em seu voto de penitência.

Quais razões pesavam em Ladislao da Polónia, para deste modo acobertar-se das vozes do mundo, escochinando das memórias das gentes o seu nome e mais qualidades?

Foram-lhe concedidas dilatadas terras e sesmaria ⁽¹⁾ em lugar de privilégio onde a natureza se fadou com a formosidade amena dos encantos, fecundando o seu solo abençoado e de *notável feracidade* para se usar da confissão de Frutuoso.

Ficava para lá do Cabo Girão, indo-se do Funchal.

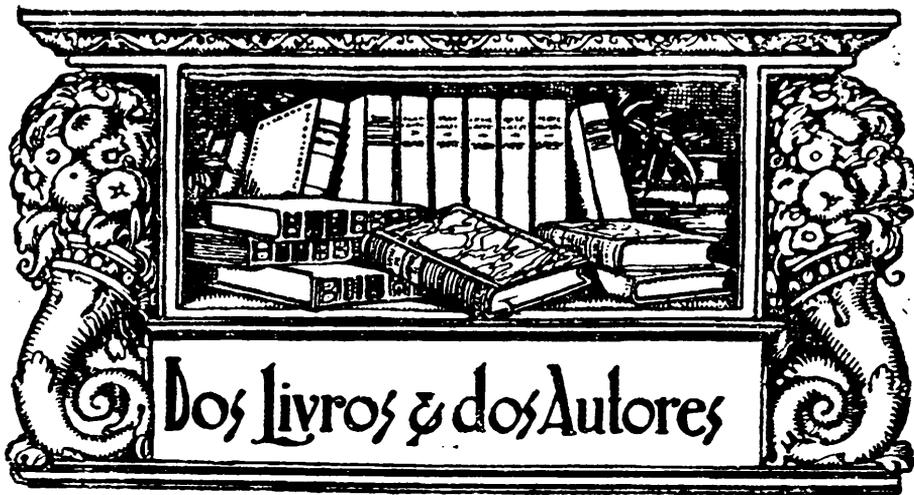
(*Continua*)

FERNANDO DE AGUIAR

ordem do imperador Majêncio que governava o Egipto no terror pagão. Nascida de família das mais ilustres a que Metafrasto chama mesmo de origem real.

Esta Ordem de Cavalaria foi estabelecida na Palestina no ano de 1067 regulando-se pelos estatutos da Ordem do Santo Sepulcro. Na sua confraria recebia *cavaleiros freires, capelães e serventes leigos* que seguiam a regra de S. Basílio. Era sua missão velar e zelar pelo sepulcro da Santa e proteger os peregrinos daqueles Lugares. Esta Ordem desapareceu depois da conquista do Oriente pelos maometanos. Não deve confundir-se esta Ordem com aquela outra «Ordem de Santa Catarina», fundada na Rússia por Pedro, o Grande, em homenagem a sua mulher, a imperatriz Catarina.

(1) Estando por agricultural o solo privilegiado da Ilha e sendo indispensável desbastá-lo e arroteá-lo, aproveitando as suas riquezas naturais, os donatários tiveram permissão para dar terras em sesmaria nos mesmos termos da lei do reino que vinha de El-Rei D. Fernando e conforme o regimento dado pelo Infante, concessões de que se usou magnanimamente e se abusou a ponto de muitos senhores se considerarem em feudo nestas terras dadas como que a título precário para «aproveitar e cultivar».



A CHAVE DA HISTÓRIA DE PORTUGAL,
por *José Augusto Vaz Pinto*. Edi-
ções «Pro Domo». Lisboa, 1945.
100 págs.

Neste opúsculo, da autoria de um distinto escritor que, como Oliveira Martins, divide as suas atenções pela história e pela economia, demonstra-se com bastas provas, embora nas suas linhas gerais (pois trata-se de uma conferência pronunciada na Sociedade de Geografia), que a chave capaz de fazer compreender a nossa história é a pobreza do nosso solo. A tese não é nova e, para não irmos mais longe, entre os vivos que a defendem conta-se o ilustre agrónomo e economista dr. Pequito Rebelo. Ligando à história uma conclusão de ordem económica, o dr. J. A. V. P. procura explicar a causa da história portuguesa, partindo do facto concreto — a referida pobreza agrológica do solo de Portugal, que nem todos os historiadores têm considerado com atenção antes de se abalçarem a erguer quaisquer teorias históricas, as mais das vezes de fragilidade manifesta.

Para a perfeita compreensão da história de um povo há que atender à psicologia dos elementos humanos que o compõem, à

sua filiação étnica, às crenças religiosas que professam, quer dizer ao factor subjectivo, por um lado; e pelo outro é necessário não esquecer o quadro geográfico em que esse povo se agita, aos factores de ordem física, tectónica e telúrica que influem ou podem influir, modificando-o, nesse factor subjectivo. Só deste modo é possível erguer um edifício sólido, pelo menos tão sólido quanto o permitem os materiais históricos que hoje possuímos.

Explicar, por exemplo, a conquista de Ceuta, da maneira simplista como o faz o cronista Zurara, não é explicar nada, pois o simples desejo, por parte do Rei, de ocupar capitães e soldados desocupados pelo termo da guerra da Independência não basta para justificar empresas de tal magnitude. E este é apenas um caso entre tantos da nossa história. Muitos outros há cuja explicação anda por aí erradamente feita em livros de história devidos à pena de autores que nada mais fazem senão repetir o que foi dito por outros, sem ao menos se darem ao trabalho de verificarem o que nisso há de verdade.

Há muito que, em desprezenciosos trabalhos nossos, nos vimos insurgindo contra a tendência moderna de se considerar a

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

história de Portugal campo de luta de ideologias antagónicas, exaltando ou deprimindo ao sabor das convicções políticas ou religiosas dos autores. Por muito que pese aos extremistas (sejam de que sector forem), a verdade é ainda hoje a base mais segura para o estudo da acção de um povo como o Português, que se tem mostrado em todas as circunstâncias incapaz de compreender e secundar a acção dos três ou quatro homens verdadeiramente Chefes que o têm conduzido pelos séculos fora.

Por isso nos aprez aplaudir o trabalho do sr. J. A. V. P., cujas ideias de extraordinária lucidez perfilhamos e desejaríamos ver divulgadas. Urge que o distinto Autor desenvolva devidamente esta conferência em livro de maiores proporções, como o requer o assunto, fundamentando-o com factos concretos da nossa história. E é apenas a concisão (aliás necessária numa conferência) o único defeito do livro.



ALGUMAS LEMBRANÇAS DE EL-REI
D. MIGUEL I, *fielmente coordenadas depois da sua morte em Bronnbach por D. José de Lencastre e apresentadas por D. João de Almeida*. Porto, 1945. 18 págs.

Já o acentuámos algumas vezes: os Portugueses parecem profundamente avessos à literatura memorialista, cujas espécies, por raríssimas, são sempre bemvindas. Confessamos a ignorância em que nos encontramos acerca das causas do fenómeno, que nos parecemos não poderem explicar-se por disposição recolhida do nosso povo, disposição que nada nos autoriza a admitir. Essa disposição existe, por exemplo, no povo inglês, e é precisamente a sua literatura umas daquelas em que mais abundam as espécies em referência.

Mas se os escritores portugueses se têm mostrado avessos a revelar-se nuamente em páginas de memórias (ao contrário do que têm por hábito em livros de literatura pura), muito mais avessos se mostraram os nossos Reis, poucos tendo havido que nos legassem páginas de memórias, que muito ajudariam a compreender certos acontecimentos históricos de que foram protagonistas, podendo até desfazer calúnias que a historiografia oficial lhes tem assacado.

Foi por isso com justificado alvoroço que percorremos estas breves notas de D. Miguel I, escritas no exílio, e que tratam de dois acontecimentos de relevo em que se encontrou envolvido, quando era ainda Infante: a morte do Marquês de Loulé e a sua expulsão de Portugal após a *Abrilada*. São notas de desigual extensão e mérito, algumas desconexas, despreocupadamente escritas, o que as torna mais valiosas, sendo a mais importante a primeira em que o Monarca demonstra com sinceridade que não só não tomou parte directa ou indirecta na morte do Marquês, como até a sentiu por ter amizade pelo morto. No seu laconismo são valiosas estas «lembranças» que benemèritamente o sr. D. João de Almeida editou.



GLORIOSA CONTRIBUCIÓN DE ESPAÑA
A LA HISTÓRIA DE LA MÚSICA UNIVERSAL, por *Higinio Anglés*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 1948. 62 páginas.

Neste pequeno opúsculo de pouco mais de 60 páginas encontra-se o essencial para obra de alguns volumes de tomo. Escrito em forma de discurso pelo distinto Director do Instituto Hespanhol do Musicologia, constitui um conspecto geral de tudo quanto a Espanha até hoje produziu nesse campo

das actividades artísticas para demonstrar «*en un cuadro de conjunto nuestro rico pasado musical*», o que o Autor faz de modo superior, pois não é coisa fácil compendiar em tão poucas páginas tantos séculos de história da mais bela das Artes Rítmicas.

E precisamente porque os altos méritos do sr. H. A. estão amplamente comprovados por este trabalho, é que nos é lícito esperar que lance ombros à empresa de o desenvolver em obra de maior envergadura, fartamente documentada, que não deixará de constituir espécie de raro valor entre a bibliografia da história da Música em toda a Europa.



BRITAIN IN PICTURES. Editada por W. J. Turner. Ed. Collins. Londres, 1946 e 1947. Ilustr.

Desta magnífica colecção de vulgarização da vida, costumes, artes, literatura, paisagem, ciência, educação, religião e história natural da Inglaterra, temos presentes: *English Glass*, por W. B. Honey, em que o Autor historia a origem e a evolução da indústria vidreira inglesa; *The English People*, de George Oswell, magnífico estudo acerca da idiosincrasia do Povo Inglês, seu aspecto moral e político, o seu sistema político, a sua língua e o seu futuro; *Life among the Scots*, de Janet Adam Smith, estudo curiosíssimo acerca da vida do Povo Escossês no passado e no presente; *English popular and traditional Art*, por Enid Marx e Margaret Lambert, estudo da arte popular em variados dos seus aspectos, como desenho, pintura, gravura, litografia, vidraria, olaria, escultura em madeira, etc.; e *The English at the Seaside*, por Christopher Marsden, interessantíssimo estudo sobre a origem e evolução do culto dos Ingleses pelos banhos de

mar e pela vida à beira-mar, que se desenvolveram no Continente muito tempo antes de o facto se dar do outro lado de lá da Mancha.

Todos os volumes são magnificamente ilustrados com desenhos e fotografuras, reproduzindo quadros de pintores de nomeada, e também com gravuras coloridas *hors-texte*, muitas delas de grande beleza.

Pelos exemplares a que acima nos referimos pode fazer-se uma ideia do que virá a dar no seu conjunto esta admirável colecção quando concluída e como as obras nela incluídas contribuirão para levar aos outros povos o conhecimento perfeito e profundo desse povo admirável a que nos liga uma aliança secular.



MAR VERMELHO (*Sonho místico*), por Jerónimo de Almeida. Edição do Autor. 1947. 30 págs.

Escrito em forma de tercetos — entre nós a forma preferida quase exclusivamente por Diogo Bernardes e António Ferreira — o sr. J. de A. oferece-nos neste livrinho um «sonho místico», durante o qual visionou a figura de Jesus Cristo junto dos discípulos a chorar os males do homem e do Mundo.

Poeta de profunda sensibilidade, o sr. J. de A. deixou-se levar pelos seus pensamentos e produziu obra escrita em verso harmonioso, por vezes plangente, a recordar a toada dos Românticos. Impressionado pelos desvarios do Mundo, o Poeta refugia-se no amor de Jesus Cristo.

Mas, não será isso uma deserção egoísta? Abandonar os homens por Deus é, na realidade, escolher a melhor parte. Mas não será preferível levar Deus aos homens, descer até eles e chamá-los à realidade do Amor?

A missão da poesia, na hora torva que

passa, não deve ser de inerte passividade, mas de acção activa: insuflar ânimo ao homem, que desvairou na sua marcha triunfal de conquistador da Terra.



ANTO, O POETA DA SAUDADE, por
António Vieira de Lemos. Porto,
s. d. 158 págs.

Os últimos anos têm visto um renascimento progressivo do culto do poeta do *Só*, para quem se voltam muitos dos chamados «modernistas» em culto votivo, que tem mais de sentimental do que de crítico. E se olharmos a já relativamente vasta bibliografia de António Nobre, não encontramos um estudo que possa considerar-se verdadeiramente crítico, limitando-se os autores, por via de regra, a glosar o que já estava dito ou a acrescentarem à biografia do poeta mais alguns pormenores, continuando ainda por escrever o estudo definitivo da obra de Nobre que, por seu mal, encontrou apenas detractores rancorosos ou panegiristas entusiásticos.

É verdade que existem estudos parcelares, mas, exactamente porque o são, não podem considerar-se trabalhos definitivos, tal como, para honra nossa, deveria escrever-se, tratando-se de alguém que ocupa inegável lugar de relevo na história das nossas letras, e cujo papel de renovador tantos têm assinalado, sem o estudarem em profundidade.

Foi, por isso, com curiosidade que percorremos as páginas do livro cujo título abre estas breves notas e que o Autor subintituiu «A vida e a obra de António Nobre». Breve, porém, nos desiludimos da nossa expectativa: o livro é mais biografia do que crítica, sem na biografia manter o equilíbrio de imparcialidade sempre requerido em obras desta espécie, a cada

passo se insinuando a simpatia pessoal do Autor pelo biografado, cujas atitudes *snoobs*, tantas vezes assinaladas pelos seus próprios amigos e companheiros (como, por exemplo, o falecido prof. Agostinho de Campos), parece querer justificar, a cada passo aludindo ao temperamento feminino do poeta como uma das causas do seu afastamento da boémia coimbrã, por esta repugnar à sua sensibilidade que, no entanto, nunca chegou a matar, como poderia esperar-se, o *poseur* incorrigível que Nobre era, como se demonstra exuberantemente percorrendo-lhe a obra ou a iconografia conhecida.

Na parte biográfica, pois, o sr. A. V. de L. nada de novo diz, tentando apresentar o poeta a uma luz simpática, francamente panegírica que, digamo-lo, se encontra em desacordo com a própria essência da sua obra.

Crítico pretende ser o cap. VI — *A poesia de António Nobre* —, onde o Autor insiste no «pessimismo» do *Só*, já por diversos autores definitivamente considerado artificial, e integrando o poeta na tradição lírica portuguesa, que o sr. A. V. de L. faz demasiadamente depender do lirismo árabe, o que nos parece exagero. Insiste na qualidade de precursor do «modernismo» e classifica o poeta de «poeta da saudade», pois o subjectivismo da sua poesia «não traduz vivências estritamente pessoais dos seus amores, mas deixa transbordar os mistérios de uma sensibilidade profundamente humana que comovidamente todos nós compreendemos» (pág. 140).

Embora reconhecemos a boa vontade do Autor por nos dar um António Nobre *vivo*, não podemos considerar exaustivo, o seu estudo biográfico nem o capítulo crítico como verdadeiramente crítico, já por serem demasiado subjectivos os seus pontos de vista (que requeriam, sobretudo, análise profunda da poesia, a fundamentar opiniões um pouco vagamente expostas), já por carecerem daquele equilíbrio sereno

que deve estar na base de toda a obra crítica de verdade.



A ORAÇÃO. *Seu poder e efeitos*. Pelo Dr. Alexis Carrel. Tradução portuguesa do Prof. Eduardo Pinheiro. Edição da Livraria Tavares Martins. Porto, 1945. 44 págs.

Não se trata de obra de apologética — supomos mesmo que o autor era agnóstico — mas de estudo, principalmente médico, acerca do poder e dos efeitos da oração, por um homem que, anos atrás, gozou de nomeada universal e cujos últimos dias parece terem sido atribulados devido ao modo da sua actuação durante a ocupação da França pelo inimigo.

Escrito originariamente em 1940, em inglês, para a conhecida revista americana *Readers' Digest* (cujas *Seleções* todos conhecem), devido a não se sentir satisfeito com a tradução francesa que dele se fez, resolveu o dr. A. C. reescrevê-lo em 1941. É deste segundo ensaio que se fez a tradução portuguesa que temos presente.

«O autor — escreve no prefácio — não é um teólogo nem um filósofo. Exprime-se na linguagem de toda a gente e emprega as palavras na sua acepção vulgar, embora por vezes as empregue também no seu significado científico.» E acrescenta: «Pede, portanto, aos teólogos que usem para com ele da mesma indulgência de que ele usaria para com esses mesmos teólogos, se tivessem de tratar qualquer assunto que dissesse respeito à fisiologia.» E explica: «Este estudo da oração é um resumo extremamente breve de uma inumerável quantidade de observações recolhidas no decurso de uma longa carreira passada junto de pessoas de todas as condições (...), homens e mulheres de todas as profissões e de todas as classes da sociedade. Por outro lado, a sua

experiência de cirurgião, de médico e de fisiologista, bem como os estudos de laboratório a que há muitos anos se entrega sobre a regeneração dos tecidos e a cicatrização de feridas, permitiram-lhe apreciar, pelo seu justo valor, certos efeitos curativos da oração.» E acentua: «Por isso, apenas se refere a coisas por ele mesmo observadas ou cujo conhecimento lhe foi fornecido por homens incapazes de qualquer observação que não fosse honesta e precisa. Preferiu ser incompleto a citar factos insuficientemente provados. Acima de tudo, esforçou-se por se firmar no terreno sólido da realidade.»

Isto diz dos intuitos do trabalho que é, sem favor, das coisas mais acertadas que sobre tal assunto temos lido. Começa o autor por definir a oração, «essencialmente uma tensão do espírito para o *abstractum* imaterial do mundo» (pág. 16). Diz-nos depois como se deve orar, referindo-se a casos já conhecidos e à opinião de santos e teólogos, para concluir que «toda a técnica da oração é boa, quando põe o homem em contacto com Deus» (pág. 22). Fala-nos a seguir do lugar e do momento em que se deve orar; admitindo embora que em toda a parte se pode fazer, é de opinião, porém, que se ora melhor «nos campos, nas montanhas, nos bosques ou na solidão do quarto» (pág. 23). «É só tornando-se um hábito — diz mais adiante — que a oração actua sobre o carácter, sendo preciso, portanto, orar frequentemente» (pág. 24).

Depois refere-se aos efeitos da oração, aos psico-fisiológicos e aos curativos, e conclui por declarar que «a oração poderia... ser considerada como o agente das relações naturais entre a consciência e o meio que lhe é próprio, e como uma actividade biológica dependente da nossa estrutura» (pág. 42).

Livro objectivo nos seus fins, escrito com um equilíbrio, uma serenidade e uma sobriedade que não é muito vulgar entre latinos, ele revela imediatamente que in-

fluência benéfica sobre o autor exerceu o ambiente anglo-saxónico, em que tantos anos viveu, que requintou ainda mais, se é possível dizer-se, o natural bom senso francês.

Nada do que o autor escreveu é inútil, e nada ficou omisso. Haverá talvez certos crentes que encontrem o opúsculo demasiado objectivo, precisamente por o Dr. A. C. se ter colocado no ponto de vista do médico e do psicólogo para analisar a oração e os seus efeitos. Mas não foi para essa espécie de crentes que ele o escreveu, antes para sábios e ignorantes, crentes e descrentes, por entender que « a atrofia do sentido do sagrado afigura-se-nos tão prejudicial como a atrofia da inteligência » (pág. 11). E tendo começado por dizer que os homens do Ocidente preferem a inteligência ao sentimento e que « seguimos Descartes e abandonamos Pascal » (pág. 13), conclui por ser « necessário que escutemos Pascal com o mesmo fervor com que escutamos Descartes » (pág. 44).



A MULHER EDUCADORA, por *Emília de Sousa Costa*, Edições Univer-
so, L.^{da} Lisboa, s. d. 238 págs.

Com o seu notório conhecimento da matéria deu-nos a ilustre Autora um livrinho recheado de bons ensinamentos, embora condensados em reduzido volume, produzindo assim obra que muito poderá

contribuir para auxiliar as mães inexperientes que queiram educar indo contra a maré alterosa da grossaria e da má-criação que varre o Mundo e chega até nós, ainda com a força bastante para derruir todos aqueles preceitos educativos tornados respeitáveis pelo tempo e hoje tão lamentavelmente esquecidos.

Não se suponha, porém, que o livro da sr.^a D. E. de S. C. está eivado de preconceitos obsoletos, e tem a pretensão de ir de encontro ao espírito da nossa época naquilo que ela tem de aproveitável. Pelo contrário: a ilustre Escritora e Educadora escreveu um livro *moderno* para as mães *modernas*. Não sacrifica ao passadismo; tampouco condescende com o modernismo naquilo que ele tem de censurável, de reprovável ou de combatível. É um livro que compendia tudo que uma mulher do nosso tempo precisa de saber para poder educar seus filhos dentro de princípios sãos, princípios que não são de ontem, de hoje ou de amanhã, mas *de sempre*. Não se coíbe, porém, a ilustre Autora de denunciar os ridículos do nosso tempo para precaver as jovens mães que poderiam ser tentadas a deixar-se levar pela onda.

Escrito com elegância e em linguagem escorreita, fica bem ao lado de outras obras, como *Da Educação*, de Garrett, em que se alia a elegância da elocução à elevação do pensamento e à pureza das intenções.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

•

Alegoria das danças minhotas

NADA talvez melhor do que a dança para revelar a maneira de ser de um povo. Nos seus meneios cadenciados, diz o corpo o segredo que o perturba. Juntando as regras da escultura às da música, a dança compõe a melodia dos gestos.

Mais do que a música, a dança é a declaração do mistério dos sonhos. A música é sentimento que pensa. E a dança, traduzindo o esplendor das formas em movimento, suspende a razão no primitivo instinto de criar.

A consciência é alheia à dança: a dança não pode apartar-se do amor. Os passos prolongam as palavras. Na gloriosa alegria do corpo, torna-se a carne conhecimento.

O cantar pertence aos anjos,
O dançar aos namorados,

aventura a cantiga sageira.

Nas voltas da dança esquece a gente do Minho os dias e os trabalhos. Desde que abriu a flor das macieiras até ficarem as colheitas bem arrecadadas, a vida é levada a cantar e a dançar. Dir-se-ia então que no primaveril estremeçamento do ar, a luz e a terra a acompanham na mesma palpação sonora!

Parece não poder negar-se que o Minho é a mais rica das províncias portuguesas em música popular. Suas danças e cantos distinguem-se pela vivacidade, pela simplicidade persistente do ritmo.

O Povo canta dançando. É tão característica entre os minhotos a ligação da música à dança, que bem diria quem julgasse repetir-se ainda hoje na sua canção popular o jeito do tempo em que o trovador dionísio cantou:

Bailemos nós já todas tres, ai irmanas,
só aqieste ramo destas avelanas;
e quem for louçana como nós, louçanas,
se amig'amar,
só aqieste ramo destas avelanas
verrá bailar!

Desde o alvorecer da nacionalidade que a mulher minhota entrelaça a voz no rodeio alegre das suas danças. Já quando a Santa Rainha transformava em rosas o escondido pão das esmolas, viajantes estrangeiros notaram que, ao contrário do que sucedia em outros países, aqui as mulheres cantavam mais do que os homens. E na verdade, em Entre Douro e Minho os coros de mulheres constituem, em seu aspecto polifónico, a mais elevada e artística manifestação da música popular agora conhecida.

Ao começar o século XVII, jornadeando por esta lendária província, o Marquês de Montebello observou justamente: «Com grande destreza se exercita a música, que é tão natural em seus moradores esta arte, que sucede muitas vezes aos forasteiros que passam pelas ruas, especialmente nas tardes de verão, parar e suspenderem-se ouvindo as trovas que cantam em coros, com fugas e repetições, as raparigas, que para exercitar o trabalho de que vivem, lhes é permitido.»

Recordam os corais minhotos as vozes concertantes dos fabordões medievos. Dobrada em terceiras, o coro repete a quadra da cantadeira ou alonga os dois versos últimos ressonantemente. Na cadência final, o guincho, o rebique, atravessa o peito e em ternura o abraça. E aquelas atrevidas quintas continuadas, coevas do primitivo contraponto medieval, viriam a ser, se as tem ouvido, o encanto maior de Debussy!

Cantar não é divertimento; a folia começa com a dança. Em sachadas, ripadas, nas segas do centeio, nas esfolhadas, nas arrigas, nas espadeladas, as moças se entretêm com descantes, e os rapazes, festejadores, sacodem as cordas do cavaquinho, para de longe as prevenir de que a alegre lida terminará dançando:

Ó moças, vamos ao vira
Qu'ái vem a viração;
O meu pai é o pai do vira,
E o vira é meu irmão!

São as danças do Minho acompanhadas de canto, e um ritmo vivaz as anima, rápido e leve, denunciador de força e de saúde. Na limpidez do desenho, o coração estremece na boca. Sem cromatismos ou ornatos, embebe-se a melodia transparente do cheiro das giestas, do tomilho, da alfádega, da erva fresca, e toma a verdejante cor dos pradinhos, a agilidade contente da água das regas!

De todas as danças portuguesas é o Vira aquela em que primeiro as atitudes ganham formas esculturais. No vivo cruzamento das linhas não

há entre todas elas outra que seja assim graciosa. A sua beleza está pura de qualquer sedução lasciva.

O Vira é dança cantada. Tem o bulício dos trabalhos dos campos e do mar, seu mesmo animado e casto enlevo. Semelha agora a apanha do argaço, lembra o lançamento das redes, e logo parece evocar o augusto manejo do arado.

O jogo das proporções é no Vira uma harmonia perpétua, uma inesgotável modulação. Dança-se de vários modos: umas vezes estrepado, roubado outras, de trempe, afandangado, de roda. Mas sempre um idílio se entrelaça no rodopio das voltas. Na teia melódica, alongando-se em acentos fortes, os ditongos dão aos versos a primeira afinação:

Tenho oubisto dezer,
Cauntigas não bão à feira ;
Caunto vem e caunto mal,
Caunto de toda a maneira !

É a dança mais antiga da província. Dela deixou Gil Vicente sentida memória quando o Negro de Beni, na *Nau de Amores*, namorado da Fidalga em quem poisa os olhos, mais que gavião altiva, se enternece para dizer em sua algaravia: «Eu chamar ele minho vira »!

As músicas do Vira são todas anacrústicas e nelas passa a meiga saudade das terras de além do deleitoso rio fronteiro. Cantam-se com versos de redondilha menor :

Ó Rosa, ròsinha,
Eu hei-de te amar
De dia com sol,
De noite ao luar.

Ó do vira, vira,
Truz, truz no terreiro ;
Quem dançar comigo
Tenha o pé ligeiro !

Ai! as voltas leves do Vira! Na roda larga e lesta, já nem poisam no chão as raparigas! Melhor não bailam, quando o vento as tange, as folhas do freixo onde enlaça a vide!

É também vivo, ligeiro, pulado e saltante, o Fandago raiano, traspasado igualmente de antigo sabor galaico. Mas para seu acompanha-

mento querem-se versos mais longos, o espaço mais lento da redondilha maior:

O cravo tem oito folhas,
A rosa tem vinte e uma ;
Anda o cravo em demanda
Por a rosa ter mais uma.

E quando a labareda do entusiasmo sobe com o estrealjar dos foguetes e nele se afirma o espírito rijo e folião do minhoto, um conceituoso aviso desabrocha como nos valados a flor inocente da madressilva:

Ó meu amor ama a graça,
Não ames a formusura ;
A formusura sem graça
E' pior que a noite escura.

Não é aquela, assim, uma alegria violenta, desmedida, estridente, que brilha e foge como relâmpago em céu esbraseado: é antes gostosa conformidade com as coisas humildes, terna aceitação das penas e dos regalos da vida caseira.

Outra das modas mais antigas é a do Malhão. Nela tomou figura o anseio aventureiro dos minhotos, seu desprendimento e sua confiança:

Ó malhão, malhão,
Que vida é a tua !
Cantar e bailar,
Passear na rua.

Ó malhão, malhão,
Ó malhão, aqui.
Se matar, matei,
Se morrer, morri.

É a canção dos caminhos compridos. Formam em fila os rapazes diante das raparigas, e ora se aproximam, ora se afastam levantando os braços e batendo vigorosamente com os pés os primeiros tempos do compasso. Depois, para bem marcar a linha da cantiga, estrugem as palmas. Com o reboição do bailado, ergue-se no ar o pó em nuvens de oiro. Sabe a sol a poeira. Nada escapa à mágica sugestão :

Os sinos da Sé de Braga
Tocam todos à paixão :
O pequeno toca o fado,
O grande toca o malhão !

Por Esposende, onde a serra e o mar andam enliados no embalador sussurro dos pinhais e das ondas, é a Vareira a dança que mais acorda os sentidos. Há a Vareira das palmas, a Vareira picada, e para as bandas de Guimarães a Vareira descansada. Em todas passa o mesmo ansioso querer, e na insistência de trocar o *v* pelo *b*, o somido das palavras se adoça e recolhe:

Ó bareira, ó bareirinha,
Ó bareirinha do mar,
Eu perdi-me na bareira,
Na bareira me hei-d'achar!

A Chula é de Barcelos. Não tem do Vira o andamento apressado. E assim branda, não há música mais segura para cantar ao desafio. Dá a viola o refrão, quando os dançadores postos em roda provocam o parceiro. Enfrenta cada cachopa o seu rapaz. E todos erguendo os braços em macio modo, de forma tão acolhedora que os moços guardam entre os seus a sombra dos das raparigas, ao mesmo tempo saltam ligeiros os pares para o centro da roda. E na meia volta, e na outra meia, fica no ar perdida a promessa de um abraço, enquanto se ouve suspirar:

Minha mãe era chuleste,
Eu na chula me criei;
Agora canto a chula,
Já que outra moda não sei!

Gil Vicente, que talvez de Barcelos fosse natural, fixou também os passos da Chula no verso em que na *Romagem dos Agravados* teve de acentuar — «andam sempre xula, xula». E o Padre Manuel Bernardes queria que fossem retirados dos coros religiosos os tonilhos das chulas, que neles se haviam introduzido maliciosamente.

Até os bichos da terra mais rasteiros se deixam fascinar por tanto alvoroço:

Se tu viras o que eu vi
Em cima duma parede...
A cobra a dançar a chula,
O sardão a cana verde!

Lá por Celorico de Basto, entre os montes do Larário e das Lateiras, tem a Cana-Verde seus mais reverentes devotos. É um conto de namorados esta dança, conversa bailada no meio de amuos e de perdões. Lutam

o amante e amada por se querer bem. E duvidam um do outro, em igual desejo queimando o coração:

Ó cana real das canas,
Ó cana dentre os canais,
Eu sòzinho, tu sòzinha,
Qual de nós valerá mais?

Na Caninha-Verde esconde-se porventura uma das mais velhas superstições do homem. Desde a noite das Origens, pela Fábula grega até aos poemas de Virgílio e de Ovídio, é celebrado o maravilhoso poder da cana verde. Para a serpente perder a tredora peçonha, não importa cajado; basta entregá-la ao sortilégio dalguma cana. Seu instrumento de magia, a um canavial o foi buscar o endoidecido Pan. Se aos beiços leva a flauta encantada, já lhe parece estar beijando na água a esquiva ninfa. Entre faunos e sátiros, anda Silvano coroado de verdes canas pelos perturbantes bosques de Roma...

Continuada ânsia de amor, a trova popular lhe conserva o apetite carnal:

Eu pintei a cana verde,
Eu pintei a verde cana,
Eu pintei a cana verde
No travesseiro da cama!

Ó minha caninha verde,
Verde cana verduega,
Quando a noite está escura
Um abraço não se nega.

Para estes cantos coreográficos o instrumento preferido é a braguesa viola de arame. E como soa bem quando, em ronda ou tocata, por caminhos assoalhados de romaria, a ela se ajunta o cavaquinho alacre, a rebeca ramaldeira, o violão de côncavos bordões, os estridentes ferrinhos, o clarinete em dó e o pequeno tambor onde parece guardar-se algum velho eco da Provença!

Nas danças minhotas, o corpo é espírito. A sua beleza está na harmonia das formas e das linhas vivas.

Espelho do prazer honesto, mostram as danças do Minho que a vida é alegria, ou em alegria a devemos cuidar.

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA

Ensaio de uma análise ao "Romanceiro" de Garrett

III

ORIGEM OBJECTIVA DOS ROMANCES, AUTORES E FONTES

(Continuação da pág. 138 — Conclusão)

EMBORA se tratasse já a questão da origem atribuída a cada um dos romances coleccionados no *Romanceiro* convém, no entanto, expor em linhas gerais e em conjunto as opiniões que sobre o caso se tem ventilado.

Nos *Volkslieder* Herder foi o primeiro a expor, em 1778, a ideia sobre o aparecimento dos cantos populares das várias literaturas. E a sua ideia cresceu e formou o corpo de doutrina da teoria romântica. Os cantos populares são um eco vivo da voz dos povos, através do qual fala a própria Humanidade. E o poeta popular outra coisa não será mais do que a boca da Colectividade humana, que dele se serve para exteriorizar os sentimentos poéticos que em seu seio germinaram. »

E assim a poesia popular, a poesia dos romances, se não é directamente revelada por Deus, surge misteriosa e expontâneamente na alma colectiva do povo, como brotam nos campos as ervas sem ser sementeadas, — «al sembrar del trigo» — como diria Lope de Vega.

Mas, pelo facto de os romances serem ditos populares e de a poesia se chamar do povo, não se pode concluir *a priori* e sem mais análise que seja este o seu autor.

Factos narrados e costumes descritos indicam claramente que a sua vida foi em grande parte entre a classe aristocrática e cavalheresca, sendo por isso uma poesia para as ilustres castas nobres, cujos costumes tantas vezes reflectem e tão duramente cauterizam, embora viesse também a ser adoptada e a interessar ao povo que a foi conservando com particular cuidado.

E nem se diga que da multidão anónima, impessoal e indiscriminada, surgiu espontaneamente a voz suave do romancero popular. Nada disso, muito longe disso até. Cada romance ou canção popular deve ter uma origem muito concreta, com uma data fixa ou bastante aproximada, com uma pátria bem determinada, com um autor perfeitamente identificado e caracterizado: poeta como os restantes poetas, vivo, pessoal, homem de organização privilegiada, e que só é popular por pertencer ao povo pela sua cultura e por poder personificar em si mesmo o próprio povo.

E assim a delicada poesia popular dos romanos não foi feita por o povo, mas para o povo, que, considerado em si mesmo, como colectividade, é não só incapaz de criar mas até se considera somente como um agente de deformação. E por isso a poesia popular é originariamente feita para o canto que não permitirá que sejam apreciados os descuidos ou deformações de certos pormenores.

É esta a doutrina anti-romântica perfilhada por Milá, adoptada por Grundtvig e Olrik, que a aplicaram aos Folkviser escandinavos, seguida por Gaston Paris em 1889 e mais esplanada e definida por Doncieux em 1893 e por Dúran e por Jeanroy.

E é em 1919 que Salverda de Grave lhe atribui uma origem essencialmente musical.

E já em 1913 Böckel tinha sugerido que a poesia popular é um canto privativo de povos em estado natural e primitivo, com baixo nível de cultura e não chegados ainda a uma relativa perfeição artística (1).

É difícil, muito difícil mesmo, se não de todo impossível, marcar a posição de Garrett no meio destas emaranhadas doutrinas e opiniões. Valerá a pena tentá-lo?

Se exceptuarmos Helder, cuja doutrina talvez adoptasse embora com carácter bastante moderado, Garrett, quanto aos restantes, é um inovador, um precursor, pois toda a sua doutrina sobre romances populares já estava feita e publicada em 1849, data em que vêm a lume os últimos dois volumes do *Romanceiro*. E assim, não é este, por certo, que deve submeter-se àqueles, mas sim aqueles é que poderão ou não enquadrar-se na doutrina garrettiana ou sofrer-lhe o confronto.

Parecerá seguir as pègadas de Helder quando, ao tratar de romances cujo autor e origem não pode determinar, afirma que «o tom e o espírito verdadeiro português é forçoso estudá-lo no grande livro nacional que é

(1) Cf. D. Ramon Menendez Pidal in-*El Romancero*.

o povo e as suas tradições?» Mas aqui não se pode afirmar categòricamente que Garrett admita e muito menos proponha o povo anónimo, tomado colectivamente, como autor de romances.

Pelo contrário, mesmo fora do caso em que certos romances se podem atribuir, sem medo de errar, a um autor nitidamente averiguado, Garrett presuppõe sempre um autor embora anónimo, pessoal no entanto e individual sobretudo.

Ao citar a passagem de Horácio, elogiando os poetas romanos que celebravam enfim as acções da própria gente, o autor apresenta o poeta popular português: — «Os nossos primeiros trovadores e poetas — diz ele que mal sabiam talvez, se tanto, o latim mossárabe dos bons monges de Lorvão ou de Cucujães, e que decerto nunca tinham lido Horácio, seguiram contudo melhor, por mero instinto do coração, as doutrinas do grande mestre que não conheciam...»

Anónimos porventura, eram estes pessoalmente os primeiros trovadores e poetas portugueses.

Mais além afirma que «aos nossos próprios cantores e juglares só ficou fiel a saudosa recordação do vulgo, da plebe que, de geração em geração, foi transmitindo, mas corrompendo também suas composições, delícias outrora de damas belas e de cortesãos cavalheiros, hoje entretenimento de alguma pobre velha de aldeia que as canta ao serão aos esfarapados netos».

Donde se vê claramente a transmissão oral cantada que corrompe o que fora ocupação dos ócios de gente da corte, de cujos costumes eram o reflexo fiel, embora tantas vezes bem pouco lisongeiro.

É da introdução ao romance-xácara do *Conde de Alemanha*: — «É visível que este romance foi composto para celebrar um facto real e histórico, alguma dessas negras e sanguinolentas tragédias, que tão frequentes se representavam nas escuras câmaras dos nossos antigos paços e solares. Nenhuma justiça ousavam intender nesses crimes dos grandes, nenhuma voz os denunciava; e apenas o trovador ou o jogral em sua ronda de terra em terra, de torre em torre, ia repetir, longe numa, o que muito longe dali tinha ouvido noutra; ecos vagos e confusos da história verdadeira que nem ele saberia nem ousaria contar toda, e que mais desfigurados e confusos ficavam no monótono trovar de suas cantadas coplas, cantadas ao som uniforme daquela triste melopeia que ainda hoje dura na memória dos povos».

E, se lembrarmos que a poesia primitiva é, para ele, «selvática, ingénua, inculta, rude, estranha à polida e estudada literatura, conservando

perfeitamente os costumes crus da idade bárbara, e, embora com viço e frescor de originalidade característica, respirando todavia uma graça desafiada se não esquecermos a « árdua tarefa, tão tediosa às vezes, de coleccionar, estudar e explicar textos já viciados da ignorância do vulgo por cujas bocas e memórias andaram », temos de concordar que nenhuma novidade trouxeram à concepção de Garrett, os princípios que Menendez Pidal chamou anti-românticos e classificou de afirmações modernas, talvez por as encontrar em autores posteriores a 1913. Outra razão não vejo que justifique este nome pois que, como vimos, tal doutrina data já de 1849, em que se publicaram os últimos volumes do Romancero e, embora aí não venha tratada *ex professo*, está no entanto profusamente exposta e suficientemente clara através dos três volumes da obra. E, se muitas vezes é afirmada por mero pressentimento e sem prova cabal e insofismável, pouco ou nada adiantaram os citados autores que ao estudo se dedicaram.

No entanto, apesar de ser doutrina antiga e firme, e de não ter sofrido modificações radicais ou inovações essenciais, não se segue, por isso, que devamos acatá-la e respeitá-la com fé implícita, sem mais reparos ou dúvidas.

É certo que ninguém hoje acreditará seriamente na doutrina de Helder, repetida por Erhardt em 1894 sob esta fórmula: « el poeta es la boca de la Colectividad, y ésta es la que poetiza ».

Necessariamente a poesia tradicional houve mister de um primeiro autor definido, concreto, individual. Hoje, por exemplo, se cantam nos nossos arraiais quadras anónimas que se identificam na obra poética de João de Deus, Simões Dias, Augusto Gil, Correia de Oliveira, etc., etc.:

Eu amante e tu amante,
Qual de nós será mais firme?
Eu, como o sol, a buscar-te.
Tu, como a sombra, a fugir-me.

Esta palavra Saudade
Aquele que a inventou,
A primeira vez que a disse
Com certeza que chorou.

Correndo anónimas entre o povo pertencem a primeira a João de Lemos e a segunda a Afonso Lopes Vieira.

E como estas tantas, tantas outras de paternidade legítima mas já adulterada, esquecida.

O que não equivale a dizer que o autor deixou a obra em perfeição inexcedível, que só se estropeará com a transmissão oral. Pereda, no seu livro *Tipos y Paisages*, admite e defende a adulteração constante da poesia popular pela sua transmissão oral, quando observa: — «Autores de mucha e muy merecida fama aseguran que el pueblo es un gran poeta: De donde proceden, preguntaes, esos cantares tan bellos que se oyen en boca de los sencillos trovadores de las calles y de los bosques?

«De vosotros, señores míos, de vosotros, o de otros poetas como vosotros, que los han creado tan bellos en la forma como en el pensamiento; el pueblo los ha hallado después, los ha traducido en su lenguaje tosco y vicioso, los ha aplicado el aire que, en su sentir, mejor los cuadraba, y se los ha cantado en seguida.»

A isto responde a palavra autorizada da erudita Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1) ao considerar a mimosa poesia popular como «obra da inspiração pessoal de personagens pertencentes a todas as classes sociais, com génio poético e que consubstanciavam em si a alma nacional, mas obra que depois, na sua passagem pela boca de muitos, era retocada amiúde: ora aperfeiçoada por condensação, ora deteriorada por falta de memória e por confusão com outros textos».

Com efeito, nos mesmos arraiais se nota que o mesmo cantador repete a mesma quadra modificando-a, muitas vezes, com superior acerto e mais elevada inspiração.

Cai do alto da montanha um seixo duro e informe, de quinas vivas e arestas picantes, e, arrastado pela corrente caudalosa de um rio, chega à planície polido e espelhado; e então a poesia popular, o romance tradicional, levados na onda da tradição oral hão-de sair sempre viciados, corrompidos, abastardados?

Decerto, aqui ou além, hoje ou amanhã, haverá quem modifique para melhor.

Criar, no sentido exacto do termo, decerto que não; mas adaptar, polir, aperfeiçoar, quem negará ao povo anónimo esse direito, essa liberdade, essa virtude?

E assim, a afirmação de que cada romance tem autor, pátria e data próprias e fixas pode completar-se concluindo que cada verso ou cada partícula de canção tradicional pode ter sido modificada numa época, numa região e por um cantor diferente de cada um dos que refundiram alguns dos outros versos ou variantes da mesma canção.

(1) Cf. «Romances Velhos»...

E, se a poesia tradicional do romanceiro é tantas vezes anónima, não é simplesmente porque se perdeu ou esqueceu o nome do seu autor, mas antes se conclua que é anónima por ser resultado de múltiplas e variadas criações que mutuamente se completam (1).

Analisada a origem do romance popular quanto ao autor resta procurar-lhe a origem quanto à matéria, quanto aos temas que trata, o que equivale a indagar quais as fontes em que se inspiraram os poetas do Romanceiro popular.

Falando de fontes não se entendia uma escravidão servil ao modelo encontrado ou proposto «pois que os autores, como os seres vivos, só tomam de importante no ambiente externo aquilo que convém à sua própria índole, — aquilo, por assim dizer, que já era deles».

Este princípio que António Sérgio restringe à produção literária de cada autor estende-o Emile Hennequin à literatura em geral quando mostra que «une littérature exprime une nation non parce que celle-ci l'a produite, mais parce que celle-ci l'a adopté et admirée, s'y est complue et reconnue».

Portanto, se os temas poéticos do Romanceiro assentam sobre um fundo comum tradicional em que entroncam todos os mitos e antigas tradições de todos os povos civilizados da Europa fundando-se essencialmente sobre uma única e mesma base (2) ficamos ainda sem saber se a floração de romances foi por toda a parte espontânea ou se emigrou de uma para outras regiões.

Se, como vimos, muitos temas se encontram entre povos bastante afastados, o certo é que cada um tem a sua modalidade própria adaptando-se à expressão de novos sentimentos.

É o que Garrett afirma ao professar a sua fé nestes documentos conservados pelo povo que pode alterar, traduzir, corromper, mas não inventa nunca.

E, embora lhes atribua uma pujante vitalidade desde tempos imemoriais, e conquanto certas imagens tenham feito a volta da Europa por se encontrarem nos romances e solãos de quantos povos entraram na grande comunhão romano-céltica, romano-teutónica, ou celto-teutónica, a verdade

(1) Cf. R. Ramon Menendez Pidal in-*El Romancero*.

Cf. J. Leite de Vasconcelos in-*Revista Lusitana*, vol. 1.

(2) Cf. Gisli Brynjulfsson — *De l'Ancien Roman français et de l'influence exercée sur son développement par les Normands*, cit. por Teófilo Braga in-*História da Poesia Popular Portuguesa*.

é que se reconheceu que esses romances velhos, que se obliteravam na tradição oral, tinham os seus temas mais completos nas Crónicas antigas do século XIII (1); Gastão Paris encurta-lhes ainda a duração quando supõe que, salvo excepções isoladas, toda esta extraordinária floração de poesia lírico-épica surgiu quase ao mesmo tempo, ou seja, no século XIV em diferentes países da Europa; e Agustín Duran (2) afirma ainda mais categoricamente que a maior parte destas composições são anónimas e sem data que sirva para coordená-las com exactidão cronológica. Não julga, no entanto, que, tal como tem chegado até nós, se lhes possa atribuir idade anterior ao século XV. Mas reconhece em muitas profundos vestígios de serem reproduções ou reformas de outras mais antigas, tomadas da tradição oral. E confirma a existência de outras que admite como primitivas e contemporâneas dos factos que referem.

Também Menendez Pelayo seguramente confirma que não há romances primitivos, nem até hoje têm sido descobertos; aqueles a que chamam velhos, são do século XV.

Muitos dos temas dos romances são de carácter universal e de relativa antiguidade, sendo a sua fixação mais moderna e aproximada de nós e com características nitidamente particularistas.

Se a nacionalidade de qualquer obra literária está principalmente no estilo, nos caracteres, nos costumes, na história, na tradição, na lenda, é certo que podem ser genuinamente originais portugueses muitos dos romances da colecção de Garrett.

Mesmo que esta originalidade seja bastante relativa e demasiado res-trita, pois que, na opinião autorizada de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (3), os únicos que Leite de Vasconcelos julga portugueses são simplesmente adaptações a acontecimentos e personagens locais de velhos romances já preexistentes.

E por isso é falsa a teoria dos patriotas exagerados que acreditam e fazem acreditar que Portugal é possuidor de ciclos especiais e assuntos privativos seus. Belíssimas e cuidadas redacções, remodelações e adaptações de temas universais ou celto-românicos, ou exclusivamente peninsulares, sim. Mas originais que sejam propriedade exclusiva e inalienável de Portugueses, não.

Garrett, nos breves e primorosos estudos de que faz preceder cada

(1) Cf. Teófilo Braga — *História da Poesia Popular Portuguesa*.

(2) *Romancero General*.

(3) Cf. *Revista Lusitana*, vol. II

um dos romances populares, reconhece que alguns destes temas se acham simultâneamente desenvolvidos na Espanha, França meridional, etc. e daí pressentiu que devia existir um fundo tradicional comum, cuja unidade se não atreve a proclamar.

No entanto, ao lermos cuidada e respeitosa cada uma das composições da compilação garretiana, tão cuidadosamente buriladas e com tanta arte retocadas, sente-se perpassar vagamente toda a alma nacional de Portugal, do Portugal antigo. E as brancas velhinhas, que em melopeia rezada as contam ainda porventura aos netinhos ansiosos de lenda e de mistério, não começam por expor categòricamente: isto deu-se no século tal, isto aconteceu no ano tantos. Mas dizem tão sòmente: «Era uma vez...». E assim expressam uma fé convicta na sua antiguidade. São contos e cantos tradicionais. E eu não sei que se possa, com cronológica certeza, marcar data ao nascimento da tradição.

E também indicar com precisão indiscutível o lugar do seu nascimento, quem o ousará?

Sente-se, porém, que através de cada romance popular, embora de tema comum ou universal, vive a alma genuinamente portuguesa da Meia Idade ⁽¹⁾, com seus costumes e hábitos semi-bárbaros, com seus tipos e heróis de romance, com suas lendas e tradições respeitáveis, algumas das quais têm por fulcro factos vividos na História da Nação ou glosam sòmente suaves invenções e imaginações populares, criadas, no entanto, tão convictamente como os próprios factos — comprovados e indiscutíveis.

E, se realmente o Romanceiro garrettiano não está acima dos escrúpulos austelos da crítica e das desapiedadas negações da cronologia, sente-se, no entanto, muitas vezes, e adivinha-se claramente, muitas outras, a verdade e exactidão moral de uma obra cuja exactidão material não pode provar-se por falta de documentos de indisputável e clara autenticidade.

ANTÓNIO SIMÕES FERREIRA

(1) Ferdinand Wolf, após a publicação do *Romanceiro*, diz: «Ninguém contestará que os Portugueses também possuem romances que lhe são próprios e que são antigos e legítimos, entre os quais há alguns que pertencem aos mais belos de todas as nações.» Cit. por Prado Coelho in-*O Romanceiro de Garrett*.

COISAS DA MADEIRA

Lenda do fundador da Madalena do Mar

(Continuação da pág. 154 — Conclusão)

TORNEJANDO a costa, dobrada a Ponta da Cruz e tomado agasalho seguro na encalmada baía da Câmara dos Lobos, passada a Ponta da Água, caminhando já para trás a Ribeira Brava, aproando Ponta do Sol e descendo para a Ponta da Galé, antes de ali entrar homem logo se encontra com Santa Maria Madalena do Mar, entalada entre os Canhas e a Fajã que dá vazão ao Arco da Calheta. Neste lugar, onde hoje fica Santa Madalena do Mar estavam naquele tempo as casas e as extensas terras dadas em sesmaria a Henrique Alemão. Para longe de seis léguas navegando-se do Funchal, remando com a maré sempre na feição da terra, maneirinho às suas rochas.

Cedo esta magnífica porção de território prosperou povoada, dando origem à freguesia que tomou seu nome da capela naquele lugar fundada pelo sesmeiro em homenagem da Santa Pecadora (1). E deste modo o sítio se ficou chamando de Santa Maria Madalena junto do Mar (2). Junto ao Mar porque se ergueram os muros da povoação com esta a beijar os seus calhaus, ficando à *babugem do mar* como sói dizer-se pelos casais daquelas redondezas mais vizinhas.

Toda a Madalena, terra de permanente verdura debruçada sobre o mar de safira, sorri na doçura dos seus encantos mágicos e toda se derriça como um sol a roçar as rochas mas sem nunca as deixar de afagar. Pequena fortaleza de amor naquele teatro do mundo, a Madalena domina o azul do

(1) Em lugares laterais tinham altar os gloriosos Santo Estêvão, Rei da Hungria, e S. Jorge, o grande mártir de Nicomédia, vencedor do mal e protector das Ordens de Cavalaria. S. Jorge protegia os exércitos de Ladislao em Varna. Noite e dia, nestes altares ardia lâmpada votiva. Não haverá ali recordação eterna da Pátria vivida nesta Saudade protectora e tutelar?

(2) A actual Madalena do Mar.

céu com o oiro dos seus vinhedos e desposa as cores do mundo nas variações esquisitas do seu talento feiticeiro de artista da natureza. Parece mimo de Deus oferecido aquela Ilha de bem-dizer na fortuna da sua glória abençoada. Perto de si, metendo-se-lhe pela casa dentro como intrusa, desliza suave na bondade a sua ribeira. Nascida lá para o alto, no pico do Urze, no planalto do Paul da Serra, esta afadiga-se de palmilhar correndo boas léguas ⁽¹⁾ entre flores e raspando vales, a regar terrenos e a fertilizar culturas, até vir desaguar no Atlântico molhando os pés da Madalena.

Naquelas terras abastou-se o sesmeiro Henrique Alemão a pontos de, por toda aquela roda da Ilha, se conversar de dono da casa melhor do cabo do mundo, não só pelo luxo como pela excelência perfumada do arrumo em faustosa disposição de arte e de farta mesa.

Já nos esquecíamos de dizer ter este real sesmeiro casado na Ilha. Conhecera sua mulher na melhor privança das filhas do Donatário. Nas aparatosas recepções em casa de João Gonçalves Zargo, à Conceição de Cima, onde se chama hoje sítio das Cruzes, e onde o Capitão tinha honras e privilégios inerentes à sua dignidade e prosápia, deve ter tomado conhecimento e apreciado as virtudes dessa gentilíssima algarvia. D. Senhorinha Anes, senhora do melhor sangue em quatro costados, flor de altura em palminho de cara de risonha e alegre moreninha de olhos negros, logo soube prender e cativar a Henrique Alemão, conquistando nas suas maneiras a dureza triste desse Príncipe encantado. Segredava-se pelas casas grandes do Funchal que somente Senhorinha fora capaz e tivera jeitos na arte mulheril para acender lume naquele coração e dar brilho e luz de Sol àqueles olhos mortiços sempre compostos no ar de tristura tão natural para aquele semblante apagado e sem vida.

Ajustado o amor e aforados os seus corações, casaram os dois e foram muito felizes, nascendo desse affecto um filho que recebeu em baptismo o nome de Segismundo, fosse em homenagem ao Santo e Mártir da Igreja ou tomado em preito de amizade pelo filho de Carlos IV, estouvado inimigo das sublevações hussitas.

El-Rei de Portugal os apadrinhou, fazendo-se representar nas bodas pelo magnífico Senhor Donatário do Funchal.

E logo foram ambos viver, na melhor harmonia de feitos e casamento de génios, para as terras da sesmaria da Madalena do Mar, um e outro estimados no maior e mais leal e firme amor.

(1) Mais de 5 quilómetros de extensão, recebe no seu percurso, pela margem esquerda, às águas das ribeiras do Caldeirão e da Amoreira.



Busto do Dr. Alfredo Pimenta
pelo escultor vimaranense Joaquim Teixeira



Busto do Dr. Alfredo Pimenta (perfil)
pele escultor vîmaranense Joaquim Teixeira

Mas o Capitão Donatário nunca lhes largava de dispensa para as suas grandiosas festas e aonde o sesmeiro sempre trazia consigo a «roda de navalhas» (1) de cavaleiro da ilustre e pia Ordem de Santa Catarina do Monte Sinae.

Numa dessas muitas tardes de recepção ofereceu-se ensejo para sucesso que ali mesmo logo trouxe as gentes pasmadas no assombro pela revelação do mistério. A suspeita convertia-se na certeza. Henrique Alemão, o príncipe como lhe chamavam, era realmente Príncipe de carne e osso, dono e Senhor de dilatado Reino de excelentes e boas gentes cristãs.

Certo dia, no alpardinho, fim de dia morno na calmaria, entra o Funchal a certa nau que a seu bordo trazia, entre outras mais pessoas naturais do Reino, seis franciscanos de Nação polónia. Desembarcados em terra, logo sobem lestos para a Conceição de Cima (2) encaminhando suas passadas até as casas do Senhor Donatário. Estava-se numa dessas festas de magnificência régia, como era no costume naquela pequena corte do Senhor do Funchal.

Pedem audiência ao Capitão Donatário.

Quando recebidos, declaram-se naturais e de Nação polónia e isto logo enche o donatário em cuidados e mais temores por a suspeita entrar a roer-lhe no peito.

Enviados pelo Rei Casimiro, querem falar para reconhecer a certo estrangeiro que na corte do Senhor Capitão vive e de que já corre fama pelo mundo de que seja o seu Príncipe, de direito seu Rei natural. Não ignoram que ele reside ali, naquela Ilha de sonho e de magia, formosa no parecer e pródiga no bem-fadar. Ali se acolheu no arrependimento, a penitenciar-se na ignorância de si pela má fortuna em que deixou as gentes e vivendo enlutado com a dor dessa lembrança.

Trazem os religiosos para perto de Henrique Alemão, a essa hora a olhar do vão de janela mal alumada, sempre no seu ar cansado de tristeza ruim, o luzeiro que, sobre o branco e verde da paisagem no casario, aos poucos se acendia no céu para deixar ver no manto de Nossa Senhora o brilho das suas estrelas.

(1) A roda simboliza o meio empregado para martirizar por ordem do Imperador pagão esta virgem e sábia Santa Catarina de Alexandria. A roda que devia martirizar a Santa não o fez por se ter quebrado.

(2) Actual Igreja de Santa Clara. As casas da terceira residência do 1.º Capitão do Funchal, achavam-se fronteiras a esta Igreja, no local onde agora fica um espaçoso largo. A seu lado correram as obras do Mosteiro clarista. É erro supor-se o fundamento destas casas no lugar onde hoje fica a Quinta das Cruzes.

Logo certo de entre os mais cinco se adianta. Mais ancião e de mais grave aspecto, em tremuras de comoção e a voz mal segura e presa nesse soluço, as mãos alevantadas em cruz à altura das suas compridas barbas de fios brancos, encanecidos na religião da penitência e nos jejuns, avançou mais um nadinha, atremou bem de frente perscrutador para o olhar do sesmeiro e logo se botou em pranto rojando humilde a seus pés, mostrando devota e submissa vassalagem para tributo de grão respeito. Todos os outros cinco, choro convulso solto pela saudade em falas desconhecidas dos mais, procuram as mãos de Henrique Alemão, mas este de apressado as retira da obediência e, no aturdimento, foge daquela sala.

Não lhes dera tempo nem ordens para que dissessem ao que vinham. No entanto...

— Querem saudar em Henrique Alemão o seu Príncipe, o Rei Ladislao VI, o seu Encoberto. Em nome de seu augusto irmão, o Rei Casimiro, aquele que ainda se julga seu regente, o buscam para o seu regresso à Polónia. E se os rogos de seu irmão não bastarem, nem as súplicas e lágrimas de todos os seus familiares chegarem para isso, ajuíze o Rei da vontade do povo nas suas rogações para que não o amofine por mais tempo longe da História e do coração dos homens.

Os frades saíram da sala empurrados na confusão geral, ensandecidos na surpresa, envergonhados pelo atónito da certeza, de ânimo perdido na desconfiada verdade e lamentosos nos queixumes.

De todas as opiniões se erguem protestos indignados ou suplicatórios, quando dos jardins sobem, com o seu encanto, risadas femininas a encontrarem eco no enervante atabafado da situação. O sesmeiro da Madalena vincou no rosto mais uma ruga forte e negra, acinzentando em mais uma nesga farta o seu cabelo de eslavo. D. Senhorinha, sua mulher, nem se boliu donde estava, perdida toda a alegria de assombrada que ficou.

Jamais o olhar do sesmeiro se alumiou na luz dos felizes; se quase já não a tinha de apagado como o trazia! e em seu coração mais na raiz sufocou o luto que lhe ia dentro pela alma.

E estes frades mandados à Ilha pelo seu Rei, por ordem do Senhor Donatário são dali recambiados e pela mesma caravela que os trouxera. Aportados ao Tejo procuram a El-Rei a quem suplicam aconselhe e demova o Rei Ladislao, obrigando-o a regressar à Pátria, ao grémio dos seus. Mas também há quem logo lhes acrescente o nojo de El-Rei ⁽¹⁾ esquivando-se deles com bons recados e pretextos e despachando-os despedi-

(1) Reinava em Portugal El-Rei o Senhor D. João II.

dos entre presentes e obséquios com amizades e palavras de promessa mandadas ao Rei Casimiro.

Rodam os tempos entre as festas e as bondades acariciantes do clima, a lenda do Rei encantado a tomar vulto ganhado de entre as gentes destas duas Nações cristãs. Na Polónia, desnudam-se os povos na saudade pelo Rei Ladislao e despovoam-se do mau governo das mágoas ao saberem-no vivo no encantamento dessa Ilha distante e de sonho. Na Madeira, os homens tramam já a sua lenda ungiendo no fantástico às vozes que lhes andam pela alma, a rasgar em sua doçura aos perfumes de nova poesia. Lenda toda composta na observação e no amor, ciência certa das gentes, o seu aroma embriaga derramado entre dois povos e a penetrar-lhes no seu íntimo com o forte e intenso e estridente grito do seu patriotismo.

Nações que se definiram em famílias a lenda ajuda-as a melhor construir a sua História caseira. A lenda revela-se-lhes como a sua única filosofia de política ética. A lenda firma a tradição, como esta se repete na História dos povos. E raro no indulto dos costumes falha a esta verdadeira filosofia da alma popular.

Mas os anos correm no despreocupamento natural de vida toda composta em alma de eleição e os dias sucedem-se na suavidade calma e perfumada daquele eterno jardim de carícias meigas e orvalhadas pelo perfume das flores e pelo ar das montanhas, quando, ao destempo, estando-se nas vindimas, El-Rei o Senhor D. João II de Portugal envia seu muito saudar com pedido urgente para o Sesmeiro se chegar a Portugal e vir à corte por via de negócios de augusta gravidade. Querem os povos que El-Rei mandara aperceber a condigna nau de guerra onde Henrique Alemão, a quem El-Rei mandava cobrir nas honras de primo, seguisse viagem para o Reino com aparato nunca celebrado e só próprio da sua dignidade régia.

Antes da chegada da nau, senhor já dos desígnios de El-Rei, ajuizam os povos ter o sesmeiro revelado a D. Senhorinha o mistério do seu segredo. Outros mais prudentes na segurança de suas afirmações, negam-lhe semelhante inconfidência, pois Ladislao jurara no Monte Sinai nunca mais quebrar esse oculto voto de obscuridade. Perjuro uma vez, quando rompera o tratado de paz com Amurato, tencionava morrer penitenciando-se no silêncio e no arrependimento.

Terá sido então o mordomo velho quem, na dedicação respeitosa pela dona, na amizade afectuosa pelo menino da casa; terá sido ele o denunciante indiscreto? Nesse caso, o segredo vive entre os dois... metidos na inconfidência o velho criado e a dona sesmeira.

Mas também asseguram as gentes, na confiança, ter sido D. Senhorinha quem, não deixando meter os dedos pelos olhos, conhecera dos factos pelo velho servidor, e os soubera na condição de sòmente os revelar a Segismundo, depois da morte de seu pai e estando o filho na idade crescida da razão.

Assim parece terem-se dado as coisas...

Contamos já como El-Rei convidou o sesmeiro Henrique Alemão a que viesse à corte em visita de muita amizade e de boa cortesia como estava nas regras para praticar entre primos... e os mais afoitos logo juntam opinião dizendo querer El-Rei demover o sesmeiro da teimosia em que este se debate e se afinca, metendo-o em brios de honra régia para deste modo promover o seu regresso no trono da Polónia.

A nau de guerra enviada por El-Rei comunicava com terra, quando ainda Henrique Alemão andava pela Capitania em negócios da sesmaria com o Senhor Donatário ⁽¹⁾ e nas andanças useiras de última hora entre os cortesões de trato e os responsáveis de etiqueta nos costumes.

Além do mais, também teria tomado séria incumbência do Senhor Capitão com algumas confidências suas e excelentes e seguros recados de importância para o nosso Rei.

E como a embarcação, já feita da aguada e reparada dos seus estragos da vinda, toda aparelhada e vistosa para a torna-viagem, só aguarda que o tempo amainando lhe ofereça monção favorável para se fazer de vela ao Reino, Henrique Alemão não devendo sair para o mar sem as cortesias da despedida embarcou na sua barquinha e guiou-se na direcção da sua sesmaria onde tinha a todos os seus...

Bordejando rente com a terra a guinar-se pela raiz da rocha, remando os seus barqueiros no vigor da Madalena, costeando mar e escapulindo terra, no Gorgulho e Praia por entre os seus ilhéus, na galhardia a deslizar beijando as areias da Praia Formosa, ia a barquinha sempre pisando leve as ondas no seu baloiçar singelo e suave de airosa cisne. Estão em frente de Câmara de Lobos; mais uma remada e terão o Cabo Girão salvo pela popa, quando, repentinamente, chega do fundo do mar o ruído cavo de horroroso eco. Correu-se-lhes a todos um arrepio de morte pela espinha abaixo. Foi tudo no tempo de um credo. Leva mais a contá-lo que a dizê-lo na ocasião.

As águas sobem à altura das montanhas, tudo se sacode à roda, as

(1) Ao tempo já João Gonçalves da Câmara, filho de Zargo e 2.º Capitão Donatário do Funchal.

águas abrem-se e fecham-se na agitação afogueada do seu protesto, o Sol abraça a terra e sufoca os homens, e as rochas unindo-se metem-se umas nas outras com ganas de se ligarem para todo o sempre. A vista some-se da terra para olhar ao transunto do inferno. Neste entrementes, o mar com as tremuras, quando quebra sobre si com certa rocha que se largara do seu poiso vigilante no Girão. Grande calhau desabou sobre a barquinha, caindo no próprio lugar onde se achava o sesmeiro. Bateu em cheio sobre o desditoso Príncipe que imediatamente morreu dando a alma a Deus. O sesmeiro nem tempo teve para um ai, nem sentidos para o que via.

Os restantes da companhia todos se salvaram a nado e puderam vir contar como o mar queria engolir tudo naquele de-repente.

Alguns restos do corpo do Rei Ladislao vieram dar à costa, trazidos no alteroso das vagas e reza a tradição terem sido devotamente recolhidos pelos amigos e familiares, recebendo sepultura cristã na sua Capela de Santa Maria Madalena no seu lugar junto do mar.

Na hora da morte do Príncipe polaco, diz-se ter o Sol perdido o seu brilho, apagando-se sumido e sem cor por dentro do mar e no céu e na terra descendo aos homens noite escura vestida no seu luto e só escutada no sossego medroso destas horas negras e de morte. Morrera um justo que convertera o pecado no perdão dos arrependidos contritos.

E na calma morna desta grande noite se ficou ouvindo por muito tempo aos rugidos indignados das rochas em protesto...

Mas a desgraça quando chega nunca caminha sòzinha e a da Casa de Henrique Alemão não se conteve longe para fugir da regra...

O Príncipe Segismundo, seu filho único e herdeiro da Polónia, conhecedor da sua linhagem, embarcou para o reino com tenções de daqui se fazer passar à Pátria, restituindo-se ao trono de seus Avós.

Mas estava escrito no livro do destino que a maldição de Amurates devia cair sobre toda a casa de Ladislao. Entre o sul de Arguim ⁽¹⁾ e o

(1) O nosso simpático isleno relaciona sempre a ideia de Arguim (vide o que já dissemos a este respeito na sua lenda), ilha submersa e vizinha da Madeira com qualquer facto importante da sua história lendária ou com acontecimento ou sucesso que mais o haja impressionado. Mais tarde assim explicará também o encantamento de El-Rei D. Sebastião quando do seu desaparecimento na batalha de Alcácer Quibir. Segismundo terá morrido nas águas de aquela Ilha de encantamento; El-Rei D. Sebastião continua ali a aguardar a sua hora de regresso à Pátria.

Para as gentes, na sua imaginação, Arguim não será nunca a feitoria das costas da Senegâmbia, mas a ilha submersa donde mais tarde D. Sebastião virá tomar agasalho depois de deixar a sua espada nas rochas da Madeira. Neste tempo, portanto, pelo primeiro quartel do século XVI, não aliando datas, já querem que esta ilha se tenha afundado.

norte da Madeira, a caravela desviada traiçoeiramente do seu rumo, entrou em zona de tufão, investindo a barca indefesa contra ventos vindos de todos os quadrantes, toda a sorte de ventos ruins e de chuvas malfazejas. Cai a gávea, desprendida a toda a sua altura e na sua queda atira-se sobre Segismundo e o velho aio que juntavam amizades ao pé da vela grande. Morreram ambos, mãos nas mãos, unidos na morte como amigos na vida.

E acrescentam os islenos, ter ali tido fim o filho de Ladislau VI, Rei da Polónia e com a sua morte a toda a sua casa ⁽¹⁾, e tudo por via dessa praga ruim botada, por Amurato, no ódio e na opinião de perjuro, contra Ladislau, quando na ocasião de entrarem em Varna e os seus soldados morderem a terra para a grande batalha.

Certo ou não, cumpriram-se os fados, aqui se dando fim a esta lenda de gran formosura.

Depois da morte de seu filho, a rica viúva D. Senhorinha Anes, herdeira por Henrique Alemão das abastadas terras de sesmaria, veio a casar com João Rodrigues de Freitas, natural do Algarve, e no casal se instituiu o morgadio da Madalena, com capela, de que ambos foram padroeiros e seus fundadores ⁽²⁾.

* * *

Aliança encantadora de duas lendas iguais de muita e terna ternura e vividas entre dois povos cristãos.

Nos polacos conserva-se acesa na Tradição a crença de que Ladislau VI, seu Rei amado, nunca morreu e com essa lenda de altura se afirmam na certeza de Pátria, esclarecidos os povos na sua inteligência com o testemunho verdadeiro da sua tradição.

Para os islenos, deste modo, Ladislau teve o castigo pela derrota do seu exército e o perdão pela felicidade que encontrou em terra portuguesa. E se teve morte de desgraça, esta a deveu unicamente ao facto de ter sido perjuro na sua palavra, mesmo quando dada a gente infiel, pois o homem é sempre escravo da sua honra e fidalgo da sua fé jurada.

FERNANDO DE AGUIAR.

⁽¹⁾ A coroa continua nesta família por seu tio, irmão de Ladislau, o rei Casimiro que foi pai de São Casimiro.

⁽²⁾ Reedificaram a capela e bastante a aumentaram nas suas rendas.

Alguns acontecimentos da penosa vida do Brigadeiro **ANTÓNIO LOBO DA SILVA** antes e depois de militar

(Continuação da pág. 145 — Conclusão)

○ General Santa Martha, logo que se lhe uniu o Chefe do Estado Maior, marchou com toda a sua tropa para Oliveira d'Azemeis, onde, ao cabo de alguns dias, ali se lhe reuniram as 4 brigadas de que se compunha a 4.^a Divizam do dicto General. Chegou em dia 18 de Julho de 1832 áquella Villa a vanguarda da 2.^a Divisão do Commando do General Póvoas, que vinha de Lisboa.

As 7 da noite do mencionado dia principiou a 4.^a Divisão a desfillar p.^a o Carvoeiro, onde se passou o Douro para o Norte do dicto Rio sem impedimento algum. E em dia 21 de Julho achando-se a 4.^a Divisão em Ponte de Ferreira; e em dia 22 das 7 para as 8 da manhã foi atacada pelas tropas do Senhor D. Pedro, commandada a fôrça pelo Conde de Villa Flor. O ataque se tornou geral seriam as 12^h do dia; o Chefe da 4.^a Divisam Lobo avançou com uma peça de calibre 3, do commando do Tenente de Artilheria Silva, e a collocou em uma pequena eminencia chamada as Cruzes, e d'ali fez desalojar o inimigo que defendia aquelle ponto, pondo-se em retirada para Valtar. O Chefe do Estado Maior Lobo fez marchar o Tenente Silva tomar outra nova posição defronte da estrada que vae para Valtar; e quando um Obuz dos constitucionaes entrava na Ponte, em retirada, a peça de Artilheria dos realistas fez um fogo tão acertado que lhe matou a parelha e bolieiro que conduzião o obuz á entrada da ponte da dicta Villa, e ali prisioneiro ao obuz.

No dia 24 os constitucionaes pucharam as suas forças sobre Villa Nova, e, por esta evolução, as tropas realistas do commando do General Povôas abandonaram a formidavel posição da Serra do Pilar, que foi logo occupada pelos constitucionaes. A Divisão do S.^{ta} Martha até ... d'agosto,

levantou o Campo, seria 1 da tarde, marchando para Valtar. Ouvia-se ali m.^{to} fogo de Artilheria e Mosquetaria que depois se soube fôra a acção de Souto Redondo, em 7 de agosto de 1832, que os constitucionaes, commandados pelos Generaes Duque da 3.^a, Villa Flor e Saldanha foram atacar a 2.^a Divisão do General Povôas, cuja acção foi ganha por este; deixando o inimigo no campo da acção um obuz e uma peça de campanha e uns 25 a 30 prisioneiros, e tendo sido os constitucionaes perseguidos pelos realistas até aos Carvalhos.

Em ... d'agosto chegou o Ex.^{mo} General Pezo da Regoa com parte da 2.^a Divisão ao Sul do Douro e tomou o commando em chefe do Exercito Realista que operava contra o Porto ao Norte do Douro. Logo que tomou o commando fez um reconhecimento ao Porto pela estrada de Val-longo, e nos dias ... d'agosto avançou todo o exercito e fez um reconhecimento defronte dos Congregados. O exercito no dia 7 de Setembro pela manhã fez uma marcha de flanco sobre a Cruz das Regateiras; e no dia 8 fez novo reconhecimento atacando as posições do inimigo no Monte Pedral, onde perderam os constitucionaes a sua artilheria.

Segue-se o primeiro reconhecimento ás Linhas do Porto: 1.^o assalto em 16 de Novembro de 1832, sem effeito.

Depois a tropa constitucional ataca a realista que guarnecia a serra do Monte Pedral (?), perdida por estes.

2.^o Ataque ás linhas do Porto em 15 de Julho de 1833, commandado pelo General realista Mormon, francez, que se achava ao serviço de D. Miguel. Sem effeito, retirando-se as tropas realistas a occuparem os mesmos pontos que guarneciam antes do mencionado ataque.

Eu, commandante da Brigada provisoria, passei a tomar a minha posição que occupava ao Sul do Douro em Lavados, á entrada da barra do Douro, commandando a linha das 4 baterias á margem do mencionado rio: o 1.^o forte defronte ao Castello da Foz; o 2.^o forte ao Cadaval (?); o 3.^o de D. Miguel; e o 4.^o o dos obuizes no Candal, etc.

Todas as manhãs antes de amanhecer mandava formar o resto da Brigada que estava livre do serviço e reservas das fortificações em um campo chamado o Pradinho onde eu comparecia; e ao amanhecer principiava a visitar a linha das fortalezas a meu cargo, e quando chegava á última e não encontrava novidade mandava, por um Ajudante d'ordens, ao Campo ao official que tinha na minha ausencia sido encarregado do commando da tropa, a mandasse a quartéis.

Uma manhã estando ainda no Campo, recebi uma participação do Commandante da reserva que estava á fortaleza dos Obuizes do Candal,

que o inimigo de surpresa tinha tomado a fortaleza: Marchei, como desorientado com tal noticia, com uma porção de tropa que estava, ao Candal; nada de fogo; e em uma corrida atacamos a fortaleza e a retomamos, tendo o inimigo retirado da fortaleza, acolhendo-se ás embarcações inglezas. Tendo nós ordens positivas não offender aquellas embarcações e ellas atraçoando-nos.

Nesta occasião foi quando o Almirante Sertorio, da Armada do Snr. D. Pedro, tomou a de D. Miguel, do commando do Almirante João Telles, cujo chefe por traição a entregou ao inimigo!!! Depois desta desgraça a armada constitucional com a sua preza entrou em Lisbôa em 5 de Julho de 1833; o Duque da Terceira desembarcou no Algarve, em Casella, em 24 de Junho de 1833, com o Brigadeiro Romão Jose Soares, Barão de Casella.

Achando-me n'essa occasião privado da minha saude pelos ferimentos que já tinha recebido, vim tractar do meu restabelecimento a Bragança, aonde tinha a familia, e não sendo ainda exonerado nem de Chefe do Estado Maior da 4.^a Divisam nem do commando da Brigada Provisoria, ainda Coronel (?) de Veteranos de Traz dos Montes. D'ahi a dias da minha chegada a Bragança recebi um officio do General da Provincia São João da Pesqueira (1), para que tomasse o Commando da Praça de Bragança; e tendo tomado posse do governo da Praça, recebi d'ahi a dias outro officio do mencionado General avisando-me da chegada, á dicta cidade do Infante Hespanhol com sua Mulher, D. Carlos e um esquadrão de Cavallaria Portugueza ás suas ordens, para que eu e a guarnição da praça lhe prestassemos as honras devidas a um principe.

Logo que o dicto Senhor chegou a Bragança o metti no Paço do Bispo; e a toda a familia que vinha com elle a aquartelei, assim como a Cavallaria da sua guarda.

No dia seguinte á sua chegada recebi um officio do Governador de Miranda, dando-me aviso de ali ter chegado áquella cidade uma porção de tropas hespanholas da Divisão do General Rodil e que se dirigiam a esta Cidade a fim de surprehender o Principe D. Carlos de Bourbon e o conduzirem áquella Nação.

Dirigi-me immediatamente ao Paço do Bispo, onde elle estava apontado e a Senhora sua Mulher, e lhe fiz vêr o officio que acabava de receber do Governador de Miranda.

E ali ficamos de eu lhe promptificar todo o necessario para a sua

(1) Luiz Maria de Souza Vahia Rebello, 1.^o Visconde de S. João da Pesqueira, avô do actual Visconde, seu parente, Luiz Vahia. *Aragão* General.

sahida de Bragança. Officiei logo ao Abbade de Rebordãos dando-lhe parte que ali havia chegar a sua casa o Principe D. Carlos de Bourbon e sua Mulher; e que eu ficava certo do bom tractamento que Sua Senhoria lhes faria, pelo pouco tempo que se demorariam ali, etc. Tendo tudo prevenido, á noite do mesmo dia que recebi o officio acima mencionado, dirigi-me ao Paço e lhe participei estar tudo prevenido e a casa aonde havia ir descançar em Rebordãos e ali esperasse o meu aviso ou para tornar p.^a a Cidade não sendo invadida por tropas hespanholas, e sendo, elle se retiraria d'ali p.^a o interior da Nação. Seria meia noite do dicto dia saíram os Reaes Principes, sem que da Cidade o soubessem, porque mandei as cavalgadas e tudo, sahir para fora da Ponte e eu enlacei entre os meus braços as duas Pessôas sem mais companhia até ao sahir, onde ali estava tudo prevenido: montaram a cavallo e dirigiram-se ao mencionado pôvo de Rebordãos.

As tropas hespanholas ao amanhecer do dia successivo á noite da sua sahida de Bragança entram na Cidade. Eu me dirigi ao Commandante da tropa e lhe extranhei a entrada de tropas estrangeiras em um paiz onde as duas nações gosavam da maior paz e socego e bôa harmonia ao que elle me respondeu que tinha vindo á cidade buscar um principe da sua Nação e que a nada mais tinha vindo. Ao que lhe respondi que o Principe tinha sahido da Cidade p.^a o interior da Nação; e de mais que os paizanos e pôvo se achavam armados e vendo uma invasão de tropas estrangeiras haveria algum encontro perigoso, do que eu me não responsabilisava.

As tropas sahiram logo p.^a a sua nação.

NB. Eu logo que as tropas entraram em Bragança participei a D. Carlos e que se retirasse p.^a o interior da Nação, o que elle fez, marchando p.^a Villa Real, etc.

Continuando no governo de Bragança como Coronel de Veteranos ali me veio, em uma ordem do dia, o decreto de 16 de Março de 1834 Brigadeiro effectivo, por graça especial por me achar restabelecido dos meus ferimentos, e desligado do governo da Cidade. Neste meio tempo foi dada a acção naval entre os dois almirantes Sertorio, de D. Pedro, e João Telles, de D. Miguel, nas aguas do Algarve e entrou a armada vencedora em Lisboa com a vencida.

Marcharam p.^a Lisboa parte da tropa constitucional do Porto, e o Duque da Terceira com outra que tinha no Algarve de seu commando; porque estando em Alentejo o General de D. Miguel o Barão de Molellos com 5:000 homens este deixou a passagem livre ao Duque da Terceira,

retirando para Beja. Também neste período marchou em direitura a Lisboa parte da tropa de D. Miguel que fazia o sitio ao Porto.

A tropa constitucional que tinha ficado de guarnição ao Porto sahio da Cidade e atacou a tropa de D. Miguel do commando do General Cardoso que fazia a cidade obrigando esta a uma grande retirada fazendo-a passar o Douro no Pocinho; e as tropas do Snr. D. Pedro se asseinhorearam da Provincia de Traz os Montes.

N'estes conflictos, ainda me achava Governador de Bragança, recebo um officio do General da Provincia São João da Pesqueira p.^a me retirar com a guarnição de Bragança p.^a Moncorvo reunir-me a elle General; o que não pude executar.

Sahi de Bragança ás 10 da noite de 16 de Março de 1834 em direitura a Freixo de Espada á Cinta unico ponto por onde me poderia salvar da tropa invasora.

No segundo dia que sahi de Bragança me abandonou a tropa que ia ás minhas ordens; levo só em minha companhia o Major reformado Manoel Antonio da Veiga, o Pagador Matheus, o Commissario Bernardo, o Alferes Antonio Lopes e Irmão Antonio (?) Lopes, Sargento Baguere (?) e cinco officiaes superiores hespanhoes e 20 a 30 soldados que estavam em Bragança em deposito do Principe D. Carlos de Bourbon. No meio da jornada se reuniu a mim o Bispo da Cidade que andava em visita; não quiz recolher a Bragança com mêdo o não (?) matassem. Por mais que lhe fiz vêr que recolhesse á sua diocese, ficando na certeza que ninguem o inquietaria, o não pude convencer da marcha para Bragança. Chegamos a Freixo de Espada á Cinta na noite de 17 de Abril; ali passamos o Douro a váu para a parte de Hespanha. Eu entre mil afflicções por ter algum encontro com alguma tropa da dicta nação. Andamos todo o dia 18 do dicto mez pela parte esquerda, em a margem do Rio Douro sem perigo algum; e na tarde d'este dia tornamos a repassar o Douro para a parte de Portugal e fomos pernoitar a um pôvo portuguez chamado Matta de Lobos.

N'essa mesma noite fomos surprehendidos por uma força de tropa hespanhola do commando do General Rodil, escapando-se d'esta empreza o Bispo, e o Major Veiga e o Pagador Matheus, etc.

Estas tropas em todo o dia vinham em nosso seguimento e eu m.^{to} descansado por me vêr na minha nação, porque não tinha noticias do seguimento de taes tropas; porque, ao sabel-o, eu teria seguido a minha marcha para o interior. Fomos ali n'aquelle acto saqueados, despindo-nos até as calças, a vêr se levavamos algum cinto com dinheiro junto ás carnes. Fomos logo conduzidos a Hespanha á Cidade de Rodrigo.

NB. No primeiro dia que entramos presos na Hespanha foi em um domingo, e nos metteram em uma igreja, e d'ali a pouco mandaram os 5 officiaes hespanhoes ao adro da igreja e ali os arcabuzaram.

Continuamos a marcha; chegamos á Cidade na manhã de 21 de Fevereiro; fomos mettidos em prisões! Eu separado dos outros em uma á entrada das Portas da Praça com guarda de official; este assistia todos os dias quando me levavam o jantar; acabava de comer, porta da prizão fechada ate ao dia seguinte á mesma hora.

Não tinha respiração senão de um postigo que tinha a pequena porta e este postigo com uma crivinha de ferro. Quando me deitava dava com a cabeça em uma parêde e com os pés em outra, tal era a latitude da prizão (O não ser por Deus querer dar-me a vida, de certo d'ali só ao sepulchro). Ali nos conservaram até 24 de Maio de 1834.

D'ali nos mandaram em uma escolta hespanhola até uma aldeia na raia, Aldeia do Bispo e nos entregaram a outra escolta de tropas portuguezas e remetidos ás prisões de Almeida. Se até ali eramos mal tractados pelos hespanhoes, pelos portuguezes nem as fêras mais deshumanas nem corações mais barbaros nos podiam tractar com tanta crueldade! O nome que me davam era de tratante; sempre a pé no meio dá escolta; o primeiro que entrava nas prisões era eu debaixo do titulo de tratante e bregeiro pelo alferes do regimento de Infantaria n.º 6.º

De Almeida nos conduziram ás prisões da relação do Porto, sempre a pé na escolta. Um official conductor, fazendo-se um dia m.º compadecido dos meus trabalhos, me disse no meio de uma estrada que se eu estava cançado me mandaria ficar á rectaguarda da escolta e viesse andando devagar, como pudesse. O que m.º lhe agradei pela bondade pharisaica com que n'aquella occasião me tractava.

Porque soube por um sargento da escolta, em muito segredo, que me não utilisasse de tal offerta; porque, caso eu acceitasse ficar atraz com os dois soldados que me guardavam, tinham de me desfecharem dois tiros e matarem-me, que ia fugindo dos soldados. Este sargento que sempre me acodia nas minhas afflicções e até respondia ao Official quando me tractava com indecencia, era Deus que me ajudava nos meus innocentes e injustos padecimentos.

Chegamos ás prisões do Porto. Ali chegamos em 28 de Setembro de 1835. Já tudo socegado faziam da prisão um officio ao General da Provincia que o meu crime era ter sido prisioneiro em Matta de Lobos por tropas hespanholas; e, segundo a convenção d'Evora Monte, devia ser solto. Respondia o General que estava ali preso como paisano, não

como militar. Fazia novo requerimento ao Presidente da Relação remetendo-lhe o despacho do General: respondia que estava n'aquella prisão como militar e que não estava nas suas attribuições o atender ao meu requerimento. E enfim n'este jogo de empurra me tiveram até 17 de agosto de 1836, que me soltaram.

Regressamos as nossas cazas em Bragança!!! Ahi mesmo nos perseguiram as authoridades, desculpando-se a militar com a civil. Por duas da noite foram á minha morada para me tirarem a vida que me foi preciso andar fugido e escondido por casas de alguns constitucionaes e por differentes povos occultos como Grijó, Parada e Quintanilha.

Depois dos espiritos mais socegados e afiançado pelas Auctoridades recolhi a minha caza em Bragança.

* * *

Fui eleito Presidente da Camara de Bragança nos annos de 1842 e 1843 pelo Governador civil Passanha das Arcas (1).

Depois membro do conselho do Districto pelo Governador Civil e Dr. (?).

Pela Rainha a senhora D. Maria 2.^a reformado em Tenente Coronel de Vetranos de Traz os Montes.

O que tudo acceitei para que me não continuassem novas perseguições.

(1) Seu parente. E' seu actual representante o Visconde das Arcas, Gover.dor civil de Bragança. — *Aragão*.

ÍNDICE DO XXIV VOLUME

TEXTO :

	PÁGS.
<i>António Sardinha poeta do Ocidente</i> — Carlos Lobo d'Oliveira	5
<i>« Braço de Prala » ou a mão esquerda de Santa Teresa de Jesus</i> — A. Pinto Almeida	8
<i>Ensaio de uma análise ao «Romanceiro» de Garrett</i> — António Simões Ferreira	
II — <i>Estudo Histórico-Analítico da colecção Garrettiana</i> 11, 48, 75 e	108
III — <i>Origem objectiva dos Romances, Autores e Fontes</i> 134 e	167
<i>Homenagem a Pedro Correia Marques</i> — Bento Caldas	17
<i>Velharias Vimaranenses (1848)</i> — João Lopes de Faria (†) 19, 56 e	119
<i>Três Dinastias de Bragança</i> — Caetano Beirão	33
<i>Gandhi, o «mahatma»</i> — Fernando de Aguiar	35
<i>A Arte Literária na Idade-Média</i> — Luís de Almeida Braga	65
<i>Poema da morte e da vida</i> — José Gonçalves d'Andrade	71
<i>Debellare superbos</i> — Fernando de Aguiar	83
<i>Igreja Católica e culto pagão</i> — A. de Amorim Girão	97
<i>Alguns acontecimentos da penosa vida do Brigadeiro António Lobo da Silva antes e depois de militar</i> 101, 139 e	184
<i>Mens agitat molem</i> — Fernando de Aguiar	116
<i>O espectro do latim</i> — Luís de Almeida Braga ?	129
<i>A Dor</i> — Carlos Beça	133
<i>Coisas da Madeira — Lenda do fundador da Madalena do Mar</i> — Fernando de Aguiar 146 e	175
<i>Allegoria das danças minhotas</i> — Luís de Almeida Braga	161

Dos Livros & Dos Autores :

A. Pinto de Almeida — <i>S. Lázaro Mitrado</i>	93
— <i>No « 28 de Maio » de 1945</i>	93
A. de Sampaio e Melo — <i>Novo prontuário da língua portuguesa</i>	28
<i>A Short survey of social assistance in Portugal</i>	127
Alberto Vieira Braga — <i>Curiosidades de Gulmarães</i>	126
Alexis Carrel — <i>A Oração. Seu poder e efeitos</i>	159
<i>Algumas lembranças de El-Rei D. Miguel I.</i>	156
Amado González — <i>As grandes riquezas dos Jesuítas.</i>	59
Amancio Landín Carrasco — <i>Vida y viajes de Pedro Sarmiento de Gamboa.</i>	124
Amorim de Carvalho — <i>Guerra Junqueiro e a sua obra poética</i>	85
António Álvaro Dória — <i>A deposição de Afonso VI</i>	95
António Corrêa d'Oliveira — <i>Antologia. Líricas</i>	88

	PÁGS.
António Porto-Além — <i>Diante da vida</i>	30
António Romeu de Armas — <i>Los viajes de John Hawkins a America</i>	59
António Vieira de Lemos — <i>Noite de estrelas</i>	63
— <i>Anto, o Poeta da Saudade</i>	158
<i>Britain in Pictures</i>	157
Conde d'Aurora — <i>Eça de Queirós e a Nobreza</i>	24
Conde da Ericeira — <i>História de Portugal Restaurado</i>	94
Corrado Álvaro — <i>O homem é forte</i>	22
<i>Ecloga I de Bernardim Ribeiro. Carta de Sá de Miranda a António Pe-</i> <i>reira. Canções IV e IX e alguns sonetos de Luís de Camões.</i>	94
Edward Maclagan — <i>Os Jesuitas e o Grão Mogol</i>	94
Elaine Sanceau — <i>Henry the Navigator</i>	25
Emília de Sousa Costa — <i>A mulher educadora</i>	160
Fernando de Aguiar — <i>Na agonia do Despotismo</i>	26
Francisco Torrinha — <i>Acordo ortográfico Luso-Brasileiro</i>	28
Gastão de Bettencourt — <i>História breve da música no Brasil</i>	31
Georges Duhamel — <i>Diário de Salavin</i>	92
Gerhart Hauptmann — <i>O Apóstolo</i>	91
Gervásio Lima — <i>The History of Terceira in one Thouand Words.</i>	27
— <i>A História dos Açores em mil palavras</i>	28
Guilherme Schmidt — <i>Amor, casamento e família</i>	27
Helena de Lichterfeld — <i>À procura duma Pátria</i>	58
Higino Anglés — <i>Gloriosa contribución de España a la História de la Mu-</i> <i>sica Universal</i>	156
Jerónimo de Almeida — <i>Mar Vermelho</i>	157
Joaquim Paço d'Arcos — <i>Tons verdes em fundo escuro</i>	122
José Augusto Vaz Pinto — <i>A chave da História de Portugal.</i>	155
José da Mota Lopes — <i>Nova tese. Francisco Sanches é português nascido</i> <i>em Valença.</i>	30
José Pedro Machado — <i>Bases da nova ortografia</i>	28
José Pequito Rebelo — <i>Pela dedução à Monarquia.</i>	91
<i>Memorial sobre os lugares santos.</i>	27
R. L. Chambers — <i>The novels of Virginia Woolf</i>	89
Rachel Jardim de Castro — <i>S. João de Deus.</i>	95
Ribeiro Couto — <i>Dia longo.</i>	23
Romain Rolland — <i>Vida de Miguel Angelo</i>	92
Sigrid Undset — <i>Primavera.</i>	62
Vasco Botelho do Amaral — <i>Meditações criticas sobre a língua portuguesa</i> Vicenzo Spinelli — <i>Os amantes das nuvens</i>	30 29
Registo de obras recebidas.	32, 63, 96 e 128
Ilustrações :	
Mão da nossa Madre S. ^{ta} Thereza de Jezus.	8-A
Moledo — Porta do Fortinho da Insua	8-B

	PÁGS.
Guimarães — Padrão do Salado	57
Sé do Porto	80-A
Notre Dame de Paris (chuva).	80-B
Braga — Capela dos Coimbras	112-A
Alcobaça — Relicário	112-B
Cabeceiras de Basto — Portal da Casa da Boiça	144-A
Monção — Vista sobre a Galiza	144-B
Busto do Dr. Alfredo Pimenta.	176-A
Busto do Dr. Alfredo Pimenta (perfil)	176-B

Índice dos Autores :

A. de Amorim Girão	97
A. Pinto Almeida	8
António Álvaro Dória.	22, 58, 85, 122 e 155
António Simões Ferreira.	11, 48, 75, 108, 134 e 167
Bento Caldas	17
Caetano Beirão.	33
Carlos Beça.	133
Carlos Lobo d'Oliveira	5
Fernando de Aguiar	35, 83, 116, 146 e 175
João Lopes de Faria (†)	19, 56 e 119
Joaquim Teixeira	176-A e 176-B
José Gonçalves de Andrade	71
Luís de Almeida Braga	65, 129 e 161
Maltieira	8-B, 57, 80-A, 80-B, 112-A, 112-B, 144-A e 144-B
Manuel Alves de Oliveira.	94